

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**Educação do Campo e Memória Coletiva – Movimentos Sociais na luta pela
terra no município de Japeri/RJ**

Cristina Xavier

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E MEMÓRIA COLETIVA - MOVIMENTOS
SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE JAPERI/RJ**

CRISTINA XAVIER

Sob a Orientação do Professor
Ramofly Bicalho dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Agosto de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

X3e Xavier, Cristina, 1963-
Educação do Campo e Memória Coletiva - Movimentos
Sociais na luta pela terra no município de Japeri/RJ /
Cristina Xavier. - Seropédica ; Nova Iguaçu, 2019.
253 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2019.

1. Movimentos Sociais. 2. Educação do Campo. 3.
Memória Coletiva. 4. Educação. 5. Japeri. I. Santos,
Ramofly Bicalho dos , 1970-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES


CRISTINA XAVIER

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

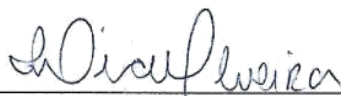
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/08/2019.



Ramon Bicalho dos Santos. Dr. UFRRJ
(Orientador)



Rafael dos Santos. Dr. UERJ



Lia Maria Teixeira de Oliveira. Dra. UFRRJ

À minha mãe, Aurora (*in memoriam*), a quem devo a minha vida e a minha vida acadêmica. A sua morte confirmou isso.

Àqueles que como eu não desistem e nem param de lutar por seus sonhos, mesmo em meio a tantas peijas, discriminações e oportunidades desiguais neste nosso Brasil. A luta continua companheiros!

AGRADECIMENTOS

A Deus toda a minha gratidão.

Ao chegar ao fim de mais uma jornada, aqui estou para agradecer a todos àqueles que contribuíram para que a minha pesquisa pudesse tornar-se, agora, uma dissertação de mestrado, que ora apresento-lhe.

Sou muitíssimo grata – não é possível mensurar - ao meu orientador Professor Doutor Ramofly Bicalho pela parceria e pelo compromisso em seguir comigo nesse desafio.

Ao PPGEduc, seus docentes e auxiliares, em especial a secretária do Programa – Renata.

A cada companheiro da turma de Mestrado em Educação do ano de 2017 por compartilhar sonhos, anseios e conhecimentos e alguns, por construir e desfrutar de suas amizades.

Aos familiares pelo apoio.

Àqueles que revelaram as suas lembranças e memórias, sem as quais essa dissertação não existiria.

Ao Narrador G, que tão gentilmente me cedeu a gravação por ele realizada em 2001 com o Narrador F.

Ao Narrador F (*in memorian*), por deixar as suas lembranças da época em que foi presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio registradas, para que hoje delas pudéssemos utilizar como fonte de pesquisa.

Ao Bráulio Rodrigues da Silva (*in memorian*), incansável na luta pela terra na Baixada Fluminense e que nos deixou em junho deste ano.

À Secretaria Municipal de Educação de Japeri (SEMED), por autorizar a realização da pesquisa de campo nas Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio.

Às equipes de gestoras, de professores e de pessoal de apoio dessas escolas por abrirem suas portas, arquivos, memórias, informações e projetos.

Aos alunos dessas escolas por compartilharem os seus conhecimentos comigo e reafirmarem, em suas atitudes, o quanto são íntimos dos lugares em que vivem.

Aos amigos professores de Língua Portuguesa Elizabeth Emerick e de Língua Inglesa Cláudio Mattos do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Brizolão 355 Roquete Pinto – Queimados/RJ pelo socorro na revisão do texto e traslado para o inglês.

À equipe gestora e demais professores do Centro Integrado de Educação Pública CIEP Brizolão 355 Roquete Pinto pelo incentivo e apoio a esse desafio, bem como à sua Biblioteca pelos empréstimos generosos de obras de seu acervo que compõem parte das referências bibliográficas dessa dissertação.

À Professora Doutora Manuela Pedroza por ceder-me gentilmente cópia de sua Monografia cujas informações nela contidas tornaram-se valiosas para entender a dinâmica de ocupação de Japeri a partir da década de 1940.

Ao Professor Romário Silveira Machado da Escola Municipal Santo Antônio, ao Gabriel Bastos - doutorando do CPDA/UFRRJ e ao José Maurício da Silva - ITERJ, por compartilharem informações preciosas e documentos sobre Pedra Lisa e por iniciarmos uma parceria frutífera de pesquisas sobre Japeri.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

XAVIER, Cristina. **Educação do Campo e Memória Coletiva - Movimentos Sociais na Luta pela Terra no Município de Japeri/RJ**. 2019. 253p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

A investigação teve como objeto, o estudo dos movimentos de luta pela terra nas regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio, Japeri/RJ, entre os anos de 1940 e 1970, propondo-se estudar a relação entre esses movimentos sociais e seus possíveis impactos sobre as ações pedagógicas das escolas rurais ao longo do tempo. A problemática aventada foi: é possível perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas em Rio d'Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das escolas municipais dessas regiões? Propondo pensar a Educação do Campo como um instrumento viável de construção da memória coletiva, seus objetivos específicos foram: conhecer esses movimentos sociais; compreender e analisar a Educação do Campo como possibilidade de construção da memória, bem como conhecer e examinar as práticas político-pedagógicas desenvolvidas pelas escolas municipais rurais. Para alcançar o escopo pretendido, construiu-se o caminho fundamentado em três etapas: Movimentos Sociais na Luta pela Terra, Memória Coletiva e Educação do Campo. Pesquisa de caráter quantitativo, agregando elementos das pesquisas bibliodocumentais e desenvolvida, metodologicamente, na perspectiva da observação participante. Teoricamente dialogou com Paulo Freire e Antonio Gramsci no seu arcabouço geral. Como estratégias, utilizou-se a pesquisa bibliográfica; a análise documental; o uso de fontes orais - depoimentos; entrevistas estruturadas e semiestruturadas; visitas às escolas e a coleta e análise de dados estatísticos de instituições oficiais sobre a educação deste município. Com relação às lutas pela terra, a pesquisa apurou que houve diferentes direcionamentos que se adequaram às realidades de cada região. Em Rio d'Ouro, pautado na criação de gado bovino, a investigação considerou que houve apossamento de diversas formas – posse, trocas, vendas - das terras por grupos heterogêneos de pessoas sem, contudo, caracterizar um movimento social. Em Santo Antônio, diferentemente, os camponeses se organizaram numa associação que serviu de apoio à luta pela posse da terra entre posseiros, grileiros e pretensos proprietários. No tocante às escolas municipais da região, foram detectadas dificuldades por parte dos gestores e docentes em entender e promover ações pedagógicas que remetam à memória da região e as lutas pela terra no período pesquisado. O estudo avaliou que as dificuldades foram provocadas, em parte, pelas mudanças ocorridas com a municipalização da Escola Estadual Rio d'Ouro em 2012 que afetaram a Escola Municipal Santo Antônio e ocasionaram na chegada de profissionais sem vínculos com a região. Colaborou para esse contexto o 'apagamento' da memória da comunidade local.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Educação do Campo. Memória Coletiva. Educação. Japeri.

ABSTRACT

XAVIER, Cristina. The Education of the Field and Collective Memory - Social Movements in the Struggle for the Land in Japeri / RJ. 2019. 253p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

The object of the investigation was the study of the land struggle movements in the Rio d'Ouro and Santo Antônio, Japeri/RJ regions between 1940 and 1970 years, it proposes to study the relationship between these social movements and their possible impacts on the pedagogical actions of rural schools over time. The problematic issue was: it is possible to perceive the presence of the memory of the earth fights fought in Rio d'Ouro and Santo Antônio in the school practices of the municipal schools of these regions? Proposing to think of Rural Education as a viable instrument of collective memory construction their specific goals were know these social movements, understand and analyze Rural Education as a possibility of memory construction as well as know and examine the political-pedagogical practices developed by the rural municipal schools. To achieve the intended scope the three-stage path was built: Social Movements in the Struggle for the Earth, Collective Memory and Field Education. Quantitative research, adding elements of bibliodocumentary research and developed methodologically, from the perspective of participant observation. Theoretically dialogued with Paulo Freire and Antonio Gramsci in your overall framework. As strategies bibliographic search was used; document analysis; the use of oral sources; evidence; structured and semi-structured interviews; visits to schools and the collection and analysis of statistical data from official institutions on education of this municipality. Regarding land struggles, the survey found that there were different directions that fit the realities of each region in Rio d'Ouro based on cattle breeding, the investigation found that there were takeover in various ways - ownership, exchanges, sales - by heterogeneous groups of people without, however, characterizing a social movement. In Santo Antônio, differently, the peasants organized themselves into an association that supported the struggle for land tenure between squatters, land grabbers and would-be landowners. With regard to municipal schools in the region, difficulties were detected by managers and teachers in understanding and promoting pedagogical actions that refer to the memory of the region and the struggles for land in the researched period. The study assessed that the difficulties were caused, in part, by the changes that occurred with the municipalization of Rio d'Ouro State School in 2012 that affected the Santo Antônio Municipal School and caused the arrival of professionals without ties to the region. Contributed to this context the 'erasure' of the memory of the local community.

Keywords: Social Movements. Field Education. Collective Memory. Education. Japeri.

LISTA DE FIGURAS, IMAGENS E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Divisão Regional	17
Figura 2 – Mapa do Município de Japeri	69
Figura 3 - Planta geral da zona explorada entre as cachoeiras de Iguassú e o rio São Pedro na Serra do Tinguá (1874)	75
Figura 4 - Planta Geral dos rios São Pedro, Santo Antonio e Ouro indicando terrenos para desapropriação	79
Figura 5 – Mapa da Município de Iguassú em 1932	125
Figura 6 – Fachada externa da EMRD	151
Figura 7 – Distribuição do número de matrículas por série entre os anos de 2010 a 2018 / EMRD	153
Figura 8 – Fachada externa da EMSA	157
Figura 9 - Distribuição do número de matrículas por série entre os anos de 2010 a 2018 / EMSA	159

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AF/EF	Anos Finais /Ensino Fundamental
AI/EF	Anos Iniciais /Ensino Fundamental
ALF	Associação dos Lavradores Fluminenses
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAE	Companhia Estadual de águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
EE	Escola Estadual
EERD	Escola Estadual Rio d'Ouro
EF/AF	Ensino Fundamental / Anos Finais
EF/AI	Ensino Fundamental / Anos Iniciais
EI/PE	Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação Infantil / Pré-Escolar
EM	Escola Municipal
EMRD	Escola Municipal Rio d'Ouro
EMSA	Escola Municipal Santo Antônio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FALERJ	Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FLERJ	Federação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FCOF	Federação dos Círculos Operários Fluminenses

FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NMSPP	Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPGEduc	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
QEduc	Qualidade na Educação
RJ	Rio de Janeiro
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio e Janeiro
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TE	Transporte Escolar
UDN	União Democrática Nacional
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ULTAB

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E POVOS CAMPESINOS NA CONTEMPORANEIDADE: MÚLTIPLOS CONCEITOS E SUA PRÁXIS EM JAPERI, RJ ENTRE OS ANOS DE 1940-1970.....	25
1.1 Movimentos sociais e povos campestinos na contemporaneidade: múltiplos conceitos.....	25
1.1.1 - Movimentos sociais: múltiplos conceitos	26
1.1.2 - Povos campestinos na contemporaneidade: o olhar sob diversas lentes	29
1.2 - A luta pela ocupação da terra em Japeri entre as décadas de 1940-1970: algumas considerações	33
1.2.1 - A luta pela ocupação da terra nas décadas de 1940-1970: breve panorama conjuntural.....	33
1.2.2 - As ocupações.....	35
1.2.3 - Os loteamentos	37
1.3 - Camponeses: um ator social alvo de disputas políticas	41
1.3.1 - Partido Comunista Brasileiro (PCB)	43
1.3.2 - Governador Roberto Silveira.....	44
1.3.3 - Presidente João Goulart	46
1.3.4 - Igreja Católica e os Círculos Operários.....	48
1.3.5 - Federações de Lavradores.....	50
1.4 - As estratégias de luta campestina	61
1.4.1 - Os meios de comunicação: os jornais	62
1.4.2 - As Passeatas e o Acesso aos Poderes Institucionais	67
1.4.3 - Os Sindicatos	67
CAPÍTULO II - RIO D'OURO E SANTO ANTÔNIO: O LÓCUS EMPÍRICO DA MEMÓRIA	69
2.1 – Tecendo a memória coletiva: aporte teórico	70
2.2 - A questão da propriedade e do acesso a terra	72
2.2.1 - Rio d'Ouro: do Morgado do Marapicú aos loteamentos da Companhia Fazendas Reunidas Normandia	75

2.2.2 - Santo Antônio: das terras dos Paes Leme às terras devolutas.....	78
2.2.3 - Possesiros, grileiros e proprietários	81
2.2.4 - Do usucapião às desapropriações	82
2.2.5 - A Companhia Fazendas Reunidas Normandia	83
2.3 - Rio d'Ouro e Santo Antônio: do apagamento da memória ou do silêncio como recurso útil	86
2.3.1 - Rio d'Ouro: o apagamento da memória como recurso útil?	88
2.3.2 - Santo Antônio: o silêncio como recurso de sobrevivência?.....	108
2.3.2.1 – Projetos antagônicos: a luta pela posse da terra	110
2.3.2.2 – A FLERJ e o Plano Agrário no cotidiano de Santo Antônio.....	125
2.3.2.3 – Os frutos da terra: produção, escoamento e mercado	137
CAPÍTULO III - AS ESCOLAS MUNICIPAIS RIO D'OURO E SANTO ANTÔNIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO POSSÍVEL DA MEMÓRIA COLETIVA DOS CAMPONESES DE JAPERI.....	147
3.1 - A escola como reprodutora das desigualdades sociais.....	147
3.2 – As Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio e as práticas político-pedagógicas	148
3.2.1 - Escola Municipal Rio d'Ouro	149
3.2.2 - Escola Municipal Santo Antônio	156
3.3 – A Educação do Campo como instrumento possível da memória coletiva dos camponeses de Japeri	166
3.3.1 – Conhecendo a Educação do Campo	167
3.3.2 – A Educação do Campo como instrumento possível da memória coletiva dos camponeses de Japeri.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	175
ANEXOS	191

INTRODUÇÃO

“Depois descobri naquele lugar a palavra abandono. A palavra funcionava dentro e fora das pessoas. Eu não sabia se era o lugar que transmitia o abandono às pessoas ou se eram elas que transmitiam o abandono ao lugar”¹.

Terra. Assunto apaixonante, contraditório e que provoca tensões. Confrontos na luta pela terra sempre existiram ao longo da história da humanidade. No Brasil, essa luta cruza cinco séculos da nossa História desde o ‘achamento’ dos portugueses que com suas Sesmarias e Capitanias Hereditárias, fizeram da terra seu poderoso instrumento de expropriação, exploração, aviltamento, aniquilação, acumulação e poder.

A presente dissertação teve como foco a investigação da relação entre os movimentos sociais de luta pela terra e seus possíveis impactos sobre as práticas cotidianas nas escolas rurais das regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio no município de Japeri, Rio de Janeiro. Mas uma pergunta há que ser feita: é possível perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas em Rio d’Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio?

A opção pelo tema é fruto das minhas observações sobre Rio d’Ouro, lugar em que resido desde o ano de 2011. Como professora de História da rede pública estadual, foi trabalhar readaptada na então Escola Estadual Rio d’Ouro. Conhecendo um pouco a história da região, fiquei intrigada com a fala dos alunos de que este era um lugar ‘onde Judas perdeu a bota’, ‘abandonado à própria sorte’. Essas expressões demonstravam uma apatia e, muitas vezes, uma aversão pelo local em que moravam.

Como nas palavras de Barros (2008, p. 101), eu “não sabia se era o lugar que transmitia o abandono às pessoas ou se eram elas que transmitiam o abandono ao lugar”. Porém, algo me chamava à atenção. O brilho no olhar que os alunos traziam quando em suas conversas comigo, falavam sobre muitas coisas do lugar, dentre elas, num tom de mistério, das ruínas de antigas fazendas nas matas que circunvizinham o bairro², que eles haviam avistado em suas incursões, verdadeiras aventuras na floresta.

¹ BARROS, Manoel de. Memórias Inventadas: as infâncias de Manoel de Barros. Iluminuras de Martha Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 101.

² Trata-se da Reserva Biológica do Tinguá, criada pelo Decreto nº 97.780, de 23 de maio de 1989, cujo objetivo é proteger “amostra representativa da floresta de encosta atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos é

Ao longo daquele ano letivo, a direção e os professores concluíram que uma das possíveis estratégias para despertar a autoestima dos discentes seria toda a escola se envolver em conhecer a história do lugar. Alunos e professores iriam conversar com os moradores no intuito de despertar lembranças adormecidas sobre Rio d'Ouro. Com os materiais produzidos, proporíamos ao governo do estado um projeto que incluiria a cessão de um espaço junto ao prédio principal da escola e que funcionaria como 'Espaço de Memória'.

Porém, ao iniciar o ano de 2012 a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) comunicou a comunidade escolar que a E.E. Rio d'Ouro seria municipalizada, passando a responsabilidade de sua gestão ao município de Japeri. Como servidores do governo estadual, a equipe foi transferida para outras unidades escolares estaduais e o projeto pereceu.

Ao ler *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense* (2008) de Bráulio Rodrigues da Silva³, a minha curiosidade sobre o lugar foi aguçada. O livro é uma narrativa sobre a vida de Bráulio que participou de várias lutas envolvendo a posse da terra em nossa região. Num dos trechos ele cita Santo Antônio e sua Associação de Lavradores sendo disputados por forças políticas ligadas ao então governador Roberto Silveira e a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), a qual a Associação de Pedra Lisa, lugar próximo a nós e da qual Bráulio havia sido presidente, era filiada.

Mas não somente isso. A região faz parte da minha memória de infância; de um tempo em que havia a Estrada de Ferro Rio d'Ouro cuja locomotiva transportava, além de passageiros, gado e gêneros alimentícios produzidos na região em direção ao Rio de Janeiro, abastecendo a feira de Miguel Couto - bairro de Nova Iguaçu, local em que nasci e passei grande parte de minha vida.

Sendo cativada pelo assunto e disposta a resolver uma dúvida sobre a questão ligada à documentação de meu terreno (a maioria dos imóveis na região não possuem documentos legais), fui buscando conhecer e entender a questão da ocupação das terras em Rio d'Ouro e Santo Antônio.

proteger “amostra representativa da floresta de encosta atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos naturais, em especial os recursos hídricos”. Localizada na Serra do Mar, entre os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Miguel Pereira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm. Acesso em: 13 dez. 2017.

³ Bráulio Rodrigues da Silva participou ativamente nos conflitos envolvendo as lutas pela terra em Pedra Lisa, região vizinha a Santo Antônio. Ele faleceu em 20 de junho de 2019, aos 96 anos.

No que concerne ao município de Japeri (Fig. 1) - um dos 13 municípios que compõe a Baixada Fluminense⁴, embora sua história esteja intimamente ligada a geração e a circulação de riquezas desde os tempos coloniais da então capital da colônia portuguesa, o Rio de Janeiro (NOGUEIRA, 2008; TÔRRES, 2008), ainda são poucos os estudos sobre o município, mesmo havendo literatura de caráter memorialista, documentarista e mais recentemente trabalhos voltados às abordagens acadêmicas, inclusive nos vários programas de pós-graduação da UFRRJ.

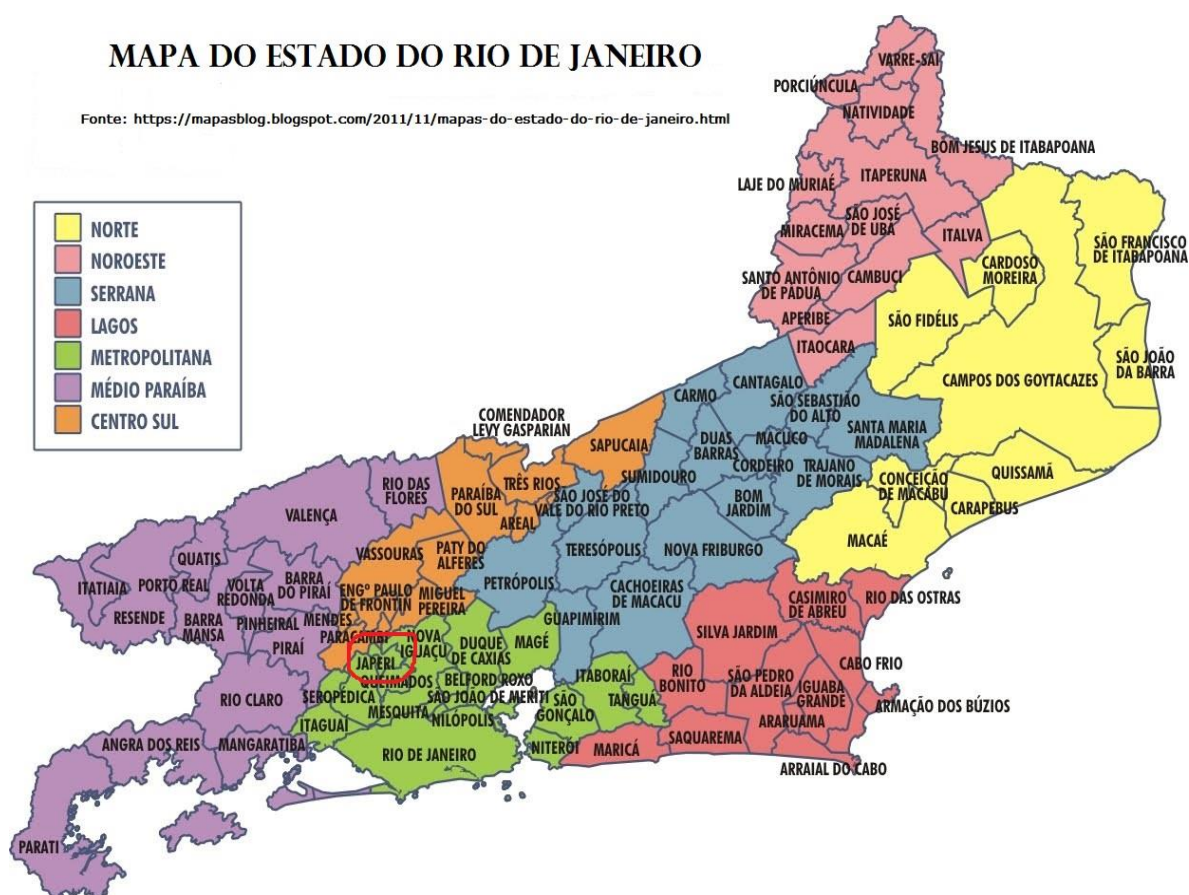


Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Divisão Regional. No círculo vermelho está destacado Japeri.
Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em fev.2017

Tendo como objeto os movimentos sociais, nessa pesquisa adotou-se a noção teórica de Gohn (1997, p. 251), que conceitua movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais,

⁴ Aqui entendida sob o enfoque histórico-cultural, que se baseia na formação social da área constituída pelos atuais Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Ver outras concepções: GEIGER (1952); GRYNSZPAN (1987; 2009); ALVES (2003); MARQUES (2006); ROCHA (2011).

articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil”.

Embora tenhamos diversas pesquisas realizadas sobre os movimentos de luta pela terra, as mesmas se voltam ao estudo de conflitos em outros municípios – Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Campos. Com relação à Nova Iguaçu, o destaque tem sido Pedra Lisa, que nas investigações engloba as regiões vizinhas a ela, como é o caso de Rio d’Ouro e Santo Antônio. Porém, a partir do depoimento de Bráulio Rodrigues fica evidente que Santo Antônio tinha autonomia em relação à Associação de Pedra Lisa. Contudo, o fato de ter autonomia não significava que houvesse distanciamento entre elas.

Muito pelo contrário. Creio que a união nas ações e nos embates com os grileiros e os pretensos proprietários era uma estratégia vital para o fortalecimento dos movimentos na região. E foi justamente a união entre elas que lhes garantiu as desapropriações realizadas ao longo do período estudado. A partir da evidência apontada por Bráulio Rodrigues, é que esta investigação, cujo olhar se debruçou sobre Rio d’Ouro e Santo Antônio, torna-se relevante para o conhecimento sobre os movimentos sociais na luta pela terra em Japeri, entre os anos de 1940 / 1970.

Mediante o acima exposto, crê-se que o estudo traz novas e inestimáveis interpretações que contribuirão no sentido de uma construção do conhecimento sobre a região, unindo produção, pesquisa e diálogo com as populações envolvidas na pesquisa, traçando um caminho possível para dinamizar uma participação mais interventora daqueles que vivem na Baixada Fluminense no tocante a fiscalização da coisa pública, bem como na construção de políticas públicas que possam abranger o conjunto de sua população, cumprindo a pesquisa a sua relevância social.

Tendo como problemática captar a presença da memória das lutas pela terra travadas nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das escolas-alvo da pesquisa, para a investigação tornou-se não menos importante, o estudo relacionado à educação de Japeri que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma população estimada de 100.562 habitantes, sendo 45% do contingente populacional constituído de crianças, adolescentes e jovens (IBGE, 2017) ⁵.

A rede municipal contava em 2018 com 33 escolas distribuídas entre a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo que 07 delas

⁵ Dados disponíveis em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330227&search=rio-de-janeiro%7Cjaperi&lang=>. Acesso em: 05 mar.2017.

eram consideradas escolas rurais, dentre as quais as Escolas Municipais Rio d'Ouro⁶ e Santo Antônio⁷ situadas na região alvo da pesquisa.

Sabendo-se que, pelos preceitos do artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 2018) e diante do conjunto de informações acima citadas, cabem algumas indagações acerca dessas duas escolas rurais, dentre elas: sendo escolas situadas em áreas rurais, de que forma o currículo, os conteúdos, o Projeto Político Pedagógico (PPP), as práticas pedagógicas estão atrelados à realidade dos alunos como preceitua a LDB? Como os alunos se reconhecem e identificam o meio em que vivem? O que eles esperam das escolas? Como as escolas são vistas pelos que nelas trabalham? Os docentes recebem formação específica para atuarem em escolas do campo? É possível perceber a presença, no cotidiano dessas escolas, da memória das lutas pela terra travadas nas duas regiões onde se localizam? Os PPP's dessas escolas contemplam essas memórias?

Na caminhada da investigação em busca de respostas às indagações acima, a pesquisa propôs pensar o modelo de Educação do Campo como uma possibilidade viável de inserção social, política, cultural e econômica das populações de Rio d'Ouro e Santo Antônio, e como instrumento possível da memória coletiva sobre os movimentos de luta pela terra, sendo as escolas municipais dessas regiões um meio de aproximação e diálogo entre a produção e a pesquisa acadêmica oriunda da própria região e a produção construída no espaço escolar, bem como agente facilitador do encontro entre pesquisador e pesquisados.

No trajeto de construção do objeto da pesquisa – os movimentos sociais de luta pela terra - propus como objetivo geral investigar a relação entre esses movimentos e seus possíveis impactos sobre as ações pedagógicas nas escolas rurais das regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio no município de Japeri.

Os objetivos específicos foram: conhecer os movimentos de luta pela ocupação da terra entre os anos de 1940 a 1970 no município de Japeri / RJ; compreender e analisar a Educação do Campo como instrumento possível da memória coletiva dos camponeses de Rio d'Ouro e Santo Antonio e conhecer e analisar as ações cotidianas e as práticas político-

⁶ A Escola Municipal Rio d'Ouro oferece Anos Iniciais - 4º e 5º anos e Anos Finais – de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental. Fonte: Projeto Político Pedagógico / 2018.

⁷ A Escola Municipal Santo Antônio oferta Educação Infantil / Pré-Escolar e Anos Iniciais – de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Fonte: Projeto Político Pedagógico / 2018.

pedagógicas desenvolvidas pelas Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio de modo a captar a presença da memória das lutas pela terra travadas nas regiões em que se localizam.

Na busca pelas respostas, o percurso do projeto segmentou-se em três capítulos. No primeiro, deu-se ênfase à elaboração conceitual acerca do objeto de investigação - os Movimentos Sociais, bem como o entendimento sobre o ser camponês; a construção do contexto histórico-político e econômico na Baixada Fluminense entre os anos de 1940 e 1970, evidenciando os camponeses como um ator social alvo de disputas políticas e suas estratégias de luta.

No capítulo dois, empreendeu-se o levantamento e a análise dos conflitos pela posse da terra ocorridos em Santo Antônio e Rio d'Ouro mediado pelas narrativas de seus moradores – nossas fontes orais, cotejadas com as fontes impressas – jornais, diários oficiais, bibliografias e documentações cartorárias.

Na terceira parte, realizaram-se as análises dos dados coletados no trabalho de campo, a partir do conhecimento das práticas político-pedagógicas desenvolvidas pelas Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio.

Ainda nesse capítulo, buscou-se conhecer e compreender a educação do campo como um instrumento possível na construção da memória dos camponeses nas regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio, Japeri. Por fim, encerramos com as conclusões destacando os principais resultados da investigação e suas contribuições ao tema estudado.

Sobre movimentos sociais de luta pela terra, objeto desta investigação, há pesquisas importantes desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), coordenado pela Professora Dr^a. Leonilde Sérvalo de Medeiros e que envolvem os estudos desses movimentos na Baixada Fluminense.

Dentre eles destaco o relatório final *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* (2015) resultante de pesquisa empreendida por um grupo de estudiosos, coordenado pela Professora Dr^a. Leonilde Sérvalo de Medeiros, e que engendra um panorama vasto e riquíssimo dos movimentos sociais de luta pela terra em nosso estado entre as décadas de 1940 / 1980 do século passado.

Outra fonte de consulta importante é *História dos Movimentos Sociais no Campo* (1989) de Leonilde Sérvolo de Medeiros. Nela a autora traça a árdua caminhada de luta dos trabalhadores rurais num período que abrange as décadas de 1940 / 1980 do século XX.

Destaco também dissertações e teses, dentre elas, as de Mario Grynszpan - *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)* (1987) em que o pesquisador dissecou os movimentos camponeses através do processo de organização, das estratégias de luta e das disputas e competições entre diversos atores; de Victor de Araújo Novicki - *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983 - 1987)* (1992) onde o autor faz uma ponte entre os movimentos ocorridos no pré-64 e as consequências econômicas e de posse de terra provenientes da repressão e do modelo político-econômico adotado pelos governos ditatoriais para o estado nos anos de 1970 e 1980.

As valiosas pesquisas de Fernando Henrique Guimarães Barcellos - *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro* (2008), que estuda “as continuidades e rupturas da ação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG) nos conflitos de terra no estado”, cujo “recorte temporal é demarcado pelos primeiros passos do sindicalismo rural no Brasil, no período compreendido entre 1945 e 1964” (p. viii) e de Marco Antônio dos Santos Teixeira - *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ* (2011), que “analisa as formas de ação empregadas por um grupo de trabalhadores rurais na luta para permanecerem na terra em que viviam” (p. 6) na gleba América Fabril (Fazendas Conceição de Suruí e Cachoeira Grande), no período entre as décadas de 1960 e 1980 .

Há algumas outras publicações valiosas como as de Bráulio Rodrigues da Silva - *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense* (2008), já citada, construída a partir dos depoimentos dados à Leonilde Sérvolo de Medeiros sobre os movimentos camponeses e sua própria trajetória de vida; as de José Pureza – *Memória Camponesa* (1982), contemporâneo e companheiro de Bráulio Rodrigues nos conflitos agrários na Baixada Fluminense e da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e cujo depoimento à Elaine Cantarino O’Dwyer transformou-se num livro; as de Bernardo Mançano Fernandes & Leonilde Sérvolo de Medeiros - *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O*

campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980; v. 1 (2009), que compõem uma extensa e rica coleção sobre o campesinato brasileiro.

Não posso deixar de mencionar outro instrumento de pesquisa importantíssimo para se entender os movimentos de luta pela terra na Baixada fluminense - o *arquivo de Lyndolpho Silva*, disponibilizado em: <http://www.ufrj.br/cpda/als>, onde é possível encontrar documentos e dados sobre as lutas campesinas, as desapropriações de terra, os congressos dos lavradores, dentre outros.

O referencial teórico geral apoia-se nos pensamentos de Paulo Freire e Antonio Gramsci.

Para alcançar o objetivo proposto – a relação entre a memória dos movimentos sociais de luta pela terra e a sua presença nas ações pedagógicas das escolas rurais - o caminho adotado como estratégia investigativa possui três etapas, a saber:

1. **Movimentos Sociais na Luta pela Terra nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio entre os anos de 1940 / 1970** (PUREZA 1982; GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 1989, 1999, 2009, 2015, 2016; SILVA, 2008).
2. **Memória Coletiva pensada como recurso na elaboração e apropriação do pertencimento de um grupo social** (POLLACK, 1989, 1992; BOSI, 1994, 2003; HALBWACHS, 2003; PORTELLI, 2010, 2016).
3. **Educação do Campo como instrumento possível na construção da memória coletiva dos camponeses das regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio** (ARROYO, 1999; FERNANDES, 1999; MOLINA, 2006; CALDART, 2010, 2012; ANTUNES-ROCHA, 2012, 2015; SOUZA, 2012).

A presente dissertação é de caráter quantitativo e se caracteriza como sendo de cunho participante agregando elementos das pesquisas bibliodocumentais. Metodologicamente trabalha dentro de uma perspectiva crítico-reflexiva com os aportes teóricos de Antonio Gramsci e Paulo Freire, com os quais as informações advindas do procedimento das entrevistas serão analisadas.

Em sua raiz etimológica, metodologia se traduz como o estudo dos caminhos, das ferramentas utilizadas para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Gerhardt e Silveira (2009) salientam que há diferença entre metodologia e métodos. Conforme as autoras, “a

metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 13), não podendo ser confundida com a teoria (conteúdo) nem com os métodos e técnicas (procedimentos), indo além da descrição dos procedimentos, sinalizando a opção teórica eleita pelo pesquisador para tratar o seu objeto de estudo. Ou seja, a metodologia funde teoria e métodos formando um todo articulado, coeso. Ghedin e Franco (2008, p. 108) explicitam que,

A metodologia da pesquisa, na abordagem reflexiva, caracteriza-se fundamentalmente por ser a atitude crítica que organiza a dialética do processo investigativo; que orienta os recortes e as escolhas feitas pelo pesquisador; que direciona o foco e ilumina o cenário da realidade a ser estudada; que dá sentido às abordagens do pesquisador e as redireciona; que, enfim, organiza a síntese das intencionalidades da pesquisa.

Como estratégias, adotou-se a pesquisa bibliográfica como instrumento de conhecimento e de compreensão sobre os movimentos de luta pela terra em Japeri/RJ e sobre a Educação do Campo como ferramenta para a construção da memória coletiva. Prosseguindo, procedeu-se a análise documental envolvendo os Projetos Políticos-Pedagógicos das Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio, que são o universo empírico da pesquisa, com a intenção de observar e responder ao problema aventado pela investigação: captar a presença, no cotidiano dessas escolas, da memória das lutas pela terra travadas nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio.

Como instrumento de captação de informações sobre os movimentos sociais ocorridos na região, foram realizadas entrevistas abertas, privilegiando os depoimentos orais, bem como entrevistas estruturadas e semiestruturadas, cujo objetivo foi obter dados que embasassem as respostas à problemática da pesquisa.

A princípio, seriam entrevistas com três moradores, na faixa etária acima de 60 anos e que residam há mais de 50 anos nas regiões pesquisadas, uma vez que o que se pretendeu neste momento foi a coleta de dados sobre os movimentos de luta pela terra entre os anos de 1940 e 1970. Porém, com as dificuldades que surgiram a partir do cotejamento das fontes orais e bibliográficas, principalmente com relação a Rio d’Ouro, ampliou-se para a participação, mesmo que informalmente, de mais dois narradores.

No caminho da busca por informações sobre a ocupação da região, os nossos narradores nos apresentaram uma pessoa muito ativa na região e que se colocou à nossa

disposição para ajudar. Foi a partir dela que, de fato, a pesquisa tomou o rumo que agora é apresentado.

Esse narrador, que chamamos de Narrador G, conviveu com um dos ex-presidentes da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, identificado aqui como sendo o Narrador F, contemporâneo de Bráulio Rodrigues. No ano de 2001 o narrador G entrevistou o narrador F, gravando a conversa em uma fita K-7 a qual nos cedeu gentilmente para que pudéssemos usá-la como fonte da pesquisa. Na verdade, foi após a audição dessa fita em março de 2019, que a presente pesquisa pode ser desenvolvida, conforme veremos ao longo do seu desdobramento.

A realização de visitas às escolas-alvo da pesquisa durante o período letivo de 2018, tendo como instrumento a observação participante, pretendeu conhecer as instalações físicas, aprender, observar e analisar as práticas político-pedagógicas desenvolvidas por essas escolas; os meios de locomoção disponíveis para os discentes no trajeto casa-escola-casa, os horários e calendários letivos, objetivando investigar como as EM Rio d'Ouro e EM Santo Antônio envolvem seus alunos através da organização pedagógica do tempo escolar - aulas, palestras, projetos, atividades extraclasse, dentre outros, e em que medida percebe-se nas suas práticas educativas a presença da memória das lutas pela terra travadas nas regiões onde as mesmas se localizam.

Foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas que contemplaram: direção geral (02) e orientação pedagógica (02); os docentes, no caso da EM Santo Antônio, da Educação Infantil / Pré-Escolar e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e na EM Rio d'Ouro docentes dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e discentes – grupo de 03 alunos com perfis diferenciados dentre as turmas dos segmentos ofertados por ambas as escolas.

Procedeu-se a coleta e análise de dados estatísticos de instituições oficiais sobre a educação deste município. Para a retenção dos dados obtidos utilizou-se os seguintes recursos: caderno de campo, gravador de áudio e máquina fotográfica.

CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E POVOS CAMPESINOS NA CONTEMPORANEIDADE: MÚLTIPLOS CONCEITOS E SUA PRÁXIS EM JAPERI, RJ ENTRE OS ANOS DE 1940-1970

“De quanta terra precisa o homem?”⁸

Como o objetivo da presente dissertação foi a investigação da relação entre os movimentos sociais de luta pela terra que ocorreram entre os anos de 1940 / 1970, nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio, no município de Japeri, RJ - pertencente à Baixada Fluminense, e seus possíveis impactos sobre o cotidiano e as ações pedagógicas nas escolas rurais destas localidades, chamo a atenção no sentido de que, para os estudos relacionados à Baixada Fluminense, em especial àqueles ligados as questões da luta pela terra no terreno jurídico-institucional, é muito importante ter bastante clara a delimitação do espaço geográfico sobre qual Baixada Fluminense se está investigando.

Nessa pesquisa refere-se à região do estado do Rio de Janeiro composta pelos atuais municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, que pertenceram a Vila de Iguaçu até o início dos anos de 1940.

O presente capítulo visa à construção do aporte conceitual da pesquisa em que os Movimentos Sociais são o objeto de investigação, bem como conhecer as lutas pela terra aconteceram em Japeri ao longo do período proposto.

No primeiro tópico busca-se entender o que seriam, em termos conceituais, as categorias Movimentos Sociais e Camponeses, tendo em vista as muitas concepções acerca das mesmas.

No segundo, esboçamos um contexto histórico-político e econômico na Baixada Fluminense entre os anos de 1940 e 1970 para compreendermos a dinâmica dos conflitos por terra nessa região entre os anos de 1940 a 1970 no município de Japeri / RJ.

1.1 Movimentos sociais e povos campesinos na contemporaneidade: múltiplos conceitos

⁸ TOLSTÓI, Liev. *De quanta terra precisa o homem?* / tradução e ilustração de CárcamO. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009. Conto infantil escrito no século 19 que narra a sensível e dramática história do camponês Pakhóm, que depois de conseguir aumentar sua propriedade e criar atritos na comunidade, obstinado pelo desejo de conseguir mais terras, se dirige ao país dos Bashkins com intuito de adquiri-las.

A proposta desse tópico é apresentar alguns conceitos sobre o que sejam movimentos sociais e camponeses, com o objetivo de tomá-los como lentes que poderão auxiliar na análise dos movimentos de luta pela terra em Japeri.

O alvo desta pesquisa - os movimentos sociais - é um conceito e ao mesmo tempo objeto (de pesquisa) e sujeito (político-social) bastante complexo e que envolve diversos paradigmas e linhas de abordagem, categorias de análise e temporalidade. Desta forma, o mesmo tem sido estudado, discutido e teorizado por diversos pesquisadores ao longo do tempo, dentre eles GOHN (1997, 2014, 2017); MELUCCI (1989); SCHERER-WARREN (2014); VIANA (2016); ZEPEDA; OSORIO (2017).

Igualmente complexa, é a categoria camponeses, cujo termo abre um leque de possibilidades de definição conceitual. Para alguns autores, como SHANIN (2005); MARIN (2008); MARQUES (2008); WANDERLEY (2014), para a compreensão da categoria é necessário examiná-la à luz de sua estrutura social mais geral interligando-a ao seu contexto histórico, geralmente referindo-se a uma configuração de produção.

1.1.1 - Movimentos sociais: múltiplos conceitos

O objeto desta pesquisa - os movimentos sociais é um conceito e ao mesmo tempo objeto (de pesquisa) e sujeito (político-social) bastante complexo e que envolve diversos paradigmas e linhas de abordagem, categorias de análise e temporalidade, sendo de caráter mutável uma vez que não se dissocia do “seu devido entrelaçamento com o conjunto das relações sociais e sua constituição social numa sociedade complexa” (VIANA, 2016, p. 41), sociedade esta que é o seu ponto de partida e de chegada e que está em constante mudança. Sendo assim, o mesmo tem sido estudado, discutido e teorizado por diversos pesquisadores ao longo do tempo.

É unânime entre os estudiosos do conceito o entendimento de que não há uma conceitualização, mas sim conceitualizações. Viana (2016, p. 41) salienta que “uma teoria dos movimentos sociais requer amplo desenvolvimento e, a cada nova conquista teórica que amplia a consciência sobre esse fenômeno, novas questões aparecem e novos problemas devem ser abordados e resolvidos”.

Em suas análises sobre os movimentos sociais no campo no Brasil, Grzybowski (1990, p. 18) aponta para um conjunto de condições necessárias para a geração de movimentos. Segundo ele,

A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só a tensão intrínseca às relações vira movimento.

Em *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos* (1997) e *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais* (2017), Gohn conceitua movimentos sociais como sendo,

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil (1997, p. 251; 2017, p. 13).

Ou seja, a autora entende que há uma heterogeneidade de classes e estratos sociais que se unem em torno de uma determinada demanda transformada em uma reivindicação concreta, a qual ela identifica como a força social, centro a partir do qual se dará a luta social ou ação coletiva concreta dos homens enquanto atores sociais num determinado lugar do conflito social, neste caso o campo político, numa dada conjuntura político-econômica e cultural.

Melucci (1989, p. 57) ⁹ define movimento social como uma “forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.” Para o autor, essas três dimensões “permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos”, dentre eles as reivindicações organizadas.

Viana (2016, p. 42-4) entende que “um movimento social surge quando uma determinada situação gera insatisfação para um grupo social e isso, por sua vez, gera um senso de pertencimento e objetivo que provoca mobilização, concluindo que um movimento social existe para atingir um objetivo. Sem objetivo, não há movimento”.

Segundo o autor, para haver movimento social são necessárias algumas condicionantes: identificação de uma situação social como sendo coletiva; desenvolvimento de senso de pertencimento a um grupo social e objetivo individual torna-se coletivo.

Frank e Fuentes (1989, p. 37) salientam que,

⁹ Melucci utiliza como dimensões analíticas básicas o *conflito* – relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor, a *solidariedade* – definida por ele como sendo a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social) e o *rompimento dos limites* – que segundo Melucci indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente.

Uma razão da importância dos movimentos sociais, evidentemente, é o vazio que eles preenchem em espaços nos quais o Estado e outras instituições sociais e culturais são incapazes de atuar pelos interesses de seus membros, ou não querem fazê-lo. Além disso, [...], os movimentos sociais entram em espaços onde não existem instituições, ou quando estas não promovem ou vão contra os interesses da população. [...] No entanto, se desaparecem as circunstâncias que deram à luz e fizeram crescer os movimentos sociais, também desaparece o movimento. Se o movimento consegue os fins a que se propôs ou estes perdem sua relevância, ele perde seu atrativo, perde impulso e se dilui ou petrifica.

Em seus estudos sobre movimentos sociais através das lentes do cotidiano em que os indivíduos estão inseridos e utilizando-se da noção de luta de John Holloway, Zepeda e Osorio (2017) formulam críticas a dois pressupostos clássicos: a associação dos movimentos sociais com a transformação social e o caráter coletivo das lutas como possibilidade de tal transformação. Para os autores, embora estes elementos sejam importantes, não se constituem como os únicos ou mais importantes.

Zepeda e Osorio (2017, p. 13) propõem olharmos através das lentes da “construção prática cotidiana de novas formas de organizar a vida”. Para eles,

Lo cotidiano abre una mirada distinta, un nuevo enfoque que sitúa geografías e historias específicas-localizadas en el espacio-tiempo. Allí es posible analizar, en historias particulares e individuales, cómo determinados seres viven y luchan en el día a día; cómo se organizan, hacen frente a la dominación, formulan alianzas y estrategias rompiendo lo socialmente dado. Nuestro punto central es la producción de vida; pensamos que ella es constitutiva de lucha sin puntos intermedios. (Idem, p. 18).

Portanto, nesta linha de análise centrada na vida cotidiana, homens e mulheres comuns resistem à dominação exercida pela racionalidade capitalista mediante a criação de alternativas diferentes às que lhes são impostas, como normas, regras e leis que ditam nossa existência e nossa relação coletiva.

No diálogo com as contribuições dos autores aqui partilhadas, percebem-se interseções entre diferentes abordagens e as possibilidades teóricas de articulação que, embora tenham lentes particulares bem demarcadas, compartilham entre si pressupostos comuns.

Nesta investigação, que intenta a análise de um objeto de pesquisa tão complexo, será adotada a noção teórica de Gohn (1997, p. 251), que entende movimentos sociais a partir da soma de uma heterogeneidade de classes e estratos sociais (atores sociais coletivos) que se

unem em torno de uma determinada demanda (ações sociopolíticas) transformada em uma reivindicação concreta (força social na sociedade civil).

1.1.2 - Povos campesinos na contemporaneidade: o olhar sob diversas lentes

Campeinato. Povos campesinos. Camponês. Trabalhadores rurais. Agricultores. Lavradores. Pastores. Enfim, poderíamos enumerar diversos termos pelos quais nomeamos aqueles que vivem no e do campo. Mas, conceitualmente falando, o que são camponeses?

Entendendo que conceitos são instrumentos de análise, Shanin (2005, p. 15), afirma que “a sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade”. O autor argumenta que,

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto. [...] O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto. (Idem, p.2).

Por isso, neste tópico o foco se volta no sentido de embasar a discussão a ser desenvolvida pela pesquisa sobre os conflitos agrários e os vários atores que os compõem, compreendo ser necessário e importante apresentar algumas concepções e olhares sobre o que seria e envolveria o ser camponês.

Traçando a história do surgimento da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), associação criada pelos moradores e foreiros do Engenho Galileia (PE), em *Que são as Ligas Camponesas?* Francisco Julião (1962, p. 55)¹⁰ apresenta os trabalhadores do campo como sendo composto por grupos de proletários e camponeses, identificando os proletários como sendo os assalariados, isto é, aqueles que não dispõem de bens de produção contando apenas com sua força do trabalho, a qual aluga ao capitalista do campo.

Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros e os sitiantes que, segundo Julião (Idem, p, 58),

¹⁰ A vinculação inicial de Francisco Julião com o movimento camponês decorreu de sua atuação como advogado da SAPPP. Mais tarde tornou-se uma liderança de expressão nacional.

Em condições precárias, é verdade, dispõe [...] de meios de produção que faltam ao operário do campo. Anotemos, entre outros, o facão, o machado, o arado, a casa de farinha, o tacho de fabricar sabão e rapadura, o forno para cerâmica, [...] o cavalo [...] que também leva para a feira o produto de seu trabalho. [...] Tem sempre alguma fruta, um pouco de verdura, a mandioca, uma criação de terreiro, o bacorinho, o bode, [...] frutos de sua roça.

No artigo *Infância camponesa: processos de socialização*, cujo objeto de estudo é a construção e a transmissão de visões de mundo campesino, Marin (2008, p. 113) reconhece o camponês como sendo “o trabalhador que se dedica à produção agrícola e/ou pecuária em pequenas extensões de terra, com ou sem a posse legal, valendo-se da ajuda de sua família para produzir gêneros necessários ao consumo familiar, além de excedentes comercializáveis”.

Analisando sobre a especificidade do termo camponês, bem como a sua definição, Shanin (2005) deduz que o mesmo está intimamente ligado à natureza e a dinâmica da organização rural familiar, no sentido de elemento básico de produção e meio de vida social. Segundo o autor,

A própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas; isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo. (2005, p. 5).

Empreendendo estudos sobre a adequação ou não do conceito de camponês para a reflexão da realidade brasileira, Marques (2008) chama a atenção para as disputas políticas e teóricas em torno da questão agrária no Brasil e no direcionamento das mesmas sob o espectro do capitalismo; ou seja, o camponês é mais do que um produtor; é um ator social disputado pelas forças políticas.

A autora avalia que “trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo”. (2008, p. 58).

Marques afirma que entender o que é camponês não é uma simples questão conceitual. É um campo de conflito nas arenas política e teórica cuja visão interpretativa dará encaminhamento às soluções para a questão agrária no Brasil. Sendo assim, Marques (Idem, p. 60) conclui que,

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Wanderley (2014, p. 26), que pesquisa a história de resistência do campesinato brasileiro, contesta a concepção de “representação socialmente construída da agricultura brasileira associa a grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sobre a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico”.

A autora denuncia ser esta representação “fruto de uma “amnésia social” que marcou, desde suas origens, a história do campesinato no Brasil, e que nega o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade” (Idem, *ibidem*). Conceitualmente, Wanderley (Idem, *ibidem*) identifica o campesinato como,

Uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Em termos de legislação brasileira, o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA amplia o grupo incorporando novos elementos os quais identifica, em seu artigo 1º, parágrafo 1, inciso I, como populações do campo: “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”. (BRASIL, 2010).

A intenção ao trazer à discussão as diversas interpretações conceituais sobre o termo camponês é de propiciar a compreensão e a apreensão do mesmo como um instrumento a ser utilizado para as análises que desenvolvidas neste estudo sobre as lutas pela terra nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio, Japeri.

Através da leitura e da análise percebe-se alguns pontos em comum entre as várias interpretações acima expostas, dentre eles a diversidade dos grupos, a produção de condições

materiais de existência a partir do uso da terra, envolvimento dos membros da família na produção e relação com o mercado através da comercialização de excedentes.

Partindo do conhecimento de que as regiões estudadas estavam ligadas as atividades agropastoris, para esta pesquisa adotei o conceito de camponês como sendo aquele cuja produção de condições de existência se dá a partir do uso da terra, havendo o envolvimento dos membros da família na plantação e criação pastoril, mantendo-se relação com o mercado através da comercialização de seus excedentes.

Respeitando as falas nos depoimentos a mim concedidos durante a pesquisa de campo, uso os termos lavradores e posseiros no mesmo sentido de camponês. Portanto, a investigação ao propor o estudo dos movimentos sociais de luta pela terra reafirma e defende a presença camponesa na construção da formação social brasileira, bem como do camponês como um ator social da nossa História.

Desta forma, contrapõe a perspectiva de um campo formado pela grande produção agroindustrial e pastoril voltada ao mercado internacional em que os demais produtores estão atrelados em função da complementariedade para esse mesmo mercado, desconsiderando os produtores agropastoris dedicados à produção de alimentos destinada a atender a demanda interna, a começar pelas feiras dos bairros que constituem os municípios brasileiros.

E não somente isso. Tendo como problemática perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas na região e seus possíveis impactos no cotidiano e nas ações pedagógicas das escolas rurais de Japeri, trazendo como proposta a Educação do Campo como um instrumento possível, a pesquisa sustenta a existência e a presença perene dos povos camponeses, capazes de empreenderem lutas de resistência pela posse da terra e recriarem-se em meio ao processo desproporcional e paradoxal do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

Sendo assim, a pesquisa conflita com o pensamento que defende o campesinato como classe em processo de extinção, seja pela via de integração ao mercado capitalista – leia-se agronegócio - onde o modernizar-se e o profissionalizar-se levará a perda de seu modo de vida; seja pelo desenraizamento motivado pelo sufocamento do avanço de empresas transnacionais – com o apoio do empresariado e do governo brasileiros - e sua sede insaciável por terras e recursos naturais, provocando mais uma vez um intenso processo de expulsão dos camponeses em direção as chamadas áreas urbanas.

1.2 - A luta pela ocupação da terra em Japeri entre as décadas de 1940-1970: algumas considerações

Nesse tópico a proposta é construir um suporte para o desenvolvimento do objeto da pesquisa - os movimentos sociais de luta pela terra que aconteceram em Rio d'Ouro e Santo Antônio, no município de Japeri entre os anos de 1940 e 1970, que será estudado no capítulo dois.

Para isso, traço um breve panorama sobre a conjuntura brasileira nas décadas de 1940 /1970 e sobre o processo de ocupação da região a partir da chegada dos portugueses passando pelo declínio da economia citrícola que liberou ao mercado vastas extensões de terras prontas para serem parceladas e negociadas através comercialização dos loteamentos. Valorização que viria com o aumento da população na Capital Federal e, por conseguinte, da demanda por moradias. Nesse contexto, os conflitos agrários não demoraram a surgir.

A intensificação da disputa por terras na Baixada Fluminense fará com que os camponeses, ameaçados de despejos e sofrendo com as ações violentas, passem a ser cobiçados por diversos outros atores, dentre eles os partidos políticos, a Igreja Católica e homens públicos com projetos políticos de grande alcance. Portanto, essa disputa se expandirá para além da posse das terras.

Por fim, conheceremos algumas das estratégias utilizadas pelos lavradores na luta pela posse da terra que darão visibilidade aos movimentos e, desta forma, serão usadas para pressionarem as diferentes instâncias de poder para que suas demandas sejam atendidas.

1.2.1 - A luta pela ocupação da terra nas décadas de 1940-1970: breve panorama conjuntural

Empreender pesquisas no Brasil sobre os movimentos sociais camponeses de luta pela terra significa enfrentar uma construção histórica pautada na relação senhores de engenho-escravos e na produção agrícola voltada ao atendimento do mercado externo. Essa vertente de construção de nossa História produz uma “amnésia social” apagando a presença do camponês, ocultando as lutas travadas pelo campesinato pela posse da terra negando-lhe o papel de um ator social.

Como salienta a Via Campesina do Brasil, no prefácio da obra *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas* (2009) que compõe uma ampla coleção de estudos e pesquisas realizados no âmbito do rural brasileiro¹¹:

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia. (Prefácio, p. 20)

É unânime entre alguns estudiosos do tema a compreensão de que a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os conflitos no campo tomaram dimensões proporcionais, digamos, ao tamanho do Brasil. As lutas empreendidas pela posse da terra varrerão o país de norte a sul.

Um dos estopins, se assim podemos dizer, será a política de substituição de importações empreendida por Vargas, mudando o foco de uma economia fortemente agrícola para uma de face mais industrial, bem como a visão de uma modernização da agricultura em moldes técnicos, acarretando como um de seus efeitos, o deslocamento de populações camponesas em direção aos grandes centros urbanos, notadamente Rio de Janeiro – então capital do país, e São Paulo.

O fluxo migracional campesino acarretará por um lado, na diminuição de braços para as lavouras e criação de gado, gerando uma diminuição na oferta interna de alimentos e desestabilizando a estrutura rural brasileira sustentada pelo tripé latifúndios ↔ mão de obra abundante e barata ↔ produção para o mercado externo. Por outro, criará uma demanda por trabalho, moradia, serviços públicos (transporte, saúde, educação, segurança) nas áreas urbanas, em especial, da região sudeste.

No caso da Baixada Fluminense, a intensificação do processo de industrialização e o aumento do fluxo migratório do nordeste provocará significativas mudanças. Limitando-me à questão da ocupação fundiária na região, verifica-se que tanto a industrialização quanto o fluxo migratório, levaram ao aumento da demanda por terra, em especial, para moradia.

¹¹ A Coleção é o resultado de estudos e pesquisas promovidos pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja publicação é fruto da parceria com a Editora da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

A desaceleração da economia citrícola, notadamente no município iguaçuano, disponibilizou ao mercado imobiliário vastidões de terras prontas para serem reocupadas com novas funções – os loteamentos.

Concomitante com essa desaceleração, o intenso processo de industrialização na então Capital Federal¹² fomentou postos de trabalho, mas também pressionou e elevou os preços dos terrenos no seu entorno – os chamados subúrbios, transformando-se num instrumento de exclusão ao provocar o deslocamento forçado dos trabalhadores com menores ganhos salariais em direção à Baixada Fluminense. E não somente isso.

Outras regiões do estado do Rio de Janeiro, notadamente a serrana e noroeste, também sofriam com a crise cafeeira e com os conflitos de terra impelindo levas de camponeses a buscar novas oportunidades de trabalho, terra e de sobrevivência na Baixada Fluminense, fato que será confirmado pelos depoimentos dados à pesquisadora, como veremos no segundo capítulo desta investigação.

Por fim, cabe citar as políticas de colonização e desenvolvimento agrícola de Vargas personificadas na criação dos núcleos coloniais agrícolas¹³, que gerou expectativas na população rural do país. No caso desta pesquisa, um dos narradores afirma que sua família no final da década de 1950 se deslocou de Macaé, cidade localizada no norte do estado do Rio de Janeiro, para Santo Antônio / Japeri (na época pertencia à Nova Iguaçu)¹⁴ ao ouvir que Getúlio Vargas desapropriaria e distribuiria lotes de terra pertencentes à União na antiga Fazenda Velha - como era conhecida a Fazenda da Limeira, embora houvesse mais de quatro anos da morte de Getúlio Vargas. Este não foi um caso isolado conforme veremos em outros relatos explicitados no capítulo dois.

1.2.2 - As ocupações

Diversos autores que se debruçam sobre os estudos dos movimentos sociais de luta pela terra na Baixada Fluminense (MEDEIROS, 1989, 2004; GRZYNSZPAN, 1987, 1998, 2009; PEDROZA, 2000, 2003, 2010), são unânimes em afirmar que, embora as ocupações dessas terras fossem antigas, entre o final do século XIX e início do XX, foram “abandonadas

¹² Na época, a atual capital fluminense - Rio de Janeiro era a capital do Brasil. O Rio de Janeiro foi capital do Brasil entre 1763 e 1960.

¹³ No estado do Rio de Janeiro foram criados os Núcleos Coloniais Agrícolas de Santa Cruz (1930), da Colônia de São Bento (1932), de Tinguá (1938), Duque de Caxias (1941), de Papucaia (1951), de Macaé (1951) e o de Santa Alice (1955), cujo objetivo era estabelecer um “cinturão verde” nas proximidades da então capital federal, com a pretensão de melhorar o abastecimento do Rio de Janeiro com produtos hortifrutigranjeiros.

¹⁴ Japeri foi emancipado pela lei estadual nº. 1.902, de 02/12/1991, desmembrando-se de Nova Iguaçu.

pelos antigos proprietários em razão da falência de atividades econômicas e que foram pouco a pouco apropriadas por pequenos agricultores.” (MEDEIROS, 2004, p. 212).

A região da Baixada Fluminense tem sua ocupação datada desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, ocorrida no século XVI. A indústria açucareira predominou até o século XVIII, muito embora outros cultivos tivessem importância tanto para a subsistência quanto para a comercialização. Para Geiger e Santos (1954, p. 292) “o aproveitamento dos grandes rios para o transporte fácil e barato da produção favorecia o desenvolvimento econômico da região”, cujas mercadorias desciam os rios em direção à baía de Guanabara atingindo o porto do Rio de Janeiro. A partir do século XIX, o café teve uma rápida passagem na região indo se fixar no Vale do Paraíba.

Pedroza (2003) e Grynszpan (1998) argumentam que, com a concentração da produção do açúcar no norte do Estado e a do café no Vale do Paraíba, as terras da Baixada Fluminense sofrem um processo de desvalorização que levará ao desinteresse dos grandes proprietários que dividem e vendem suas terras. Pedroza (2003, p. 251) esclarece que,

Entre fins do século XIX e início do século XX, com a lenta decadência da lavoura cafeeira escravista e a concentração da produção agrícola mais valorizada no Norte do Estado e no Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense passou a ser vista como área abandonada e decadente [...]. Nesse momento, com os antigos barões do café já mortos e seus herdeiros desinteressados pelas terras cansadas, insalubres e alagadas que impunham muitos esforços para o lucro, o interesse da *plantation* abandonou a região e deu espaço para que antigas e grandes fazendas fossem desmembradas, aforadas ou simplesmente tivessem suas bordas apossadas por famílias de lavradores pobres.

Grynszpan (1998, p. 263), utilizando-se de dados do recenseamento entre os anos de 1940 a 1960, demonstra que houve um crescimento considerável do “número de estabelecimentos controlados por ocupantes, ou posseiros”. Segundo o autor,

Se, em 1940, eles praticamente não figuravam nos dados do Censo relativos aos municípios da Baixada, em 1950 já eram 253 e, em 1960, saltavam para 1.596. De 0,03% do total de estabelecimentos recenseados na região em 1940, eles passaram a 24,2% em 1960. Sua área média subiu de 8,8 ha em 1950, para 13,6 ha em 1960.

Grynszpan (1998) expõe que,

Parte das terras abandonadas, despovoadas e incultas não apenas mudou de proprietário, como também passou a receber lavradores que, em condições diversas que iam desde a parceria até a ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começaram a produzir juntamente com suas famílias, promovendo mesmo uma expansão das áreas de lavoura (ibidem).

Na virada do século XIX para o XX, a parte da Baixada Fluminense viverá o *boom* da laranja, atraindo lavradores de outras regiões do Estado e também do nordeste brasileiro, que sofria mais uma vez com longos períodos de seca (1930/1932 e 1941/1942). Conforme atesta Bráulio Rodrigues (2008, p. 22-23) em seu depoimento sobre Pedra Lisa, região vizinha a Rio d'Ouro e Santo Antônio, Japeri:

Vinham muitas pessoas de Itaperuna, Miracema e de outros lugares do estado do Rio de Janeiro para se estabelecerem ali.

A partir da primeira década do século XX uma série de acontecimentos, somados ao desenvolvimento da economia citrícola em Nova Iguaçu, dará novas feições à questão da ocupação e posse da terra. Como salienta Simões (2006, p. 175), a partir da década de 1940, o então distrito de Nova Iguaçu,

Passa a ser incorporado ao processo de urbanização que explode na Baixada Fluminense e as terras em torno da estação [pertencentes à família Paes Leme que em fins do século XIX se desfaz de parte delas], passam a ser loteadas de forma acelerada e vendidas a uma população de baixa renda atraída pelo baixo preço dos lotes e pela ligação ferroviária com o centro do Rio de Janeiro.

Porém, grandes espaços territoriais permaneceriam vazios. Seriam eles constituídos como reserva de valor? Para a especulação imobiliária? Estariam estas terras sendo alvo de disputa pela posse entre lavradores x proprietários x grileiros x posseiros?

No decorrer desse tópico veremos com mais detalhes como se configurou a região a partir da adição de outros elementos como, por exemplo, os loteamentos e de alguns dos novos proprietários de grandes extensões de terras.

1.2.3 - Os loteamentos

Como vimos acima, a ocupação da Baixada Fluminense a partir da primeira década do século XX, deveu-se ao fato de ser alvo de intensa corrente migratória – notadamente do Nordeste brasileiro – atraída primeiramente pelo desenvolvimento da economia citrícola da região e, mais tarde, pela política desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas pautada fortemente na industrialização.

Por ser uma região contígua ao Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense sempre foi alvo das atenções (não confundir com ações) das autoridades. Área geograficamente propensa aos alagadiços e pântanos, situação agravada com a devastação das matas e do assoreamento

dos rios e sendo atacada pela malária, a Baixada Fluminense durante a primeira metade do século XX recebeu diversas obras de saneamento¹⁵.

Os objetivos dessas intervenções eram eliminar os focos da malária e criar condições para que essas regiões se tornassem agricultáveis mirando o abastecimento do então Distrito Federal e do estado como um todo. Vaz (2010, p. 8) explicita que “o discurso que a Comissão ratificava era que o dessecamento das terras da Baixada, tão próximas a capital federal, faria a produção agrícola novamente florescer e colaboraria para o retorno do estado figurar entre os grandes produtores nacionais”.

Tanto no governo de Nilo Peçanha (1909-1910) e mais acentuadamente a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas (1930-1945), as intervenções saneadoras se intensificaram. Fadel (2009, p. 189) salienta que, “na Baixada, o sentido de sanear [...] é revitalizar a agricultura local, atendendo as interesses dos donos de grandes terras da região”. A autora prossegue em sua análise alertando para o fato de que,

Embora a questão da “vocação agrícola” da Baixada Fluminense seja reafirmada, G es¹⁶ apresenta uma questão não prevista nas Comissões anteriores, a venda e o loteamento das terras. Observa-se que o loteamento   feito tanto pelo governo como por empresas que adquiriram grandes propriedades. (2010, p. 11).

Vaz (2010, p. 50) complementa, no sentido de que,

O padrão das políticas públicas de saneamento adotadas na Baixada nos últimos 30 anos foram patrimonialistas e clientelistas, fundado na apropria o privada dos recursos públicos, para atender as elites locais e as empreiteiras responsáveis pela execu o das obras.

Corroborando com Fadel e Vaz, Pedroza (2003, p. 252) afirma que,

Os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras de revitaliza o agrícola da região não foram alcançados. O principal motivo foi que os investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produ o agrícola, acabaram alimentando a especula o para loteamento urbano e a disputa de grandes proprietários.

Diversos autores são unânimes em afirmar que as obras de saneamento da Baixada provocaram a especula o imobiliária e os loteamentos. Como observam Geiger e Mesquita (1956, p. 2; apud GRYNSZPAN, 1998):

¹⁵ Sobre as Comissões e Obras de Saneamento da Baixada Fluminense, consultar FADEL (2009, 2010); SOUTO (2015); SOUZA (2006); VAZ (2010).

¹⁶ Refere-se ao engenheiro responsável pela Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (1934). GÓES, Hildebrando de Araújo. **O saneamento da Baixada Fluminense**, Rio de Janeiro, Diretoria da Baixada Fluminense, 1939.

A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento, visando a uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez maior das atividades de loteamento de tipo urbano. [...] A especulação com terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo.

Geiger e Santos (1954, p. 305) chamam a atenção para o fato de que “as terras saneadas pelo governo na Baixada, com o objetivo de melhorar as condições da lavoura de abastecimento da capital, foram muito valorizadas pela possibilidade de também serem loteadas, o que, aliás, tem acontecido”.

Para Grynszpan (2009, 41), “a especulação, da mesma forma que o fluxo de lavradores para a Baixada, foi alimentada, ainda que de maneira indireta, pela ação do Estado, que, através das obras e investimentos, provocou a valorização das terras”.

Os vultosos investimentos governamentais no processo de industrialização do país, a conhecida política de substituição de importações, direcionada em especial ao Distrito Federal, impactaram as regiões no seu entorno como a Baixada Fluminense.

A intensa movimentação populacional aqueceu o mercado imobiliário tanto no Rio de Janeiro quanto em áreas próximas a ele, resultando numa intensa urbanização, como argumenta Silveira (2009, p. 241).

Após transitar por um período de decadência e esvaziamento populacional, no final do século XIX, decorrente da crise da cafeicultura, a região viveu um momento de valorização fundiária, na década de 1940, por conta de diferentes fatores: a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional; a construção de rodovias federais, dentre elas a via Dutra; a industrialização do Vale do Paraíba; e a crescente urbanização de cidades vizinhas, como o Rio de Janeiro, capital do país até 1960. Essas circunstâncias promissoras atraíram especuladores interessados em loteamentos, ocasionando conflitos.

O geógrafo Strauch (1955, p.103), percorrendo a região em 1955, constata que,

Vastas áreas desocupadas, com habitações muito esparsas, refletem uma enorme atividade especulativa. [...] Muitos desses loteamentos datam de mais de dez anos e, apesar disso, são relativamente diminutas as construções, mostrando que este comércio de terras, na grande maioria das vezes, é simples investimento de capital.

Fadel (2010, p. 11), prosseguindo em sua análise sobre a história ambiental e saneamento na Baixada Fluminense¹⁷, entende que não há explicação para o fato de grandes empresas adquirirem “terras insalubres e abandonadas para depois loteá-las”.

¹⁷Para a Comissão de Saneamento a Baixada Fluminense, diferentemente da minha abordagem, compreendia a área dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro

Possivelmente a autora, utilizando-se de instrumentos teórico-metodológicos que não contemplavam as redes de relações envolvidas nas obras de saneamento, não intensificou as pesquisas no sentido de verificar que essas grandes empresas pertenciam aos empresários que exerciam grande influência junto aos governos, obtendo através de suas redes de relações informações privilegiadas, tais como desapropriações com valores generosos aos amigos e possibilidades de contratação por parte dos governos para a execução de serviços de infraestrutura.

Provavelmente essas redes de relacionamentos e informações privilegiadas possam ser aplicadas ao caso das muitas aquisições de terras realizadas pelo bem-sucedido empresário da época João Leopoldo Modesto Leal, conhecido como Conde Modesto Leal¹⁸. Sabemos através de pesquisa bibliográfica e de documentações que no início do século XX, o Conde Modesto Leal adquiriu várias propriedades no então município de Nova Iguaçu, muitas delas antigas fazendas decadentes e hipotecadas junto às instituições financeiras, tornando-se proprietário de uma vasta área territorial deste município.

Em 1927, ele se uniu aos membros da poderosa família Guinle e a outros empresários que mantinham fortes ligações com os governos brasileiros há décadas, mediante a participação societária na recém-criada sociedade anônima Companhia Fazendas Reunidas Normandia¹⁹, cujo objetivo era “explorar a propriedade territorial denominada "Normandia" sita nos municípios de Iguassu e Itaguahy, Estado do Rio de Janeiro, e constituída pela fusão de varios immoveis ruraes, conforme a especificação constante das actas de organização da sociedade.” (BRASIL, 1927, p. 16505).²⁰

Portanto, pelo que vimos, as obras de saneamento na Baixada provocaram, ao invés do incentivo à produção de alimentos, a valorização das terras gerando especulação imobiliária nas áreas até então tidas como agrícolas, passando a ser alvos de disputas (violentas) entre pretensos e legítimos proprietários, grileiros e posseiros. Sequer as terras

(dos municípios do chamado “Recôncavo da Guanabara”). Outra representação da área, denominada como Planta geral da Baixada Fluminense, também elaborada pela CFSBF e datada do ano de 1915, apresenta uma área maior, incluindo uma parte da região que posteriormente seria chamada de Baixada de Araruama, uma das baixadas da Baixada Fluminense. Uma nova representação da Baixada Fluminense teve sua área ampliada e dividida em outras quatro baixadas, a saber: Baixada de Sepetiba, Baixada da Guanabara, Baixada de Araruama e Baixada dos Goitacazes. Disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/regioes.htm>.

¹⁸ O Conde Modesto Leal é figura importante para entendermos as disputas por terras ocorridas em Rio d’Ouro e Santo Antônio. Voltarei ao assunto no Capítulo II.

¹⁹ Assim como o Conde Modesto Leal, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia é um elemento importante para entendermos as disputas por terras ocorridas em Rio d’Ouro e Santo Antônio, conforme veremos no Capítulo II.

²⁰ Optei por manter a grafia original.

públicas escaparam das disputas, muitas vezes apropriadas de forma ilegal, gesto este facilitado pela falta de documentação pertinente, bem como pelo não controle do governo sobre o seu patrimônio.

1.3 - Camponeses: um ator social alvo de disputas políticas

Com as mudanças ocorridas em fins do século XIX até meados do XX advindas do processo de industrialização e a conseqüente urbanização, atrelada ao êxodo rural, cria-se um ambiente favorável à organização e à articulação das lutas e dos movimentos sociais do campo. O foco agora se volta para a reforma agrária e a posse da terra, contagiando um grande contingente de trabalhadores rurais e urbanos em vários estados brasileiros. Para Grynszpan (1998, p. 257),

Um elemento sem dúvida fundamental, que produziu efeitos extensos, profundos e duradouros, foi a intensa mobilização camponesa ocorrida no país na década de 1950 e início da de 1960. Foi a partir deste momento, mais claramente, que se conformaram novas categorias de percepção do campo e dos camponeses de maneira geral, que passaram a ser identificados como atores políticos importantes e, por esta via, também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes.

Este pensamento é compartilhado por Medeiros (1989, p. 12), que argumenta:

Nos anos 50, a emergência de ligas camponesas, de “associações”, de uniões trouxe à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política.

Apesar de diferentes motivações, havia um ponto em comum entre estes conflitos: “a resistência dos trabalhadores rurais, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos”. (MEDEIROS, 1989, p. 34).

As considerações acima nos permitem conceber as formas de organização e as ações camponesas do período estudado como sendo o que Gohn conceituou como movimentos sociais. Ou seja, para a autora quando uma heterogeneidade de classes e estratos sociais se unem em torno de uma determinada demanda, a qual transforma-se em uma reivindicação concreta (a força social), que por sua vez se torna o centro a partir do qual se dará a luta social ou ação coletiva concreta dos homens enquanto atores sociais num determinado lugar do

conflito social (o campo político), baseado em uma dada conjuntura político-econômica e cultural, tem-se aí um movimento social.

Se pensarmos na perspectiva gramsciana de sociedade civil, a forma organizacional do campesinato – as associações de lavradores - frente à luta travada com os diversos agentes sociais – proprietários de terra, grileiros, o próprio Estado, equipara-se ao que o autor denominou como sendo aparelho privado de hegemonia.

Para Moraes (1997), ao fundamentar-se numa perspectiva crítica e histórica dos processos sociais, Gramsci suplanta o conceito de Estado no sentido de uma sociedade política entendida como aparelho de repressão cujo objetivo é a adequação das massas às relações de produção. O autor argumenta que Gramsci diferencia dois campos no interior da superestrutura. Um deles é a sociedade política, representada pelo conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção e da violência (grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis).

A sociedade civil segundo Moraes (1997, p. 98), é o outro campo no interior da superestrutura que nomeia o “conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural, etc.”. Gramsci identifica essas múltiplas organizações e agentes sociais como aparelhos privados de hegemonia.

Moraes (Idem) explica que juntas - sociedade política e sociedade civil - “formam o Estado em sentido amplo, isto é, a hegemonia revestida de coerção”. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política as classes impõem uma "ditadura", ou por outra, uma dominação fundada na coerção. Mendonça (2012, p. 351) explica que,

O conceito de Estado ampliado transborda os limites institucionais do Estado tal como entendido pelo senso comum (instituições públicas), identificando as formas pelas quais ele integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Dialeticamente, o Estado ampliado resulta das múltiplas formas de organização e conflito inerentes à vida social.

Conceito indissociável de Estado ampliado, hegemonia é concebida como a “capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe”. (LAPA, 2018).

Diante desse quadro, os camponeses serão alvo de intensas disputas por parte de diversos outros atores políticos, dentre eles os partidos políticos, a Igreja Católica, os homens públicos com projetos políticos e os órgãos de imprensa, como veremos a seguir. Segundo Grynszpan (1998, *on-line*),

A intensa mobilização camponesa ocorrida no país na década de 1950 e início da de 1960 [traduziu-se na conformação de] novas categorias de percepção do campo e dos camponeses de maneira geral, que passaram a ser identificados como atores políticos importantes e, por esta via, também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes.

1.3.1 - Partido Comunista Brasileiro (PCB)

A atuação do Partido Comunista Brasileiro junto ao campesinato brasileiro mostrou-se eficaz no sentido de ter acesso às informações, ao conhecimento de instrumentos legais e administrativos, no trato político, ampliando a visibilidade dos movimentos camponeses junto à sociedade, aos meios políticos, à imprensa. Os órgãos de divulgação do próprio partido – até 1958, a *Imprensa Popular*²¹ e a *Voz Operária*, e posteriormente o semanário nacional *Novos Rumos*²² e a revista *Estudos Sociais* - foram usados como porta-vozes da luta pela terra.

Segundo a pesquisadora Leonilde Medeiros, os dados do Núcleo de Pesquisa do CPDA/UFRRJ, publicados na *Revista Rio Pesquisa* apontam no sentido de que,

O primeiro conflito identificado no período de análise e documentado por meio de jornais da época aconteceu em 1956, quando pioneiras associações de lavradores conseguiram o direito à terra onde viviam como posseiros, em Pedra Lisa²³, região de Nova Iguaçu na época, hoje Japeri.

Percebemos que havia uma grande articulação de movimentos camponeses no Rio de Janeiro no pré-64 feita pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora aparecessem outras organizações, como as Ligas Camponesas, mas com influência limitada. (2015, p.9-10).

A mesma fonte completa que “a resistência em Pedra Lisa, em 1956, que levou à desapropriação da terra, foi uma das que contaram com a forte influência do PCB.” (Idem, p. 10). A aproximação do PCB junto ao movimento camponês deve-se a nova orientação do partido no sentido de que cabia aos comunistas a preparação da luta revolucionária de massas,

²¹ Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi fundado no ano de 1948 e circulou até o ano de 1958.

²² Jornal carioca semanal com distribuição nacional, criado pelo Partido Comunista Brasileiro em fevereiro de 1959 e extinto em abril de 1964.

²³ Pedra Lisa é hoje uma sub-região do município de Japeri. No período pesquisado significou muito mais do que um espaço geográfico delimitado. Era a região sob a influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, abrangendo as áreas das antigas fazendas Santo Antonio do Mato e Limeira e o atual bairro de Nova Iguaçu conhecido como Jaceruba. Falar em Pedra Lisa era remeter ao modo de vida camponês e suas relações de compadrio, de luta pelo bem coletivo, conforme verificaremos no Capítulo II.

e cujas diretrizes foram exposta no documento conhecido como Manifesto de Agosto de 1950, o qual propunha dentre outros pontos, o confisco das grandes propriedades latifundiárias, sem indenização, e a entrega das terras aos camponeses. Essa diretriz será reafirmada na Declaração Política, documento apresentado em março de 1958. Como explica Medeiros (2015, p. 54),

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve um papel importante no sentido de estimular a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às suas bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária.

Grynszpan (1987, p. 225, v.2) completa salientando que,

O PCB não era um agente solitário nas lutas ocorridas no campo fluminense. É preciso ter em conta que, na medida em que se opera a politização da questão agrária e que o campesinato passa a ser reconhecido como um ator político, ele também se transforma em centro das disputas entre diversos agentes que, sobre ele, buscam estender o seu controle. Além disso, tal processo tem, igualmente, desdobramentos sobre a política tradicional, provocando deslocamentos e redefinições que, por sua vez, podem influir nas próprias lutas camponesas.

No jogo que se desenrola no seio da sociedade civil, em que os grupos buscam atrair partidários aos seus projetos, os camponeses da Baixada Fluminense também serão alvos de duas figuras políticas de extrema relevância, conforme veremos em seguida.

1.3.2 - Governador Roberto Silveira

“Quero ser governador do Estado do Rio, depois governador da Guanabara e, em seguida, presidente da República”. (ROCHA, 2003, p. 282) ²⁴. A frase dimensiona bem o projeto político de Roberto Silveira, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ²⁵. Muito perspicaz, vislumbrou que a Baixada Fluminense, considerada reduto eleitoral de seu opositor

²⁴ Segundo Rocha (2003), a frase é de Roberto Silveira quando foi pedir apoio a Samuel Wainer, proprietário do jornal Última Hora, à sua eleição ao governo do Estado do Rio em 1958.

²⁵ O PTB e o PSD foram partidos criados em 1945, sob os auspícios do então presidente Getúlio Vargas. O PTB, de cunho progressista, voltou-se às novas forças sociais que despontavam com o processo de industrialização, direcionando-se mais objetivamente aos operários urbanos, presas fáceis do Partido Comunista, segundo os seus idealizadores. O PSD congregava as forças que apoiavam Getúlio Vargas, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos, etc. Inicialmente, Roberto Silveira fora filiado ao PSD do qual se desligou em 1945, indo para PTB.

Getúlio Barbosa de Moura²⁶, seria o diferencial para as eleições ao governo do Estado do Rio em 1958.²⁷

A própria candidatura de Getúlio de Moura ao governo fluminense pelo Partido Social Democrático (PSD) fundamentou-se na avaliação de que a Baixada Fluminense seria a região que decidiria a eleição. O partido estava certo. Roberto Silveira elegera-se governador do Estado do Rio com 90 mil votos de diferença, sendo decisivos os votos daquela região.

A carreira política de Roberto Silveira inicia-se em 1946, quando ocupa o cargo de oficial de gabinete do governador fluminense Lúcio Meira. Eleito por dois mandatos consecutivos como deputado estadual (1947-1950 e 1951-1955), em 1951 passa a exercer o cargo de secretário do Interior e Justiça, do governo de Amaral Peixoto.

No pleito de 1955, elege-se vice-governador na chapa de Miguel Couto Filho, na coligação política PSD-PTB que também conduziu Juscelino Kubistchek à presidência e João Goulart para vice-presidente do Brasil. O seu rápido avanço na política estadual e os resultados das urnas - obteve mais votos do que o governador eleito Miguel Couto Filho, confirmou o seu prestígio junto aos eleitores fluminenses tornando-o igualmente uma destacada figura da política nacional.

A administração de Roberto Silveira (1959-1961) significou para o Estado do Rio uma guinada, digamos, mais ao centro, no trato dos conflitos nas áreas rurais, assunto que atemorizava os proprietários de terras fluminenses. Tendo em vista as pretensões do governador em alçar voos mais altos e estando a questão agrária – em especial, a reforma agrária, no epicentro das discussões que aconteciam país afora, podemos aventar que a disposição de enfrentá-la seria uma estratégia que funcionaria como vitrine para seus planos futuros. Segundo Grynszpan (2009, p. 49),

Alguns líderes tradicionais e novos políticos em ascensão passaram a desenvolver uma estratégia de atração dos posseiros, incluindo-os em seus discursos e programas. Esse foi o caso do governador petebista Roberto Silveira. Ele, que já durante a sua campanha havia prometido proteção aos posseiros e uma reforma da estrutura agrária do estado criou logo no início de seu governo, em 1959, o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado.

[...] Na verdade, o Plano de Colonização funcionou como um instrumento para a criação de bases do governo e para o fortalecimento da liderança individual de Roberto Silveira no campo. Suas realizações eram

²⁶ Sobre Getúlio de Moura, consultar ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003, p. 75-92.

²⁷ Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti haviam se transformado no principal colégio eleitoral do estado do Rio.

apresentadas pelo jornal Última Hora ligado ao PTB, como frutos da ação pessoal do governador, ao mesmo tempo em que eram promovidas manifestações de lavradores, em Niterói, como o objetivo de agradecer a ele pelo que vinha sendo feito.

A proposta do Plano Agrário²⁸ era de ser um interlocutor entre as partes litigantes - camponeses e proprietários devidamente documentados ou não, conduzindo-as a uma negociação amigável e pacífica. A ordem dada ao executor do Plano era no sentido de que onde houvesse litígios, o governo se faria presente começando pelo exame dos títulos da propriedade alvo da disputa e o cadastramento dos posseiros.

A intenção era criar núcleos nas áreas invadidas dotando-as de instalações básicas: “escritório do Plano, subdelegacia que seriam ocupadas por oficiais reformados, consultório médico-odontológico, escola do Movimento Popular de Alfabetização, cooperativa, galpão para máquinas e implementos agrícolas e centro comunitário”.²⁹ (ROCHA, 2003, P. 395).

Roberto Silveira promoveu em seu curto período de governo aproximadamente treze desapropriações, incluindo as Fazendas São Pedro, Pedra Lisa e Boa Esperança (Normandia / Tenente Pacheco)³⁰ no município de Japeri.

Os voos com os quais Roberto Silveira sonhara, foram dissipados ironicamente com um voo de helicóptero. Disposto a verificar os estragos causados pelas chuvas nas regiões noroeste e norte do estado, o governador, que estava em Petrópolis, embarcou num aparelho que perdeu o controle ao decolar. A queda da aeronave, que pegou fogo, causou a morte de Roberto Silveira em fevereiro de 1961, aos 37 anos³¹.

1.3.3 - Presidente João Goulart

Outro ator político importante na disputa pelo apadrinhamento - se assim podemos dizer - dos camponeses enquanto agentes políticos e de sua causa foi João Goulart.

²⁸ Segundo Grynszpan (1987, p. 237), “os conflitos de terra ocorridos na Baixada foram um dos focos de atenção básicos do governador Roberto Silveira já durante a sua campanha; falando aos camponeses da região de Pedra Lisa, Roberto havia prometido a proteção dos posseiros e a reforma da estrutura agrária do estado”.

²⁹ Retornaremos ao assunto no capítulo II, quando abordaremos a práxis da proposta dos núcleos através da luta pela terra em Santo Antônio.

³⁰ Fazendas São Pedro e Pedra Lisa - Decreto 6.896 de 13/01/1960, publicado no DOERJ de 14/01/1960 e Decreto 7.214 de 02/12/1960, publicado no DOERJ 03/12/1960. Fazenda Boa Esperança (também conhecida como Normandia ou Tenente Pacheco) - Decreto 7.206 de 25/11/1960, publicado no DOERJ de 26/11/1960.

³¹ Até hoje há controvérsias sobre o acidente que vitimou o governador. Para alguns, houve um atentado, um assassinato, um acidente premeditado, pelos opositores de Roberto Silveira, sendo uma das possíveis hipóteses a implantação do Plano Agrário, a sua intensa ligação com os posseiros e as diversas desapropriações de terra por ele realizadas. Como almejava a presidência da República, o “atentado” seria obra dos mesmos grupos que vinham articulando um golpe desde o início da década de 1950, responsáveis pela crise política que vitimou o presidente Getúlio Vargas.

Dentro do intervalo temporal da pesquisa – 1940/1970, a atuação do governo federal nas questões fundiárias no país até o início dos anos 60, ocorria através do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), órgão do Ministério da Agricultura criado no segundo governo de Getúlio Vargas, pela Lei nº 2.163/1950, com a finalidade de planejar e executar o programa nacional de colonização sem, contudo, intervir diretamente nos conflitos agrários.

Com a posse na presidência da República após um período de crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros e instaurado o sistema parlamentarista, João Goulart pôs em marcha o seu projeto para o campo brasileiro, com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) em outubro de 1962, que absorveu as atribuições do INIC.

Instrumento principal de intervenção na questão agrária durante a curta gestão de Jango, como era popularmente conhecido, a SUPRA tinha como propósito criar uma conjuntura política e institucional que fosse favorável à aplicação imediata das medidas a serem propostas pelo governo. A sua atuação junto Ministério do Trabalho, englobava o apoio institucional à criação de sindicatos, a liberação de verbas necessárias para principiar o seu funcionamento (como por exemplo, a aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados necessários à legalização dessas entidades) e o favorecimento do seu reconhecimento.

João Goulart diferenciou-se dos governos que o precederam pelo intenso envolvimento de seu governo com a questão agrária. Um dos exemplos é o seu comparecimento no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em Belo Horizonte, em novembro de 1961. Na ocasião acompanhavam o presidente o primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD) e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN). Para Grynszpan (2006, p. 63), a presença dessas autoridades como “expressões de diferentes posições no espectro, reforçou, ao mesmo tempo que evidenciou, o amplo reconhecimento do campesinato como um novo ator e a legitimidade da reforma agrária”³².

Na disputa pelo controle político das populações rurais, é aprovado em março de 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural, cuja meta foi estender ao campo as conquistas trabalhistas

³² Para Grynszpan (2006, p. 63-4), o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi, para além da luta pela reforma agrária, “a expressão de outro processo, no qual a ação do governo teve peso importante: o das disputas entre as diversas forças políticas que buscavam consolidar seu controle sobre o novo ator que se impunha - o campesinato, organizando-o e apresentando-se como seu legítimo representante, seu porta-voz autorizado. Nesse encontro mediram forças, sobretudo dois grupos de grande presença entre os camponeses: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas Camponesas.

do operariado urbano. Outro destaque está na ampliação do conceito de trabalhador rural, incorporando os arrendatários, posseiros, pequenos proprietários e produtores autônomos, tornando-os usufruidores do aparato sindical e previdenciário.

Os esforços empregados na criação de sindicatos e federações³³, tanto por parte do governo, quanto por grupos do próprio Congresso, objetivavam, segundo Grysztan (2006, p.66), “consolidar bases de apoio e institucionalizar o crescente movimento camponês”.

Por fim, num contexto de intensas pressões vindas de todas as direções – manifestações, protestos, ocupações de terras, resistências, greves - Jango é deposto pelo golpe civil-militar de abril de 1964.

1.3.4 - Igreja Católica e os Círculos Operários

Importante instituição que ultrapassa as fronteiras da religião, a Igreja Católica foi outro agente político na disputa como representante dos camponeses. Através dos Círculos Operários - associações leigas de direito civil e de caráter interprofissional, isto é, congregavam diversas categorias de trabalhadores³⁴, ela atuará diretamente nos sindicatos com o objetivo de afastá-los da influência, principalmente, do PCB. Mas não somente isso.

Nas disputas pela hegemonia, a atuação da Igreja Católica visava resgatar – e ampliar - o seu poder enquanto instituição no bojo da sociedade, buscando firmar-se como “interlocutor junto ao Estado dos interesses dos assalariados urbanos (e mais tarde, do campesinato) e, dessa forma, projetar-se como elemento mediador necessário na relação capital-trabalho”. (SOUZA, 1998, p. 153). Indo mais além, buscou ratificar o seu papel como agência monopolizadora do sagrado face à República que ousou negá-la, bem como de novos atores na disputa desse monopólio.

Com postura conservadora e atrelada aos grandes proprietários de terras, tinha como objetivo buscar meios para a melhoria das condições de vida do campesinato sem, contudo, promover a alteração da estrutura agrária no Brasil, fundamentada na elevada concentração de terra.

³³ Devido a uma série de complicadores legais, os camponeses se organizavam, até então, em entidades de caráter civil, como ligas camponesas e associações de lavradores, sendo seus estatutos registrados em cartórios civis.

³⁴ A fundação dos Círculos Operários em 1932 está ligada a corrente do catolicismo social fruto dos confrontos da Igreja Católica com o liberalismo do século XIX.

Para Souza (1998, p. 150), os Círculos Operários significaram a “experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação expressiva da Igreja com o Estado”. A autora prossegue argumentando que a Igreja Católica atuou com um dos agentes disciplinadores prementes ao processo de industrialização fomentado pelo Estado:

O circulismo pretendia não só lutar pelos direitos dos trabalhadores, mas buscava também promover a educação, a integração entre trabalhadores de diferentes áreas, momentos de lazer para o trabalhador e sua família. [...] As diversas atividades oferecidas pelos círculos tinham um intuito além do de apenas amparar os trabalhadores: ofereciam vida social ao operário e a sua família, de forma que este se envolvesse cada vez mais com o movimento, sob o olhar atento dos dirigentes e do clero, não só durante o horário de trabalho, mas também no horário de lazer.

No estado do Rio, os Círculos tiveram grande influência nas áreas rurais com atuação desde os fins dos anos de 1950. Sob a tutela do assistente eclesiástico³⁵ padre Antônio da Costa Carvalho, conhecido como padre Carvalho³⁶, a Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) combateu as organizações camponesas até então existentes – as associações e as federações, cuja ligação tanto com o PCB quanto com as Ligas Camponesas eram bastante forte.

Grynszpan (1987, p. 252) registra que José Pureza após receber a carta sindical da Federação dos Agricultores e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), em novembro de 1963, teria acusado o padre Carvalho de “fazer política antilavrador e procurar intrometer-se em questões internas nas organizações sindicais na base do anticomunismo”. Na verdade Pureza expressa o temor de que as ações do padre Carvalho intentavam neutralizar o trabalho da esquerda junto ao campesinato fluminense.

Para além da neutralização, padre Carvalho estava atuando no sentido de fortalecer as organizações camponesas sob a sua órbita, bem como atrair os lavradores que se encontravam sob a orientação da FALERJ, do PCB e das Ligas Camponesas. Segundo Grynszpan, um ex-técnico que atuou junto ao Plano Agrário na gestão do padre Carvalho, “as reuniões eram marcadas nas mesmas horas e em locais próximos às convocadas por lideranças tidas como comunistas”. (1987, p. 252).

³⁵A direção das Federações dos Círculos Operários era leiga, mas cada uma contava com a tutela de um assistente eclesiástico, membro da hierarquia católica e geralmente jesuíta, que tinha poder de veto nas deliberações.

³⁶No capítulo II voltaremos a abordar as ações do Círculo Operário no estado do Rio de Janeiro através da atuação do padre Carvalho na região de Santo Antônio / Japeri.

Dessa forma a disputa pelo monopólio de representação do campesinato travada pela Igreja Católica através dos Círculos Operários, se estendia ao domínio de uma dada visão de mundo social mediante o consenso como forma de manutenção da sua hegemonia.

1.3.5 - Federações de Lavradores

As divergências e as competições internas dos movimentos camponeses de luta pela terra quanto à condução dos conflitos provocará a criação de duas entidades de lavradores que rivalizarão entre si na disputa pela representação dos camponeses no Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, a competição travada ia muito além do monopólio pela representação. Ela se estendia na disputa pela hegemonia de um dado projeto para o campo e para os camponeses brasileiros, mediante a difusão de valores simbólicos e de ideologias.

As dificuldades de organização sindical do campesinato, ligadas às questões de cunho jurídico e o despontar dos trabalhadores rurais como atores políticos a partir dos anos de 1940, demandou o estabelecimento de instrumentos de defesa ante os ataques sofridos, sendo o principal deles as ações de despejos arbitrários.

Os impedimentos legais para que se criassem sindicatos rurais conduziram os camponeses à fundação de associações de lavradores. José Pureza (1982), liderança expressiva dos trabalhadores do campo no Estado do Rio, conta que no fim de 1949 procurou organizar os lavradores de Xerém (Duque de Caxias) contra as ameaças de despejos feitas por grileiros, através da formação de uma Comissão que defendesse todos os camponeses. Instruído por um advogado especialista em assuntos fundiários, criou a primeira entidade camponesa no Estado – a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), registrada como organização civil, cujos limites de ação se circunscreviam a Xerém³⁷. José Pureza (1982, p. 26 e 38) explica o *modus operandi* da ALF.

Em todas as regiões, quando íamos fundar uma organização camponesa, formávamos inicialmente um *Núcleo* da “Associação de Lavradores Fluminenses” [...] ajudávamos no seu desenvolvimento até que pudessem andar com seus próprios pés. Quando os camponeses aprendiam a dirigir seus *Núcleos* e o número de associados crescia, eles eram transformados numa nova “Associação”, que recebia o nome do lugar como batismo. (Destques do autor).

Corrêa e Macedo (2007, p. 371) explicam que,

³⁷ Maio de 1959. Organização do Núcleo da Associação dos Lavradores de Japeri filiado da Associação de Lavradores Fluminense (ALF). *Jornal Novos Rumos*, Ano I, nº 12, 15 a 21/05/1959, p. 5. Entendo que essa ação demonstra relativa autonomia em relação à Associação dos Lavradores de Pedra Lisa.

A ALF tinha objetivo claro: organizar os trabalhadores rurais para reagirem à expulsão ilegítima de suas posses, uma vez que os supostos proprietários dos imóveis apresentavam documentação grosseiramente falsificada. As ações mais recorrentes da entidade foram as manifestações em frente à Assembleia Legislativa e ao Palácio do Governo, em Niterói, além de denúncias nos jornais. Essa estratégia proporcionou ao movimento uma extensão do seu campo de atuação na medida em que o aproximou das organizações operárias urbanas, estendendo seu leque de apoio. Outra providência de destaque da Associação foi criar uma cooperativa de consumo que barateava o preço dos produtos e atraía outros camponeses para a entidade.

Com o crescimento no número de associações, José Pureza declara ter sentido que era necessário criar uma entidade que abrangesse a luta dos camponeses em todo o Estado do Rio de Janeiro, cuja diretoria seria eleita por todas as “Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” no Estado.

Figura de expressão na história do campesinato fluminense, José Pureza da Silva nasceu em Alagoas e muito jovem se mudou para o Rio de Janeiro, transferindo-se para a região de Xerém por volta de 1947 quando soube que estavam distribuindo terras naquela localidade. Segundo ele, “resolvi viver no campo. [...] Nessa época eu trabalhava em construção civil na cidade do Rio de Janeiro como estucador e participava das lutas operárias”. (PUREZA, 1982, p. 17). Fixou-se nas terras da Fazenda Penha-Caixa³⁸ como meeiro.

Aproveitando-se dos tempos em que esteve num “terreiro de macumba” (Idem, p. 21-22), arregimentou os trabalhadores que para ali afluíam para fazerem parte da organização de lavradores que havia fundado (se não for a Comissão de Lavradores em Xerém, será a própria ALF). Fundou a ALF no início dos anos de 1950, bem como diversas outras associações de lavradores no estado do Rio. Unindo-se a outras associações espalhadas pela Baixada Fluminense, em 1959 funda a Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Atuou em vários conflitos agrários dentre eles os de Campos.

Compôs a diretoria da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) entre os anos de 1961/1963 e participou da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963. Sofreu as arbitrariedades do regime ditatorial instalado no Brasil em 1964, vindo a falecer em 1987.

³⁸ Retornaremos a essa Fazenda no Capítulo II.

Segundo Bráulio Rodrigues (2008, p. 35), José Pureza foi à Pedra Lisa propor-lhe a criação de uma única entidade dos lavradores no Estado do Rio de Janeiro. Também teriam visitado Pedra Lisa, Manoel Marins, na época presidente da Associação de Caxias e outras pessoas ligadas aos camponeses. Em Nova Iguaçu³⁹, região onde Bráulio Rodrigues atuava, os camponeses viviam as mesmas agruras, sendo ameaçados de despejos. Ali havia, desde 1948, três associações de lavradores⁴⁰: a de Pedra Lisa, Santo Antônio e Japeri⁴¹.

Ao lado de José Pureza, Bráulio Rodrigues da Silva participou ativamente nos conflitos envolvendo as lutas pela terra no estado do Rio e, em especialmente, em Pedra Lisa, região vizinha a Santo Antônio. Nasceu em Minas Gerais no ano de 1923, tendo perdido seus pais ainda criança. Viveu, segundo ele, “jogado num canto, jogado noutra [...] muito pobrezinho na minha cidade, até que umas tias me pegaram para criar. Mas não puderam”. (Idem, p. 13).

Colocado num caminhão cheio de carvão, foi para Belo Horizonte onde ficou num albergue. Dali foi internado num abrigo de menores. Devido às condições desse abrigo, ganhou as ruas onde foi jornaleiro, engraxate, dormindo embaixo das marquises. ‘Adotado’ pela educadora Helena Antipof junto com outras crianças, foi para o Instituto Pestalozzi do Brasil onde teve a oportunidade de estudar.

Na década de 1940 filia-se ao Partido Comunista e muda-se para Volta Redonda (RJ) no momento em que a usina siderúrgica está sendo construída e, segundo o próprio Bráulio (Idem, p. 16), “era preciso serviço braçal para derrubar os laranjais que havia ali, para construir casas para os engenheiros”. Ali tem a oportunidade de amadurecer politicamente e como liderança. Com a ilegalidade do Partido Comunista em 1948, foge da repressão que se abate sobre os membros do partido e chega à Nova Iguaçu e fixa residência em Queimados, na época 2º distrito daquele município.

Nesse período toma conhecimento de distribuição de terra em Pedra Lisa e aos poucos vai criando laços e conhecendo José Matias, então presidente da Associação dos Posseiros do Sexto Distrito de Nova Iguaçu. Com a morte deste e a mudança na presidência da associação,

³⁹ Nas décadas de 1940 / 1970 a região pesquisada pertencia ao município de Nova Iguaçu.

⁴⁰ As associações eram entidades civis registradas em cartório, de forma a ter um respaldo legal para a sua atuação. Seu objetivo mais urgente era a defesa e a organização dos lavradores contra os despejos de que eram vítimas.

⁴¹ **Informativo.** Boletim do Secretariado Diocesano de Pastoral / Nova Iguaçu. Ano 3, No. 1, setembro de 1979, p. 9. Segundo essa fonte, a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa requereu a carta sindical em 1963, sendo obtida em 1966 com a criação do Sindicato de Engenheiro Pedreira. Durou somente seis meses.

é convidado para fazer parte da diretoria mesmo não tendo terra na região. Torna-se no decorrer do tempo a grande liderança que Pedra Lisa conheceu.

Por diversas vezes foi preso e torturado pelos órgãos de segurança brasileiros devido ao seu envolvimento na luta pela terra. Bráulio e José Pureza foram os pilares dos movimentos camponeses no estado do Rio de Janeiro. Ele faleceu em 20 de junho de 2019, aos 96 anos.

Voltemos às disputas das federações pelo campesinato. A I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses foi convocada pela Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), sendo precedida pelas Conferências Municipais encarregadas pela escolha dos delegados. Sua realização estava prevista para os dias 28, 29 e 30 de agosto de 1959 no Teatro Municipal de Niterói, então capital do estado do Rio.

Com relação à Conferência Municipal realizada em Nova Iguaçu, *Novos Rumos*⁴² noticiou que,

Precedida de conferências locais em Japeri e Pedra Lisa, realizou-se a Conferência Municipal de Nova Iguaçu com a presença de mais de 200 lavradores dessas localidades e mais de Santo Antônio e Tinguá. Foi um dos atos mais importantes em preparação da reunião estadual. Nela foram eleitos delegados à Conferência Estadual representando as Associações de Japeri e Pedra Lisa e os lavradores de Santo Antônio e Tinguá. Uma das resoluções mais importantes foi a Constituição da Associação dos Lavradores, Possesores e Assalariados Agrícolas de N. Iguaçu, que deve coordenar a atividade de todas as associações existentes no município. Estiveram presentes à Conferência, além dos lavradores locais, o Secretário Interino do Trabalho, Dr. Aldio Leite, o representante do Secretário de Segurança Pública do Estado, um representante da Associação dos Lavradores Fluminenses, o Vice-Prefeito do Município e outras personalidades.

O jornal destaca a presença de mais de 200 lavradores de Japeri, Pedra Lisa, Santo Antônio e Tinguá na Conferência Municipal, destacando a decisão tomada no sentido da criação da Associação dos Lavradores, Possesores e Assalariados Agrícolas de Nova Iguaçu que, segundo o semanário, seria responsável pela coordenação de todas as associações daquele município.

Outra informação que chama a atenção é o fato de estarem presentes representantes do governo do Estado do Rio de Janeiro - o Sr. Áldio Leite⁴³, Secretário Interino do Trabalho e o

⁴² *Novos Rumos* – Ano I – nº 26 - de 21 a 27/08/1959, p. 5.

⁴³ Áldio Leite assumiria mais tarde o cargo de Executor do Plano Agrário.

representante da Secretaria de Segurança Pública, como também o vice-prefeito de Nova Iguaçu.

Essas presenças sinalizavam, por um lado, a importância do campesinato e do município para as políticas a serem implantadas pelo executivo estadual através do Plano Agrário⁴⁴ e, por outro, a preocupação do governo do estado com as ações violentas que vinham sendo empreendidas por pretensos proprietários de terras na região, bem como às possíveis reações dos camponeses.

A presença do vice-prefeito do município, talvez aponte para as possíveis tensões entre o executivo municipal e os lavradores, uma vez que o prefeito Arruda Negreiros pertencia aos quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido que expressava os interesses dos proprietários de terras.

Alvo de minha atenção é o destaque sobre a presença de lavradores de Santo Antônio, lócus empírico dessa pesquisa, evidenciada em relação à Pedra Lisa. Evidenciada mas não desvinculada. As associações de lavradores de Pedra Lisa e de Santo Antônio eram autônomas entre si, mas estrategicamente solidárias, tendo uma visão bastante nítida de que somente unindo os esforços os lavradores poderiam vencer os constantes ataques que sofriam dos pretensos proprietários que contavam com as forças de coerção do Estado. No depoimento de um ex-presidente da associação de Santo Antônio evidencia tanto a autonomia quanta a solidariedade conforme veremos no capítulo II.

A I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses contou também com o apoio, ainda segundo *Novos Rumos*,⁴⁵ de parlamentares e líderes sindicais que intercederam junto ao Governador Roberto Silveira solicitando ajuda para a sua realização, comprometendo-se o governador do Estado a fornecer aos lavradores fluminenses, a alimentação e o alojamento no Estádio Caio Martins. As lideranças sindicais fizeram coletas de doações financeiras destinadas a cobrir as despesas referentes à legalização da Federação a ser fundada.

O ato foi convocado pela Associação dos Lavradores Fluminenses e recebeu a imediata adesão de inúmeros parlamentares e líderes sindicais. Os líderes

⁴⁴ O governador Roberto Silveira (PTB) já havia assumido compromissos com os lavradores durante a sua campanha ao governo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando também formar bases de apoio no campo.

⁴⁵ Fundado pelo PCB em 1959, *Novos Rumos* foi um jornal carioca de circulação semanal, distribuído nacionalmente. Foi extinto em abril de 1964.

sindicais não só se dirigiram ao governador do Estado solicitando ajuda para a Conferência, como distribuíram listas para a coleta de contribuições destinadas a atender as despesas com a realização de inúmeros atos municipais. O governador do Estado, por outro lado, já se comprometeu a fornecer aos lavradores alimentação e alojamento no Estádio Caio Martins. (Idem).

Ainda segundo *Novos Rumos*, entre os temas a serem discutidos na I Conferência, estavam:

Reforma agrária, com o aproveitamento das terras devolutas e públicas para entrega aos lavradores que dispunham de pouca terra ou que não possuíam nenhuma; entrega aos posseiros de terras devolutas por eles já ocupadas; garantia da propriedade da terra, com entrega do título de posse, dos posseiros de São João da Barra, Casemiro de Abreu, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Cabo Frio, Itaguaí, Parati, Magé, etc.; auxílio gratuito aos trabalhadores rurais e pequenos produtores agrícolas no que se referem aos serviços médicos, escolas, saneamento, fornecimento de remédios, adubos, sementes, instrumentos de trabalho e inseticidas.

Pela temática proposta percebe-se o grau de articulação dos lavradores fluminenses entre si e sua sintonia com os demais movimentos de luta pela terra que estavam ocorrendo país afora. Interessante frisar é a gama de municípios coligados, demonstrando o prestígio e a confiança em líderes como José Pureza e Bráulio Rodrigues junto aos camponeses do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, a Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) foi fundada, sendo reconhecida como entidade sindical em 1963. A primeira diretoria era formada por: Manuel Marins – presidente; José Pureza – vice; Bráulio Rodrigues – secretário; Manoel Ferreira de Lima – tesoureiro (PUREZA, 1982; SILVA, 2008).

Em fins de 1959 e início de 1960 a disputa pela representação dos posseiros apresentava-se bastante acirrada. Roberto Silveira, governador do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo promessa de campanha, implanta o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado (1959), voltado aos problemas e conflitos de terra que se intensificavam. Segundo Grynszpan (2009, p. 49),

O Plano de Colonização funcionou como um instrumento para a criação de bases do governo e para o fortalecimento da liderança individual de Roberto Silveira no campo. Suas realizações eram apresentadas pelo jornal *Última Hora*, [...], como frutos da ação pessoal do governador, ao mesmo tempo em que eram promovidas manifestações de lavradores, em Niterói, com o objetivo de agradecer a ele pelo que vinha sendo feito.⁴⁶

⁴⁶ Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 00277, 22/01/1960, p. 3.

Ainda, segundo o autor, “foi principalmente nas áreas em que o Plano desenvolveu alguma atuação que o governo Roberto Silveira criou suas associações, congregando-as, a partir de julho de 1960, numa Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ).” (Idem, *ibidem*). Bráulio Rodrigues (2008, p. 36-37) revela que,

Depois que nós fizemos a nossa federação, o Roberto Silveira criou o Plano Agrário no estado do Rio de Janeiro. Através do Plano Agrário, ele nomeou um coronel⁴⁷ para comandar essa área todinha da Baixada e formar outra federação. O Doutor Áldio Leite, diretor do Plano Agrário, que tratava das questões fundiárias, deu apoio a esse coronel⁴⁸.

Como vimos anteriormente, o governador Roberto Silveira ambicionava chegar à presidência da República e não poupou esforços para isso. Os conflitos agrários se intensificavam por todo o estado. Para que seu plano se concretizasse era necessário cooptar esse novo ator social. A fala de Bráulio explicita bem a estratégia adotada pelo governador face aos movimentos de luta pela terra: dividi-los para que ele, Roberto, pudesse controlá-los.

Creio que a própria questão da existência de uma subdelegacia no núcleo, embora passasse a ilusão de segurança para os lavradores, na verdade funcionava como um aparelho repressor do estado, uma vez que intimidaria manifestações de defesa pela terra que não fossem dentro do padrão estabelecido por ele.

Em julho de 1960 é criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), que José Pureza (1982) alcunhou de “Federação Fantasma”, talvez pelo fato dela ser efetivamente controlada pelo executor do Plano Agrário e não pelos camponeses. Ou seja, os camponeses, que deveriam ser os participantes primeiros e dirigentes da entidade, estariam fazendo o papel de figurantes e não o de atores principais.

Dentre os seus dirigentes figuravam lavradores pertencentes à Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, até então ligada à FALERJ, como Bráulio Rodrigues que atuou como tesoureiro, demonstrando a pressão exercida pelo governador Roberto Silveira junto aos movimentos de luta pela terra, através do Plano Agrário.

⁴⁷ O Plano Agrário previa a instalação de uma subdelegacia no núcleo a ser formado, comandada, preferencialmente, por oficiais reformados.

⁴⁸ Na fala de Bráulio transparece certa decepção com a forma com que o Plano Agrário foi colocado em prática, embora ele tivesse participado da diretoria da federação de lavradores que foi formada sob os auspícios de Roberto Silveira. Talvez a decepção advenha do fato dele ter participado da cúpula dessa federação cujo comando, conforme atesta Pureza (1982, p. 39), estava sob a batuta de Áldio Leite, retomando então o caminho da FALERJ.

A convocação para II Congresso Fluminense de Lavradores⁴⁹, realizado nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 1960 no Ginásio Caio Martins em Niterói, feita por José Ferreira Icreia, ex-presidente da Associação de Lavradores de Japeri e que presidia a FLERJ ligada ao governador Roberto Silveira, expunha as disputas internas no movimento camponês fluminense, bem como da forte atuação de Roberto Silveira junto ao campesinato no estado.

Na verdade, esperava-se que tal convocação seria feita pela Federação dos Agricultores e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Em seus relatos sobre a ‘Federação Fantasma’, José Pureza (1982, p. 39) confirma a existência dessas entidades internas:

Depois da fundação da FALERJ, algumas Associações não filiadas, formaram uma outra “Federação”. Convocaram depois disso um Congresso, com todo o apoio do Governo do Estado.
[...] Combinei com Bráulio que iria ao Congresso com muitos camponeses.

Bráulio, por ter atuado na FLERJ como tesoureiro, sabia que o controle financeiro e contábil era, de fato, exercido por Áldio Leite, executor do Plano Agrário. Durante as discussões no Congresso quando a pauta foi a prestação de contas, ele denunciou o caso. Segundo Pureza (Idem, *ibidem*):

O primeiro ponto da discussão foi exatamente a prestação de contas. Bráulio denunciou que o controle efetivo das verbas não era feito pela diretoria, mas pelo executor do “Plano Agrário”. Em vista disso, as “Associações” separadas da FALERJ resolveram filiar-se, terminando assim a breve existência da “Federação fantasma”.

Na capa da pasta desse congresso que pertenceu ao congressista Narrador F⁵⁰, presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio em 1960, vê-se claramente a grande influência exercida por Roberto Silveira e pelo Executor do Plano Agrário sobre os camponeses fluminenses, quando ambos figuram como ‘Homenageados do Congresso’.

A pasta é um dos poucos documentos daquela época pertencentes aos membros dessa associação que resistiram à repressão militar pós-64 aos movimentos camponeses. Isto porque ficou enterrada por muitos anos. A cópia desse documento foi-me concedida pelo narrador G que possivelmente a recebeu das mãos do narrador F quando este lhe concedeu uma entrevista em 2001.

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, Edição 185, 07/08/1960, p. 7; *Jornal Última Hora (RJ)*, Edição 00391, 21/07/1960, p. 4; Edição 00402, 10/08/1960, p. 4.

⁵⁰ Voltaremos aos narradores F e G no Capítulo II.

A FLERJ contava com o apoio Igreja Católica, através dos Círculos Operários e de suas Federações. Uma figura importante é o Padre Carvalho, que no governo de Badger Silveira – irmão do governador – em 1962 será o executor do Plano Agrário. Pode-se dizer que a FLERJ, após a morte de Roberto Silveira em fevereiro de 1961, foi perdendo espaço, passando a andar sob a tutela da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) e do Padre Carvalho.

A perda de espaço sofrida pela FLERJ, em nossa avaliação, foi resultado de seu próprio *modus operandi* junto ao movimento camponês:

- a. a tutela através do executor e dos subdelegados do Plano Agrário
- b. o condicionamento e o atrelamento ao acesso às políticas desenvolvidas pelo Plano Agrário a partir do apoio ao governador e às suas diretrizes de apropriação da terra
- c. o compromisso primeiro com os projetos políticos pessoais de Roberto Silveira e não com os dos lavradores; portanto, com a morte daquele os projetos perderam o sentido.

Ou seja, o seu *modus operandi* passava ao largo dos camponeses fluminenses, diferentemente da FALERJ que além das estratégias adotadas no II Congresso - comparecer e denunciar sobre quem exercia realmente o controle da federação – tomou outras duas decisões que a fortaleceu para o longo e brutal embate que estava por vir: a mudança no método de luta e a resolução sobre ser ela o órgão máximo representativo dos homens do campo no Estado.

Pureza (Idem, p. 32) afirma que:

Até então, para se contrapor aos despejos, nossos advogados reclamavam, em juízo, o *usucapião* (grifo do autor) que prescrevia o direito de propriedade após a posse ininterrupta da terra durante mais ou menos dez anos. A decisão do nosso movimento a partir daí foi substituir a reclamação de *usucapião* por uma luta pela desapropriação das terras em litígio.

Vimos parágrafos acima, que esse congresso havia sido convocado por dirigentes camponeses ligados à FLERJ. Portanto, pode-se afirmar que as experiências dos despejos vividas pelos camponeses sob a batuta da FALERJ, renderam-lhe uma boa arma – a jurídica, frente aos ataques e as estratégias da FLERJ.

A mudança de estratégia do movimento com relação aos argumentos jurídicos produziram bons frutos, segundo Pureza (Idem, p. 41-42):

Nos primeiros anos da década de 60 conseguimos 23 desapropriações de terra no Estado do Rio de Janeiro, através de nosso movimento de resistência à expulsão e de ocupação de terras, tendo sido muito divulgada na imprensa

nossa opinião. Só algumas dessas desapropriações foram feitas em terras de proprietários, que procuravam ampliar seus domínios através da grilagem.

Durante o governo de Roberto Silveira foram desapropriadas na região objeto desse estudo as Fazendas Boa Esperança, São Pedro e Tenente Pacheco, como vimos anteriormente.

O outro instrumento usado foi a resolução tomada na II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Rurais Fluminenses, realizada em setembro de 1961 no sentido de que a FALERJ era o órgão máximo dos lavradores fluminenses. A Conferência aconteceu depois de uma intensa disputa com a FLERJ por sua organização, que se arrastava desde meados de 1960.

Na questão da criação do sindicato dos lavradores, FALERJ e FLERJ travaram uma luta em torno da carta sindical. A lei nº 4.214/1963, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, estendeu a legislação social aos trabalhadores rurais. Através dela, estabeleceram-se bases para a organização sindical dos trabalhadores do campo brasileiro. A legislação permitia apenas um sindicato de trabalhadores pertencentes a uma mesma categoria profissional, cuja legalização se daria mediante a carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho.

Diante desse fato, ambas encaminharam seus pedidos de reconhecimento junto à Delegacia Regional do Trabalho. A partir daí, caberia a ambas pressionarem o órgão no sentido de que o seu reconhecimento fosse feito antes da outra. Tendo a FALERJ atuação próxima ao Superintendente da SUPRA, João Pinheiro Neto, foi privilegiada com o reconhecimento sindical em detrimento da FLERJ. Sobre isso, Bráulio Rodrigues (2008, p. 37) relata que,

Fomos para a Supra e demos entrada no pedido de reconhecimento. O presidente da Supra nessa época era o João Pinheiro Neto. Quando eles chegaram, o João Pinheiro disse: “Olha, infelizmente não posso proibir vocês de fazer o trabalho, mas registrar vocês aqui na Supra não posso, porque essa federação deu entrada e eles formaram no ano tal e vocês estão formando agora”. O João Pinheiro contou isso para nós depois.

A entrega da carta foi realizada pessoalmente pelo Superintendente da SUPRA em novembro de 1963 e contou com a presença de Lyndolfo Silva, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).⁵¹ Diante desse fato, a FLERJ acusava o governo de João Goulart de favorecimento à FALERJ.

⁵¹ A ULTAB foi criada em 1954 no I Congresso de Trabalhadores Agrícolas, tendo à frente Lindolfo Silva. Ligada ao PCB, prestou auxílio para criação de associações de lavradores no intuito de organizar os camponeses em suas lutas. No II Congresso de Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte (MG) em novembro de

Como vimos, num contexto de crescente mobilização pela posse da terra, algumas instituições e lideranças - tradicionais e novatas em ascensão, traçaram estratégias de atração dos camponeses, incluindo-os em seus discursos e programas.

A partir da concepção gramsciana de Estado Ampliado - espaço onde ocorre uma permanente interação entre a sociedade civil e a sociedade política, esse tópico demonstrou o envolvimento e as práticas de alguns agentes em torno do debate político sobre a questão agrária, em especial, sobre a disputa de quem seria o porta-voz legítimo e reconhecido como tal, dos camponeses.

O PCB buscou envolver os movimentos camponeses em seu projeto político de tomada do poder; o governador do Estado do Rio, com ambições de chegar à presidência da República, atuou para construir um consenso tal como formulado por Gramsci: “uma classe exercendo a dominação sobre as outras, estabelecendo a sua hegemonia não somente pela coerção, [...] transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram”. (FONTANA, 1998, p. 238).

O governo de João Goulart e o Congresso brasileiro, enquanto representantes da sociedade política, fizeram das ações para a institucionalização dos camponeses – leia-se sindicalização, um instrumento para a unificação das forças que disputavam o controle do campesinato, controle esse a ser exercido pelo Estado.

Enquanto agente da sociedade civil a Igreja Católica, no esforço de recuperar o espaço de influência e autoridade que lhe fora outorgado durante séculos no país, procurou aproximar-se cada vez mais do governo disponibilizando para isso a sua cooperação na defesa da ordem diante dos movimentos de contestação, principalmente junto aos trabalhadores, primeiramente o operariado urbano, e a partir da década de 50 os camponeses.

As ações da FALERJ e da FLERJ na disputa pela representação dos camponeses evidenciaram não somente as divergências internas na FALERJ na condução dos movimentos camponeses, como também a competição de agentes externos como o PCB, o governador Roberto Silveira e a Igreja Católica - através dos Círculos Operários.

Por fim, o que parece manter-se é o projeto de um agente que ao longo dessa explanação camuflou estar ausente ou oculto - a classe dominante. Como explica Freire (1979, p. 54), “seria [...] ingenuidade pensar que as forças contrárias à mudança não percebem

1961, viu sua proposta de luta ser vencida pela das Ligas Camponesas, que enfatizava a luta pela reforma agrária. Contribuiu para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG).

que a mudança de uma parte promove a mudança de outra, até que chega a mudança da totalidade, como seria uma ingenuidade também não contar com a reação, sempre mais forte, a estas transformações parciais”.

Mediante os mecanismos, ora de consenso, ora de coerção, a classe dominante foi exercendo a dominação sobre os demais. Porém, num novo contexto que exige novas armas, novas estratégias sem, contudo, se despojar das antigas que serão guardadas para uso no momento oportuno. Mudar para que tudo - leia-se o poder hegemônico, permaneça como está.

1.4 - As estratégias de luta campesina

No tópico acima explanei sobre a participação de alguns agentes nas disputas pelo monopólio de representação do campesinato. Aqui analisarei as estratégias formuladas e adotadas pelo campesinato fluminense, embora parte delas se apliquem nacionalmente, na luta pela posse da terra, vislumbrando-o na perspectiva teórica gramsciana, como um agente que ocupa um espaço - sociedade civil - no qual as classes subalternas procuram exercer sua hegemonia, e dialogam com o objetivo de cooptar aliados para as suas posições, por meio do comando político e do consenso.

Em seus estudos sobre as possibilidades que o sistema educacional possui no processo de mudança da sociedade, Freire (1979) aborda, dentre outras, a questão da relação do homem-realidade-estrutura-mudança a partir da percepção da realidade. Para o autor,

Se o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe uma realidade que lhe parecia “em si” inexorável, é capaz de objetiva-la, descobrindo sua presença criadora e potencialmente transformadora desta mesma realidade. O fatalismo diante da realidade, característico da percepção distorcida, cede seu lugar à esperança. Uma esperança crítica que move os homens para a transformação. (FREIRE, 1979, p. 51).

Para Freire, sendo a estrutura social obra dos homens, a sua mudança terá de ser também obra dos homens, explicando que,

Isso significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-las. (1979, p. 48).

A partir do diálogo com o pensamento gramsciano e freiriano, chamo aqui a atenção para as ações engendradas pelos camponeses fluminenses objetivando não somente ampliar a visibilidade dos movimentos de luta pela terra como também angariar apoio às suas formas de

combate ante as ações violentas de despejo de que estavam sendo vítimas. E não somente isso. Os lavradores buscavam engajar outros atores na sua proposta de apropriação de terras.

Esta percepção é explicitada por Pedroza (2003, p. 118) em seu artigo ‘Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68)’.

Ao reler as fontes, constatei que, de início, foi a partir da iniciativa dos lavradores ameaçados que uma série de mediadores foi solicitada nos locais dos conflitos (vereadores, repórteres, advogados, dirigentes de associações e sindicatos), e que foram procuradas edições de jornais, câmaras e prefeituras municipais, dentre outros instrumentos que eram vistos como importantes na balança da disputa.

Pedroza (2003, p. 113-114) argumenta que,

A resistência aos despejos foi a forma de luta mais comum dos posseiros da Baixada Fluminense durante as décadas de 1950 e 60, que conjugava em si várias modalidades de ações distintas: enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais pelo maior tempo possível, recorriam a autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais. As ações de resistência desses posseiros dos sertões cariocas se diversificavam e cresciam em número de participantes e em repercussão, como pode ser percebido nas manchetes de jornais anteriores ao golpe de 1964. A pressão que faziam sobre os órgãos dos governos federal e estadual era constante, através de abaixo-assinados, delegações para negociação, ocupações, passeatas e também da cobrança das promessas de políticos eleitos com votos de trabalhadores/as rurais.

Em depoimento à O’Dwyer relatando sobre as ações de despejo dos lavradores de Xerém e a ida destes à Niterói, Pureza (1982, p. 31) explica que,

Com a execução do despejo, a “Associação” arregimentou os lavradores para Niterói. Resolvemos acampar no Campo de São Bento durante mais de um mês, aguardando que o governo nos assentasse em terras do Estado. No acampamento [...] recebemos a solidariedade de todo o povo de Niterói, particularmente dos moradores das redondezas. Muitos Sindicatos Operários da cidade também se solidarizaram conosco. (Destaque do autor).

Prestemos a atenção, pois nesse tópico é o camponês que busca atrair os demais agentes sociais para as suas causas.

1.4.1 - Os meios de comunicação: os jornais

As leituras das referências bibliográficas sobre o tema desenvolvido nessa investigação levaram-me a observação do papel desempenhado pelos jornais na cobertura dos

debates e no acompanhamento do desenrolar dos movimentos camponeses na luta pela posse da terra em todo o território nacional e, mais especificamente, no Estado do Rio de Janeiro.

Aguçada a minha curiosidade, realizei uma breve pesquisa sobre a atuação dos periódicos fluminenses, através dos meios eletrônicos no portal da Biblioteca Nacional em seu acervo de periódicos digitalizados – hemeroteca digital.

A pesquisa limitou o espaço temporal entre os anos de 1940 e 1970, utilizando as categorias: posseiros, lavradores, Pedra Lisa. Foram pesquisados os jornais: *Novos Rumos*, *Imprensa Popular*, *Última Hora*, *A Noite*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e *O Fluminense*. Estabeleci como critério de seleção para análise, mediante o teor dos artigos publicados, o uso dos periódicos pelos lavradores como instrumento de propagação de informações sobre as lutas pela posse da terra por eles desencadeadas.

Dentre todas as publicações pesquisadas, sobressaíram a *Imprensa Popular* (até 1958), ligada ao PCB, e o jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, um fiel aliado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do governador Roberto Silveira, ambos com boa circulação no estado. Evidentemente, tais veículos de comunicação expressavam interesses próprios, como nos alertam Cruz e Peixoto (2007, p. 260):

A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. [...] Não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa - um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores - sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura.

Chamo aqui a atenção para o fato de que, embora esses periódicos tenham buscado usar os camponeses como instrumentos de seus interesses, eles souberam usá-los como suas ferramentas para propiciar visibilidade junto à opinião pública, das ações que eram perpetradas contra eles por grileiros e pretensos proprietários das áreas rurais por eles ocupadas.

Os jornais *Imprensa Popular*⁵², veículo de comunicação do PCB, acompanhou assiduamente o movimento camponês na Baixada Fluminense. Conforme explicita SALGADO (2015, p. 9-10), “percebemos que havia uma grande articulação de movimentos

⁵² Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi fundado no ano de 1948 e circulou até o ano de 1958.

camponeses no Rio de Janeiro no pré-64 feita pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. Para Pedroza (2003, 119),

A presença de militantes comunistas e de outros atores externos ao local do litígio servia para tornar visíveis, e potencialmente mais abominados para a opinião pública, conflitos que, durante séculos, começaram e terminaram encerrados em âmbito local, onde os detentores da força dificilmente eram vencidos. Parecia ser uma nova tática de luta do momento a publicização dos conflitos. Ao buscarem aliados, os lavradores faziam com que mais forças, a do peso da opinião pública e a dos parlamentares, pendessem a seu favor, como forma de resistir às agressões locais e diretas dos grileiros e jagunços, que se julgavam protegidos e invencíveis, se o cabo-de-guerra se mantivesse confinado aos seus domínios privados.

Exemplo disso é a matéria publicada no dia 30 de julho de 1954, página 5, no jornal *Imprensa Popular* sobre o assédio de pretensos grileiros em Pedra Lisa/Japeri:

Investidas dos grileiros através de um tal Procópio que emprega os mesmos métodos do Banco de Crédito Móvel. Pedra Lisa abastece diariamente o Distrito Federal de frutas e legumes e se não for posto um imediato paradeiro ao avanço do grilo, a capital sofrerá novo baque no seu abastecimento. Cerca de 600 posseiros detêm as terras dessa região há mais de 30 anos, terras que tradicionalmente pertencem à União e ninguém tem escrituras ou documentos de domínio sobre as mesmas.

Analisando o texto publicado, percebem-se diversos elementos estratégicos no sentido de atrair os leitores para a causa dos lavradores. Um deles é a presença de um grupo caracterizado como usurpador de terras alheias – os grileiros, cujos métodos são as ameaças e a violência. Significa dizer que os camponeses estão sendo ameaçados e sofrendo violência.

Como se não bastasse, os grileiros terceirizam os ataques na pessoa de 'um tal Procópio'; ou seja, eles se utilizam de um testa-de-ferro, não sendo capazes de enfrentarem os humildes lavradores frente a frente. Além disso, ainda tem o tal do Banco de Crédito Móvel⁵³, uma instituição financeira, um gigante, lutando contra os pequeninos camponeses, numa correlação de forças muito desigual.

Prosseguindo, a reportagem esclarece que Pedra Lisa é responsável por parte do abastecimento de alimentos da nada mais, nada menos capital do Brasil, evidenciando a importância de Pedra Lisa para as classes mais abastadas e importantes autoridades que ali viviam.

⁵³ Esse banco, segundo diversas fontes, atuava no então Distrito Federal, e era conhecido como grande usurpador de terras na região que hoje conhecemos como Barra da Tijuca, usando de diversos expedientes, dentre eles, a falsificação de documentos juntos aos cartórios.

A seguir vem o alerta sobre o que pode acontecer ao Distrito Federal se providências não forem tomadas no sentido de acabar com os ataques dos grileiros: vai haver nova crise de abastecimento de alimentos. Significa que a questão do abastecimento na capital tem relação direta com a produção em outras áreas fora dos limites dela e que isso já aconteceu em outras oportunidades. Mas essa poderá ser mais grave ainda. Dissimuladamente há um tom de ameaça: pode causar distúrbios na capital. E com isso vai o aviso: algo tem de ser feito urgentemente em favor dos lavradores de Pedra Lisa que não são poucos: são 600!

Além disso, os lavradores estão no lugar há muito tempo; não são aventureiros, especuladores, espertalhões. Não. Eles são humildes trabalhadores cujo produto de seu trabalho é para sustentar a sua família. E mais uma informação é dada: as terras são da União; ou seja, pertencem ao patrimônio da sociedade brasileira. E ninguém tem como comprovar que é o legítimo dono, pois não há documentos que atestem tal informação. Portanto, os grileiros estão agindo de má fé contra os indefesos e produtivos lavradores.

Nas diversas reportagens do jornal *Imprensa Popular*, por mim pesquisadas, tendo como base as categorias - lavradores e posseiros da Baixada Fluminense, este será o tom dado uma vez que se trata de um veículo de comunicação do PCB, usado estrategicamente para divulgar e cooptar aliados ao seu projeto de revolução que tinha na classe trabalhadora o sujeito real da intervenção social para a conquista do poder político que conduziria a mudança do capitalismo para o socialismo. No caso específico da questão das lutas pela posse da terra, o PCB defendia o confisco das propriedades dos latifundiários e sua apropriação pelos camponeses sem-terra.

Outro veículo de comunicação importante para os camponeses foi o jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, aliado ao PTB, partido do governador Roberto Silveira. Do período pesquisado – entre os anos de 1959 a 1963 – percebem-se duas linhas de conduta. A primeira, de 1959 ao início de 1961, quando do período de governo de Roberto Silveira e a segunda, de 1961 (após a morte do governador) até 1963, ano em que Badger Silveira, irmão de Roberto Silveira, assume como governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PTB.

Entre os anos de 1959 e 1961, há matérias publicadas sobre os conflitos e ações dos camponeses: reuniões da FALERJ, II Conferência dos Lavradores do estado, desapropriações de terras. Mas o que salta aos olhos são as reportagens que envolvem o governador Roberto Silveira em situações pouco comuns para a época, como a extensa cobertura dada ao

casamento dos lavradores de Pedra Lisa, Apolinário Ângelo de Almeida e Belmira Mendes, ele com 90 anos e ela com 68, em que o governador e a primeira-dama foram padrinhos no civil e Áldio Leite e esposa, padrinhos no religioso; o apoio do governo na realização da II Conferência e as constantes idas dos lavradores ao Palácio do Ingá, sede do governo fluminense, fosse para alguma reivindicação, fosse para prestar homenagens ao governador e seus secretários que tratavam das questões agrárias.

Com a morte do governador Roberto Silveira em fevereiro de 1961, o foco se volta para as críticas a Celso Peçanha, vice-governador pelo Partido Social Democrático, que assume a chefia do governo estadual. Essa segunda fase do jornal tem ligação direta com o apoio a campanha de Badger Silveira ao governo fluminense nas eleições de 1962.

A cobertura dada ao casamento dos lavradores de Pedra Lisa – divulgação em várias edições de janeiro a abril de 1960, mês em que o casamento aconteceu - evidencia claramente a construção da imagem de Roberto Silveira como um homem que sabia lidar com o povo mais humilde, em especial os camponeses, e com as suas demandas sem, contudo, ferir os interesses da classe dominante brasileira. Estavam em marcha os planos de Roberto Silveira de chegar à presidência da República.

A diferença de abordagem desses jornais demonstra as disputas ideológicas que estavam em curso no país.

Porém, o que chama a atenção é a capacidade de articulação dos camponeses num campo que lhes é totalmente adverso. Os jornais não foram somente instrumentos para a publicização das lutas pela posse da terra. Tornaram-se um meio para que os lavradores apresentassem, eles mesmos, a sua cultura, o seu modo de vida árduo, é verdade, mas que contemplava espaços para celebrações festivas, de solidariedade, como a cerimônia de casamento de Apolinário e Belmira⁵⁴.

Outra estratégia, provavelmente ousada para a época, eram as visitas dos lavradores às redações dos jornais para fazerem denúncias das violências que sofriam⁵⁵. Em edição de 02/07/1956, o jornal *A Noite* ⁵⁶noticiava que no dia 30/06/56 estiveram presentes em sua

⁵⁴ Jornal *Última Hora*, Edição 00335, 16/04/1960, p. 2.

⁵⁵ Jornal *A Noite*, Edição 15.342, 18/06/1956, p. 5; Edição 15.354, 02/07/1956, p. 1ª e 5; Edição 15509, 03/01/1957, p. 1ª e 5. Jornal *Novos Rumos*, Edição 18, Ano I, 26/06 a 02/07/1959, p. 6. Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 00912, 30/08/1962, p. 5. Jornal *Correio da Manhã*, Edição 19.567, 08/01/1957, páginas 1ª e 5; Edição 20.309, 12/06/1959, p. 2.

⁵⁶ *A Noite* foi um jornal carioca diário e vespertino, fundado em junho/1911 e extinto em dezembro/1957. Teve vários proprietários, sendo encampado pelo governo de Getúlio Vargas em março/1940, passando a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. Como propriedade do Estado, o jornal tornou-se um órgão

redação mais de 100 lavradores de Pedra Lisa para denunciar as ações violentas – queima das plantações e casebres, roubo de ferramentas de trabalho - de grileiros que estariam com um quartel-general montado em Aljezur⁵⁷ perto da localidade conhecida como Cangote de Porco, próxima a Pedra Lisa (na verdade, Cangote de Porco situa-se nos limites com Santo Antônio em direção à Santa Amélia).

1.4.2 - As Passeatas e o Acesso aos Poderes Institucionais

As incessantes idas dos lavradores à capital do Estado do Rio - Niterói, onde ficavam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em busca de apoio à sua causa e também para denunciar as ameaças de despejos bem como as ações violentas que sofriam de grileiros, também era uma tática empregada. Nessas idas, sempre aconteciam as passeatas que eram uma forma de deslocamento até os locais a serem visitados como também uma estratégia para chamar a atenção da população da capital do estado, Niterói, para a situação em que viviam os camponeses fluminenses.⁵⁸

As muitas visitas ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal, registradas constantemente pelas fontes jornalísticas, demonstram o tamanho do desafio da luta pela terra e a garra dos camponeses fluminenses em sua defesa, bem como a importância da questão da propriedade da terra para a sociedade brasileira.

1.4.3 - Os Sindicatos

Os sindicatos desempenharam o importante de papel de apoiadores das lutas camponesas. Tanto Bráulio Rodrigues, quanto José Pureza em suas memórias relatam alguns episódios em que os sindicatos socorreram e apoiaram os movimentos. Pureza (1982, p. 86), cita o caso do Imbé⁵⁹, em Campos, em que operários navais de Niterói e dos trabalhadores ferroviários de Campos foram levar ajuda em mantimentos, roupas e dinheiro para os

de informação e de opinião do governo. Fonte: Ferreira, Marieta de Moraes. A Noite. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

⁵⁷ Aljezur é um bairro do município de Japeri, vizinho ao bairro de Santo Antônio.

⁵⁸ Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 02041, 21/02/1957, p. 2; Edição 01316, 19/11/1963, p. 2. *Jornal do Comércio*, Edição 218, 17/06/1950, p. 8; Edição 210, 12/06/1953, p. 7; Edição 250, 29/07/1953, p. 6; Edição 119, 21/02/1957, p. 5; Edição 201, 28/05/1960, p. 3. *Jornal Correio da Manhã*, Edição 18.470, 12/06/1953, p. 2; Edição 18.511, 30/07/1953, p. 10; Edição 19605, 21/02/1957, p. 4; Edição 20235, 15/03/1959, p. 4; Edição 20308, 11/06/1959; p. 4; Edição 20323, 28/06/1959, p. 14.

⁵⁹ Bráulio Rodrigues faz comentários sobre a ocupação do Imbé em seu livro de memórias. SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Leonilde Sérvolo de Medeiros: organização, apresentação e notas. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008, p. 30-1.

lavradores acampados no Imbé que passavam por dificuldades com a falta de comida e roupas.

Bráulio Rodrigues relata as relações de Pedra Lisa com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e seu presidente, Benedito Cerqueira, ligado ao PCB, que segundo ele participava das reuniões levando algo para distribuir aos lavradores de Pedra Lisa e também participava nos conflitos, sendo um promotor de encontros entre o movimento dos camponeses e o sindicato dos tecelões de Petrópolis, onde havia um presidente e um Conselho responsável pelo sindicato.

Para Bráulio, esses encontros eram muito importantes: “O Conselho promoveu um encontro em Petrópolis, nós fomos, levamos frutas, legumes, uma série de coisas e foi tudo distribuído. Esse intercâmbio era importante, muito importante”. (2008, p. 39-40).

Sem dúvida, todas as estratégias acima destacadas desempenharam papel importante na luta pela posse da terra dos lavradores fluminenses. Conforme Grynszpan (2009, p. 35-36) argumenta,

Ao tomar os grupos sociais como dados, as análises, em geral, perdem a perspectiva de que eles podem ser formados na e para a ação política, ou ainda de que essa ação pode conferir novos contornos a grupos preexistentes. Deixam, assim, de atentar para o fato de que a forma objetivada como os grupos se apresentam, com nomes próprios, organizações, porta-vozes e reivindicações, é fruto de um conjunto de ações e de lutas, de todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização.

Portanto, compreendo que, a partir das análises acima realizadas, os movimentos sociais de luta pela terra e seus desdobramentos são frutos das relações construídas e das disputas entre diversos agentes que buscam o controle e a representação desse novo ator social: os camponeses.

No próximo capítulo busco conhecer e analisar as lutas pela terra em Rio d’Ouro e Santo Antônio, envidando esforços para reunir elementos que nos auxiliem na resposta à problemática da pesquisa: captar, no cotidiano das escolas-alvo da pesquisa, a presença da memória das lutas pela terra travadas nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio.

CAPÍTULO II - RIO D'OURO E SANTO ANTÔNIO: O LÓCUS EMPÍRICO DA MEMÓRIA

"O desenraizamento é condição desagregadora da memória".⁶⁰

No capítulo anterior busquei construir, a partir da análise de diversos autores, o aporte conceitual da pesquisa acerca de seu objeto de investigação - os Movimentos Sociais, bem como o entendimento sobre o ser camponês. Prosseguindo, elaborei um breve panorama conjuntural sobre a luta pela ocupação da terra em Japeri entre as décadas de 1940-1970, evidenciando os camponeses como um ator social alvo de disputas políticas, bem como as estratégias de luta campesina.

Nesse capítulo proponho investigar as lutas pela terra em Santo Antônio e Rio d'Ouro, ambos no município de Japeri / RJ (Fig. 2), cujo cenário muito pouco difere de outros tantos casos passados e recentes dado que as estruturas fundiária e jurídica mudam muito lentamente a favor dos camponeses em nosso país.

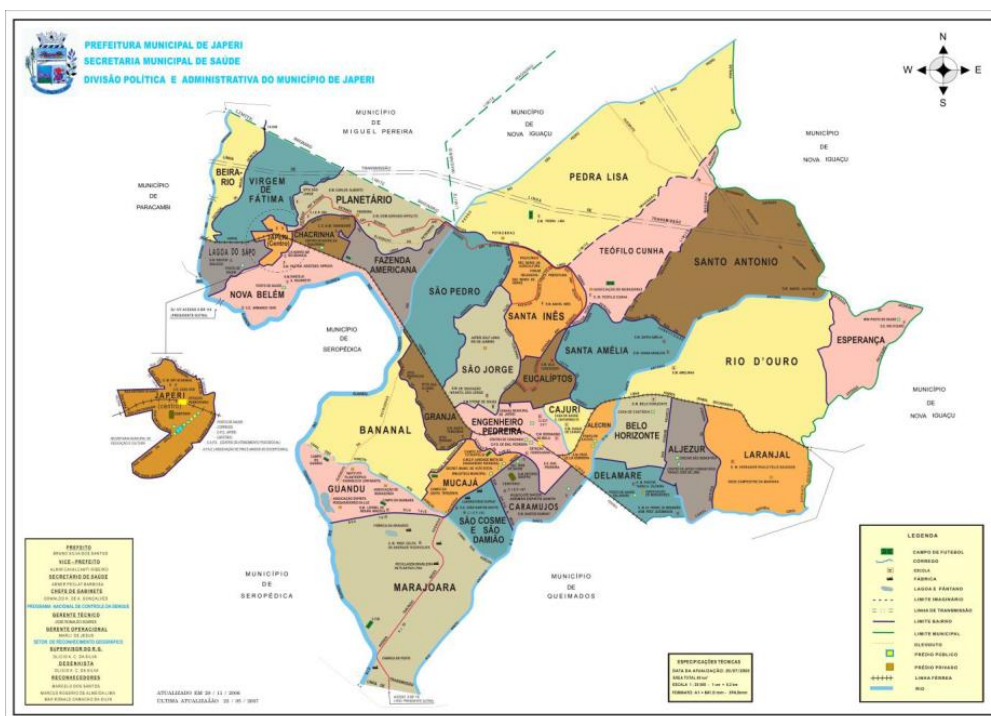


Figura 2 – Mapa do município de Japeri. Fonte: Prefeitura Municipal de Japeri.

⁶⁰ BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória*: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 28.

Iniciarei abordando o contributo conceitual para a categoria memória coletiva. A seguir será apresentada a questão da propriedade e do acesso à terra a partir da formação histórica dessas regiões. Prosseguirei conhecendo e analisando os movimentos de luta pela terra em Rio d'Ouro e Santo Antônio, tendo como guia os depoimentos de camponeses e moradores desses lugares.

A documentação trabalhada neste capítulo é constituída por fontes orais – narrativas e depoimentos de lavradores e moradores das regiões estudadas; diário oficial da união; escrituras de compra e venda de imóveis; plantas de loteamentos; reportagens de jornais do período pesquisado; dissertações e teses, além de bibliografias sobre o tema.

2.1 – Tecendo a memória coletiva: aporte teórico

Como professora de História, conheço um pouco sobre a história de Rio d'Ouro, lugar em que resido desde o ano de 2011. Mas não somente isso. A região faz parte das minhas lembranças de infância sobre a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, cuja locomotiva transportava, além de passageiros, gado e gêneros alimentícios produzidos na região em direção ao Rio de Janeiro, e que cortava o bairro de Miguel Couto, situado no município de Nova Iguaçu, RJ, onde nasci e morei por muitos anos, e que foram potencializadas pela mudança para este lugar.

Mas aí surge uma pergunta: minhas lembranças são memórias? Para Braz (2002), quando nos lembramos de algo agimos individualmente. Para se tornar memória coletiva, nossas lembranças terão de ser reveladas e socializadas, tornando-se fatos sociais. Em suas análises sobre os estudos de Halbwachs, Bosi (1994, p. 55) expõe que,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. (destaque da autora).

Prosseguindo em sua argumentação, a autora observa que,

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. (Idem, ibdem).

A autora conclui que, “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs une a memória da pessoa à memória do grupo. E esta à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”. (Idem, ibidem).

Halbwachs (2003, p. 30) enfatiza que, “mesmo que somente nós estivermos envolvidos em determinado evento, nossas lembranças permanecem coletivas porque são lembradas por outros”. Nesse sentido, podemos dizer que a memória coletiva confere uma identidade às pessoas que compõe um grupo que a produz, não existindo, por conseguinte uma memória, mas múltiplas memórias, uma vez que a sociedade é composta por diversos grupos. Ainda segundo o autor (Idem, p. 39),

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Percebe-se nas entrelinhas que o termo memória é mutável e impregnado de significações. Porém, precisamos ficar atentos para o fato de que a memória é alvo de disputas por diferentes atores sociais. Desta forma, a ameaça é seu controle por um determinado grupo sobre os demais impondo a sua versão da memória de certo evento, sufocando e silenciando as memórias dos demais segmentos sociais. Segundo Bosi (2003, p. 21-22), “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento”.

Se memória é construção / reconstrução a partir de noções comuns, podemos dizer que a linguagem é a ponte que as une. Em sua obra ‘História oral como arte da escuta’, Portelli (2016, p. 10) ressalta que “as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador”, sendo “geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares”. (destaques do autor).

Montenegro (2016, p. 40) nos chama a atenção para o fato de “a atividade de rememorar voluntária ou involuntária é uma elaboração que contempla mediações e transformações”, onde o “presente atua relativizando ou deslocando significados acerca de determinado passado”.

Portanto, podemos ensaiar um pequeno passo conceituando memória coletiva como sendo uma construção do passado no presente de um grupo social, que contempla mediações e

transformações cujos significados são relativizados ou deslocados à luz do presente, entendendo essa construção como uma tessitura; ou seja, um conjunto de fios (memórias) dispostos longitudinalmente no tear (sociedade, História, tempo, pesquisa) e pelos quais passa o fio da trama (memória coletiva) de várias memórias individuais.

2.2 - A questão da propriedade e do acesso a terra

Diante da complexidade que envolveu os movimentos sociais de luta pela terra em Japeri, a nossa opção foi delimitar territorialmente os ocorridos nas regiões de Rio d'Ouro e Santo Antonio entre os anos de 1940 e 1970.

As muitas leituras que realizei sobre o tema movimentos sociais de luta pela terra ao longo desta pesquisa fizeram-me compreender que os mesmos carecem de uma variada gama de instrumentos que vão desde as mobilizações dos camponeses; passam pelos confrontos, algumas vezes armados; pelas estratégias de arregimentação de apoio de grupos políticos e de simpatizantes ao movimento e, por fim, a disputa no terreno jurídico, espaço onde ocorre – ou em tese deveria ocorrer - a regularização fundiária.

Porém, mais do que a ocupação de terras improdutivas, os movimentos encontram no caminho da legalização de terras uma barreira quase intransponível chamada documentação do imóvel. Uma vez obtida a desapropriação, geralmente através da pressão junto aos poderes executivos federados, conforme os movimentos avançam no sentido da judicialização⁶¹ da luta – processos de titularização da propriedade - eles encontram obstáculos relacionados as documentações de compra e venda e demarcação dos limites precisos das terras, ocasionando a tão conhecida delonga dos processos nas instâncias do poder judiciário no Brasil.

É nesse ponto que defendo como sendo essencial o levantamento histórico da formação territorial das regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio. Primeiro, para entender a dinâmica dos conflitos de terra ali ocorridos e que serão investigados por mim. Segundo, porque esses dados históricos poderão auxiliar na melhor compreensão da região nas futuras

⁶¹Segundo Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), “judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo”, envolvendo dessa forma a transferência de poder tanto para os juízes quanto para os tribunais. Ela é decorrente, segundo o ministro, do “ambiente democrático [pós-1988 que] reavivou a cidadania, dando maior nível de informação e de consciência de direitos a amplos segmentos da população, que passaram a buscar a proteção de seus interesses perante juízes e tribunais.” BARROSO, Luís Roberto. A judicialização da vida, In: Retrospectiva 2008. Ano do STF: judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica?pagina=2. Acesso em: 02 fev. 2019.

análises, além de trazer contribuição aos trabalhos até aqui publicados e por mim consultados sobre os movimentos de luta pela terra na região objeto desta pesquisa.

É relevante frisar que a proposta é no sentido do conhecimento territorial para além dos limites fixados oficialmente, mas sem excluí-los, mesmo porque há de se ter em conta que os limites geográficos das documentações referentes à posse e ao uso da terra – as Cartas de Sesmarias e as declarações do Registro Paroquial de Terras – primam pela imprecisão⁶². O que se pretende é avançar no sentido de um recorte do espaço impregnado pelo passado vivido que adentra até os nossos dias, respeitando as lembranças dos que ali viveram e de como entendiam ser o espaço geográfico no qual estavam inseridos.

É o caso de Rio d'Ouro, uma das regiões eleitas como *locus* privilegiado de observação, cujo nascedouro foi a Fazenda Cabuçu, pertencente ao Morgado do Marapicú e que parte se localizava nas Freguesias de N.S. da Piedade de Iguazu e N.S. da Conceição do Marapicú. Em meados do século XIX a Vila de Iguazu incorporou parte das terras da então cidade de Vassouras situadas entre os rios São Pedro e Santo Antônio, pertencentes à antiga Freguesia de Sacra Família do Tinguá.

Porém, a Freguesia N.S. da Conceição do Marapicú tornou-se, no fim do século XIX, distrito da cidade de Maxambomba (1892) - mais tarde denominada de Nova Iguazu (1938), abrangendo as terras daquela antiga freguesia e incorporando parte das terras situadas entre os rios São Pedro e Santo Antônio da antiga Freguesia de Sacra Família.

Em que pese a importância das pesquisas já realizadas, há algumas lacunas, conforme meu entendimento, justamente por não considerarem a complexa constituição histórica de Japeri. No caso do território sobre o qual me debruço, corre-se o perigo de, no mínimo, ocultar os conflitos ali ocorridos, ou, na pior das hipóteses, de provocar um apagamento da memória ao englobar diversas regiões como sendo apenas uma, acarretando, em caso de judicialização da luta, a deslegitimação do processo de ocupação da área objeto de disputa.

Em suas pesquisas sobre territórios, representações e conceitos sobre Baixada Fluminense sob a perspectiva geográfica, Rocha (2009, 2011, 2013, 2014) desenvolve o

⁶² Sobre o assunto, recomendo consultar: GABLER, Loise. Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9880>. Acesso em 96 jun. 2018; SIILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda. Região e História Agrária, In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995, p. 17-26. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1998/1137>. Acesso em 23 mai. 2018 e LINHARES, Maria Yedda. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro, In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 7, n. 1, Número 12, abril de 1999, p. 104- 112. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/148>. Acesso em 23 mai. 2018.

discurso sobre a *legitimidade territorial* que é exercida mediante mecanismos de validação. Ele argumenta que,

A ideia de veracidade contida nas representações, imagens ou símbolos que criamos sobre o mundo se traduz no campo da legitimidade e das disputas de poder entre grupos. A sociedade possui por excelência uma dimensão espacial [...], logo as disputas de poder e de legitimidade se traduzem, também, nesta dimensão. E quando este espaço é disputado, buscam-se caminhos para legitimar suas conquistas ou posses, trava-se uma disputa sobre a hegemonia do espaço. (2011, p. 22).

O autor complementa o seu pensamento salientando que “as representações construídas no cerne da produção do espaço colocam o mesmo numa intensa disputa de legitimidade, uma vez que o espaço geográfico abarca a ação múltipla de sujeitos, agentes e atores.” (Idem, *ibidem*).

Assim, entendemos território como sendo um espaço delineado e demarcado, porém dinâmico e sujeito às transformações, numa relação por e a partir das relações de poder e que se reproduz e é produzido num cenário de disputas, cujo objetivo último é legitimar uma representação hegemônica. Para Rocha (2014, p. 139), sendo o território compreendido como uma construção material (real) e representacional (simbólica), “sua composição revela estreitos vínculos de interesses que se desenvolvem através de choques e assimilações entre diferentes cenários”.

O autor cita, como exemplo empírico, a questão da composição territorial da Baixada Fluminense, cujo número de municípios que dela fazem parte, “muda de acordo com os jogos de representações e disputas de legitimidade entre diversos atores, sujeitos e agentes políticos neste espaço, surgindo um território que se manifesta na inclusão e/ou exclusão de algumas cidades”. (idem, *ibidem*).

Souza (2012, p. 159) destaca que “o poder territorial não está investido apenas de valores materiais, mas também de ordem simbólica, espiritual e afetiva, tornando-se assim um meio poderoso e eficaz na construção de identidades”.

Com base no acima exposto, proponho refletir sobre a construção territorial de Rio d’Ouro e Santo Antônio para além do espaço cartográfico, utilizando o conceito de território como um espaço socialmente concebido nas disputas de poder, envolvendo práticas políticas de atores, agentes e sujeitos sociais, tendo como norte a concepção de que a desconstrução de um território é acompanhada pela reconstrução de outro, assentado em novas bases.

2.2.1 - Rio d'Ouro: do Morgado do Marapicú aos loteamentos da Companhia Fazendas Reunidas Normandia

Rio d'Ouro⁶³ - hoje uma sub-região de Japeri formada pelos bairros de Santo Antônio, Santa Amélia, Esperança e Rio d'Ouro - foi constituído, em parte, por terras do Morgado do Marapicú⁶⁴ e do Conde de Aljezur, ambos pertencentes à família Azeredo Coutinho (também conhecida como Pereira Coutinho), família esta que exerceu grande influência durante os períodos das administrações coloniais e imperiais no Brasil.



Figura 3 - BARROS, Luiz F. Monteiro de. Adaptação da Planta geral da zona explorada entre as cachoeiras de Iguassú e o rio São Pedro na Serra do Tinguá, 1874. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31607>. Acesso em mai. 2018.

O quarto e último sucessor do Morgadio do Marapicú foi Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, agraciado com o título de Visconde e, posteriormente, Conde de Aljezur⁶⁵.

⁶³ Parte de Rio d'Ouro pertence à Japeri e outra à Nova Iguaçu.

⁶⁴ O Morgado do Marapicú, instituído no ano de 1772 e confirmado em 1799, fazia parte da Freguesia de N.S. da Conceição do Marapicú cujos limites territoriais descritos pelo Mons. Pizarro abrangiam ao Norte com a Freguesia de Sacra Família, ao Sul com a de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, ao leste com a de Santo Antônio de Jacutinga, pelo oeste com a de São Francisco Xavier da Aldeia de Itaguaí. PIZARRO E ARAÚJO, Monsenhor José de Souza Azevedo. **Visitas Pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794**. Secretaria Municipal de Cultural – Prefeitura da Cidade de Nilópolis, RJ, 2000, p. 68.

⁶⁵ A instituição do morgadio foi proibida no Brasil em 1835, sendo extinta definitivamente em 1837. Em tese, este último morgadio seria extinto em 1910 com o falecimento do Conde de Aljezur. Por isso, as terras pertencentes ao Morgado do Marapicú foram herdadas pela viúva do Conde, a Condessa Anna Carolina. Porém, os demais descendentes da família Azeredo Coutinho (filhos e sobrinhos do Conde de Aljezur) não entendiam

Muito próximo ao Imperador D. Pedro II, faleceu em 1909, deixando como herdeira de seus bens sua segunda esposa, Anna Carolina de Saldanha da Gama.

Em declaração constante no Registro Paroquial de Terras⁶⁶ em maio de 1856, o Conde de Aljezur descreve que seu Morgado situava-se nas Freguesias de Marapicú, Bananal (Itaguaí), Jacutinga e Iguaçu e que possuía a Fazenda Marapicú, que ficava em parte na Freguesia de mesmo nome e na do Bananal⁶⁷ e a Fazenda Cabuçu, em parte localizada na Freguesia de Marapicú, noutra na de Santo Antônio de Jacutinga e na de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. O Conde acrescenta que tinha em torno de 200 arrendatários⁶⁸.

Parte das terras que formam a região de Rio d'Ouro pertenceu à Fazenda Cabuçu. A outra parte, pelo lado do Nascente, foram proprietários, dentre outros José de Mendonça Drummond e Vasconcellos⁶⁹, quando da desapropriação das Fazendas Santo Antônio do Mato e da Limeira pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1958.

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho⁷⁰ - Conde de Aljezur faleceu em 1909 deixando seus bens à sua viúva Anna Carolina de Saldanha da Gama. Quando da sua morte, parte das terras do Conde de Aljezur e da Fazenda Cabuçu situadas em Rio d'Ouro já havia sido vendida ao Governo Imperial em 1877 para as obras de abastecimento de água da Corte.

dessa forma. Em edital do juízo de direito da 7ª vara cível publicado no Correio da Lavoura, jornal iguaçuano, de 15/03/1942, fica evidente o protesto do Sr. Francisco de Lemos Ramalho de Azeredo Coutinho, sobrinho do Conde de Aljezur, no que se refere tanto a questão das terras do antigo morgado terem sido recebidas em herança pela viúva do Conde quanto a venda que a mesma efetuou ao Conde Modesto Leal.

⁶⁶ O Registro Paroquial de Terras foi uma determinação do governo imperial, fundamentada pelo Decreto nº 1318 / 1854, que normatizou a Lei de Terras (1850), exigindo que todos aqueles que possuíam títulos de propriedade ou posse, os registrassem em livros abertos e monitorados pelos párcos de cada freguesia. Para os dados aqui destacados, a fonte consultada foi o site do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, Acervos Digitalizados, Pasta Iguaçu, Livro 35 - 1855 até 1859, fls. 31-32 e Pasta Santo Antonio de Jacotinga, Livro 36 – 1854 até 1857, fls. 55-56. Disponíveis em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3. Acesso em: 22 nov. 2017.

⁶⁷ Quando da instituição do Morgado, d. Helena Rendon teria efetuado uma compra junto os padres jesuítas que possuíam terras vizinhas as do morgado do lado esquerdo à jusante do rio Guandu. Vide: Correio da Lavoura, ed. 1304, 15/03/1942, p. 5-6.

⁶⁸ Examinando alguns processos no acervo do Arquivo Nacional referentes as desapropriações do governo imperial para a construção dos reservatórios de água na região, chamaram-me a atenção os diversos pedidos dirigidos ao Imperador feitos pelos arrendatários dessas terras, solicitando indenização pelas benfeitorias, como é o caso do processo n. 6110 / 1877 referente a compra de terras do Morgado do Marapicú – margem rio d'Ouro, onde há anotações sobre pedidos de indenização de benfeitorias por parte dos arrendatários das terras do Morgado. Arquivo Nacional - GIF1 4B174, maço 2, processo n. 6110, caixa 15695, ano de 1877.

⁶⁹ Consultar DANTAS, Luiz Ascendino. “A Normandia” de Guinle Irmãos – Nova Iguaçu. Niterói/RJ: Vasconcellos, 1935. Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁷⁰ Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, mais conhecido como Conde de Aljezur, nasceu em 1820 no Rio de Janeiro. Exerceu o mandato de vereador em 1857 como representante do Morgado do Marapicú. Como funcionário da Coroa, comandou o 7º Corpo de Cavalaria da então Província do Rio de Janeiro, sediada na Vila de Iguaçu. Foi fidalgo da Imperatriz do Brasil, Dona Maria Leopoldina (primeira esposa de Dom Pedro I) e responsável contábil de Dona Amélia (segunda esposa de Dom Pedro I), ambas Imperatrizes do Brasil. Assessor e amigo inseparável do imperador Pedro II, acompanhou a família Real em seu exílio em 1889. Retornou ao Brasil em 1891, após a morte do monarca, vivendo em Petrópolis até 1909, ano em que faleceu.

Em 1911 a viúva do Conde de Aljezur vendeu as terras ao Conde Modesto Leal. Quando dessa venda, essas terras pertenciam ao município de Nova Iguaçu formado pelas antigas freguesias de N.S. da Conceição do Marapicú, N.S. da Piedade de Iguaçu, Santo Antônio da Jacutinga, N.S. do Pilar do Iguaçu e São João Batista do Meriti.

Figura igualmente influente nos meios políticos e empresariais, sendo considerado o homem mais rico do primeiro período republicano, João Leopoldo Modesto Leal – o Conde Modesto Leal, negociava a compra de fazendas outrora grandes produtoras de café no Vale do Paraíba e que agora, em sua maioria, encontravam-se hipotecadas junto aos bancos e financeiras e cujos valores de venda eram modestos se comparados quando estavam no seu apogeu.

Pelas pesquisas bibliográficas e em jornais da época até aqui empreendidas, deduzo que o Conde Modesto Leal era, na verdade, um grande especulador. O caso da compra das fazendas à viúva do Conde de Aljezur tipifica uma manobra financeira, quando ele as oferece como subscrição do capital da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, de acordo com os termos da ata de criação da empresa publicada no Diário Oficial da União do dia 27/07/1927, página 16.506⁷¹:

Os immoveis constam de um bloco de terras - diversas fazendas, de que se compõe a fazenda "Normandia", situada nos primeiro, segundo e terceiro districtos de Iguassú, sendo que uma das fazendas, a denominada "Paul Guandú", está situada no municipio de Itaguahy.

[...] Tudo constante dos seguintes titulos de propriedade: Marapicú, Cabucú, Paul do Guandú e Varginha. Vendedora: D. Anna Carolina de Saldanha da Gama (Condessa de Algerim); escriptura: tabelião Castro. livro 497. fls. 98, em 25 de novembro de 1911; registro: numero 617, livro 3 A, pagina 89, em 27 do 11 de 1911.

Prossegue (Idem, ibidem):

[...]. Seguindo para o norte, pelo lado leste, em divisa com esta fazenda e com as Fazendas de Morro Agudo, Tinguá, S. José (também conhecida por Machado), e Laranjeiras (parte pertencente a Antonio Telles de Menezes), até a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, onde faz divisa com esta estrada de ferro, segue depois pelo lado sul até a fazenda do Dr. Avelino de Andrade ou seus herdeiros, onde volta para o norte, em linha de lesta, até o alto das vertentes da Serra do Tinguá, voltando ahi pelo lado norte, pelo lado oeste, e limitando com terras da União Federal, no alto, vertentes desta serra, seguindo ainda vae até as proximidades da Serra do Rio d'Ouro, onde desce pelo lado leste até a Estrada antiga da Policia, por onde segue novamente pelo lado norte a oeste, até o rio S. Pedro, onde, nesse trecho, limita com as terras da União Federal, adquiridas para a captação dos rios Santo Antonio e d'Ouro, para

⁷¹ Optei por manter a grafia original.

abastecimento da Capital Federal, nas fraldas da serra do rio d'Ouro, e com as terras do Dr. Paes Leme.

Estes seriam os limites territoriais das terras que pertenceram ao Conde de Aljezur, adquiridas por Modesto Leal e que mais tarde farão parte dos capitais da Cia. Fazendas Reunidas Normandia.

2.2.2 - Santo Antônio: das terras dos Paes Leme às terras devolutas

As terras em que se situa o bairro Santo Antônio, no município de Japeri, pertenciam a Fazenda Santo Antonio do Mato que fazia parte da sesmaria doada a Inácio Dias Velho, filho de Garcia Rodrigues Paes, filho do 'caçador de esmeraldas', Fernão Paes Leme. Esta sesmaria integrava a Freguesia de Sacra Família do Caminho Novo de Tinguá, conforme relata Monsenhor Pizarro em suas visitas pastorais pela província do Rio de Janeiro.

Segundo Pizarro (1795, p. 62-63), a Freguesia de Sacra Família do Tinguá tinha como limites:

Com a Freguesia de S. João Marcos se dividia ao Norte, pelo Rio Paraíba; [...] com a de N. Senhora da Conceição do Alferes, ao Nascente, no Morro de S. Paulo, [...] à se encontrar com os moradores do Caminho do Coito: com as de Santo Antonio de Jacutinga, e Piedade de Iguazu rumos de Sul e Sudeste, finalizando pelo Rio de Santo Antônio do Mato, e estrada à baixo, onde terminam as terras, que foram de Inácio Dias Velho, e são presentemente dos herdeiros do Guarda Mór Geral das Minas Fernando Paes Leme [...]: com a sobredita de Santa Anna finalmente ao Poente, mediando uma travessa de Sertão. [...].

Ainda, segundo Pizarro (Idem, *ibidem*), os produtos agrícolas produzidos seguiam em direção ao porto de Santo Antônio do Mato (próximo à ponte do ramal Japeri da Estrada de Ferro Central do Brasil sobre o rio Santo Antônio) de onde eram levados para a Corte do Rio de Janeiro, via rio Guandu – Baía de Sepetiba. Destaca também a abundância de água dos rios Santo Antônio, São Pedro e Santana.

Com a morte de Inácio, as terras que se situavam à esquerda do Rio Santana (à jusante) passaram a pertencer ao seu sobrinho Pedro Dias Paes Leme, Marquês de São João Marcos. No Registro Paroquial de Terras de 27/02/1857⁷², o Marquês declara possuir as Fazendas de Belém, Santo Antônio e Conceição (aqui não aparece a Fazenda de Limeira,

⁷² A fonte consultada foi o site do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, Acervos Digitalizados, Vassouras, Pasta Sacra Família de Tinguá, Livro 75 - 1856 até 1857, fls. 50-51. Disponíveis em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&PagFis=3919. Acesso em: 22 nov. 2017.

tendo dúvidas se seria Conceição), todas na Freguesia de Sacra Família, pertencentes a então cidade de Vassouras.

Ainda em meados do século XIX as terras situadas entre os rios São Pedro e Santo Antônio, compreendendo Pedra Lisa, Fazendas Saudade, Limeira e Santo Antônio do Mato, pertencentes à Freguesia de Sacra Família do Tinguá.

Pedro Dias falece em 1868, deixando suas terras para diversos herdeiros que ao longo do tempo irão vendê-las. Por volta de 1877, o governo Imperial empreenderá obras⁷³ na região para o abastecimento da Corte. Para isso serão realizadas diversas desapropriações⁷⁴ de vastas extensões de terra dentre elas, as áreas dos herdeiros do Marquês de São João Marcos, incluindo Pedra Lisa e as Fazendas de Limeira e Santo Antônio do Mato (Fig. 4).



Figura 4 - Planta Geral dos rios São Pedro, Santo Antonio e Ouro indicando terrenos para desapropriação.

Fonte: GIF1 4B401 - MT- Maço 231-A - Arquivo Nacional

⁷³ Refere-se às obras de represamento e transporte das águas dos rios São Pedro, Santo Antônio e Rio d'Ouro para o abastecimento na Corte do Rio de Janeiro. É em função dessas obras que a Estrada de Ferro Rio d'Ouro será construída. Ao todo serão 04 ramais: São Pedro, Tinguá, Xerém e Galrão. Sobre as obras, consultar: RODRIGUEZ. Hélio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro:** o resgate da sua memória. - Rio de Janeiro: Editora Memória do Trem, 2004 e SANTA RITTA, José de. **A água do Rio:** do Carioca ao Guandu: a história do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Synergia: Light : Centro Cultural da SEARJ, 2009.

⁷⁴ Conforme escritura de compra e venda de terrenos e águas, lavrada em 26/10/1877 no cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca da Capital, livro 9, folhas 124v.

No entanto, quando da abertura da Cia. Normandia, o Conde Modesto Leal ofereceu dentre outras, as terras das fazendas “[...]. Santo Antonio da Mata⁷⁵, Saudade e Lorangeiras, situadas no terceiro distrito. Cabuçú, situada nos primeiros, segundo e terceiro distritos⁷⁶. Marapicú, no segundo distrito. [...]. Todos estes distritos são do município de Iguaçu” (BRASIL, 1927, p. 16.507).

Com relação a Fazenda Santo Antônio do Mato, Modesto Leal declara ter ela sido adquirida através de Carta de Arrematação extraída dos autos de inventário de Gustavo da Costa Rodrigues por meio de autorização judicial de 29/10/1912. Provavelmente, se há veracidade nesse fato, as terras de Santo Antônio a que se refere o Conde Modesto Leal como tendo comprado, seria somente uma parte e não o todo como mais tarde a Cia. Normandia irá reivindicar.

Portanto, nos anos 40 do século passado, quando as disputas por terras se intensificaram na região, parte delas eram consideradas devolutas, ou seja, pertenciam ao governo Federal, que as adquiriu para as obras de abastecimento de água, e outras de propriedade de particulares. O problema estava em se ter e saber quais eram os limites territoriais legais entre elas.

Gryszpan (2009, p. 44) defende que “a indefinição quanto aos limites e à titulação dos terrenos”, fato comum não somente na Baixada Fluminense, mas no Brasil como um todo, foi “um dos fatores que certamente [...] favoreceram a grilagem, a apropriação indébita de terras, dando margem a diversos litígios”.

Mota (2007, p. 297), num estudo realizado com o objetivo de respaldar a legitimidade da ocupação da Ilha de Marambaia (RJ) por pescadores, afirma que no emaranhado dos grandes domínios territoriais da família Breves, antiga proprietária da área, “não são definidos limites, espaços físicos claros para que possamos saber afinal onde começa e onde termina cada uma daquelas fazendas. [...] Ao imprimir uma única denominação – a mais genérica – é sem dúvida uma estratégia do pretense proprietário – e reiterada pelos genealogistas e descendentes – de dificultar a delimitação territorial da área”.

Compartilhando com os autores, penso que foi justamente nesse vácuo dos limites territoriais, que posseiros e grileiros partiram para o confronto na luta pela terra.

⁷⁵ Segundo documentos pesquisados, havia um engenho em Santo Antônio do Mato de propriedade do Sargento-mór Francisco Sanchez de Castelo que por volta de 1771 encontrava-se decadente indo à Praça, sendo arrematado pelo Capitão de campo Ignácio de Andrade Soutto Mayor Rendon em 1778.

⁷⁶ O primeiro distrito de Nova Iguaçu era a sede, o 2º - Queimados e o 3º - Cava.

2.2.3 - Possesiros, grileiros e proprietários

Os estudos sobre os conflitos de terra no Brasil tem apontado o envolvimento direto de três atores sociais: posseiros, grileiros e proprietários (pretensos ou legalmente instituídos). Grynszpan (Idem, p. 43) argumenta que a “construção de uma identidade própria [posseiros] teria sido forjada na luta contra os grileiros”, promotores dos despejos violentos a que os lavradores estavam submetidos.

O termo posseiro que a princípio se referia aos lavradores vítimas dos despejos, passou a englobar os parceiros, moradores e arrendatários. Segundo Grynszpan, a categoria posseiro, como também o seu antagonista – grileiro, estava ligada as estratégias formuladas pelos advogados nas disputas jurídicas. Para o autor, “buscava-se, através da nomeação dos atores, impor uma forma de percepção dos conflitos que favorecesse os atos e as pretensões dos lavradores e, ao mesmo tempo, inviabilizasse os de seus inimigos”. (Idem, p. 44).

Para Medeiros (2004, p. 212), os posseiros eram os “lavradores que não tinham qualquer documento formal que comprovasse a propriedade da terra onde viviam” e que, geralmente, “já estavam de há muito na terra, por vezes há gerações”.

Portanto, o considerar-se posseiro vinculava-se antes de tudo, ao cultivo da terra, a produção, e não necessariamente a titulação “ser proprietário”. Ser posseiro era contrapor-se ao proprietário que “abandonara” a terra, tornando-a improdutiva.

O grileiro, caracterizado como aquele que agia por meio de falsas escrituras de propriedades, era um termo que muitas vezes se referia tanto àquele que se apossava de terras que não eram legitimamente suas como aos proprietários legalmente habilitados,

Portanto, uma das lógicas nos confrontos dos posseiros com os grileiros, deve-se ao fato de que a percepção daqueles era a de que o grileiro especulava com a terra. Os lavradores, diferentemente, tinham nela o seu chão e o seu sustento. Ou seja, a terra era algo passageiro na vida do grileiro, enquanto que para os lavradores ela significava a própria vida.

Na percepção dos lavradores, ao agir especulativamente (visando os loteamentos e não a produção), os grileiros impediam a terra de cumprir com sua função econômica e social, causando inclusive problemas de escassez e de abastecimento de alimentos nas cidades, conforme vimos no capítulo I quando analisamos as estratégias do campesinato através dos jornais. As notícias publicadas sobre os movimentos de luta pela terra na maioria das vezes faziam essa referência – o risco do desabastecimento alimentício - como forma de alerta e cooptar a população urbana à causa dos camponeses fluminenses.

Os atos de resistência de ambos os atores sociais caminhavam não mais para a simples ameaça por parte dos grileiros, cujas ações de violência se intensificavam com a promoção das queimas das casas e lavouras e até dos assassinatos, como também por parte dos posseiros que impulsionavam as estratégias que possibilitassem maior visibilidade à sua causa.

2.2.4 - Do usucapião às desapropriações

Conforme a luta pela terra se exacerbava, os camponeses usavam a tática de recorrer à justiça utilizando um instrumento legal muito antigo - o usucapião. A esse respeito Pedroza (2003, p. 2696) comenta que,

Os posseiros do sertão carioca resgataram princípios antigos, mas os atualizaram para que se adaptassem a uma nova situação de luta, inclusive fazendo com que parte de suas reivindicações fosse incorporada à legislação muitos anos depois. Minha hipótese é de que, no momento da disputa pela terra, esses lavradores se lembraram e utilizaram direitos e representações de Justiça que conheciam, mas que foram cunhados para outro contexto histórico.

Com a crescente politização no que se refere à questão agrária no cenário nacional, o reconhecimento e a receptividade das lutas dos posseiros, por parte de alguns governadores dos estados, conduziram os movimentos pela posse da terra a reivindicar não mais o usucapião, mas a desapropriação das áreas em conflito. Barcellos (1987, p. 193) argumenta que:

A mudança da reivindicação do usucapião para a de desapropriação deu-se por que as lideranças do movimento consideravam a primeira ineficaz, até inatingível, pois viam os juízes, aos quais cabia a decisão sobre a ação de usucapião, como aliados dos grileiros.

O autor complementa salientando que,

A mudança do eixo reivindicatório não significava uma transferência da solução dos litígios fundiários exclusivamente para o Poder Executivo, dada a necessária mediação do Judiciário em ações desapropriatórias. Entretanto procurava, além de uma resposta mais rápida para os conflitos, principalmente o envolvimento dos governos estadual e federal na questão fundiária. (Idem, Ibidem).

Para Pedroza (2003, p. 2690),

Os lavradores não desistiram de também usar a legislação que lhes garantisse direitos e denunciar a que lhes expropriava. Como, no caso específico desses posseiros, o direito de permanecer na terra só seria efetivado pelo mecanismo do usucapião, que se mostrava ineficaz, eles

brigaram também para que outras formas de afirmação de suas posses fossem possíveis, como a desapropriação para fins sociais.

O próprio líder dos camponeses atesta essa mudança de estratégia. Segundo Pureza (1982, p. 32),

Até então, para se contrapor aos despejos, nossos advogados reclamavam, em juízo, o *usucapião* que prescrevia o direito de propriedade após a posse ininterrupta da terra durante mais ou menos dez anos. A decisão do nosso movimento a partir daí foi substituir a reclamação de usucapião por uma luta pela desapropriação das terras em litígio. (destaque do autor).

A conversão do artifício do usucapião para o recurso da desapropriação expressa a habilidade do movimento campesino em lidar com os obstáculos dos litígios fundiários.

2.2.5 - A Companhia Fazendas Reunidas Normandia

Como vimos anteriormente, o Conde Modesto subscreveu o capital da recém-criada Cia. Fazendas Reunidas Normandia com as terras que possuía nos municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí.

A Cia. Normandia, como é comumente chamada, tinha como sócios dentre outros, além de Modesto Leal, seu irmão Mario Modesto Leal; Virgílio Alvim de Melo Franco⁷⁷ e os irmãos Guinle: Guilherme, Carlos e Arnaldo Guinle.⁷⁸

Virgílio Alvim e os irmãos Guinle, eram pessoas com vínculos importantes junto aos poderes da República, transitando ora na sociedade política – que Gramsci identifica como o conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção e da violência (grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis), ora na sociedade civil – definida como sendo o “conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias” Moraes (1997, p. 98), gramscianamente conhecidas como aparelhos privados de hegemonia.

⁷⁷ Virgílio Alvim de Melo Franco descendia de uma família com influência na política mineira e nacional. Seu pai era Afrânio de Melo Franco que ocupou diversos postos importantes no governo durante a República Velha e Estado Novo. Virgílio era irmão de Afonso Arinos de Melo Franco, que exerceu cargos importantes junto aos governos brasileiros como também no Congresso Nacional.

⁷⁸ Os irmãos Guinle eram filhos de Eduardo Palassim Guinle – imigrante de origem francesa - que junto a Cândido Gaffreé fundou a Cia. Docas de Santos em 1892, empresa que, através de contrato de concessão com o governo Imperial, era responsável pela construção, agenciamento de navegação e transporte terrestre e comercialização no porto de Santos, SP. Guinle e Gaffreé tinham influência junto aos governos brasileiros. A própria concessão para a exploração do porto de Santos, que anteriormente valeria por 39 anos, fora estendida para 92 anos, cessando em 1980⁷⁸. Os irmãos Guilherme, Carlos e Arnaldo Guinle também exerceram influência junto ao Poder Executivo, em especial, a Getúlio Vargas. Consultar: BULCÃO, Clóvis. **Os Guinle**. A história de uma dinastia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

Chamo a atenção para o fato de que a ênfase dada a esses nomes tem como objetivo fazer-nos perceber a grandiosidade do desafio que os camponeses da região tomaram para si, levando-os a adotar diversas estratégias de combate na luta pela terra, como as destacadas no tópico ‘As estratégias de luta campesina’ do capítulo I.

Como vimos no capítulo anterior, a Cia. Normandia tinha como objetivo “exploração da propriedade "Normandia" para fins agrícolas e pastoris em todas as suas modalidades e compreenderá também a venda parcelada de glebas, lotes ou sítios, bem como a exploração de qualquer indústria conexa com esses objetos”⁷⁹. (BRASIL, 1927, p. 16.504). Em julho de 1930, a Normandia assinou contrato com a Companhia Expansão Territorial, dirigida por Otávio Guinle, irmão dos sócios da Normandia, e que será a empresa responsável pela comercialização daquelas terras.

Em Ata da Oitava Assembleia Geral Ordinária da de maio de 1931, publicada no DOU de 19/09/1931, p. 73, o contrato é saudado com grande entusiasmo e com perspectivas lucrativas pela diretoria da Cia. Expansão Territorial.

Em anúncios publicados no jornal *Correio da Manhã*⁸⁰ no ano de 1940 aparece um interessante mapa da região de Nova Iguaçu em que a Cia. Normandia possuía terras, exaltando suas vantagens: excelentes terras, próprias para a criação ou lavoura; áreas nas divisas com o Distrito Federal e apenas uma hora do Centro do DF; servidas por três estradas de ferro (Central do Brasil, Linha Auxiliar e Rio d’Ouro), incluindo seis estações de estradas de ferro; cortadas por numerosas estradas de rodagem, inclusive a Rio-São Paulo; vários centros comerciais em rápido progresso e facilidades no pagamento, além do pretenso comprador contar com um automóvel e corretor da Cia. para acompanhá-lo até o local das terras para uma visita.

Porém, no Relatório da Diretoria - Exercício de 1943, a diretoria da Cia. faz saber sobre o andamento da ação rescisória que a Cia. Normandia pleiteia na justiça desde 1940⁸¹.

Por sua vez, a Cia. Normandia, por meio do Relatório da Diretoria referente ao Exercício de 1941, publicado no DOU do dia 02/04/1942, destaca que, embora o Governo Federal tenha decretado medidas que suscitaram nas melhoras dos preços nos mercados de

⁷⁹ Optei por manter a grafia original.

⁸⁰ Jornal *Correio da Manhã*: Edição 13968, 19/05/1940, p. 21 e Edição 13974, 26/05/1940, p. 18; Edição 13998, 23/06/1940, p.13; Edição 14010, 07/07/1940, p. 15; Edição 14022, 21/07/1940, p. 11 e Edição 14034, 04/08/1940, p. 13. Ver também *Jornal do Brasil*, Edição 00082, 05/04/1931, p. 27; Edição 00112, 10/05/1931, p. 31; Edição 0148, 21/06/1931, [numeração de página ilegível]; Edição 00152, 26/06/1931, p. 25; Edição 00201, 23/08/1934, p. 30; Edição 00129, 04/06/1938, p. 20.

⁸¹ DOU, 22/04/1944, p. 35.

laranja naquele ano em comparação aos dos anos anteriores, o resultado apurado não correspondeu ao que a Cia. havia previsto devido a produção ter sido muito menor em relação aos anos passados.

Ainda nesse relatório, a diretoria da Normandia enfatiza que as vendas das terras situadas nos municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí (RJ) apresentaram um decréscimo e que a Cia. Expansão havia devastado matas de sua propriedade “e postergou a letra dos contratos que com ela mantínhamos, desvirtuando o espírito desses contratos, o que deu ensejo revogação judicial imediata dos mandatos que lhe havíamos concedido, e aos procedimentos subsequentes”⁸², referindo-se aos procedimentos judiciais em andamento.

Aqui abro um parêntesis. Talvez a impressão que Bráulio Rodrigues (2008) teve de que a área de Pedra Lisa havia sido largada pelos proprietários, fosse consequência dos embates entre a Cia. Normandia, dona da área, e a Cia Expansão, que havia desvirtuado os propósitos do contrato por ela assinado junto a Normandia. Bráulio (2008, p. 21), assim relata:

Os proprietários da área de Pedra Lisa eram os irmãos Guinle. Lá tinha muita mata e eles largaram aquilo de lado. Só que os donos de laranjais e outras pessoas gostaram daquelas terras justamente porque tinha mata. Algumas pessoas de Nova Iguaçu começaram a ir para Pedra Lisa tirar lenha para fazer carvão e vender.

Embora Bráulio tenha chegado à Pedra Lisa somente em 1948, o seu relato confirma a questão da derrubada da mata para extrair lenha, tal como denuncia a Cia. Normandia em relação a Cia. Expansão Territorial. Ao que parece, a Cia. Expansão, diante da queda nas vendas das terras, decidiu investir na derrubada e retirada de madeira das matas nas áreas pertencentes à Normandia.

Vale lembrar também que nesse período, o mundo vivia uma guerra e que o Brasil fora impactado por ela. Com relação ao comércio citrícola, havia uma crise na área de exportação ocasionada pelo retraimento do mercado internacional e pelas dificuldades de transportes – na época via marítima.

Em Relatório da Diretoria - Exercício de 1945⁸³, a Cia. Expansão comunica aos acionistas a conclusão final do acordo firmado com a Cia. Normandia em fevereiro de 1945, em que a rescisão do contrato ocorreu de forma amigável, recebendo a Cia. Expansão entre

⁸² DOU, 02/04/1942, p. 71.

⁸³ DOU, 15/04/1946, p. 6.

outras compensações, as terras que compunham as Fazendas do Tinguá (Nova Iguaçu) e Piranema (Itaguaí), com a área aproximada de 400 alqueires.

Pelas pesquisas empreendidas, inclusive anúncios por meio de jornais como o publicado no *Correio da Manhã*⁸⁴ - edição do dia 29/06/1947, suponho que a Cia. Normandia assumiu a comercialização de suas terras em Nova Iguaçu a partir de 1945.

Provavelmente, parte das terras que a Normandia possuía em 1948 entre o rio Santo Antônio em direção ao Rio de Janeiro margeando a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, foram vendidas a Mário de Almeida, Antônio Francisco Pinto e outros conforme plantas dos loteamentos Parque Professor João de Maria, Jardim Rio d'Ouro e Rio d'Ouro⁸⁵, por mim pesquisados.

Mas adiante irei retomar a questão da rescisão do contrato com a Cia. Expansão, quando um dos narradores fará o relato de quem seria o dono das terras, e o sobre o loteamento de Mário de Almeida, quando analisarei os conflitos em Rio d'Ouro e Santo Antônio.

2.3 - Rio d'Ouro e Santo Antônio: do apagamento da memória ou do silêncio como recurso útil

No tópico precedente conhecemos a formação histórico-geográfica de Rio d'Ouro e Santo Antônio. Percebemos que, se comparada a sua à vasta extensão territorial, a região se concentrou nas mãos de poucos proprietários que ao longo do tempo foram vendendo suas terras.

Mas essas vendas não significaram um número maior de donos. Muito pelo contrário. Se observarmos cuidadosamente as informações, verificaremos que, das mãos de poucos, as terras de Rio d'Ouro e Santo Antônio se concentraram nas mãos da Cia. Fazendas Reunidas Normandia.

⁸⁴ *Jornal Correio da Manhã*: Edição 16150, 29/06/1947, p. 18. Vide também: *Jornal do Brasil*, Edição 0148, 21/06/1931.

⁸⁵ Há ainda, em direção a Queimados, o loteamento Jardim Esperança que conforme documento pesquisado – procuração, indica ter sido criado na década de 1970, sendo seu proprietário Luigi Pellicano, que também possuía terras em São Gonçalo.

Não é por acaso, assim penso eu, que o texto do anúncio publicado no jornal *Correio da Manhã*⁸⁶ - edição do dia 29/06/1947 revela os projetos megalômanos da Normandia, ao menos propagandisticamente:

Ótimas terras para grandes indústrias, sítios, granjas e fazendas de criação

Situadas em Rio d'Ouro e Teófilo Cunha.

Áreas de 3 a 200 alqueires geométricos⁸⁷

Facilidades de Pagamento

Servidas por 2 Estradas de Ferro

Solução do problema de abastecimento da Capital Federal

Pensando nos conflitos das décadas de 1940 / 1970, temos uma compreensão melhor do por que da intensidade que eles tiveram. Se pensarmos microscopicamente, veremos que a questão do uso das fontes de água na região estava em jogo, pois indústrias e fazendas de criação são excelentes consumidoras.

Portanto, o que estava em disputa não era somente a questão da posse da terra. Era também a posse dos recursos naturais. Na verdade, a existência de posseiros na região significava um perigo iminente ao projeto da Normandia. Era uma disputa pela hegemonia de projetos de ocupação da região completamente opostos.

Em reportagem publicada na Revista Rio Pesquisa em dezembro de 2015, a jornalista Aline Salgado (2015, p. 9), com base nos dados divulgados pelo NMSPP/CPDA sobre os conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro, afirma que,

As primeiras organizações de lavradores surgiram em 1948 e o primeiro conflito identificado no período de análise e documentado por meio de jornais da época aconteceu em 1956, quando pioneiras associações de lavradores conseguiram o direito à terra onde viviam como posseiros, em Pedra Lisa, região de Nova Iguaçu na época, hoje Japeri.

Segundo as anotações de Lyndolpho Silva, as áreas de Pedra Lisa, Santo Antonio do Mato e Limeira, desapropriadas entre os anos de 1958 e 1960, “se deram por pressão de massas, ocupando as glebas” (SILVA, Arquivo Lyndolpho Silva). No total foram 1.936 hectares desapropriados com 384 famílias beneficiadas.

⁸⁶ Jornal Correio da Manhã: Edição 13.968, 19/05/1940, p. 21; Edição 13.974, 26/05/1940, p. 18; Edição 16.150, 29/06/1947, p. 18.

⁸⁷ Alqueire geométrico – usado para medir áreas rurais, equivalente a 220 m x 220 m = 48.400 m². É uma medida padrão muito usada nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Conforme dados do INCRA de 2017, o município de Japeri possuía 04 assentamentos: Boa Esperança (1986), Pedra Lisa (1997), Fazenda Normandia (2003) e São Pedro (2005), num total de 149 famílias assentadas (INCRA, 2017).

A seguir analisaremos as ocupações de terra em Rio d'Ouro e Santo Antônio, locus empírico da pesquisa, tendo como fio condutor as memórias de seus moradores.

2.3.1 - Rio d'Ouro: o apagamento da memória como recurso útil?

Rio d'Ouro é uma região circundada pela Reserva Biológica do Tinguá cujo espaço territorial foi dividido entre os municípios de Nova Iguaçu e Japeri quando da emancipação deste em 1991. Por essa região passaram tropeiros e contrabandistas vindos das minas gerais pelas terras cortadas pelos rios Paraibuna e Paraíba do Sul. Por ela, o Governo Colonial abriu a Estrada da Polícia na tentativa de controlar a cobrança de impostos e coibir o contrabando.

Foi essa região que possibilitou a Corte o abastecimento de água, livrando-a da seca, através dos seus mananciais. Foi ela que proveu parte dos alimentos ao Distrito Federal, levando Getúlio Vargas a sonhar com um 'cinturão verde'. Esses fatos demonstram a importância dessa região para o Estado e para o país durante os governos coloniais, imperiais e até meados do século XX.

Como explicitarei na introdução dessa dissertação, passei a residir em Rio d'Ouro em 2011. Como a intenção era de fixar residência, iniciei a busca para adquirir um imóvel. A minha surpresa foi que a maioria deles não tinha registro de imóvel ou escritura lavrada em cartório e os moradores alegavam que as terras pertenciam as suas famílias há muitos anos.

Na procura por um imóvel, recebi gentilmente de um morador a cópia da planta do loteamento onde está a propriedade da família. Por ela descobri que o loteamento fora projetado em 1948 e se chamava Parque Padre João de Maria, cujo incorporador se chamava Mário de Almeida⁸⁸, nome que constava no carnê de IPTU do nosso imóvel. Essa informação me deixou intrigada. Havia um loteamento, mas não existiam imóveis escriturados. A partir daí, comecei a conversar com alguns vizinhos sobre como o lugar havia sido ocupado.

Portelli (2016, p. 10), explicita que as “fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador”, devendo a sua existência a presença, ao estímulo e ao papel ativo do “historiador na entrevista feita em campo”, sendo geradas numa troca dialógica, a *entrevista*: literalmente uma troca de olhares”. (destaques do autor).

⁸⁸ Mário d'Almeida era um rico e influente industrial, banqueiro. Voltaremos à ele quando da análise da ocupação em Rio d'Ouro.

Seguindo as orientações do autor e utilizando metodologicamente o recurso das fontes orais, como num romance, fui puxando o fio e conversando delicadamente sobre como os meus interlocutores haviam chegado a Rio d'Ouro. Se nasceram nesse lugar? A princípio, muito desconfiados, havia certa resistência em falar sobre a forma que eles usaram para se apropriar de um pedacinho de terra. Fui puxando assunto para saber se teria havido algum tipo de disputa para que as famílias deles conseguissem os lotes onde moravam.

Um dos atributos do pesquisador deve ser o exercício da paciência para que possa aguardar o momento propício em que os seus narradores se sintam desprendidos e à vontade para permitir que ele acesse um espaço de sua vida – a memória – em forma de depoimentos. E mais, é preciso que na caminhada se formem vínculos de amizade entre eles. Segundo Oliveira (2013, p. 90), “é nessa convivência, ombro a ombro, olhos nos olhos, que ao longo dos anos podem juntos construir uma rede solidária de confiança mútua”.

Com paciência e tempo, uma confiança foi estabelecida e perguntei se eles tinham ouvido falar sobre os conflitos pela posse da terra em Pedra Lisa. Informalmente, os moradores alegavam não ter existido ou não se lembravam ou os pais não contaram sobre nenhum conflito de terra tal como o de Pedra Lisa, distante de Rio d'Ouro e Santo Antônio – regiões *locus* empírico dessa investigação - aproximadamente dez quilômetros e interligada pela Estrada de Ferro Rio d'Ouro, importante meio de transporte e acesso à região até o final dos anos de 1960.

Geograficamente, Pedra Lisa é um dos bairros de Japeri. Mas nas décadas de 1940-1970 significava a região sob a influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, abrangendo as áreas das antigas fazendas Santo Antonio do Mato e Limeira e Jaceruba, atual bairro de Nova Iguaçu conhecido naquela época como São Pedro, e Pedra Lisa.

Mas outra informação me chamou a atenção. Segundo estes mesmos relatos, os moradores mais antigos se dirigiam em grupo para a estação de trem de Rio d'Ouro para observar, na primeira viagem (geralmente eram duas a três viagens diárias) – por volta das 07 horas da manhã, se desembarcavam pessoas estranhas ao lugar e que não tinham vínculos com o mesmo.

Na última viagem do dia – por volta das 18 horas, o mesmo grupo se reunia na estação para verificar se aqueles desconhecidos haviam embarcado indo embora dali. Quando isso não

ocorria, os desconhecidos eram procurados pelos moradores e, uma vez encontrados, eram interrogados e convidados a se retirarem de Rio d'Ouro.

Diante destas referências, me pergunto:

_ Se os moradores se lembram de tal fato, como não se lembram da chegada de pessoas estranhas que vinham para o lugar, atraídas pelas notícias de distribuição de terras na região conforme depoimento de Bráulio Rodrigues (SILVA, 2008, p.19 e 22)?

_ Houve, de fato, movimentos sociais de luta pela terra em Rio d'Ouro no período pesquisado, tal como preceituam os instrumentais teóricos sobre o tema, explicitados no capítulo I dessa pesquisa?

_ Teria ocorrido então um *apagão* da memória coletiva, uma *amnésia social* sobre o que ali aconteceu? E por quê?

Em suas análises sobre memória e identidade social, Pollack (1992) argumenta que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. (1992, p. 203). Para o autor, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. (Idem, *ibidem*).

Sendo a memória individual seletiva, ela grava, exclui, lembra, esquece, reprime, rebela. Portanto, pode-se dizer que memória se constrói. Na tentativa de construir uma possível memória coletiva sobre a ocupação das terras de Rio d'Ouro, compartilhamos os depoimentos do Narrador A, Narrador B, Narrador C e Narrador D, os quais gentilmente dialogaram comigo formalmente, no sentido de que nos autorizaram gravar as suas falas.

A narrativa constitui-se na matéria prima da História Oral, sendo a coleta de dados realizada através da entrevista, isto é, uma conversa entre narrador e pesquisador, cujo objetivo maior é captar a riqueza que cada entrevistado tem a contar - não, propriamente, na extensão das suas falas, mas, primordialmente, na citação de um fato desconhecido, na descrição de um fato corriqueiro que surge na sua fala.

Em seus estudos sobre história oral, Portelli (2010) analisa a questão relacionada ao poder que o pesquisador tem sobre suas fontes orais, Segundo ele, “ainda que muitos historiadores orais desejem conferir poder aos sujeitos com quem trabalham em campo, a entrevista instaura uma relação de poder do historiador no cotejo das fontes”. (2010, p. 79).

Para esse autor, “o pesquisador tem o poder de selecionar *quem* pode exercer a função de fonte”. (destaque do autor).

Prosseguindo, Portelli afirma que a interpretação é o ápice do poder do historiador, uma vez que “é ele quem diz o que significam as palavras do entrevistado”. (Idem, p. 80). E faz um alerta: uma vez as fontes orais transformadas em documentos escritos, os narradores deixam de controlar a própria palavra, as quais se convertem em barro nas mãos do pesquisador que delas se apodera.

Devido a pesquisa desenvolver-se na comunidade de Rio d’Ouro, onde eu e os narradores residimos, optei por não usar os seus nomes, buscando, dentro do possível, preservá-los. Como a metodologia usada foi a entrevista aberta, optei por intervir com delicadeza quando a conversa tendia a desviar-se muito, segundo o meu entendimento, dos propósitos por mim estabelecidos, muito embora o desejo deles contarem suas histórias tenha sido respeitado.

As narrativas foram cotejadas com as seguintes fontes: jornais, plantas dos loteamentos, documentos cartoriais e bibliográficas.

Os narradores foram escolhidos usando os critérios de idade – dentro do possível, contemporâneos aos movimentos sociais, e descendência de famílias antigas em Rio d’Ouro. No total, foram quatro narradores escolhidos por eu considerar que seus depoimentos eram ricos em informações preenchendo cada um deles as lacunas sobre o processo de ocupação de Rio d’Ouro.

Os depoimentos aconteceram em minha residência, sempre acompanhados de um cafezinho e bolo, como forma de tornar o ambiente mais amigável e por gratidão por eles despenderem seu tempo e compartilhar conosco as suas memórias. Os dias e horários foram definidos em função de disponibilidade de cada um.

Os narradores A e D compartilharam conosco um pouco de suas lembranças pessoais. O **narrador A** nasceu na década de 1930 em Rio d’Ouro, na subida da serra de Tinguá onde foram construídos os reservatórios de água no período colonial. Seu pai era funcionário da empresa responsável pela administração e conservação desses reservatórios e tinha direito a ocupar uma residência no complexo que dista, aproximadamente, três quilômetros do centro de Rio d’Ouro.

O mesmo sempre morou nesse bairro onde também constituiu sua família. Teve uma vida muito difícil que se complicou com o falecimento de sua mãe quando tinha oito anos de idade, indo morar com outra família em Jaceruba que não lhe tratava bem.

Diferentemente de um de seus irmãos, que sob os cuidados de outra família foi matriculado em uma escola da região, a família que ficou com o nosso narrador A dificultou sua ida para uma escola, pois a prioridade era trabalhar para ajudar no sustento dessa família. Anos mais tarde, mesmo trabalhando numa das escolas da região como merendeiro, não lhe foi dada a oportunidade de estudar. Já adulto e com família constituída, foi alfabetizado pelo narrador B. Por conta disso e somada a outros fatores, tem dificuldades em ler e escrever.

Trabalhou sem carteira assinada na empresa que cuidava dos reservatórios sendo incorporado com carteira assinada, quando a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE passou a administrar os reservatórios, por volta de 1975.

Narrador A:

_ Eu por exemplo ... morei lá dentro da represaⁱ ... num é? lá dentro da represa mermo ... pra lá ... asque ... as ... asque não conhece não ... mais seu valdi [referindo-se ao meu pai] deve conhecê ...

Pesquisadora:

_ Então o senhor morou lá na ... lá na represa?

Narrador A:

_ Eu morei ... morei lá dentro da represa mermo ...

Pesquisadora:

_ Lá tinha casas, não é isso?

Narrador A:

_ Lá tinha ... naquela época tinha ... é porque descendo aquela escada ... naquela estação ... tinha uma casa ... uma casa grande que era do chefão ... do chefe de represa ... morava lá né ... naquela casa ... lá era casa só pra chefe ... cada um que ... que ... que ia pra li pra represa ... aveis morria outros ... entrava outros ... né ... mais é ... tava lá a casa em pé né ... que agora desmancharam ... não sei se foi ibambaⁱⁱ que desmanchou ... não sei ... mais era o casarão do chefe ... era ali ... aí dali vinha pra pataforma ... tem uma água que corre lá do revatório ... uma ...

O **narrador D** tem em torno de 60 anos e nasceu em Rio d'Ouro próximo ao desvio da EFRD que seguia em direção ao Complexo do Reservatório de Água. Seu pai, cuja família veio da localidade conhecida como Terras Frias no alto da serra de Tinguá em direção à Conrado, sustentava a família prestando serviço nos diversos sítios aqui existentes,

principalmente na derrubada e venda de lenha à metro para as olarias que ficavam próximas a região.

Mais tarde ele conseguiu uma vaga para trabalhar na City, empresa responsável pelo Complexo. Como era de praxe, a família recebeu uma moradia e passou a residir no Complexo do Reservatório. Lembra e narra um episódio ocorrido quando tinha oito anos e que o marcou profundamente: a ação violenta dos guardas florestais do IBDF no episódio de expulsão dos lavradores que viviam nas franjas da reserva de Tinguá.

Narradora D:

_ Meu nome é [cita mais uma vez seu nome] ... fui nascida no Rio D'ouro ... e aqui era Município de Nova Iguaçu ... eu morei num sítio ... chamava do seu Cabrito ... eu me lembro como criança ... esse sítio era ... hoje é a Serra Verde, que é onde tem uma fábrica de batata frita ...

Pesquisadora:

_ Lá no finalzinho de quem vai pra ... pra represa, né?

Narradora D:

_ Isso ... depois que eu ... papai saiu desse sítio e foi morar no 'seu' Sargento Armando ...que esse sítio hoje vem a ser o Vale do Sol ... ali [tinha] uma casa linda ... era uma casa de assoalho de madeira ... né ... que antigamente usava nas casas ... assoalho alto que solto por baixo ... que eu corria pra me esconder quando fazia arte ... (risos) ... adorava ficar no sótão escondidinha e ... ali era uma mina d'água muito boa ... tudo lá era lindo ... aqui era perfeito ... e a casa que ... era as casinhas de pau a pique né? ... meu pai entrou pela Citi [empresa responsável pelo complexo do reservatório] ... aí passou pra cedae [que substituiu a City] ... quando ele veio pra cedae ... ele teve o direito a uma casa ... todos os funcionários ganhava uma casinha lá ... tendeu ... aí nós fomos morar na represa ...

Em nossas conversas, puxávamos para a abordagem de como teriam sido as ocupações de terra em Rio d'Ouro. Observei que nos depoimentos de todos os narradores aparece a informação de que em Rio d'Ouro havia fazendas antigas e em suas lembranças a população era escassa. Ouçamos o que dizem.

Narrador A:

_ Mais naquele tempo [não precisou a data, mais por outros depoimentos, deduzi ser bem antes dos anos de 1960] era fazenda mermo que tinha ali [situada na entrada da Reserva Biológica do Tinguá] ... quem morava ali ... é um pessoal antigo ... o nome dele é Ernesto Santo [igualmente, por meio de outros depoimentos, creio ser uma pessoa que trouxe seu gado de Santa Amélia, bairro vizinho de Rio d'Ouro] ... ali tinha vacaria ... fazia queijo ... a dona dele ... a minha mãe levava nois lá pra ver ladainha ... tã ... então as ladainha ... missa ... tudo era nessa fazenda ... que não tinha igreja ...

Narrador D:

_ A fazenda velha ... a fazenda velha começa aqui do 'seu' [referindo-se ao narrador A] ...fazenda velha que eles falam que aqui na época ... que aqui teve escravo ... eles comenta que a entrada da ... dos colono era ali ... aonde tem aquelas palmeiras ... não tem umas

palmeiras ... da CEDAE [refere-se a entrada da reserva florestal] ... isso porque foi encontrado algo na represa tá lá até hoje né? ... eu não vou lá ... era aonde eles botavam os escravos e tem o socadô de café ... lá tem o pilão ... feito na própria pedra ...

Pela narrativa destes e de outros depoimentos informais, a fazenda velha parece ter sido muito importante para o lugar. Fosse pelo que nela se produzia ou fosse, por algum motivo, pelos seus proprietários. Segundo relatos, deduzo serem as ruínas de uma fazenda próxima à entrada da Reserva Biológica do Tinguá, construída entre os séculos XXVIII e XIX, pois esses mesmos relatos mencionam haver resquícios de um lugar onde os escravos eram punidos. Era bastante extensa, indo da atual RJ-113 (Estrada Adrianópolis- Jaceruba), leito da antiga Estrada de Ferro Rio d'Ouro, até depois dos reservatórios da CEDAE no início da Serra de Tinguá.

Creio também, que a mesma pode ter sido a Fazenda de d. Jesuína (conforme planta de Fig. 3) e que talvez tenha sido desapropriada pelo Governo Imperial por ocasião da construção dos reservatórios de água na serra. Se assim foi, deduzo que os moradores os quais se refere o narrador A ocuparam indevidamente a fazenda.

Pergunto ao narrador A se próximo ao local em que mora hoje havia fazendas, e ele responde:

_ É aqui ... morô ali mermo em Rio Douro, quaiês não tinha sítio ... ali tinha era um sítio ... tinha cavalo ... carneiro ... num é? ... vaca acho que não tinha não... era cavalo e carneiro ... Camarada só tinha esses bichos ... mas morava lá perto de Madureira ... vinha pra cá ... e anda a cavalo ... é isso ... ali só tinha isso mermo ... dispois ele vendeu ... aí foi que ele vendeu esse terreno que meu pai comprô ... tinha cinco lotes ... aí ele foi e falô assim ... aí oh seu Vergílio ... acho que você não conheceu não ... pai da Mariazinha ... [refere-se ao pai de uma vizinha nossa, ambos já falecidos].

Embora o narrador não tenha completado a informação sobre o que foi proposto ao Sr. Virgílio, pelas informações que tenho, deduzo que ele arrematou os cinco lotes citados, pois ainda hoje moram descendentes seus nesses lotes. O Sr. Virgílio parece ter sido uma pessoa muito influente em Rio d'Ouro, pois tenho depoimentos de que ele ajudava a captar recursos para a Escola Estadual Rio d'Ouro e tinha influência entre os políticos de Nova Iguaçu. Num dos depoimentos, dá a entender que ele teria sido guarda florestal.

Ainda nessa fala, nosso narrador frisa que o sitiante morava em Madureira. Essa informação corrobora com os estudos sobre os loteamentos na região que se destinaram para serem residências de veraneio. Talvez a venda tenha sido ocasionada pelas dificuldades de acesso ao lugar. Ou porque a sua compra teria sido um investimento.

Na verdade, aquilo que os moradores chamam de fazenda, parece ter sido sítios com boas extensões de terra, como nos anúncios de venda desses terrenos publicados tanto pela Cia. Expansão quanto pela Cia. Normandia.

Pergunto-lhe se havia plantação ao longo da estrada para Queimados. Embora tendo feito confusão entre Santo Antônio e Queimados, o nosso narrador A traz importantes informações sobre a produção de laranja. Vejamos:

Narrador A:

_ Pra lá tinha era chakra de laranja ... muita chakra de laranja ... dispois que passa ali ... que ver ... Santo Antoin ... não sei se você conhece ali uma ... um tipo ... um clubizinho que tem numa subidazinha ... em antes da ponte ... já indo pra quem vai pra santa amélia ... tem aljezur ... laranjal ali tudo era laranja ... é que santo antoin mermo tinha um laranjal naquele morro grande ... ih.. que vê ... cê conhece aquela russa⁸⁹ de santo antoin?

Pesquisadora:

_ Eu já ouvi falar ...

Narrador A:

_ Então ... é pra lá da casa dela ... que ela mora ... é que tinha essa chakra de laranja grande ... o dono dali chamava seu pascal o dono da chakra ... e nos capinava o pé de laranja pra ele né ... eu capinei muito pé de laranja lá ... era aquela chakra grande ... pegava cá do ... do ... da baixada ... ia até na virada do morro ... já indo pra santa amélia ... aí ... na ocasião de panhá ... de panhá laranja ... tinha um caminhão com ... com as caixa pra levar laranja dali ... era muita gente ... era muita gente apanhá laranja ... pra encher aquelas caixa né ... dispois botá no caminhão e levava ...

O narrador D completa:

_ Era lavoura ... tinha muita laranja ... era só mato e ... e muita laranja ... muito laranjal ... daqui ao 56 ... pra Jaceruba tudo era plantação ... tudo de laranja, ...tinha vários donos ... cada um tinha seus pedaços ... suas arezinhas plantada de laranja ...

Os **narradores B e C** estiveram compartilhando juntos as suas memórias. Ambos têm pouco mais de 60 anos. O **narrador B** chegou adolescente em Rio d'Ouro com a família na década de 1950, vindo de Miguel Pereira (RJ) onde nasceu, e depois da família ter morado em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro e do pai ter trabalhado numa carvoaria na serra de Adrianópolis, bairro vizinho a Rio d'Ouro.

O pai era tropeiro, vindo anos depois a trabalhar na CEDAE. O narrador B trabalhou no início da década de 1970 como auxiliar de professor na escola que havia em Santo Antônio e depois do seu fechamento em 1972, foi para a escola municipal existente em Rio d'Ouro. Habilitou-se, anos depois, como professor das séries iniciais do Ensino Fundamental. Muito

⁸⁹ Bem mais tarde fiquei sabendo que 'russa' é filha do nosso narrador F, ex-presidentes da Associação dos Lavradores de Santo Antônio.

ativo politicamente, participou das ações que culminaram na construção da escola estadual em Rio d'Ouro nos anos de 1970. Incentivou a construção da Escola Municipal Santo Antônio quando da emancipação de Japeri na década de 1990, onde exerceu a direção por mais de vinte anos. Participou do movimento que culminou na municipalização da escola estadual em 2012.

Narrador B:

_ Eu ... eu começo assim ... com a chegada da ... da minha família pra aqui pra Rio d'Ouro ... eles moravam ... mamãe morava ... eles moravam em.. Madureira ... e vieram ... na verdade vieram pra serra de Adrianópolis e depois vieram para cá porque papai veio trabalhar na CEDAE ... nós nascemos aqui ... quer dizer ... no tempo é .. quase mais ou menos uns 70 anos ... eu é .. eu ... nós [refere-se nominalmente à outros dois irmãos] já nascemos aqui no Rio d'Ouro ... então mais ou menos é ... é uns 65 ... uns 60 ...

Pesquisadora:

_ Na década de 60 ... então aí vocês nascem ... a família já está aqui ... já tinha alguns irmãos ...

Narrador B:

_ Já estava aqui ... já tinha ... isso ... aí tínhamos ... éramos seis ... e ... tinha três mais velhos ... aí depois que eles vieram pra cá ... que aí a gente nasceu aqui no Rio d'Ouro ...

Pesquisadora:

_ Nasceram mais três aqui. Um dos seus irmãos teve comentado comigo ... parece que seu pai quando veio pra cá ... ele vai para ... tipo ... para uma carvoaria ... né ... pra uma empresa que tirava madeira e fazia ...

Narrador B:

_ Isso ... ele fazia parte da ... de uma tropa de ... que vinha de ... que vinha de.. da ... Serra de ... Miguel Pereira ...

[O narrador B emociona-se e seus olhos lacrimejam e faz-se uma pausa no diálogo]

Narrador B:

_ Tropa ... que seguiam ... e eles traziam nessa ... nesse caminhar ... eles ... eles faziam carvão que eram ... e eram transportados no ... no ... nesses trens ... nos trens de cargueiro ... aí vinha assim nos trens né ... eles transportavam ... e na verdade quando ele veio pra Adrianópolis ... aí depois que ele foi pra ... pra lá ... e depois que ele veio pra CEDAE ... nós nascemos aqui né ... e aí fomos é ... vivendo ... depois nós é ... era assim ... foi uma luta bem grande ... ele foi trabalhar lá na CEDAE ... papai ... e ... a gente ... era muita dificuldade pra mamãe porque morava num lugar quando veio pra cá muito difícil né? ... mas a gente era feliz ... muito feliz na família ...

O **narrador C**, como a maioria dos posseiros, veio de Itaperuna (RJ) para Santo Antônio com sua família, ainda menino, no final dos anos de 1950, onde o pai era lavrador. A família primeiramente morou num sítio em Aljezur, bairro vizinho a Santo Antônio, onde já

morava uma irmã de seu pai. Depois se deslocaram para Santo Antônio, onde o pai foi trabalhar como caseiro em um sítio, que mais tarde foi adquirido pela família estando até hoje de posse dele. Anos depois, um irmão de seu pai ofereceu-lhes sociedade na criação de boi. O pai, lavrador, teve atuação destacada junto a Associação dos Lavradores de Santo Antônio.

O nosso narrador C participou e testemunhou as lutas travadas pela posse da terra ocorridas nessa região ao longo dos anos de 1960 até 1987, quando os últimos posseiros foram expulsos da antiga Fazenda Limeira sendo transferidos para Papucaia. Muito ativo politicamente, foi candidato a vereador pela região e, junto com o narrador B, participou intensamente em todos os movimentos relativos às escolas em Santo Antônio e Rio d'Ouro.

Narrador C:

_ A gente veio lá de Itaperuna ...

Pesquisadora:

_ Ah ... vocês vieram de Itaperuna ... que época mais ou menos?

Narrador C:

_ 1961 ... 10 anos ...

Pesquisadora:

_ Ah ... tá ... vocês lá eram lavradores também? ... como que era?

Narrador C:

_ *Aí ele chegou ... lá era lavrador ... aqui ele veio pra ... veio sem nada também ... aí ele veio ... ele não tinha lugar para ficar ... aí nós vamos ficar no sítio em Conde de Aljezur ... aí ele chegou lá ...*

Pesquisadora:

_ *Porque ele já veio com a família?*

Narrador C:

_ *Aí veio com a família ... que ele já tinha irmã dele aqui ... aí ele veio com a família ... só que ele ia ficar lá no sítio chamado ... lá no Conde de Aljezur ... aí chegou lá ... a gente era seis irmão ... não eram quatro ... deixa eu ver veio eu, [cita o nome de três irmãos] ... quatro ... aí a gente foi pra ficar num sítio lá mas o dono do sítio falou – ah não ... você tem muito filho ... vai chupar minha laranja toda ... vai acabar com isso acabar com aquilo ...*

Pesquisadora:

_ *Era laranjal?*

Narrador C:

_ *Era laranjal ... aí vão cabar ... aí ele voltou ... foi pra Santo Antônio ... chegou lá um moço chamado Geraldo tinha um sítio ... aí falou - ah [cita o nome do pai] fica aqui de caseiro aqui para mim ... aí ele foi ... ele ficou de caseiro ... lá tinha peru ... pato ... tinha uma granja ... aí tomou conta ... aí foi ficando ... ficando e seu Geraldo uma pessoa muito boa ... morava em Botafogo ... muito boa ... falou pra ele ... aí ele foi trabalhando ... muito trabalhador né ... fazia feira ... aí vendia uma coisa vendia outra ... aí pegou ... foi juntando dinheirinho ...*

juntando daqui juntando dali ... guardando ... e todo mundo ajudando ... meus irmãos trabalhando também ... ajudando ... até um dia o moço falou - [cita o nome do pai] vou vender o sítio ... até ele falou - quanto você quer? ... não lembro bem não ... eu sei dizer que ele comprou ... ele comprou o sítio ... compro ... levou no cartório direitinho passou documento direitinho ... mais no sítio lá depois do ... ali no sítio todo mundo qualquer coisinha procurava ele [cita o nome do pai] ... tudo ele fazia ...

O narrador C, quando perguntei em que época a família teria vindo para Santo Antônio, ele me responde que foi em 1961. Provavelmente, ao cotejar com o relato do narrador F, sobre quem falaremos mais adiante, sua família chegou nessa localidade por volta de 1958 ou 1959, uma vez que seu pai fez parte da diretoria da Associação dos Lavradores de Santo Antônio no ano de 1960.

Perguntei-lhes sobre Rio D'ouro e ambos responderam que era um lugar pequeno e pouco movimentado se comparado com Santo Antônio e que tinha muito gado.

Narrador C:

_ Rio D'ouro ... aqui nesse loteamento que você vê aí hoje eu conheci ele com três casa ... só três casinha ... [refere-se ao atual loteamento Parque Padre João de Maria].

Narrador B:

_ É ... não é tinha produção ... o seu Teteu ... [foi um 'corretor' das terras] ... aqui em Rio d'Ouro era mais gado ... Rio d'Ouro ... Rio d'Ouro era mais ... era mais gado ... leite ... queijo ... é ... ali tinha um pessoal do ... do [cita o nome do proprietária da padaria] ... isso isso ... papai também papai teve ... o gado de papai ficava lá ... [refere-se aos gados que sua família possuía]

Narrador C:

_ Seu Tavinho ... Tavinho ... Paúra também ...

Narrador B:

_ Tinha um curral e ... e produziam leite... queijo ... era dali deles ... eu me lembro que era junto com seu Joaninho ... o ... o avô pai do pai ... pai do pai de [cita o nome do proprietário da padaria] né ...

Narrador C:

_ Tinha o Reis também ...

Narrador B:

_ É ... é era mais com eles ... era mais gado ... é ... ali era mais ... Santo Antônio já era mais ... já era banana ... era ...

Comentei se havia lembranças de como surgiu o loteamento; como é que foi demarcado para virar um loteamento; se alguém chegou comunicou que aqui seria um loteamento. Falei que se chamava Padre João de Maria, na verdade Parque Padre João de Maria. A resposta que deram foi bastante interessante:

Narrador B:

_ Não

Narrador C:

_ Não ... foi não ... na verdade ... eu não sei nem como surgiu isso aí ...

Narrador B:

_ Não ... não ... até o dia que que surgiu assim ... Jardim Esperança vai ser asfaltado ... aí que a gente se ligou ... Jardim Esperança é Rio d'Ouro ...

Narrador C:

_ A gente tava em Engenheiro Pedreira ...

Narrador B:

_ A gente tava em Engenheiro Pedreira porque até ... na verdade ... é loteamento ... loteamento ... mas não se tinha nome ... claro a gente sabia igual você tá pensando ... mas tinha nome pra abrir ... é ... mas a gente ... isso mesmo ... é isso ... Boa Esperança também ... [na verdade, Jardim Esperança]

Os narradores declaram que ficaram sabendo oficialmente da existência de loteamentos na região quando participaram de uma reunião em 2014 - em Engenheiro Pedreira, bairro importante de Japeri, com o prefeito e que este comunicou ao grupo ali presente que havia assinado um convênio com os Governos Federal e Estadual para o município participar de um Programa chamado 'Bairro Novo', financiado pelo Banco do Brasil e que previa obras de saneamento básico e asfaltamento dos bairros constantes no acordo.

O bairro Rio d'Ouro, onde se situam os terrenos do loteamento Parque Padre João de Maria e Jardim Esperança, foi contemplado com o programa, sendo boa parte das ruas asfaltadas. O loteamento Jardim Esperança tinha, presumivelmente, Luigi Pellicano⁹⁰ como proprietário.

Façamos aqui uma breve pausa nos relatos dos nossos narradores B e C para falarmos mais um pouco sobre o proprietário do loteamento Parque Padre João de Maria, Mário d'Almeida. Sobre ele obtivemos muitas informações, pois se tratava de um grande empresário entre as décadas de 1930 e 1950, com atuação nas áreas da indústria, financeira, imobiliária. Tinha bons relacionamentos nos meios empresariais, sociais e políticos, fazendo parte do círculo de amigos dos Guinle, de quem provavelmente adquiriu parte das terras em Rio d'Ouro, transformadas por ele em loteamento.

⁹⁰ Pesquisando o nome via redes sociais, encontrei informações sobre outras propriedades em São Gonçalo / RJ e no estado de Mato Grosso, o que denota ter sido ele uma de posses.

Mas, o mais interessante é que, conforme diversas publicações em jornais, ele teria grilado as terras da Fazenda Penha-Caixaão em Xerém, tendo entrado em confrontos armados com os lavradores daquela região, inclusive José Pureza que em seus relatos menciona terem sido esses confrontos os precursores da Associação de Lavradores Fluminenses (ALF).

No fim de 1949, na localidade de Xerém, os grileiros começavam a nos ameaçar de despejo. Foi então que procurei alguns vizinhos e palestrei com eles no sentido de formar uma *Comissão* (destaque do autor) de defesa dos lavradores.

[...] A *Comissão* de três pessoas, criada em tais circunstâncias, constituiu-se no embrião da nossa organização.

[...] Dessa forma foi criada a primeira organização camponesa do Estado do Rio de Janeiro, chamada “Associação dos Lavradores Fluminenses” e registrada como organização civil. (PUREZA, 1982, p. 25-26)

E continua (Idem, p. 26):

[...] O crescimento de nossa organização se deu com a fundação da “Associação dos Lavradores Fluminenses”, no início dos anos cinquenta. Acontece que, nesse período, também os *grileiros* (destaque do autor) começaram a se articular e a grilagem a aumentar. Tornou-se assim inevitável a luta entre os camponeses e os *grileiros*, que apresentavam títulos falsos de propriedade. Houve também proprietários de terras que desejosos de formar verdadeiros *latifúndios* (destaque do autor) terminavam praticando a grilagem cartorial.

Em reportagens sobre o seu inventário essa fazenda consta com um bem - que do ponto de vista dos lavradores seria uma ‘grilagem cartorial’, diferentemente do loteamento em Rio d’Ouro, que não conseguimos localizar se seus lotes já haviam sido vendidos à terceiros [pela documentação do meu imóvel, ainda constava em 1982 como fazendo parte do espólio de Mário d’Almeida).

O que me chamou a atenção foi a intensidade com que Mário d’Almeida lutou pelas terras da Fazenda Penha-Caixaão⁹¹ e, ao que parece, não teve o mesmo ardor para com o loteamento em Rio d’Ouro. Para tal ausência de ardor, analiso, tendo como base os depoimentos dos moradores e as documentações ou a ausência delas, que o loteamento foi por ele abandonado ou não lhe interessou provocar conflitos para defendê-lo dos pretensos grileiros desses lotes.

⁹¹ Jornal *Voz Operária*, Edição 00230, 10/10/1953, p. 5. Jornal *Correio da Manhã*, Edição 18755, 19/05/1954; Edição 18806, 17/07/1954, p. 2.

Mesmo após a sua morte – faleceu em maio de 1954, a sua viúva e única herdeira Carmem Murtinho d’Almeida continuou provocando conflitos pela disputa pela Fazenda Penha-Caixão em Xerém (atual bairro de Amapá, Duque de Caxias, cortada pelo Arco Metropolitano). Mas uma vez, é o próprio Pureza (1982, p. 30) que nos informa:

Depois do despejo da Cooperativa, veio o despejo judicial dos lavradores de Capivari, que incluía a fazenda Penha Caixão, onde eu trabalhava com a família. Isso por volta de 1955. Os despejos eram horríveis, assistíamos nossas crianças serem jogadas pelos braços para o terreiro e perdíamos o pouco que tínhamos. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até máquina de costura de nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinha e outros bichos.

Ao final, a justiça bateu o martelo favoravelmente a Carmem Murtinho d’Almeida.

Retornemos a Rio d’Ouro e aos relatos dos narradores B e C sobre a dinâmica da ocupação do loteamento Boa Esperança.

Narrador C:

_ Mas teve o corretor ... teve o corretor ...

Narrador B:

_ É que o Boa Esperança ...

Narrador C:

_ Teve o corretor ... não teve? ... ‘seu’ Teteu que era o corretor?

Narrador B:

_ É.. eu acho que era ‘seu’ Teteu ...

Narrador C:

_ É ... acho que ele vendia lote sim ... e a maioria também foi invadido ...

É interessante notar que quando perguntei se sabiam da existência do loteamento, a resposta foi negativa. Porém, ao longo da conversa, eles se lembraram do corretor que vendia os lotes e sobre a invasão de alguns deles. Como já havia destacado no início desse tópico, há um mal-estar entre os moradores quando o assunto é a forma de apropriação das terras no lugar.

Essas informações se completam com outros depoimentos informais no sentido de que em Rio d’Ouro havia ‘fazendas’⁹² que criavam gado. A questão de se ter gados é bem

⁹² Em respeito aos narradores, sempre que houver as transcrições de suas falas, será usada a expressão fazenda. Nos textos usarei o termo sítio, pois considero, a partir dos anúncios da Normandia, ser este mais próximo à realidade.

interessante, pois a literatura que trata dos conflitos por terra identifica como sendo essa prática bem comum no Brasil. Quando os proprietários desejavam aguardar a valorização de suas terras e ao mesmo tempo não deixá-las com se estivessem abandonadas, eles as ocupavam com gados. Ou, quando se queria tomar à força um determinado pedaço de terra, ocupado ou não.

Os nomes por eles citados foram comentados por outros narradores. Trata-se de pessoas que muitas vezes ocuparam as terras que pareciam estar abandonadas. Ao que parece, com o passar do tempo se tornaram ‘proprietárias’ e venderam algumas frações. Outras simplesmente ocuparam os lotes vivendo neles com suas famílias até hoje.

Alguns narradores declararam que havia trocas de pedaços de terras por gado, algumas compras e ocupações também.

Anteriormente vimos que o pai do narrador D sustentava a família prestando serviços nos diversos sítios aqui existentes, principalmente na derrubada e venda de lenha à metro para as olarias que ficavam próximas a região.

É importante lembrar que, conforme temos visto em alguns relatos, a derrubada e venda de lenha estava atrelada a crescente urbanização no entorno do Distrito Federal que por sua vez demandava a construção casas, potencializando os negócios das olarias que são a fabricação dos tijolos. A esse respeito, Geiger e Santos (1954) relatam que o processo de industrialização e urbanização que se intensificaram na região da Baixada da Guanabara⁹³ levaram a devastação das matas devido as explorações⁹⁴ de lenhas usadas como combustíveis vegetais muito utilizados como recurso para o cozimento de alimentos, bem como pelas indústrias e estradas de ferro (como carvão e para dormentes), infringindo a legislação vigente que proibia a derrubada de matas.

O narrador D relata que,

_ Então ... ali pra lá tudo era lavoura ... ali era uma fazenda [refere-se à área do loteamento Jardim Esperança] ... os fazendeiro aqui ... é assim ... eles vinham reformado de alguma coisa né? ... era tudo sargento ... militares ... então era o único que tinha um pouquinho de dinheiro entendeu ...o resto era tudo ... eles aí ... tinha tudo empregado ... eles trocava terra ...por boi ... trocava ... eles fazia assim ... troca ... eles trocava o boi por terra ou terra por boi ... aquele que queria o boi ... fazia a troca ... em troca ... dava um pedaço de terra ... e assim eles foram ficando fazendeiro ...

⁹³ Baixada da Guanabara incluía os municípios da Baixada Fluminense e o Distrito Federal.

⁹⁴ Explorar é um termo técnico usado no sentido de retirada do recursos naturais, com máquinas adequadas, com o objetivo de beneficiamento, transformação e utilização.

Para essa investigação, essa informação é muito importante. Primeiro, evidencia na prática, a política adotada pela Normandia de lotear as terras incentivando a compra das mesmas para se tornarem sítios ou criadores. Segundo, o investimento da classe média, provavelmente, do Distrito Federal – e nesse exemplo, os militares reformados, na região. Anteriormente, vimos um sitiante que residia em Madureira.

Esses sitiantes não moravam em Rio d'Ouro, mas deixavam alguém responsável – provavelmente pessoas da região - para tocar os sítios, criando dessa forma laços de amizade e fidelidade, formando o seu capital social. A troca de terras por bois e vice-versa representa uma forma de retorno financeiro pelas trocas em si e pela expansão das terras e, conseqüentemente, por serem ‘fazendeiros’ – pessoas importantes em relação a população local muito pobre - e militares, possivelmente eram respeitados como autoridades.

Creio que, por tal informação ter-se fixado na memória do narrador D, que na época era uma criança, esses ‘fazendeiros’ em associação com os ‘administradores’ de seus sítios, exerceram algum tipo de coerção e dominação, mesmo que simbólica - sobre a população local. Hipoteticamente falando, essa situação pode ser um dos elementos que forjaram um ‘apagamento’ da memória, como um instinto de sobrevivência.

Talvez a "sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes," (POLLACK, 1989, p. 4) em nosso narrador D, forjou “lembranças que esperam o momento propício para serem expressas”, mesmo sem a autorização consciente do narrador. É como se essa memória aguardasse uma brecha para se manifestar.

Para Portelli (2016, p. 45), “a memória não é boa nem má. A memória simplesmente é: não podemos decidir se teremos ou não memória, e só conseguimos controlar parcialmente o seu conteúdo e o seu funcionamento”.

Visto desse ângulo, suponho que os demais narradores também tenham esses acontecimentos em suas memórias, mas exerceram um bloqueio, talvez premeditado, por trazerem ainda sobre si o peso da coerção e da dominação. Ou seja, elaboraram uma memória defensiva, se assim podemos chamar, ou o ‘apagão’ que presumimos como uma de nossas hipóteses. Portelli (Idem, p. 47) enfatiza que,

Mais do que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais. [...] Memórias não esquecidas, mas sim suprimidas, que aparecem sob formas perturbadoras quando se solta o controle.

Comentando sobre a existência ou não de plantações, além da criação de gado, o narrador D, informa que,

_ Eu ... quando criança ... eu ainda não cheguei a alcança ... dali de onde eu moro até lá no Beto [loteamento Jardim Esperança] era uma lavoura de arroz ... era plantação de arroz ... ali para lá ... tudo era uma lavoura ... ali era uma fazenda ... dali do seu João ... tu sabe onde é seu João? ... ali depois do Beto ... tô falando aqui a rua principal termina o asfalto e começa a estrada de chão indo pra Queimados ... dali pra lá era tudo laranja ... laranjal ... esse laranjal ia até na granja antes de chegar na linha ... tava cheio de laranja ... pé de laranja até a granja antes de chegar na linha ... [refere-se a Linha do Ramal Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil].

Segundo alguns narradores, o arroz era plantado nas várzeas. A existência dessas lavouras revela que, apesar da criação de gado ter sido predominante, havia espaço para outras culturas. Com relação à citricultura, a sua presença nos diversos depoimentos reafirmam os estudos desenvolvidos sobre a sua importância e sua extensão para Nova Iguaçu. Pelos relatos pode-se inferir que a produção de laranja no entorno da estrada que leva Rio d'Ouro até Queimados, fosse transportada e comercializada no eixo da Estrada de Ferro Central do Brasil em direção ao Rio de Janeiro, diferente da produção de Santo Antônio que seguia para o Rio de Janeiro via ramal São Pedro da Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

Os espaços antes ocupados pelos laranjais e pelo gado foram dando lugar ao mato, mas não significando abandono para os que aqui permaneceram. Os terrenos, abandonados sim, por seus antigos donos, passam a constituir uma 'reserva de valor', espécie de indenização pelo abandono, que será 'apropriada' por um determinado grupo.

Os relatos de nossos narradores trazem para o nosso conhecimento não somente a questão da ocupação territorial de Rio d'Ouro. Trazem histórias e estórias de suas vidas cotidianas. Vida que seguia para além das disputas veladas pela terra.

Numa região distante dos burburinhos urbanos, sem luz elétrica, cercada pela reserva florestal e cujo meio de transporte que os ligava ao 'mundo do progresso' era a locomotiva e seus vagões na EFRD, a vida social acontecia nas ladainhas, nos bailes que aconteciam aos finais de semana num salão humilde próximo a estação e também nas escolas.

Narrador A:

_ Ali tinha vacaria, fazia queijo, a dona dele ... a minha mãe levava nois lá pra ver ladainha ... na ... naquele tempo era um padre antigo que todo mundo falando talvez muita gente conheceu ... padre Joãoⁱⁱⁱ ... tão ... então ... as ladainha ... missa ... tudo era nessa fazenda ... que não tinha igreja ... [se lembra das ladainhas em Santo Antônio] ... esse tal de 'seu' Lavino ... ele era um escuro forte ... mais ele que ajeitava a terra pro zoto ... teve uma época ... eu nem sei que que foi que ele fez ... e tinha um baile ali ... sei que fez esse baile ... ele fez uma promessa lá de oito ... oito ano ... é ... aí tinha a ladainha primeiro ... ele ... ela fala a

ladainha pro pessoal ... chega ... vinha gente de ... de eliopis [refere-se a Heliópolis], areia branca ... [bairros do atual município de Belford Roxo] ... é ... ia tudo pra li ... enchia a bessa ... aí olhava ... lá tinha uma fogueira grande na frente ... ali tinha de tudo ... batata assada, aipim ... tá vendo? ... melado de cana ... é ... tinha isso tudo ... e tinha mais uns bolo ... batata ... tinha muita coisa né? ... fora as broa que ela fez ... a dona dele fazia de milho ... aí todo mundo comia ali ... Era uma festa mermo ... era uma festa ... então ... e ... custou ... caba aquilo ali ... depois que ele mudou daí é que cabou Santo Antoin ... Santo Antoin agora não tá conforme era né? ... tá apagado ... [em Rio d'Ouro havia um clube] eu trato de clube ... porque era um barraco que tinha de sapé ... redonda aqui assim ... fez ... fizeram uma série de baile ... assim de 15 em 15 dias ... de 8 em 8 dias ... ali era um armazém ... ali era um armazém grande que tinha ... é ... então naquele tempo era uma armazém que tinha ali ... é todo mundo que chegava tinha ... tinha um ... tinha um barraco de sapé que era o baile em cima né ... carnaval ... essas coisa assim ... todo mundo ia pra ali pra dança ... e gastava cá ... naquele butiquim cá em baixo ...

Os narradores A e D também contam para nós como era a escola⁹⁵ existente no Complexo do Reservatório, onde o narrador A foi merendeiro.

Narradora D:

_ Aí nós fomos morar na represa ... aí lá na represa a gente estudemo ... tinha escola só até a quarta série né?

Pesquisadora:

_ É essa da que a gente fala da Mariazinha?⁹⁶

Narradora D:

_ Mariazinha ... isso ... que [referindo-se ao narrador A] fazia os lanchinhos ... (risos) ... leitizinho com biscoito bolinho ... a comidinha dele era boaela vinha num jipinho ... o falecido Tavinho que é esposo da Fioca ... ele ia num jipinho buscá em queimados ... era o motorista da cedae ... depois passou pro Paulinho, depois de muitos anos quando Tavinho veio a morrer né? ... então o que mais eu posso te falar ... ele buscava ela e 'seu' Danilo que era o chefe ...

Narrador A:

_ É tem isso, e lá tem ... onde era o colégio ... ali tinha ... tinha a escola ... que era da Mariazinha ... na represa ... tem ... tem uma rua assim ... tem uma escadazinha que sobe ... lá é que eu ficava lá e que eu cozinhava pra crianças ... que antigamente ... era casa de funcionário ... aí depois entrou um ... cedae ... formou aquele colégio ... formou aquilo lá ... era uma casa ... formaram um varandão grande ... é ... a casa era um colégio ... e o varandão era pra fazer comida ... botá para as crianças comer nas mesa ... tinha aquelas

⁹⁵ Não soubemos formalmente, se a escola instalada no Complexo do Reservatório era parte integrante de algum programa educacional do governo do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que nessa época - por volta de 1960, o complexo pertencia ao governo da Guanabara. Porém, em reportagem do Jornal do Brasil, Edição 050, 28/02/1960, p. 3, há menção de que o governo do estado do Rio planejava a instalação de uma escola em Rio d'Ouro através da Campanha Popular de Alfabetização, que consistia basicamente de um imóvel emprestado sem custo para o Estado, ficando este responsável pelos professores. Seria um tema interessante para futuras pesquisas sobre as escolas da região.

⁹⁶ A professora Mariazinha, como é carinhosamente chamada pelos moradores e ex-alunos, não pode relatar suas memórias para nós devido à problemas de saúde. Quando do nosso primeiro contato, ela se mostrou bastante feliz e receptiva. Porém, os acontecimentos que lhe vieram à memória levaram-na a sofrer um infarto, tendo ficado hospitalizada por algum tempo. Após o abalo em sua saúde, seu médico a proibiu de relatar fatos que a deixassem emotiva.

mesa grandes ... ih ... Mariazinha vinha ... vinha lá represa num ... de charrete ... uma vez eu trazia outra vez outro trazia ... botava o cavalozinho naquela charrete ... e vinha até Rio Douro ... aqui ela panhava ... acho que panhava o trem ... tempo do trem ainda^{iv} ... pegava o trem ... no outro dia ela vinha ... depois que entrou a cedae ... aí já meioro ... já entrou uma caminhoneta que ia buscá ela em queimados ... e levava depois lá ... mais no ... naquele tempo tinha uma escola ... tinha dona sufia ... ela foi ante da Mariazinha ... foi uma primeira professora que teve na represa ... aí ela dava aula ... aí tinha um trolizinho ... e vinha uma mula né ... a mula ia do lado ... pá ... pá ... pá ... pá (imitando o cavalgar da mula) e ela dona sufia dentro ... até as crianças que morava lá ... (risos) trazia com ela também né ... na ... naquela charrete ... o burro vinha só do lado acompanhando o trolizinho ... quando ia pra subir ... colocava o ... o burro no troli e subia que pra ... era muita subida né? aí o cavalo ... o burro já ia subindo um ... pra represa ... chegava lá ... um tirava ele do troli ... botava pra pastá né ... no outro dia panhava novamente pra buscá ela ... é .. isso fez muito lá ... e eu era empregado já lá né ... aí seu Danilo que era nosso chefe lá ... ele falou assim [ao narrador A] - a cedae agora não ... não tá aceitando mais ninguém pa pagar assim pa cuzinha não ... como ele acha que eu era empregado lá ... me colocô no lugar dela ... é ... aí falou assim [ao narrador A] - você fica ... aí eu falê ... eu não gosto de cozinhá muito ... mais se é pa quebrar o galho das crianças eu vou ... aí teve duas menina falou assim - ah eu não vou comer bolo do [refere-se ao narrador A] ... igual não ... é que [refere-se ao narrador A] não sabe cozinhá ... é ... aí a mãe dela me ensinou ... dessas mininas ... me ensinaram comé que fazia o bolin ... eu fui tudo bem ... eu falei é ... tudo bem ... eu tô olhando elas - senhô sabe fazer bolin? ... eu não sei não ... aí quando ela passou pra mim ... eu fiz os bolinhos ... as tal meninas que disse que não ia comer ... chegou em casa falou assim - minha mãe ... o [referindo-se ao narrador A] faz bolo melhô de que a senhora ... ué porque? ... ah ... porque eu disse que não ia comê ... mais ele ... ele faz ... aí as filhas do Paúra ... [digo alguns nomes aos quais o narrador A responde afirmativamente; inclusive, algumas são hoje professoras nas escolas das regiões] ... e as filhas do Bené chegava lá de manhã cedo ... morava lá dentro da mata... chegava assim - 'seu' [referindo-se ao narrador A] ... as crianças ... quando eu fazia um bolinho lá pra eles ... tinha uma professora que não cumia certa comida ... chamava dona Irene ... eu falei - dona Irene ... não se for sopa seu [referindo-se ao narrador A] ... eu aceito ... hoje é sopa? eu - não é ... hoje não é sopa não ... hoje vai ser café com leite e bolinho que eu vou fazer ... ela disse - isso ainda dá pra mim comer ... aí ela comia aquilo ... eu fazia uma pursão de bolinho né ... depois ali ... eu botava um açúcar ... uma canela naqueles bolinho todo ... e botava nas mesa ... né ... quando tava nas mesas ... eu digo - Mariazinha podi chamar os aluno ... era muita criança né ... é ... fazia aquele panelão grande de café com leite ... botava pra eles ... só tinha uma coisa lá que eu fazia que eles não cumia ... é o ... o kibi ... elas não gostava não ... agora se fosse fazer bolin com carne ... elas comia né ... mais puro não comia não ... Mariazinha [dizia] ... não pode ... não pode botá fora ... não pode botá não ... vamo cumê... vamo cumê ... as crianças ia cumê o que uma coisa ruim né ... botava num prato ... deixava lá ... é então ... arroz doce eles gostava né ... eles perguntava ... qualé a comida hoje 'seu' [referindo-se ao narrador A] ... a merenda ... digo - hoje é arroz doce ... oh ... que bom ... é gostoso ... aí ficava todo alegre né ... aí fazia bolin ...

Pesquisadora:

_ Além da dona Mariazinha, ainda tinha uma outra professora?

Narrador A:

_ Tinha ... tinha uma tal de dona Irene que dava aula com ela lá ...

Pesquisadora:

_ Ah ... dava aula com a Mariazinha?

Narrador A:

_ Junto com ela ...

Pesquisadora:

_ Ah, mas as turmas ... era uma turma só ou tinha mais turmas?

Narrador A:

_ Não ... aquelas crianças mais atrasada ficava com dona Irene ... e os mais adiantado ficava com Mariazinha ...

Pesquisadora:

_ Mas o espaço não tinha divisão, tipo assim ... do espaço você fica numa sala, e eu fico em outra?

Narrador A:

_ É um espaço grande lá ...

Pesquisadora:

_ Dava um jeitinho de dividir ... Mariazinha ficava num cantinho e a Irene no outro.

Narrador A:

_ É justamente ...

Pesquisadora:

_ Olha ... E aí no caso, não tinha nem divisão de classe, né?

Narrador A:

_ Não tinha não ...

Os riquíssimos relatos acima nos ajudam a compreender as muitas dinâmicas de Rio d'Ouro: a ocupação das terras, as atividades econômicas ligadas à ferrovia e ao Complexo do Reservatório de Água mais as desenvolvidas nas fazendas de criação e na extração de madeira; as atividades sociais, os meios de transportes, a vida escolar, dentre tantas outras existentes.

A crise citrícola afetou sobremaneira todas as regiões, desarticulando-as sócio-economicamente falando. Daí a percepção de áreas abandonadas, com muito mato. Pessoas deixaram essas áreas em busca de sobrevivência. E a partir dessa percepção, talvez para os que ficaram, foi-se criando redes de relacionamentos e a construção de uma memória coletiva no sentido de que 'isso (as terras) pertencessem a minha família há muito tempo', conforme as conversas informais junto aos moradores. Segundo Pollack (1992, p. 204),

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, [...], que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros,

isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Portanto, os espaços que anteriormente estavam sendo utilizados pelos laranjais e pelo gado deram lugar ao mato sem significar, contudo, um abandono para aqueles que persistiram em viver nesse lugar. Os terrenos, abandonados sim, por seus antigos donos, passaram a constituir uma ‘reserva de valor’, espécie de indenização pelo abandono, que será ‘apropriada’ por um determinado grupo, forjando um sentimento de identidade aos que ficaram.

2.3.2 - Santo Antônio: o silêncio como recurso de sobrevivência?

Santo Antônio, conforme delineamos no tópico sobre ‘A questão da propriedade e do acesso a terra’, surge da Fazenda Santo Antônio do Mato. Sua história está interligada aos demais bairros que se localizam ao longo da RJ-113, antiga Estrada da Polícia, e que foram responsáveis pelo abastecimento de água nas antigas Corte, Distrito Federal e Estado da Guanabara até início dos anos de 1980.

Entre os anos de 1940 e 1970, Santo Antônio foi impactado pelos conflitos agrários que envolveram as regiões ao longo da Serra de Tinguá, na sua vertente para o mar. Diferentemente de Rio d’Ouro, bairro distante apenas dois quilômetros, Santo Antônio teve sua economia fortemente voltada à produção agrícola.

Outro destaque foi o recebimento de lavradores vindos de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro dispostos a fazer desse lugar o seu novo lar. Por isso, assim penso, é que a luta pela apropriação da terra foi tão intensa. Tratava-se de defender a própria sobrevivência.

Esteve sobre a influência da Associação de Lavradores de Pedra Lisa, embora mantivesse sua autonomia conforme veremos ao longo desse tópico. Mais uma vez enfatizamos que Pedra Lisa nas décadas de 1940-1970 significava a região sob a influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, abrangendo as áreas das antigas fazendas Santo Antonio do Mato e Limeira e São Pedro - atual bairro de Nova Iguaçu conhecido como Jaceruba, e Pedra Lisa.

Buscando compreender os conflitos em Santo Antônio, compartilhamos os depoimentos de: **Narrador C**, **Narrador D**, **Narrador E** e **Narrador G**, os quais

gentilmente dialogaram comigo formalmente, no sentido de que nos autorizaram gravar as suas falas.

Registro aqui a minha gratidão ao narrador G que gentilmente me emprestou e autorizou o uso para essa pesquisa do conteúdo de uma entrevista por ele realizada em 2001 com o Narrador F, já falecido. O narrador F foi presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio em 1960.

Devido ao *locus* empírico da investigação ser na comunidade de Santo Antônio, busquei, dentro do possível, preservar os narradores, optando por não usar os seus nomes. Como a metodologia usada foi a entrevista aberta, optei por intervir com delicadeza quando a conversa tendia a desviar-se muito, segundo o meu entendimento, dos propósitos por mim estabelecidos, muito embora o desejo deles contarem suas histórias tenha sido respeitado.

As narrativas foram cotejadas com as seguintes fontes: jornais, decretos de desapropriação, documentos oficiais depositados no Arquivo Nacional e bibliográficas.

Os critérios utilizados para a escolha dos narradores foram: serem contemporâneos aos conflitos ocorridos em Santo Antônio, dentro do possível. No total, foram cinco narradores escolhidos por eu considerar que seus depoimentos eram ricos em informações preenchendo cada um deles as lacunas sobre os confrontos agrários ocorridos na região.

Os depoimentos com o narrador C e narrador D, aconteceram em minha residência em Rio d'Ouro, sempre acompanhados de um cafezinho e bolo, como forma de tornar o ambiente mais amigável e por gratidão por eles despenderem seu tempo e compartilhar conosco as suas memórias.

Os relatos do narrador E foram informais; porém, o mesmo me recebeu cortesmente em sua residência localizada no loteamento Jardim Esperança, Rio d'Ouro. O narrador G esteve comigo na Escola Municipal Santo Antônio, sendo o uso do local para tal fim autorizado pela equipe gestora dessa unidade escolar. Os dias e horários foram definidos em função de disponibilidade de cada um dos narradores.

Início com o pensamento de Portelli (2016, p. 12) de que “a história oral, [...], não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Os conflitos pela posse da terra ocorridos na região entre Santo Antônio e Pedra Lisa, foram marcantes para os movimentos camponeses no Estado do Rio de Janeiro.

Porém, eles foram protagonizados por homens e mulheres com seus sonhos, expectativas, carências, medos. Que sofreram e viveram as ameaças vindas daqueles que lhes

deveriam servir de escudo e proteção – o poder público, mas que acomunado com grileiros e pretensos proprietários, muitos deles sim, invasores de terras públicas, prestou-se ao papel de opressor de nossos lavradores.

Por isso, dentro do possível, no desenvolvimento desse tópico, os narradores nos guiarão através de suas visões sobre aqueles acontecimentos. Lembro também de que as fontes vindas das publicações dos jornais precisam ser observadas com cuidado, pois como já salientamos, tais veículos de comunicação expressavam interesses próprios, como nos alertam Cruz e Peixoto (2007, p. 260):

2.3.2.1 – Projetos antagônicos: a luta pela posse da terra

Como analisamos no capítulo I, os conflitos agrários na Baixada Fluminense entre as décadas de 1940 e 1970, estão assentados na dinâmica de ocupação da região naquele momento diante da política desenvolvimentista adotada pelo Governo brasileiro – substituição de importações, que intensificou o processo de industrialização no país, notadamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e contribuiu para a expansão das áreas de urbanização. Somado ao conjunto, está o uso do solo voltado para a especulação imobiliária.

A esses fatores, acrescento os projetos das grandes empresas imobiliárias no sentido de direcionar o uso e ocupação do solo - notadamente na Baixada Fluminense, a Cia. Fazendas Reunidas Normandia - via monopolização territorial e especulação imobiliária. Ou seja, cooptar e impor via coerção - nesse caso, aos movimentos camponeses de luta pela terra – o seu projeto hegemônico de apropriação e utilização territorial.

No caso da região entre Santo Antônio e Pedra Lisa, significou o confronto entre projetos antagônicos. A Cia. Normandia propondo ótimas terras para grandes indústrias, sítios, granjas e fazendas de criação. Os camponeses propondo o uso e a ocupação da terra para nela produzir e viver. A Normandia incentivando o compromisso com o capital. Os camponeses assumindo o compromisso com a terra.

A reportagem do jornal *A Noite*⁹⁷, publicada na edição 13.368 de 23/12/1949, nas 1ª e 3ª páginas, traz a seguinte manchete:

⁹⁷ Fundado em 1911 por um grupo liderado por Irineu Marinho. Jornal de circulação diária no Rio de Janeiro. Em 1925 sua propriedade é transferida para Geraldo Rocha. No ano de 1931 passa para a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, grupo estrangeiro representado por Guilherme Guinle. Em 1940 é encampado pelo Governo Federal, passando a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. É extinto em dezembro de 1957.

DONOS DE TERRAS ALHEIAS

Nova modalidade de “grilagem” - “Seu” “Zé Teodoro” é quem manda em Santo Antônio - Audácia de comunistas – Apossam-se dos terrenos violentamente – Urge uma providência imediata da polícia fluminense

O texto destaca que Santo Antônio está em franco progresso e que as terras estão sendo cultivadas, produzindo apreciável lavoura. A população está em franco crescimento. Não se trata de nenhum lugar inóspito. Terras esplêndidas, novas e fartas, repartidas e adquiridas em pequenos pagamentos. A reportagem também cita a criação de uma agremiação chamada de Sociedade dos Lavradores e Posseiros e compara os procedimentos por ela adotados com os dos camponeses do sul da Itália⁹⁸. Os seus associados são seguramente comunistas e somam algumas centenas, sendo dirigidos por José Matias Teodoro. Ele é o rei e o que ele diz é o que vale.

Ainda destaca que além de invadir as terras cercadas por fios de arame que o Governo tem na região, ou seja, grilando terras públicas, o mesmo se apossa – leia-se invasão - e vende terras de terceiros ameaçando e expulsando os verdadeiros proprietários. A reportagem cita também a existência de um papel qualquer que “Zé Teodoro” tem e lhe outorga o direito de dispor sobre as terras do Governo e de outras adquiridas por várias pessoas que pagam por elas. O texto do jornal acrescenta que alguns dos proprietários foram à sua redação para solicitar providências imediatas do Governo estadual para que fosse restabelecida à lei.

Bráulio Rodrigues (2008, p. 22) relata o episódio que deu origem ao ‘papel qualquer’ de Zé Teodoro. Segundo ele, as pessoas que moravam nas terras na região denominada de Pedra Lisa, estavam atritando com o pessoal que ia derrubar a mata e com os grileiros que queriam retirá-las de lá. Zé Matias tomou a decisão de ir falar com o presidente Dutra (1946/1951) sobre a situação desses posseiros. O presidente, então, escreveu num papel uma autorização para que os trabalhadores da região pudessem plantar seus alimentos sem desmatar e nem fazer carvão.

O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados “grileiros”, que queriam tirar o pessoal. Um belo dia, ele foi ao Palácio do Catete. O presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: “Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na

⁹⁸ A reportagem provavelmente faça referência ao papel desempenhado pelos camponeses do sul da Itália quando do movimento de unificação e instauração da República ao longo do século XIX, que atuou como importante agente de instabilidade. A esse respeito, Gramsci vai alertar aos revolucionários de Turim sobre a importância, para o projeto nacional, da união entre o proletariado das fábricas e os camponeses, a fim de alijar a burguesia do poder do Estado.

sua lavoura desde que não façam desmatamento e nem carvão, apenas par produzir alimentos, alimentação tirada de lavoura”.

Ainda segundo Bráulio, Zé Matias andava sempre com essa autorização e esse fato acabou criando animosidades contra ele e os lavradores posseiros da região: “_ Isso criou um ódio muito grande em Nova Iguaçu contra o Zé Matias e os posseiros da região. [...] Depois veio a morte de Zé Matias, em Nova Aurora”. (Idem, *ibidem*).

Na Edição 13.415 de 16/02/1950, páginas 7 e 14, dois meses após a primeira reportagem, o jornal volta a publicar matéria sobre a região. Nela Santo Antônio é descrito, mais uma vez, como um lugar próspero marginado pela Linha do Rio d’Ouro; produção agrícola promissora; não fica tão longe do Centro civilizado do Rio - não é nenhum sertão - fica a poucos minutos da capital da República; é um lugar com policiamento.

Denuncia que pequenos agricultores ali instalados iniciaram a produção em terrenos que compraram e pagaram. São pessoas pobres que lutam para ter seu pedaço de terra e não tem dinheiro para recorrerem à justiça. Mas alguns conseguiram abrir um processo através do advogado Fernando Brigagão⁹⁹, no foro de Nova Iguaçu e que o juiz Jalmir Gonçalves da Ponte deu sentença favorável ao proprietário. Urge as autoridades tomarem providências.

Apesar de longo, numa observação mais atenta do texto, perceberemos nas entrelinhas que se trata de uma reportagem que atendia aos interesses da Normandia que via seus negócios – leia-se projeto de ocupação – ameaçados. Primeiro, porque se a situação perdurasse, as pessoas que já vinham pagando pelos seus lotes os abandonariam bem como não realizariam mais nenhum pagamento. Segundo, a má fama do lugar devido às ocupações, afastaria futuros compradores. Terceiro, era um acinte para a empresa e seus sócios, leia-se irmãos Guinle, serem afrontados por diversos ‘Zé Ninguém’.

Pelo tom da reportagem Zé Matias de fato, utilizava tal papel para impor ordem e respeito diante de grileiros e desmatadores. E para ser alvo de uma reportagem com esse teor, a situação em Santo Antônio estava fugindo ao controle da Normandia. Isso em 1949. Curiosamente, o jornal pertencia ao Governo Federal, presidido por Dutra.

Ainda sobre o episódio do ‘papel qualquer’, em pesquisa realizada eletronicamente no Diário Oficial da União, encontramos publicado na página 19 do dia 10/04/1950 informação sobre o processo DTC 6370/49 – SC 49270/49. Trata-se de processo junto a Divisão de Terras

⁹⁹ Fernando Brigagão era sócio do também advogado e político Mário Guimarães. Envolveu-se em diversos conflitos em Pedra Lisa e na Fazenda São Pedro, como advogado de pretensos proprietários. Possuía parentes que exerciam cargos na Secretaria de Fazenda de Nova Iguaçu.

e Colonização (DTC) aberto em 1949, por solicitação da SC (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) também de 1949, em nome de José Matias dos Santos. Analisando os dados, pode-se dizer que o próprio Zé Matias estivera no Palácio do Catete, no mínimo, por livre iniciativa demonstrando que era cômico de sua cidadania, talvez levando um memorial sobre a situação na região de Pedra Lisa para ser entregue ao presidente Dutra.

Outra hipótese seria ter sido acompanhado por alguém que tivesse trânsito, talvez com ligação política e bem articulado junto a presidência da República e que tenha atuado como facilitador de um encontro de Zé Matias com o próprio Dutra, em que ele tivesse tido a oportunidade de relatar e entregar um documento informando a situação entre posseiros e grileiros / desmatadores naquela região.

Fato é que, este processo denota as estratégias e as articulações dos movimentos sociais de luta pela terra junto a aos órgãos governamentais. Nesse caso, demonstra o interesse, senão do próprio presidente Dutra, mas de alguém que era próximo aos movimentos camponeses e simpatizante dos mesmos a ponto de levar a demanda dos lavradores fluminenses às instâncias superiores.

Em entrevista realizada em janeiro de 2001 pelo **narrador G** com o **narrador F**, ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio – fundada em 1948¹⁰⁰, informação que consta no Informativo da Diocese de Nova Iguaçu, n. 1, set./ 1979 - o mesmo pergunta ao narrador F sobre a existência da associação em Santo Antônio.

Narrador G:

– *E o que o senhor conta pra gente daquele tempo? Existia associação aqui em Santo Antônio?*

Narrador F:

– *Existias ... foi associação de lavrador ... onde que eu fui presidente a um ano [referindo ao período em que atuou como presidente] ... né ... associação de lavrador... nois tinha uma companherada ... boa ...*

O **narrador G** veio de Silva Jardim com a família. Ali atuou como educador nas fazendas, embora formalmente não seja habilitado. Estudou na Ordem franciscana Instituição Cristã Fioretti, ligada a Diocese de Nova Iguaçu, tendo sido instruído pelo Bispo Dom Adriano Hipólito. A mando deste, chega a Rio d'Ouro em junho de 1977 acompanhado por mais dois freis com a missão de auxiliar o pároco de Japeri, responsável por atender a comunidade católica existente nesse lugar. No ano seguinte vai para Santo Antônio com a

¹⁰⁰ Conforme Informativo da Diocese de Nova Iguaçu, n. 1, set./ 1979, p. 9-10.

tarefa de iniciar os Círculos Bíblicos e Celebração da Palavra, formando um grupo para a Catequese. Ajuda nas atividades de coleta para a arrecadação de fundos com o objetivo de construir a capela dedicada a Santo Antônio, obra iniciada em 1979 e concluída em meados de 1980¹⁰¹. É um entusiasta no que diz respeito à memória e a preservação da história do lugar, tendo escrito vários textos com informações importantes sobre a região, dentre elas essa entrevista que realizou em 2001 com o ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio de 1961 e ora nos franqueia a publicação através dessa dissertação.

O **narrador F** tinha 86 anos na época da entrevista. Ele nasceu em São Fidélis. Já adulto e com família, mudou-se para Cambuci. Depois foi para Itaperuna, chegando a Santo Antônio em fins dos anos de 1950. Era lavrador. Exerceu influência entre os camponeses tornando-se, em 1960, presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, conforme o próprio relato acima.

Nessa condição, participou do II Congresso Fluminense de Lavradores, realizado nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 1960 no Ginásio Caio Martins em Niterói, cuja convocação foi realizada por José Icreia – ex-presidente da Associação dos Lavradores de Japeri, presidente da Federação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) ligada ao governador Roberto Silveira, fundada em julho daquele ano. Essa convocação realizada por Icreia expunha as disputas internas no movimento campesino fluminense, bem como a forte atuação de Roberto Silveira junto ao campesinato no estado. Na verdade, esperava-se que tal convocação seria feita pela Federação dos Agricultores e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).

Voltando à entrevista do nosso narrador G com o narrador F, aquele pergunta à esse sobre um tal de Tenório que andava pela região de Santo Antônio do Mato.

Narrador G:

_ E sobre esse tal de Tenório que atacava aqui? O que que o senhor conta pra gente?

O narrador F leva um tempo para responder, talvez para pensar se iria responder e como responder.

Em seus estudos sobre memória, Bosi (2003, p. 54) salienta que, “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado”.

¹⁰¹ Segundo o narrador C, seu pai comprara o terreno onde a escola de Santo Antônio ficava (provavelmente, essa escola foi erguida 1959 / 1960). Após o seu fechamento, em 1972, o terreno foi doado para a construção dessa capela.

O que teria acontecido de tão grave que o nosso narrador F precisou de uma longa pausa para responder. Seria algum acontecimento que comprometeria os camponeses de Santo Antônio? Nas palavras do narrador G, o tal Tenório ‘atacava’ na região. Que tipo de ataque seria? E quem era esse tal Tenório?

Após longa hesitação o narrador F ensaia uma resposta.

Narrador F:

_ Pois é ... aquele tal de tenório ... hoje ... essa é uma parte meio inflamada ... se eu for contar inflama alguém aqui ... tem boi na corda ... o que aconteceu com o tenório tem boi na corda ...

Narrador G:

_ Mas esse Tenório não é aquele de Caxias não, né?

Narrador F:

_ Era colega dele ... ele era tenório ... então ... ele morava lá em jaceruba e o boi dele já vinha comendo aqui ... isso aqui tudo ... então o pessoal queria eles ... se ele liberava ... tem tenório capa preta¹⁰² ...

Este episódio, pela resposta dada, mostrou-se espinhoso para o narrador F. Afinal de contas ‘tem boi na corda’ significa que é um assunto perigoso, pois envolve outras pessoas, é algum acontecimento grave que pode comprometer alguém. Isso despertou a minha curiosidade. Então iniciei as buscas no arquivo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e verifiquei que existiam vários registros sobre João Tenório da Cunha.

Em julho de 1951 diversos jornais¹⁰³ noticiaram o assassinato de João Tenório da Cunha. Esse episódio teve bastante repercussão. João Tenório, segundo reportagens publicadas nos jornais, tinha terras na região e se dizia dono da Fazenda Santo Antônio do Mato que é o atual bairro Santo Antônio.

Ainda, segundo as notícias divulgadas, os lavradores protestavam alegando que João Tenório não tinha documento que comprovasse ser proprietário. Pela conversa do narrador F, percebe-se que João Tenório estava usando do expediente de soltar os bois na região como forma de tomar as terras e isso estava causando mal-estar entre ele e os posseiros.

¹⁰² Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, eleito vereador representando Caxias, então distrito de Nova Iguaçu, em 1936. Em 1947 assume uma vaga para a Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro pela UDN. Nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, ainda por este partido, conquista cadeiras na Câmara Federal. Candidata-se no ano de 1960 ao Governo Estado da Guanabara pelo PRT. Em 1962, concorre ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PST e à Câmara Federal. Conhecido pelos atos violentos contra seus opositores e por carregar uma metralhadora.

¹⁰³ Jornal *Última Hora* – Edição 00039, 26/07/1951, 1ª e 6ª páginas; Edição 00040, 27/07/1951, p. 6; Edição 00043, 31/07/1951, p. 6. *Jornal do Comércio* – Edição 255, 03/08/1951, 5. *Jornal Correio da Manhã* – Edição 17904, 1º/08/1951, p. 3. *Jornal Diário da Noite* – Edição 05127, 26/07/1951, 1ª e 6ª páginas; Edição 05131, 31/07/1951, p. 3; Edição 5133, 02/08/1951, 1ª e 4ª páginas; Edição 05148, 20/08/1951, p. 5.

E quem era João Tenório? Segundo as reportagens, ele residia no Distrito Federal, era primo de Tenório Cavalcante e candidato a vereador pelo 3º distrito de Nova Iguaçu que era Vila de Cava - distante de Santo Antônio aproximadamente 16 Km – feudo e reduto eleitoral de outro candidato a vereador, Bayron Doré de Almeida¹⁰⁴, a quem João Tenório acusava de estar doando suas terras em Santo Antônio para lavradores e de lotear a Fazenda Santo Antônio do Mato, oferecendo datas aos seus eleitores.

João Tenório, ainda segundo os jornais, era proprietário de uma fazenda no 56¹⁰⁵, a antiga Fazenda Saudade, onde existia uma parada da Estrada de Ferro Rio d’Ouro, distante de Santo Antônio algo em torno de quatro quilômetros.

Em matéria publicada na Edição 05148 de 20/08/1951, p. 5, o *Jornal Diário da Noite*¹⁰⁶ denuncia uma possível trama envolvendo “lavradores rebeldes” para assassinar Alfredo de Bulhões, administrador da Cia. Fazendas Reunidas Normandia, que havia sido impedido pelos “rebeldes comunistas” de correr as terras e fiscalizá-las. O pivô dessa situação, apontado pela reportagem, é o vereador Bayron Doré:

As causas dos sangrentos acontecimentos de Pedra Lisa foram os discursos do vereador Byron de Nova Iguaçu, que fez toda a sua propaganda eleitoral, prometendo terras de graça aos agricultores. A campanha do vereador prosseguiu nos bastidores, até que ocorreu, em circunstâncias bárbaras, a "tocaia" fatal contra João Tenório. Outros proprietários de terras estão sendo ameaçados pelos "posseiros".

Em declaração ao jornal, o administrador da Cia. Normandia diz que “os Guinle, esforçam-se para solucionar a situação, inclusive criando facilidades aos agricultores para aquisição de terras sob bases, módicas e à altura das possibilidades dos rebeldes”.

Segundo reportagem intitulada ‘Assassinado de tocaia um primo do Deputado Tenório Cavalcante’ publicada no jornal *Última Hora* (RJ), os irmãos de João Tenório declararam que Bayron Doré, recém-eleito vereador pelo PTB, dizia “ter conferenciado com o presidente

¹⁰⁴ Bayron Doré de Almeida foi vereador de Nova Iguaçu nas legislaturas de 1951/1954 e 1955/1958, sendo presidente da Câmara Municipal entre 1955/1956. Seu domínio e curral eleitoral era Vila de Cava. Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores/>. Acesso em: 04/02/2019. Ver também *Jornal Última Hora* (RJ), Edição 02500, 27/08/1958, p. 11.

¹⁰⁵ A referência 56 diz respeito à quilometragem da Estrada de Ferro Rio d’Ouro no sentido Pontal do Caju - zona portuária no Distrito Federal, onde se iniciava, até a estação São Pedro, atual Jaceruba. Era a última parada antes de São Pedro.

¹⁰⁶ O jornal *Diário da Noite* foi fundado em 1929 por Assis Chateaubriand, dono do grupo Diários Associados. É extinto em 1964.

Vargas a respeito [concessão de terras na região], passou a insuflar os lavradores a que invadissem as terras pertencentes ao morto, bem como outras vizinhas”¹⁰⁷.

O jornal *Correio da Manhã*, na Edição 17904, 1º/08/1951, p. 3, publicou que o vereador Bayron Doré, em depoimento à polícia de Nova Iguaçu, negou participação no episódio, declarando que “apenas fora procurado pelos lavradores de Santo Antônio, os quais pediam sua proteção, pois se diziam ameaçados de perderem as tuas lavouras, e ele lhes prometeu assistência junto às autoridades”.

Em entrevista aos repórteres do jornal *Última Hora* (RJ) de 27/07/1951, o vereador iguaçuano declarou que o episódio do assassinato de João Tenório estava ligado a outro assassinato. Disse ele:

_ Com o assassinato de José Matias dos Santos, que era presidente da Sociedade dos Lavradores de Santo Antônio, Caramujo [Engenheiro Pedreira] e Pedra Lisa, passou a haver serias hostilidades.

_ Quem mandou matar José Matias dos Santos? [perguntam os repórteres]

_ Não sei. Apenas que os lavradores eram perseguidos por determinação da Companhia Normandia, onde aparecia “Zé Mineiro”, como fiscal da mesma. Contou os lavradores que tal Companhia cometia toda sorte de violências. Incendiava-lhes as roças, os barracos, destruíam tudo, sob a alegação de que estes haviam invadido suas terras. Eu havia prometido legalizar a situação de todos, isto, porque aquelas terras não pertenciam a ninguém. Isto é, pertencem possivelmente à União. Minha ação era a de que aquela região fosse transformada em um núcleo colonial, a exemplo dos que já existem. [respondeu Bayron Doré]

_ E quanto a fazenda Santo Antônio? [perguntam os repórteres]

_ Bem, mais tarde vim a saber que pertencia realmente ao assassinado. Tenorio exibiu-me, na delegacia de Nova Iguaçu, um recibo de compra das benfeitorias nela existente e um documento de promessa de venda que lhe havia sido fornecido pela Companhia Normandia. [respondeu Bayron Doré]

Essa entrevista do vereador traz valiosas informações. A primeira diz respeito a José Matias dos Santos, que seria o presidente da Sociedade dos Lavradores de Santo Antônio, Caramujo [Engenheiro Pedreira] e Pedra Lisa e teria sido morto a mando da Cia Normandia. Estaria Bayron Doré se referindo ao mesmo José Matias citado por Bráulio e que aparece na reportagem do jornal *A Noite*?

No Diário Oficial da União (DOU) de 10/04/1950, p. 19, como vimos acima, há a publicação de um processo DTC 6370/49 – SC 49270/49. Trata-se de processo junto a

¹⁰⁷ Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 00039, 26/07/1951, 1ª e 6ª páginas.

Divisão de Terras e Colonização (DTC) aberto em 1949 por solicitação da SC (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) também de 1949. Pelas informações contidas na publicação do DOU, José Matias dos Santos era presidente da Associação dos Lavradores e Posseiros do 2º distrito de Nova Iguaçu (que nesse momento era Queimados e se constituía de Queimados, Engenheiro Pedreira, Japeri, Rio d'Ouro, Santo Antônio, Jaceruba) ¹⁰⁸ e requerera àquele órgão, certidões referentes a identificação nominal através de documentos legais, dos donos das propriedades de terras nas regiões de Pedra Lisa, Jaceruba, Limeira e Santo Antônio, titularidades essas reivindicadas pela Cia Normandia.

Em 1949 o Marechal Eurico Gaspar Dutra governava o país. Então, comparando as informações obtidas pela imprensa com o relato de Bráulio mais os dados do DOU, parece-me a princípio, que havia dois Josés Matias: o José Matias dos Santos e o José Matias Teodoro. Talvez houvesse uma confusão entre esse José Matias e o Zé Matias Teodoro.

Seguindo os dados do DOU, chego à conclusão de que quem esteve com o presidente Dutra foi o José Matias dos Santos que, provavelmente, teria repassado ao José Matias Teodoro o tal do 'papel qualquer', caso esse existisse.

Se as datas das mortes de ambos estão corretas, o primeiro morreu provavelmente entre 1950 e julho de 1951, conforme entrevista de Bayron Doré, e o segundo em novembro de 1953, conforme publicação do jornal *Última Hora* de 13/01/1962 (Edição 00754, p. 3). Portanto, por esses dados, chega-se a conclusão de que havia na região, na mesma época, dois José Matias cujos assassinatos foram creditados à Cia Normandia, conforme relatos.

Porém, deduzo que houve uma confusão a partir da série de reportagens de Maurício Hill do jornal *Última Hora* intitulada 'A Revolta dos Jecas-Tatus' (Edição 00754 - 1962). Possivelmente, alguma fonte à que o jornalista recorreu equivocou-se sobre o ano do assassinato de José Matias. Se o mês estiver correto – novembro, pode-se afirmar que a morte aconteceu em novembro de 1950, provocando as revoltas dos lavradores e posseiros da região, culminando com o assassinato de João Tenório em julho de 1951.

Partindo desse raciocínio, chego à conclusão que houve apenas um José Matias, o José Matias dos Santos, conhecido também como José Matias Teodoro morto numa emboscada no

¹⁰⁸ A partir da Lei Estadual n.º 1472 de 28-04-1952, que criou os distritos de Mesquita e Japeri e os anexou ao município de Nova Iguaçu, Queimados passou a ser o 2º distrito e Japeri com Engenheiro Pedreira passaram a compor o 6º distrito. Essa informação é importante para quem estuda a questão das lutas pela terra nessa região, pois ora nos documentos aparece 2º distrito e outras vezes como 6º distrito de Nova Iguaçu.

bairro onde morava - chamado Nova Aurora, e que hoje pertence ao município de Belford Roxo.

A segunda informação contida na reportagem está ligada a declaração do vereador iguaçuano de que ele havia prometido legalizar a situação dos lavradores partindo do pressuposto de que as terras eram da União; portanto, devolutas. Para isso ocorrer, ele estava empenhado - provavelmente junto ao Governo Federal, uma vez que era apadrinhado do deputado federal pelo PSD/RJ Getúlio Moura¹⁰⁹, na transformação dessa região em um núcleo colonial, projeto também defendido por Getúlio Vargas, presidente do Brasil¹¹⁰. Aliás, familiares de João Tenório acusam-no de utilizar a sua suposta aproximação junto ao presidente Vargas.

Essa informação confirma alguns relatos dos nossos narradores, como é o caso do narrador E, de que suas famílias teriam vindo para a região em função da declaração de Getúlio Vargas de que as terras devolutas da Limeira – situadas na reserva florestal - seriam em parte desapropriadas e entregues aos lavradores para desenvolverem o plantio de gêneros alimentícios com o objetivo de abastecer o Distrito Federal – o cinturão verde.

O terceiro dado que a fala de Bayron Doré evidencia é a ‘grilagem cartorial’ quando ele afirma que João Tenório apresentou uma promessa de venda expedida pela Cia. Normandia. Esse fato está ligado ao processo DTC 6370/49 – SC 49270/49 que encontrou as escrituras de compra e venda de parte das terras de Pedra Lisa (Pedra Lisa, Jaceruba e Limeira)¹¹¹ adquiridas pelo Governo Imperial entre os anos de 1870 e 1890.

A polícia vinha interrogando “lavradores e lenhadores de Santo Antônio, localidade conhecida pelos inúmeros incidentes suscitados em torno da propriedade de terras” (*Correio da Manhã*, 1º/08/1951, p. 3). Segundo a imprensa, João Tenório havia denunciado e entregue à polícia uma lista contendo quarenta e dois nomes de lavradores que supostamente haviam feito ameaças a ele. É justamente aqui que descubro o porquê “tem boi na corda”.

¹⁰⁹ Bráulio (2008, p. 25) refere-se a Getúlio Moura como “um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época, nomeava os delegados. Mandava prender, fazia tudo na política lá. Ele era deputado federal, era político do PSD, muito influente na Baixada Fluminense”. Getúlio Moura vai se envolver, como grileiro, em diversos conflitos agrários nessa região.

¹¹⁰ Desde o seu primeiro período de Governo (1930-1945) que Getúlio Vargas vai emitir sinais com relação a questão agrária brasileira: Decreto-Lei nº 893/1938; Decreto-Lei nº 3.365/1941; Decreto nº 29.803/1951; Lei nº 2.163/1954; Lei nº 2.185/1954.

¹¹¹ Escritura de Compra e Venda do 6º Ofício de Notas da Comarca da Capital, Livro 9, Folhas 124v, 26/10/1877.

Dentre os nomes citados por João Tenório, há os de alguns dirigentes da Associação dos Lavradores de Santo Antônio e que naquele momento da entrevista, em 2001, possivelmente ainda estivessem vivos.

O destaque dado à morte de João Tenório objetiva repensar os estudos até aqui realizados sobre essa região, que postulam sendo o ano de 1956, o ano que os conflitos se intensificam. Penso, pelo cotejamento dos dados extraídos dos jornais, que os ataques dos grileiros aos lavradores vão se intensificando a partir da morte de João Tenório, lembrando que o massacre ocorrido em 1946¹¹² teve influência nos acontecimentos posteriores, como a fundação das Associações de Lavradores na região que datam de 1948.

Nas entrelinhas, parece que João Tenório tinha certa ligação com a empresa, talvez através o administrador Alfredo Bulhões. A violência que a Cia. Normandia irá empreender aos camponeses, será uma resposta, uma retaliação à afronta (para a Normandia) que os mesmos estavam efetuando¹¹³. Percebe-se isso desde a publicação no jornal *A Noite*. Pode-se inferir que naquelas reportagens a Normandia estava acoassando o Governo para usar a força policial contra os lavradores.

Partindo do princípio de que havia dois Josés Matias, o José Matias Teodoro será assassinado em Areia Branca – bairro pertencente à Belford Roxo, em 1953. Estando corretos os dados sobre os Josés Matias, pelo entrelaçamento das informações sobre a morte do José Matias Teodoro, conjecturo que poderia ter envolvido não somente grileiros, mas o próprio Tenório Cavalcante - pesquisadores que se dedicam a estudar a sua vida são unânimes em afirmar que Tenório não somente se defendia como também defendia os seus. O momento oportuno foi literalmente uma questão de tempo.

Para além de José Tenório e José Matias, nossos narradores têm muito a dizer sobre a ocupação da Limeira, a atuação do IBDF na expulsão dos lavradores e a ida para Papucaia¹¹⁴. A faixa que chamamos como Limeira se situa na reserva florestal à direita da estrada que segue de Rio d'Ouro para Jaceruba. Sua ocupação foi ocorreu através da 'doação' de lotes pelo INCRA e por apossamento, sendo intensificada a partir de 1962.

¹¹² Jornal *A Noite*, Edição 15340, 15/06/1956, páginas 1ª e 5; Edição 15341, 16/06/1956 e Edição 15342, 18/06/1956, p. 5.

¹¹³ Jornal *Imprensa Popular*, Edição 1389, 28/12/1954, p.

¹¹⁴ O Núcleo Colonial "Papucaia", no Estado do Rio de Janeiro, foi criado através do Decreto nº 30.077 de 19/10/1951 pelo Poder Executivo Federal, em terras de propriedades de União desmembradas do patrimônio da Companhia Nacional de Navegação Costeira, situadas no então município de Santana de Japuiba, atual Cachoeiras de Macacu, e estava subordinado a divisão de terras e colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Como é a área do Complexo do Reservatório de Água que na época abastecia o Estado da Guanabara, essas ocupações causaram uma grande turbulência junto às autoridades e a imprensa guanabarina¹¹⁵. Houve intensa movimentação de tropas do Exército desde Xerém até Jaceruba nos anos que antecederam o golpe de 1964. A situação das terras entre Rio d'Ouro e Jaceruba só se acalmou após a expulsão definitiva dos posseiros no final dos anos de 1980, com a criação da Reserva Biológica do Tinguá¹¹⁶.

Deixemos que os nossos narradores nos revelem o que aconteceu. Começemos que com a pergunta do narrador G ao narrador F sobre quem era o dono daquelas terras.

Narrador G:

– *E sobre a Companhia Normandia, que o pessoal fala muito que é posse ... e essas terras aqui pertencia a Companhia Normandia ... vieram aqui marcar terreno mas aí vocês se organizaram e não deixou ... Como é que foi essa história?*

Narrador F:

– *Não ... essa história ... a história ... isso aqui ... aquele livro [refere-se a ata da associação] teve assim ... tinha assim um trecho de três ... comprador ... normandi ... [trecho incompreensível] e Expansão ... que dizer uma comprou e não pagou ... a outra apanhou ... a outra não pagou ... a outra apanhou e depois ... assim a revelia¹¹⁷ ... o estatuto da terra [como chamavam a Ata da Associação] dizia que isso era de ... o ... (longa pausa)... é ... de conde de aljezu ... essas terra ... o nome dele era conde de aljezu ... isso era daqui em pau de taboa [provavelmente é a região do Cangote do Porco, vizinha à Santo Antônio] ... conde de aljezu ... e .. é que o livro dizia ... aquele livro ... isso aí ... isso passado para o estado no tempo de iputeca [trecho incompreensível] ... eu não lio não ... [refere-se a um de seus filhos] é que lia pra mim ... naquele tempo eu li um bucadinho ... hoje ao vou dizer que sabia ... os garoto me ensinaram dessas coisas ... mas então (barulho de louças) ... esse conde de aljezu vendeu pro estado nu tempo de iputeca [na verdade, o Conde de Aljezur vendeu ao Governo Imperial, em 1877¹¹⁸, a área entre os rios Rio d'Ouro e Santo Antônio na margem direita da EFRD em direção a Serra de Tinguá para a construção do sistema de abastecimento de água da Corte] ... vendeu em iputeca ... foi ipotecado ... no tempo de iputeca ... sem herdeiro ... o herdeiro era uma filha que ele criou [na verdade, era a esposa do Conde de Aljezur, Ana Carolina de Saldanha da Gama] ... então indenizou ela com cem*

¹¹⁵ *Jornal do Comércio*, Edição 78, 04/01/1962, 1ª página; Edição 218, 22 e 23/06/1962, 1ª página; Edição 224, 30/06/1962, 1ª página; Edição 76, 04/01/1963, p. 4. *Jornal Correio da Manhã*, Edição 21.237, 22/06/1962, p. 7; Edição 21.238, 23/06/1962, páginas 1ª e 4; Edição 21.239, 24/06/1962, 1ª página; Edição 21.243, 29/06/1962, p. 6; Edição 21.244, 30/06/1962, p. 1ª página; Edição 21.246, 08/07/1962, p. 11; Edição 21.255, 13/07/1962, 1ª página; Edição 21.321, 29/09/1962, p. 6; Edição 21.422, 02/02/1963, p. 3; Edição 21.606, 10/09/1963, p. 5; Edição 21.607, 11/09/1963, p. 6; Edição 21.611, 15/09/1963, p. 6; Edição 22.059, 05/03/1965, p. 4, 3º Caderno; Edição 22.376, 18/03/1966, p. 5, 2º Caderno. *Jornal O Fluminense*, Edição 21.404, 03/08/1962; páginas 1ª e 4; Edição 21.405, 04/08/1962, páginas 1ª e 4;

¹¹⁶ Na verdade, parte desse confronto diz respeito a criação da Reserva Biológica do Tinguá (1989), pois na época havia a discussão sobre se seria uma Reserva, um Parque, etc. Como a proposta vencedora foi criar uma Reserva, os moradores deveriam sair da área protegida, que foi o que aconteceu.

¹¹⁷ Ver subtópico desse capítulo 'A Companhia Fazendas Reunidas Normandia'.

¹¹⁸ Processo 6110/1877- Papeis referentes a compra pela Fazenda Nacional a Morgadia Marapicú de terrenos de sua propriedade as margens do rio D'Ouro na Serra do Tinguá e Processo 3607/1877 – Documentos sobre desapropriação de terrenos pertencentes ao vínculo de Marapicú na Serra do Tinguá. IT²-Maço 2 – CX 15695 – Arquivo Nacional.

mu reis ... [deve estar se referindo a venda das terras que Condessa fez ao Conde Modesto Leal, que teria pagado cento e setenta e cinco mil contos de réis] ...

Narrador A:

_ Tinha o inca também [refere-se ao INCRA]... é porque o inca que deu muito sítio aí por dentro dessa mata ... é até ... até a pedreira ... tudo ali era sítio ... pedreira era onde ... que tem aquela ... aquele apertadinho perto da estrada da polícia ... [Estrada da Polícia, atual RJ-113]... é ... corte de pedra ... ali pra dentro da mata do governo eles panhó sítio ... casa pra todo mundo ...

Narrador F:

_ Arrendei aquele terreno ali do incra e ali vivo até hoje ... sem arrebentar a conta ... foi arrendado do incra ...

Narrador C:

_ Porque ... porque não sei a época não ... foi que época que invadiram a mata ... o meu pai ele chamava [citando o nome do pai, personagem importante na luta pela terra em Santo Antônio que junto com o narrador F, fez parte da diretoria da associação de lavradores na década de 1960] ... ele era analfabeto mas era muita ativo ... ele gostava de fazer as coisas ... tudo era com ele ... queria tomar a frente de tudo ... aí um dia ele falou para mim - vai lá em Engenheiro Pedreira compra dez foice pra mim ... aí eu fui lá ... comprei ... aí ele falou assim – oh ... nós vamos invadir a mata ... que ele era meio comunista ... [essa fala deixou o narrador desconfortável e a partir daqui passou a meditar sobre o que dizer] ... tinha ... a mata do lado de lá ... aí tinha ... tinha um moço chamado Aldegundes que veio de Nova Iguaçu e tinham Zé Magrinho também que era a mesma coisa ... Aí tinha os guarda aqui ... tinha Vergílio ... Dudus ... Pedro Guarda que tomava conta da mata ... é IBDF ... aí eles ... ele comprou ali [talvez se refira ao sítio] porque aquela ficava aqui jogado ali ... mas não podia entrar que era uma reserva né ... [falando sobre as terras do lado direito em direção à Serra de Tinguá, região já era uma reserva florestal] ... sempre foi ... foi até errado aquilo ... pode cortar isso? [percebe-se que o narrador não se sente seguro para falar sobre esse assunto] ... foi justamente por causa dessa invasão dentro da mata ... os caras ficaram 20 anos ... os caras ficaram 20 anos lá dentro da mata ... tinha muita casa ... e a produção ... muita coisa... eles respeitavam também ... que eles não cortavam as árvores ... era só aonde tinha a baixada ... onde tinha vale pra plantar ... aonde tinha mata ninguém mexia ... beirando o rio era tudo ... tudo direitinho ... havia uma ordem ... era uma coisa direitinha ... só que foi atingindo muito ... foram pegando de um aqui ... tinha um sítio ... aí outro ali ... outro ali ... quando vê tava chegando ... se deixasse ia chegar que tava encostando na represa ...o último é ... o último sítio já tava encostando na represa ... aí o IBDF falou – opa ... agora não ... também não fizeram covardia com o pessoal não ... eles pegaram o pessoal ... deram sítio lá em Papucaia ... o caminhão do IBDF vinha ... botava a mudança e tinha terra lá ... não fez covardia com ninguém ... tirou de um lugar e levou pro outro ... mas ainda ficou uns cinco lá em 56 ... uns cinco sítio resistiram lá ... o Ibama ... também o IBDF foi deixando ...

A família **narrador E** foi uma das ocupantes dessa área próximo ao 56. Segundo o relato, a família veio para a região fundamentada no discurso de Getúlio Vargas¹¹⁹ de que o Governo Federal desapropriaria a área para nela formar um núcleo colonial [conforme já

¹¹⁹ Era corrente entre os lavradores o argumento de que tanto o Presidente Dutra quanto o Presidente Getúlio Vargas lhes havia concedido permissão para se estabelecerem naquelas terras. Consultar Jornal A Noite, Edição 15339, 14/06/1956, páginas 1ª e 5; Edição 1530, 15/06/1956, p. 5; Edição 15341, 16/06/1956, páginas 1ª e 5.

analisamos aqui]. Ele e sua família se instalaram nessas terras por volta de 1963 e a partir daí viveram os horrores das constantes ameaças de expulsão que se concretizaram em dezembro de 1987. Segundo o narrador, havia guardas florestais acunados com os fazendeiros do lugar que promoviam as ‘desocupações’.

A cópia cedida por ele de uma reportagem publicada no jornal iguaçuano *Jornal de Hoje* – ano XVI, nº 3.617 – Nova Iguaçu – 05/12/1987¹²⁰, páginas 1ª, 5, intitulada ‘Camponeses ameaçados de morte’, relata as destruições causadas por grileiros e guardas do IBDF. As fotos estampadas nas páginas do jornal contrariam a fala do narrador C de que não houve violência na expulsão desses posseiros.

Segundo a reportagem havia naquele momento – dezembro de 1987, duzentas famílias de lavradores que ocupavam a Fazenda Limeira há mais de vinte e quatro anos estavam sofrendo pressões dos agentes da Polícia Federal e do IBDF, tendo sido derrubadas e destruídas algumas casas [humildes] dos posseiros. E como se isso fosse pouco, estavam sendo ameaçados de morte caso não saíssem daquelas terras.

A família do narrador E, que possuía uma posse no quilômetro 56, resistiu com outras seis à avalanche de expulsões. O processo de regularização fundiária aberto por eles tramita até hoje junto ao órgão estadual responsável pelos assuntos fundiários.

O relato do narrador D corrobora com os fatos acima narrados:

– Eu me lembro também de ter uma casinha que era dos camponeses ... antigamente existia essas pessoas ... hoje têm os sem terra lá embaixo que invade os terrenos né ... aqui também tinha naquele tempo as pessoas que não tinha moradia ... aí pegava um pedacinho de terra pra fazer suas casas ... foram dentro da ... repartição que hoje é do ibama ... da reserva ... aí ... coitadinho ... fizeram casas ... muita casa ... tinha muito morador ... fizeram suas plantaçozinha de impim ... criava seus porcos ... galinha ... aí veio o tal do ibdf que era o guarda ... a guarda municí ... é guarda municipal não ... era guarda florestal ... eles vieram com mandato de tirar as pessoas ... e eles relutaram pra não sair ... porque não tinha pra ... pra onde ir ... aí eles vieram e demoliram tudo ... botaram todo mundo pra correr ... eu me lembro disso ... eles saindo chorando ... largando suas coisinhas eu tinha uns oito anos nessa época ... eu nasci em 1957 ... mais isso foi bem pra cá ... já devia tá com uns oito anos ... eu me lembro deles ... fazendo uma desapropriação de terra ... aí ... inclusive uma dessas senhoras era mãe da Nadi do seu perereca ... dona ... eu não lembro dela ... da mãe dela ... ficaram muitas pessoas ... precisou de abrigo ... de muita ajuda porque eles ficaram sem nada ... a Nadi ... todos esses moraram nessas terrinha ... era daqui a Jaceruba do lado de lá ... onde hoje é ... tem esse encanamento da Petrobrás ... então ... ali era as casinha deles ... nessa época ainda não passava a tubulação da Petrobrás ... aí eles tiraram ... aí fecharam tudo ... aí ninguém entrava ... ninguém pra ir na represa ... tinha duas entradas ... tinha dois guarda ... um guardinha cá em baixo ... uma guarita ...

¹²⁰ Tanto a reportagem quanto o narrador A, mencionam o assassinato de um tal Guarino, que não sabemos se seria Pedro Guarino, possivelmente em agosto de 1987.

As lutas dos lavradores pela posse da terra, corporificadas nas mais diversas estratégias – das idas ao Palácio Ingá (sede do governo fluminense), passando pela Assembleia Legislativa e alcançando o Poder Federal, seja nas idas ao Palácio do Catete (sede do Governo Federal) e Ministérios às manifestações nas ruas¹²¹ - culminaram com a desapropriação das fazendas Santo Antônio do Mato e da Limeira, por ato do Governador Miguel Couto Filho¹²², através do decreto nº 6.081 de 23 de junho de 1958¹²³. Na época, tanto Miguel Couto Filho, que já havia deixado o governo do estado, quanto o vice-governador Roberto Silveira, acompanhados de outras personalidades políticas estiveram em Pedra Lisa para a inauguração de um marco de pedra com uma placa de gratidão dos lavradores ao então governador Miguel Couto pela desapropriação da área. Esse marco permanece até hoje no local.

Eis a transcrição do decreto de desapropriação das Fazendas da Limeira e Santo Antônio do Mato, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ) de 24 de junho de 1958, p. 3¹²⁴:

DECRETO Nº 6.081 DE 23 DE JUNHO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, usando de atribuições que lhe confere o art. 40, item I, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1. Ficam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, na forma do Decreto Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 e para fins de colonização agrícola, as terras de propriedade particular das antigas fazendas da Limeira e Santo Antonio do Mato, situadas no 6. Distrito Município de Nova Iguaçu, confrontando-se por seus diversos lados com o morro da Saudade, antigo Caminho da Polícia, rio Santo Antonio e Rio São Pedro, terras da antiga Fazenda que dão vertentes para o rio São Pedro, por sua margem direita entre a estrada ou Caminho da Polícia e a estrada de ferro Linha Auxiliar e, finalmente, terras que se limitam com o espólio, o rio São Pedro, a Estrada de Ferro Central do Brasil (bitola larga) as antigas fazendas da Limeira e Santo Antonio do Mato.

¹²¹ Jornal *A Noite*, Edição 15354, 02/07/1956, páginas 1ª e 5; Edição 15509, 03/01/1957; Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 02041, 21/02/1957, p. 2; Jornal *Jornal do Comércio*, Edição 218, 17/06/1950, p. 8; Edição 250, 29/07/1953, p. 6; Edição 210, 12/06/1953, p. 7; Edição 119, 21/02/1957, p. 5; Jornal *Correio da Manhã*, Edição 18470, 12/06/1953, p.2; Edição 18511, 30/07/1953, p. 10; Edição 19567, 08/01/1957, páginas 1ª e 11; Edição 19605, 21/02/1957, p. 4; Edição 20235, 15/03/1959, p. 4; Edição 20308, 11/06/1959, p. 4; Edição 20309, 12/06/1959, p. 2; Edição 20323, 28/06/1959, p. 14; DOU de 04/01/1957, p. 16.

¹²² Segundo o jornal *O Fluminense* – Edição 21387, 14/07/1962, p. 3, Miguel Couto Filho teria doado suas terras em Pedra Lisa a 200 famílias, sem fazer alarde.

¹²³ Jornal *Imprensa Popular*, Edição 2425, 29/05/1958, p. 8; Edição 2470, 15/07/1958, p. 8. Jornal *Diário da Noite*, Edição 11.205, 29/05/1958, p. 14; Edição 11.246, 16/07/1958, p. 2.

¹²⁴ Essa publicação se encontra bastante ilegível. Consultar Jornal *Imprensa Popular*, Edição 2470, 15/07/1958, p. 8, onde há a transcrição do texto apresentado nessa dissertação.

Art. 2 – O disposto no artigo anterior se tornará efetivo depois de delimitadas, de modo exato, pelo Domínio do Estado, as áreas a que o mesmo se refere.

Art. 3 – A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio organizará o plano de colonização das terras a que se refere este Decreto, estabelecendo o aproveitamento dos posseiros que as ocupam e as cultivam.

Art. 4 – O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os Secretários de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio e de Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 23 de junho de 1958.

a) MIGUEL COUTO FILHO
Manoel Vieira Côrtes Lozada
Salo Brand.

Na Figura 5, abaixo exposta, destaca-se a área desapropriada:

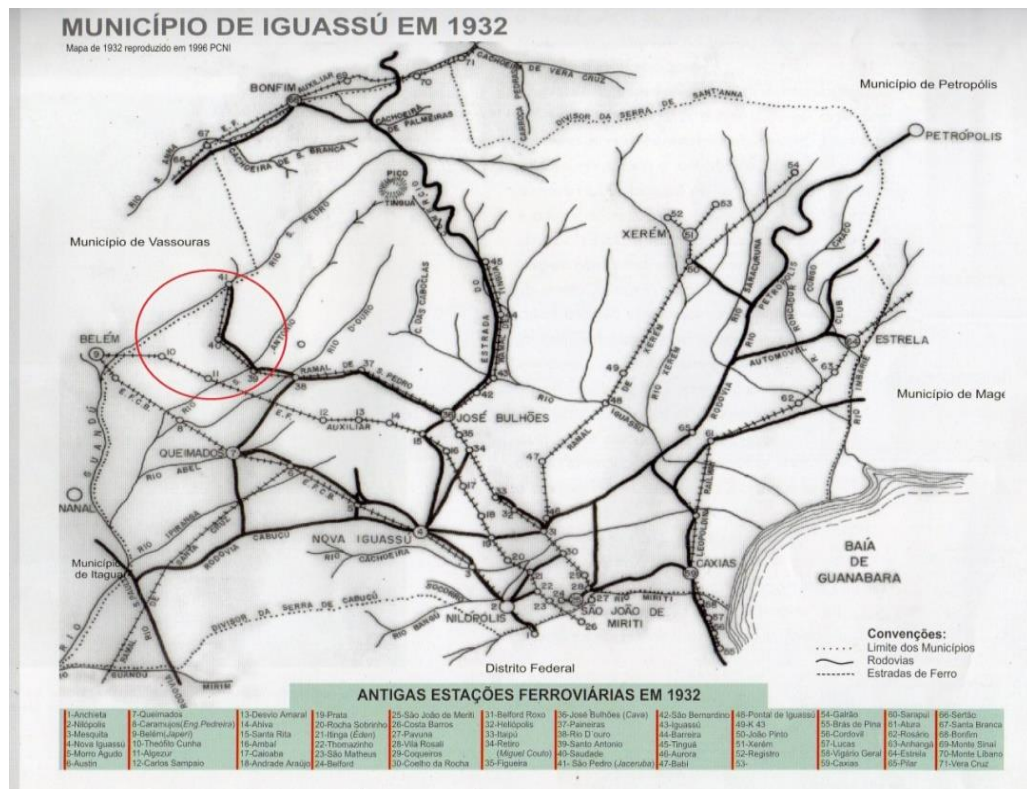


Figura 5 – Adaptação do Mapa do Município de Nova Iguaçu em 1932. No destaque vê-se a área desapropriada. Fonte: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. Secretaria Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Atlas Escolar a Cidade de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: PCNI, setembro de 2004, p. 15.

2.3.2.2 – A FLERJ e o Plano Agrário no cotidiano de Santo Antônio

Através dos relatos de nossos narradores, perceberemos a estratégia usada pela FLERJ para se instalar em Santo Antônio e de como o Plano Agrário agiu no seu cotidiano.

O narrador G pergunta ao narrador F sobre a existência da associação em Santo Antônio.

Narrador G:

– *E o que o senhor conta pra gente daquele tempo? Existia associação aqui em Santo Antônio?*

Narrador F:

– *Existias ... foi associação de lavrador ... onde que eu fui presidente a um ano [referindo ao período em que atuou como presidente] ... né ... associação de lavrador... nois tinha uma companherada ... boa ... tudo que fosse possíveis ... eles fazia ... nossa companherada ... Então, hoje não temos ... (voz desolada e triste) ... querendo fechar uma cova, um trator, não temos aquela companherada ... chegou a esse ponto ... mas isso aqui era bom né ... todo esse pessoal antigo que nois tinha era reunido (exalta a voz) entendeu? Falei... vamos levantar aquilo ali ... ajuntava tudo e levantava ... aparecia todo mundo.*

Bráulio (2008, p. 38) também tem saudades desse tempo de ‘companherada boa’:

Quando lembro aquilo [referindo-se ao Congresso dos lavradores realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais] e vejo hoje, fico até triste! O pessoal era mais organizado, mais unido, mais consciente. Ninguém foi pra lá porque ia ganhar isso ou aquilo. Foi para conquistar aquilo que se queria.

O narrador F e Bráulio trazem à lembrança algumas características dos movimentos sociais: a solidariedade, o ser nosso e não meu, a vida em comunidade em que todos estão dispostos a ajudar, a compartilhar. No caso do campesinato, a lealdade e a gratidão.

Narrador G:

– *O pessoal era muito unido né, naquela época ...*

Narrador F:

– *É unido ... e dipois fio ... era tudo pessoas de ... de idade ... não tinha garotão naquele nosso meio não ... era tudo home de família ... tudo tinha sua família ... sua lavoura ... tinha sua propriedade ... era home de cumprimento ... não é isso? ... então graças a deus [trecho incompreensível] ... bem mesmo ... se tivesse uma associação forte como nois tivemos ... acabamos sem briga ... sem briga ... não tive briga pra nois tirar o gado daqui da rosa ... né ... e fiquemos tudo amigo ... tudo amigo ... ninguém escorou o outro ... ninguém bateu ... ninguém não ... ninguém [trecho incompreensível] na cadeia ... acabou ali ... [trecho incompreensível] ... não é como hoje ...*

O nosso narrador F cita como exemplo, a construção à enxada de mais de seis quilômetros entre Santo Antônio e Santa Amélia de uma estrada que pudesse ser usada para escoar a produção para Queimados quando do fechamento do ramal da Estrada de Ferro Rio d’Ouro em fins dos anos 60.

– *Fizemos a estrada teófilo com enxadão ... eu, falecido teófilo ... o nome dele ficou na história, florentino, eduardo pereira, cumpadre arvino [refere-se à Alvinho Alves dos Santos que foi presidente da Associação dos Lavradores de Pedra Lisa] ... eu era presidente ... esses era meus fiscais ... é ... esses quatro homens ... eu não fazia nada dentro da presidência sem esses quatro homens ... nada saí sem eles ...*

Perguntado sobre com quem ficava o livro Ata da Associação, o narrador F responde:

_ *Comigo ... o livro de ata teve na minha mão um ano ... o nome dele era assim .. é estatuto da terra (riso maroto de quem sabe o que significava Estatuto da Terra) [O livro é de 1948, data de fundação da Associação].*

O narrador G pergunta:

_ *Esse livro está aonde?*

O narrador F responde:

_ *Hoje eu não posso dizer onde ele tá. Quando eu venci o meu tempo [refere-se a presidência da Associação] ... entrou a outra sociedade de lavradores [o narrador F fala da Federação de Lavradores – FLERJ – ligada ao Governador Roberto Silveira]. Entrou a família Muzy e Pedro Guarino ... falecido ... Alde ... Aldegundes vieram fazer o presidente em meu lugar. Eu venci na presidência [sobre o término do mandato], daí ficou na mão deies ... Nessa mão deies ... aí a política caiu [referindo-se ao Golpe de 64] ... depois vieram recolher o livro ... daí estava na mão do Capitão Guerra ... aqui ... Capitão Guerra vende o sítio e vai pra Brasília ... deixou o livro aí não sei com quem ... depois de um certo tempo eu sobe que ele estava com o Bráulio... Bráulio foi presidente de Pedra Lisa. Eu era presidente daqui ... ele era na Pedra Lisa.*

E continua o seu relato:

_ *O livro ... eu hoje não tenho a certeza de dizer em consciência – lado que ele está ... você procura o brau que o brau vai dar [trecho incompreensível] daquele livro ... aquele livro tá por aí né ... porque um tempo que não vejo o brau ... seria muito importante ... achar aquele livro né ... porque aquele livro é o estatuto dessa terra ... é ... ele teve na minha mão ... e é muito importante o livro ... hoje não posso dizer certo ... num acumpnei a saída dele ... venci minha época e me separei ... me desliguei daquilo né ... hoje sei de alguma coisa ... me lembro e sei (pensando) ... não posso te dizer não ...*

Nesse longo relato há informações riquíssimas. Primeiro, quando o narrador menciona que “entrou outra sociedade de lavradores”, na verdade ele está se referindo a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro criada sob os auspícios de Roberto Silveira¹²⁵ que, no entender de diversos pesquisadores e compartilhado por mim, tentava através da FLERJ enfraquecer os movimentos de luta pela terra ao disputar o direito de ser o porta-voz dos camponeses. E também pelo fato dele estar aplainando o caminho para a presidência da República, propondo outro projeto de ocupação de terra no estado do Rio de Janeiro.

¹²⁵ Desde a campanha para o governo do estado, por volta de 1958, Roberto Silveira sempre deu prioridade máxima a essa região, conforme deduzo das publicações dos jornais, como é o caso do casamento de um casal de lavradores relato no Capítulo 1 e as constantes visitas que ele e sua esposa faziam à mesma, bem como as constantes idas dos lavradores ao Palácio Ingá. Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 260, 17/12/1959, 1ª página; Edição 00261, 18/12/1959, p. 2; Edição 00264, 23/12/1963, p.2: sobre distribuição de presentes de natal pela primeira-dama Ismélia Silveira às crianças de Pedra Lisa.

Ou seja, o plano de Roberto Silveira dá certo em Santo Antônio. Embora Santo Antônio fosse autônomo em relação à Pedra Lisa, aqueles posseiros sabiam que para vencer um inimigo tão implacável, feroz e poderoso, tinha que haver união entre eles. Creio que a atitude de Bráulio, ao fazer parte da FLERJ, mesmo que por pouco tempo, denotou uma quebra dos valores campestres. Ele não foi leal aos seus companheiros. Porém, seus feitos ficaram na memória do nosso narrador C, na época um adolescente. Ele me pergunta sobre o Bráulio:

Narrador C:

– *Bráulio ... me desculpa ... o Bráulio é vivo? ... mas deve tá com uns noventa e poucos anos ... ele era muito ativo também ... coitado ... não era fácil não ...*

Em seus estudos sobre as relações entre os agentes sociais, Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus*, um “conjunto de saberes construídos ao longo da história; influências que cada ser humano sofre desde o seu nascimento”. (PRAXEDES, 2015, p. 15).

Segundo PRAXEDES (Idem, p. 18-19),

Na definição do conceito de *habitus*, Bourdieu emprega a noção de disposição como sendo constituídas como resultado das influências do mundo social e dos campos sobre os agentes, tornando-os predispostos a uma “maneira de ser” e de agir, de interagir com os outros com tendências a dotar certas condutas, e não outras, com propensões e inclinações próprias.

Partindo desses princípios, destacamos algumas características do *habitus* campestre. Suponho que, pelas análises das fontes orais, documentais e bibliográficas e, embasada teoricamente nos conceitos de Bourdieu, elas seriam: i. percepção de que a terra era um *bem simbólico* que eles não possuíam legalmente e que legitimava um *poder simbólico*; ii. a terra como espaço de reprodução familiar; iii. a terra como espaço laboral e meio de produção; iv. percepção de justiça no sentido jurídico; v. a visão da necessidade de uma vida em comunidade (capital social) para a sobrevivência enquanto posseiros de um bem que era alvo de cobiça, disputa e poder.

Pureza (1982, p. 39), relata que:

Depois da fundação da FALERJ, algumas Associações não filiadas, formaram uma outra “Federação” . Convocaram depois disso um Congresso¹²⁶, com todo o apoio do Governo do Estado. [...] O tesoureiro da “Federação fantasma” era Bráulio que, no entanto, nunca viu um tostão da sua organização. Quem controlava toda a contabilidade era Aldo Leite, executor do “Plano Agrário”.

¹²⁶ Refere-se ao II Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminense, realizado em Niterói, Ginásio Caio Martins, em setembro de 1961.

[...] Combinei com Bráulio que iria ao Congresso com muitos camponeses. Ele havia verificado que a “Federação” apoiada pelo “Plano Agrário” era da cúpula, e por isso decidiu romper.

Vamos à fala de Bráulio (2008, p. 37):

Depois que nós fizemos a nossa federação, o Roberto Silveira criou o Plano Agrário no estado do Rio de Janeiro. Através do Plano Agrário, ele nomeou um coronel para comandar essa área todinha da Baixada e formar uma outra federação. O Doutor Áldio Leite, diretor do Plano Agrário, que tratava das questões fundiárias deu apoio a esse coronel, que procurou o Aldegundes, um funcionário público, que já faleceu também. Ele foi ao distrito de Santo Antônio, em Nova Iguaçu, e se aproveitou da associação que já existia lá.

[...] A outra federação atuava também em Santo Antônio, vizinho de Pedra Lisa. Em Santo Antônio. Em Santo Antônio, nós tínhamos companheiros que faziam parte da associação de Pedra Lisa. Quando eles [referindo-se ao grupo da FLERJ] foram nas casas desses companheiros, eles disseram: “Não, eu estou nessa luta há tantos anos, porque eu vou me filiar a vocês? Eu vou me filiar lá em Pedra Lisa. Vou acompanhar o ritmo de Pedra Lisa!”, e eles realmente acompanharam.

[...] Essa federação era muito ligada ao padre Carvalho, que era de Cachoeiras de Macacu, região de Papucaia, e tinha grande influência. A linha dele era combater o comunismo.

Vemos que na fala de Bráulio não há menção ao fato dele ter pertencido a primeira diretoria da FLERJ. Provavelmente, diante de seus antigos companheiros, Bráulio se sentisse envergonhado por ter sido infiel aos princípios de lealdade e coletividade do campesinato. E ele sabia disso. Ao mesmo tempo transparece que o seu retorno à FALERJ é o reconhecimento explícito e claro do erro que cometera junto ao movimento de luta pela terra. Bráulio, ao fazer parte da FLERJ, sucumbira ao egoísmo, ao individualismo, á ambição de um projeto próprio de ser ele mesmo o representante dos camponeses fluminenses e não a ‘companherada’.

O nosso **narrador C**, filho de um dos quatro “fiscais” do narrador F, também relata sobre esse episódio, por outro ângulo. Vejamos:

– ‘Seu’ Aldegundes, muito importante na história de Santo Antônio. ... o Aldegundes ... ele chegou pra lá e movimentou o local ... ah ... fulano ... você faz isso ... esse aqui faz isso ... cada um no seu lugar ... e o lugar cresceu também com a ajuda dele ...

Lembra também de outros companheiros envolvidos na associação de lavradores:

– Santa Amélia ... ali tinha ... tinha uma pessoa também que ajudou muito meu pai chamado José Muzi ... ajudou muito o local ... o tempo do laranjal ainda era o Zé Muzi ... também tinha o Eduardo Américo ... uma família tradicional também ... falaram em Pedro Guarino, não? ... ele era também ... ele participava ... muito ativo na associação ...

Na percepção do narrador C, um adolescente nos idos de 1960, Aldegundes havia dado um ‘jeito’ em Santo Antônio. Observemos que ele não menciona o então presidente da Associação que era José Muzy. Entendo por meio dessa fala, que era o próprio Aldegundes quem dava as ordens em Santo Antônio, através da Associação. José Muzy é lembrado por ele como um grande ajudador de seu pai.

Façamos uma pausa para informar sobre o relatório referente ao ano de 1963 do Executor do Plano Agrário do Governo Federal¹²⁷ no estado do Rio de Janeiro, Antônio da Costa Carvalho, mais conhecido como Padre Carvalho, publicado no jornal *O Fluminense* em edição 2198/1964, p. 6.¹²⁸ Segundo a reportagem, o setor de assistência médica do órgão atendeu aos posseiros e familiares de Pedra Lisa e Santo Antônio (NI), onde foram instalados 2 consultórios médicos e cerca de 100 pessoas (homens, mulheres e crianças) se apresentaram para a realização de exames. Houve aplicação de 148 doses de vacina Sabin e 120 de varíola, distribuição gratuita de medicamentos prescritos (segundo o executor, doados pelos laboratórios e pelo Serviço de Endemias Rurais). Foram concluídos os trabalhos de cadastramento de seis fazendas desapropriadas no estado compreendendo 857 alqueires de área ocupada e que totalizaram: 1.664 posseiros, 2.207 filhos de posseiros, 838 filhos de posseiros em idade escolar.

Com relação à assistência médica, o narrador C faz menção de um médico chamado Tauridis que os moradores buscavam de carroça em Engenheiro Pedreira:

_ Associação ... lá tinha ... lá tinha médico ... Dr. Taurides ... lá tinha médico e tinha charrete pra socorrer as pessoas ... dr. Tauridis foi muito bom ...

Retornemos à segunda observação que é a fala do narrador F sobre a entrada da ‘família Muzy’ na Associação. Ou seja, ao que parece, havia chegado em Santo Antônio pessoas estranhas ao movimento de luta pela terra que se fazia presente desde os anos de 1940. Pela fala do narrador F, subtende-se que essa família não tinha os mesmos ideais dos posseiros. Há também referência a Pedro Guarino, que fazia parte do comboio de lavradores que descia todos os domingos em direção a Estação de Vieira Fazenda [atual bairro de Jacarezinho], levando sua produção para ser vendida nas feiras ao longo da Estrada de Ferro Rio d’Ouro.

¹²⁷ A partir de sua criação em 1964, a SUPRA passou a concentrar as políticas de colonização do país.

¹²⁸ Jornal *O Fluminense*, Edição 2198, [data ilegível]1964, p. 6.

Pelo tom da voz, transparece que Guarino se tornou um aliado da família Muzy e de Aldegundes na disputa pela presidência da Associação para o ano de 1961.

A última informação do narrador F diz respeito ao Capitão Guerra¹²⁹. Ele era policial militar reformado e subdelegado do núcleo de Pedra Lisa. Na fala do nosso narrador fica evidente a ligação com os militares que promoveram o Golpe de 64. E como subdelegado que estava com o livro Ata da Associação, tinha acesso à todos os dados de seus sócios. Por isso foi tão brutal a repressão que se abateu sobre a região. Outro fato que colaborou foi a postura do IBDF, que falaremos mais adiante.

Façamos uma pausa e falemos do Capitão Guerra. A FALERJ, após a morte de Roberto Silveira, se dirige ao Governador Celso Peçanha pedindo o afastamento do Capitão Guerra da direção do núcleo de Pedra Lisa.¹³⁰ Na edição de 10/07/1961, o jornal Última Hora informa que o capitão reformado da Polícia Militar, Severino de Brito Guerra, pede exoneração do cargo de subdelegado de Pedra Lisa. A sua exoneração não significou a sua saída de Santo Antônio e muito menos a perda de sua importância na dinâmica de disputa dos projetos de ocupação da terra. Pelo relato do narrador F, ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, Guerra permaneceu em Santo Antônio e era dono de um sítio ali. E aí fica uma dúvida: se ele não tinha nenhum cargo junto ao governo, por que ele fica com o livro de Ata da Associação pós-golpe de 64?

Provavelmente o pedido de exoneração do capitão Guerra tenha relação ao que Bráulio (2008, 26-27) nos relata:

Quando foi criado o Plano Agrário, deram um caminhão para Pedra Lisa. Lá foi criada uma Subdelegacia do Plano Agrário.

[...] As pessoas não pagavam nada, o estado colocava gasolina. Mas era controlado por um capitão, não era por nós. Esse capitão começou a ‘desaforar’. E a gente com cuidado para não bater de frente, porque estava trazendo benefícios. [...] Mas ele começou a fazer estripulia, exigir isso e exigir aquilo, até que chegou a hora de a gente agir. Ele achava que cada mercadoria que saísse deveria deixar uma certa importância. Se tivesse que pagar para o transporte, nós não íamos pagar? Íamos, não é verdade? Só que ele disse:

_ Deixa essa importância aqui.

Aí, a gente perguntou a ele:

¹²⁹ Segundo reportagem do jornal *Luta Democrática*, Edição 229, 31/10/1954, p. 6, o então Tenente Guerra estava envolvido na repressão aos posseiros que ocupavam a Fazenda Piranema em Xerém. O jornal *Última Hora*, Edição 00593, 07/07/1961, p. 1ª e 3, publica, sob o título ‘Tinguá: Ponto nevrálgico de nova revolta contra “grileiros”’, reportagem sobre a manifestação de mais de 300 camponeses representando mais de 15 mil trabalhadores rurais do estado contra Giácomo Gavazzi tido como grileiro das fazendas Mombeca e Macedo situadas entre Tinguá e Xerém, destacando dentre outras presenças, a do Capitão Severino Guerra – subdelegado do Plano de Colonização de Terras.

¹³⁰ Jornal *Última Hora* – Edição 00527, 24/03/1961, 1ª página.

_Bom, e o que o senhor pretende fazer com isso?
_ Eu vou levar para a Secretaria de Finanças.
Porque a Secretaria de Finanças? Não ia levar ... Reunimos com ele e mostramos para ele;
_ Olha, isso assim ... o que o senhor fala disso?
_ Não, mas eu sou autoridade aqui, eu posso fazer!
_ Não, o senhor não me leva a mal, não. O senhor pode fazer dentro do que é previsto na lei. Fora disso, o senhor pode ser autoridade, mas está errado. Aí nós catalogamos aquilo tudo e fomos até o Roberto Silveira. Quando o Roberto Silveira soube, disse:
_ Ele falou isso?
E o Roberto Silveira tirou o subdelegado de lá e mandou para outra área.

Esse relato longo de Bráulio nos traz algumas pistas. O Plano Agrário havia sido implantado e estava plenamente na região de Pedra Lisa. Não há menção da data, mas, possivelmente é entre meados de 1960 e início de 1961, pois os lavradores queixosos do comportamento do subdelegado vão até ao governador levar suas reclamações.

Essas reclamações dizem respeito a um pagamento ilegal (pode-se dizer, propina) cobrado pelo subdelegado que a certa altura da conversa com os lavradores lembra-lhes ser ele uma autoridade (estava acima da lei). Mesmo sem nomeá-lo, podemos inferir, cotejando as informações das reportagens com o relato de Bráulio, que se tratava do Capitão Guerra.

A sua exoneração, na verdade já estava a caminho quando Roberto Silveira morreu, cabendo ao seu sucessor, o governador Celso Peçanha procedê-la. Outra pista é: a sua saída da subdelegacia de Pedra Lisa coincide com a chegada de Aldegundes e José Muzy na Associação dos Lavradores de Santo Antônio. Mesmo sem Bráulio dizer para que outra área o Capitão Guerra se dirigiu, deduzo pelas narrativas que foi para Santo Antônio.

Retornemos a análise das informações publicadas no jornal *Última Hora* de 28/03/1961. Outro dado me chamou a atenção. Nas eleições para a Associação dos Lavradores em Pedra Lisa, havia quatro chapas concorrendo ao pleito para a sua diretoria, encabeçadas por: Francisco Lacerda, Bráulio Rodrigues, Alvino Alves e José Maria. Pelo resultado¹³¹ – Alvino – presidente; Francisco – vice e Bráulio para o Conselho Fiscal infere-se que houve um arranjo entre eles, talvez para não fragilizar a Associação em Pedra Lisa e, por tabela, a própria FALERJ, que sofria a competição da FLERJ pela disputa do campesinato na região. Também é possível aventar que Bráulio, ao se aliar a FLERJ – embora por pouco tempo – perdeu o apoio e a influência sobre o campesinato em Pedra Lisa e adjacências.

¹³¹ Jornal *Última Hora* – Edição 00536, 13/04/1961, p. 8.

Mas continuemos com o relato do narrador F sobre Bráulio. O narrador G pergunta-lhe:

_ Quem mais batalhava com o Senhor? Dos mais importantes ... daquela época? Era o ... Bráulio?

O narrador F responde:

_ Não (o tom de voz faz transparecer certo rancor) ... o bráulio era de pedra lisa [como quem diz: calma aí... ele era de Pedra Lisa e não daqui] ... ele era presidente da pedra lisa ... pedra lisa tinha a sociedade deies e nois tinha a nossa aqui separada ... mas nois se ... combinava, se unia ... o que eles queria lá, nois queria aqui ... se eles dependesse da gente, vinha aqui, ... se nois dependia nois tava lá ... mas tinha ... uma esforçava a outra, a outra esforçava a outra ... unida com a gente ... então era ... era um tempo bão ... uma companherada ... uma coisa ... fora de série ... benza-a-deus...

Analisando os relatos, deduzo que a aliança de Bráulio, mesmo que momentânea, com a FLERJ, causou danos irreparáveis à Santo Antônio. A fala do narrador F transparece decepção com Bráulio. Talvez o nosso narrador contasse com Bráulio para vencer a disputa à presidência da Associação em 1961. Provavelmente, o nosso narrador sentiu como sendo apunhalado pelas costas. E não foi somente ele. Pela ausência nos relatos de Bráulio sobre a sua rápida passagem pela FLERJ, podemos supor que ele mesmo também se sentiu desconfortável com a situação. Possivelmente para Bráulio, o seu retorno à Pedra Lisa e a FALERJ seria o bastante para deixar claro aos seus antigos companheiros que ele sim, pisara na bola, mas se arrependeu. E a prova estava ali: ele de volta à Associação de Pedra Lisa e à FALERJ.

Mas para o nosso narrador F já era tarde demais. Bráulio quebrou princípios caros ao campesinato: a lealdade, modo de vida camponês e suas relações de compadrio, de luta pelo bem coletivo.

Além da assistência social e técnica, o Plano Agrário previa a instalação de escola do Movimento Popular de Alfabetização nos núcleos criados nas áreas ocupadas. A Campanha Popular de Alfabetização consistia basicamente de um imóvel emprestado sem custo para o Estado, ficando este responsável pelos professores. Em reportagem do Jornal do Brasil de 28/02/1960 há a informação de que o Governo de Roberto Silveira planejava a abertura de escolas nos núcleos de Pedra Lisa, Santo Antônio do Mato, Rio d'Ouro e Japeri. O relato do narrador C sobre a escola em Santo Antônio elucidava isso:

_ Ele [referindo-se ao seu pai] ajudava as pessoas e tudo ... aí ele deu o terreno que era escola era dele também ... aí quando acabou a escola ele deu pra fazer a Igreja Católica ...

De fato, em Pedra Lisa a escola será inaugurada em fins de 1959, tendo Bráulio Rodrigues como seu primeiro professor¹³². Em Rio d'Ouro, como vimos no tópico 'Rio d'Ouro e Santo Antônio: do apagamento da memória ou do silêncio como recurso útil', a escola aberta no Complexo do Reservatório parece se encaixar nesse modelo, embora formalmente não tenhamos respaldo, apenas suposições.

A partir da junção de várias informações, concluo que a escola em Santo Antônio foi estabelecida em 1960¹³³. Vejamos os relatos:

Narrador G:

_ E sobre o colégio [refere-se à antiga escola em Santo Antônio]? O Senhor lembra do colégio quando existia lá no local da igreja [depois que a escola foi fechada em 1972, construíram no lugar uma Igreja Católica] ... era um colégio. O senhor lembra desse tempo? E por que esse colégio acabou?

Narrador F:

_ Olha ... acabou assim ... deve ser política ... meus filhos chegaram aqui estudaram no 56 [refere-se ao quilômetro da EFRD onde havia a Parada Saudade] ... estudaram na escola no 56 ... escola no 56 ... uns tempos depois foi que abriu uma escola aqui ... aí depois aqui abriu a escola aqui ... aí ficaram [sobre os filhos] ... ninguém estudou mais pra fora .. não é isso? ... foi política ... o negócio foi política ... não lembro depois de ... [trecho incompreensível]

Narrador G:

_ Foi política de Nova Iguaçu, né?

Narrador B:

_ Também trabalhei na Sá Freire ... e primeiro nós trabalhamos em Santo Antônio ... tinha uma escola do município de Nova Iguaçu ... ainda era ... isso ... ainda era município de Nova Iguaçu ... era municipal ... era escola municipal ... era lá onde é a igreja agora, né? (dirige a pergunta ao narrador C) ... meu irmão deu aula lá ... [citação nominal] .. então ele teve ... eles concederam um tempo à ele pra ele se formar ... que ele naquele tempo não precisava se formar ... depois eles iam né ... bastante tempo ... e aí um tempo pra ele se formar eu fiquei trabalhando lá no lugar dele ... eu tinha mais ou menos uns 15 anos ... aí já ia lá pro Santo Antônio ... junto com uma professora que vinha de Niterói ... chegava aqui ... aí tinha pouco tempo que tinha terminado o trem ... ainda peguei essa época do trenzinho ... era muito importante eu acho ... então eu ia com ela ... a gente ia à pé porque não tinha estrada ... era pela a linha que a gente ia ... muito sacrifício ... mas tudo a gente fazendo tudo muito feliz com muito amor ...

Pesquisadora:

_ E tinha bastante ... assim ... a gente fala bastante ... assim ... tinha um o número bom para o lugar de alunos na escola lá?

Narrador B:

_ Tinha ... tinha né [dirigindo-se ao narrador C] ... tinha ... é ... tinha sim ...

¹³² Jornal *Última Hora* (RJ), Edição 00307, 08/03/1960, p. 3.

¹³³ *Jornal do Brasil*, Edição 00050, 28/02/1960, p. 2, 2º caderno.

Narrador C:

_ Porque vinha de ... vem de 56 ...

Narrador B:

_ É porque na verdade a única escola ali ... era ali no Santo Antonio ... tinha uma em Jaceruba ... isso ... e tinha a da represa ... mas na represa era mais pros funcionários ... os filhos dos funcionários ... da CEDAE ... essa escola lá do Estado ... lá na represa ... e essa... tinha uma em Jaceruba também ... que era do Estado e tinha uma ... essa em Santo Antonio ... só que quando acabou o trem aí depois eles terminaram com a escola também ... porque viemos todo mundo pra Sá Freire ... que era próximo ... e aconteceu ... aconteceram assim algumas coisas ... tinha alguns problemas daqui até lá ... e era nós dois que íamos né ... e assim era preocupação pro município de Nova Iguaçu ... a gente caminhar até lá todo dia ... muito sacrifício ... e eles trouxeram ... nos trouxeram para cá ... pra Rio d'Ouro ... aí ficou na Vereador Sá Freire¹³⁴ funcionando Rio d'Ouro e Santo Antônio porque aqui ... era nessa época ... era uma sala só ... ali tinha primeira série ... que era assim ... primeira série ... segunda série ... terceira ... quarta ... então ... tinha aqui no Rio d'Ouro também era uma sala só ... e esse ... várias séries juntas ...

Pesquisadora:

_ É o que a gente chama de multisseriada ...

Narrador B:

_ Isso aí ... depois de um certo tempo também eles resolveram ... porque resolveram a construir nesse tempo a escola ...

Pesquisadora:

_ A estadual ...

Narrador B:

_ É nesse tempo também eu ... quase sempre eu tava envolvida ... assim ... as vezes nem por querer ... porque acontecia da gente tá trabalhando na escola e acabava se envolvendo ... é ... as vezes aparecia alguns políticos e na época queria construir e viram ... viam assim o sacrifício ... o lugar que já era assim bem grande ... já bastante crianças e precisava de uma escola maior ... então com isso ... foi até o José Haddad^v ... naquela época é que ... que veio pra cá pra fazer a escola do Rio d'Ouro ... pra construir a escola ... na época nós pensávamos que seria uma escola da prefeitura porque aí nessa época [eu] já era funcionário da prefeitura ... então nós pensávamos numa escola da prefeitura mas eles resolveram fazer uma escola do Estado ... e nisso o que aconteceu ... todas as escolas por perto fecharam pra que todos os alunos viessem pra cá porque a escola ficou muito grande ... era uma escola grande ... muito boa ...

Pesquisadora:

_ É uma escola grande ...

¹³⁴ A Escola Municipal Vereador Sá Freire era em Rio d'Ouro, próximo a estação de trem. Pesquisando, consegui uma informação sobre ela publicada no jornal Correio da Lavoura, Edição 1706, nov/1949, p. 3, informando sobre os Exames Escolares para a turma de 2ª série que contava com nove alunos, tendo como aplicadora Lêda Facanha e como auxiliar Sofia Fortini Costa. Provavelmente Sofia pode ser a esposa de um dos chefes do Complexo do Reservatório que o narrador A fala. Comparando essa informação com o relato informal de uma moradora já idosa e que estudou nessa escola, penso ser ela mais antiga ainda. Antes da municipalização da Escola Estadual Rio d'Ouro, sua documentação encontrava-se ali acautelada. Durante as pesquisas de campo na EMRD, houve uma dificuldade em acessá-la e não sei se ainda está nessa unidade escolar.

Narrador B:

_ Até hoje ... e aquela estrutura é estrutura de quando foi feita ... então em 74 nós viemos todo mundo pra lá ... aí parou ...

Pesquisadora:

_ Ali na verdade ... ela então vai absorver as escolas que havia para funcionar então nesse espaço [que] agora passa ser do Estado ...

Narrador B:

_ Isso ... isso mesmo ... então aí termina Santo Antônio ... a escola da Represa ... e a Vereador Sá Freire ... então pegamos todas as papeladas de alunos e fomos¹³⁵ ...

Pesquisadora:

_ Trazem pra cá ...

Narrador B:

_ Isso ... aí os funcionários também no primeiro momento ... viemos todo mundo pra cá ... aí depois houve o concurso do Estado ...

Pesquisadora:

_ Aí cada um foi se realocando ...

Narrador B:

_ É ... aí cada um foi ... isso mesmo ... o pessoal da prefeitura de Nova Iguaçu foram pra prefeitura procurar outras escolas e o pessoal do Estado veio ... nós como éramos da Vereador Sá Freire ... morava ... não tinha ônibus pra Nova Iguaçu ... não tinha condição ... e a escola mais próxima era Vila de Cava ... mas assim mesmo não tinha condição de chegar em Vila de Cava ... então o que eles resolveram ... o pessoal da prefeitura pedir ao Estado que a gente continuasse pelo menos por um tempo ... até que houvesse uma situação pra gente ... então isso foi em 74 que gente veio e começou a trabalhar no Rio d'Ouro ... 74 né que a escola foi inaugurada ... nós passamos ... por que na verdade ... 74 a gente começa a mudança ...

Pesquisadora:

_ Então ela começou a ser construída em 72 ... 73 ...por aí ... começa essa movimentação pra construí-la?

Narrador B:

_ Eu não tô bem lembrado a data ... eu não tô lembrando data ... porque eles levaram um tempinho ... porque a escola ... muito grande ... aquela época a escola bem grande e pra se conseguir verba também ... pra conseguir ... na verdade também seu Vergílio é ... ele era ... é naquela época também ele ... bem presente sim ... ele também ajudou que ele tinha conhecimento com os políticos também e levava a gente ... eu era muito ... trabalhei muitos anos com o 'seu' Vergílio ... e então a gente ajudava né ... nessa ... nesses projetos que começava ... ajudava ... começava a pedir ... eu comecei muito cedo nessa ... assim sendo ... pra assim buscar uma melhoria pra cá porque eu não tinha vontade de ir embora daqui né

¹³⁵ Pelo relato do narrador B, a documentação da escola de Santo Antônio também deveria estar acautelada na E.E. Rio d'Ouro. Quando estive lotada nessa unidade estadual, não vi e nem ouvi sobre tal escola ou documentação pertencente a ela.

... e muita dificuldade a gente teve pra sair daqui pra estudar ... né ... eu ... eu me formei à noite ... eu estudava à noite porque é ... é papai assim ... cada um no seu tempo porque ele não podia pagar pra todo mundo ... e aí foram trinta anos pra depois ... que surgiu esse ... essa nova ... essa oportunidade da gente ficar mais perto ... de poder ajudar mais ... então foram 30 anos quando terminou a escola de Santo Antônio para começar essa em 93 ...

Narrador C:

_ Ele [referindo-se ao seu pai] ajudava as pessoas e tudo aí ele deu o terreno que era escola era dele também aí quando acabou a escola ele deu pra fazer a Igreja Católica.

2.3.2.3 – Os frutos da terra: produção, escoamento e mercado

Sigamos ouvindo o que os nossos narradores tem a dizer sobre a produção agropastoril e o seu escoamento de Santo Antônio até as feiras do Distrito Federal.

Narrador G:

_ Qual é a produção? Ela ... a produção que mais se expandia naquela época ... era a laranja, o café ... qual o produto?

Narrador F:

_ Nosso maior produto aqui ... desde que eu cheguei prá qui ... foi café e aipinho ... esse era o nosso produto ... naquele tempo ... café não ... banana e aipinho ... café não tinha não ... eu plantei uns pé de café mais ele morreu ... mais ipinho e banana nois já plantô tudo e é até hoje ... o ipinho e banana ... é o certo ... isso aqui ... nois não ficava com nada sem vender ... nada ... nada ... nada ... cê tinha sua aipinzada você vendia de manhã até a noite ... ficava cheio de gente pra comprar aipim ... pra comprar e vender ... era mulher ... era criança ... todo mundo vinha comprar ... laranja ... não ficava nada sem vender¹³⁶ ... nada ... nada ... nada ... (percebe-se uma voz de satisfação e alegria)

Narrador A:

_ Tinha chakra de laranja né ... pra lá tinha era chakra de laranja ... muita chakra de laranja ... depois que passa ali ... que ver ... santo antoin ... não sei se você conhece ali uma ... um tipo ... um clubizinho que tem numa subidazinha ... em antes da ponte ... já indo pra quem vai pra santa amélia ... ali tudo era laranja ... é que santo antoin mermo tinha um laranjal naquele morro grande ... ih.. que vê ... cê conhece aquela russa¹³⁷ de santo antoin? ... então ... é pra lá da casa dela ... que ela mora ... é que tinha essa chakra de laranja grande ... o dono dali chamava seu pascal ... o dono da chakra ... e nos capinava o pé de laranja pra ele né ... eu capinei muito pé de laranja lá ... era aquela chakra grande .. pegava cá do ... do ... da baixada ... ia até na virada do morro ... já indo pra santa amélia ... aí ... na ocasião de panhá ..k de panhá laranja ... tinha um caminhão com ... com as caixa pra levar laranja dali ... era muita gente ... era muita gente apanhá laranja ... pra encher aquelas caixa né ... depois botá no caminhão e levava ... é por que santo antônio da ... da mata ... aí ... tinha laranja ... banana ... então fazia tipo uma feira aqui em rio douro ... vendia muito né? ... soquei muito arroz com uma filha do tal do 'seu' mazico chamada ... madalena ... então ... esse arroz era tudo plantado em santo antoin ... santo antoin dá ... deu muito arroz ali ...

¹³⁶ Essa fala do ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio me faz lembrar que minha falecida mãe contava que ela ia com sua mãe em Jaceruba para comprar aipim para consumo da família e, principalmente, para vender e ter dinheiro para adquirir outros alimentos em meio as dificuldade para o sustento da família com onze filhos recém-chegada ao Rio de Janeiro, vinda de Irupi no Espírito Santo, onde meu avô era meeiro, por volta de 1958.

¹³⁷ Bem mais tarde fiquei sabendo que 'russa' é filha do nosso narrador F, ex-presidentes da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, que ainda mora em Santo Antônio.

trazia saca e mais saca ... chega em casa tinha ... tinha ... tinha ... um salão ali ... a sala ... seu ... 'seu' mazico batia o arroz em borduada com o pau ... pá ... pá ... pá ... depois que caba ficava tudo solto ... aí que ia pro pilão ... aí que a gente ia socava tudo no pilão ... aquela palha né ... limpava ...

Narrador C:

_ Eu mesmo arei muito terra é ... botava junta de boi ... botava o arado ... metia o sarrafo ... meu pai plantava muita banana ... aipim ... coco ... laranja ... e eu já tinha o nosso próprio arado ... botava o boi ...

Narradora D:

_ Era lavoura ... tinha muita laranja ... era só mato e ... e muita laranja ... muito laranjal ... daqui ao 56 ... a gente ia pegar lenha ... tinha muita laranja ... pra Jaceruba tudo era plantação ... a gente ia até no corte de pedra ... tudo de laranja ... tinha vários donos ... cada um tinha seus pedaços ... suas arezinhas plantada de laranja ... levava no trem pra poder vender lá em Belford Roxo ... nas caixas ... eu gostava ir pra lá pra poder pegar lenha ... e a gente ficava debaixo do pé de laranja (risos) ... era chacra pra tudo quanto é lado ...

Narrador G:

_ Quer dizer ... era um local que tinha muita produção, né? [Escoamento] de mercadoria também, né? Essa mercadoria ia até Maria das Graças, né?

Narrador F:

_ Não ... nois trabalhava nessa feira ... aqui nessa linha [refere-se a EFRD] daqui a vieira fazenda ... vieira fazenda ... vieira fazenda essa era jacarezinho né... daqui lá ... quem trabalhava lá era o lúcio, o gari [provavelmente seja Pedro Guarino] trabalhava dali até ... até miguel couto tinha feira ... daqui lá uns ficava em miguel couto ... outro areia branca, outro ficava vila de cava ... outro ficava agostinho do porto ... outro ficava pavuna ... outro ficava são joão de miriti, tudo tinha feira ... então todo mundo ficava espaiado e o lúcio ficava em vieira fazenda ... ficava nada ... era uma coisa forte isso aqui ... quando chegava de tarde acabava a feira vinha juntando aquilo tudo ... uma maravilha ... em vista de hoje ... eu fico ... não tem ninguém ... (fala desolada) ... hoje não tem feirante ... mais no domingo ... mais eduardo ... aqui do rio santo antônio ao 56 decia os feristas ... era dezesseis ... dezoito ... vinte carroça todo domingo ... lado de cá vinha sodré ... vinha guarino ... vinha elias meu irmão [a vinda de parentes para a região parece ter sido muito comum] ... vinha aqueles minino ... irmão do adir ... vinha uns mininos irmão desse olegário ... eu sei que ... nois forma dezoito ... vinte ... vinte e duas carroças ... quando vinha pra cá todo domingo ... plantando aí aipinho ... banana ... [trecho incompreensível] ... laranja ... quiabo ... tinha jiló ... [trecho incompreensível] ... era muita coisa ...

Narrador G:

_ O senhor acha o que ... que destruiu aqui mais o bairro? Foi a revolução de 64 ou a ... a saída do trenzinho [refere-se a EFRD]?

Narrador F:

_ Ah ... quem acabou isso aqui foi a saída do trenzinho ... a saída ... ah ... quando tinha o trenzinho ... a estação do trenzinho era ali ... onde é o ponto de ônibus ... é nessa parte de lá (ao fundo ouve-se barulho que parece ser utensílio de cozinha) ... quando encostava o cargueiro aos sábado ... quando nois tinha menos tinha cento e cinquenta ... duzentos volume pra botar dentro do trenzinho ... os sacos né ... ia tudo de lá aqui [a impressão que tenho é de que o narrador vê claramente em sua mente essa movimentação toda] ...

encostava o trenzinho ... levava ali dentro ... embarcava aquilo tudo ... de noite ... de manhã cedo [riso] domingo ... tava todo mundo nas feira ...

Narrador C:

_ O pessoal colocava na estaçãozinha de Santo Antônio ... eles colocava os caixotes de banana tudo ali ... aí o trenzinho parava ali ... ficava quaias uma hora enchendo ... banana ... aipim ... laranja ... tinha muita laranja também ... discia o trem ... discia cheio ... o cargueiro ... aí saltava tudo na feira de Areia Branca ... feira de Areia Branca ... Jacarezinho ... Belford Roxo ... Vicente de Carvalho ... Eles mandava um cargueiro só pra escoar a mercadoria ... tinha cargueiro para isso ... tinha vagão ... tinha dois ... três vagão ... tinha estação que ficava meia hora ... quarenta minutos ... até uma hora colocando caixa pra dentro ... caixa de impim ... laranja ... banana ...[fico imaginando isso na mente ... aquele alvoroço das pessoas ...] cada um pra ... saltava ... saltava em Miguel Couto ... um 'cado' de mercadoria em Areia Branca ... virava e baldiava em Jacarezinho ... [as mercadorias saíam desses lugares ... da mata ... pra ferrovia ...] vinha de carroça ... vinha na carroça ... no lombo do burro ...

Narrador A:

_ [A saída dos produtos pelo trem, ali em Santo Antônio] ... carregava as coisas de feira ... carregava tudo num abagageiro do trem ... tinha um abagageiro só pra carregá isso^{vi} ... pessoal que ia fazer feira dia de domingo miguel couto ... areia branca ... belfor roxo ... tudo naquele abagageiro ... e carregava ... aquele trem carregava tudo pra fazer feira né ... quando trazia aquela caixa tudo de novo pra poder botar as coisas pra ... pra domingo de novo botá ...

Narrador F:

_ Ah ... sobre o trem né ... bom sobre o trem ... eles tiraram o trenzinho ... a gente ficou sem explicação porque era um ... queu fiquei conhecido na linha ... meu nome em todas estação [cita seu nome] ... aquela minuta ... chegava no depósito pesava aquilo tudo ... se fosse cem volume ... duzentos ... fosse trezentos ... pesava aquilo tudo e pagava aquilo tudo ... pagava lá na [trecho incompreensível] ... tanto o dinheiro entrava ... então se o trenzinho saiu ... puxaram o trenzinho ... não foi pelo feirante não ... porque o feirante passava pela balança ... passou pela balança você tem que pagar ... tem ou não tem? ... então ... então não foi pelos feirante ... é porque (pausa para pensar e falar) houve ali um meio que ... a produção sumia entre eis ... a gente pagava ... até que ... até hoje nois não somos beneficiados ... [trecho incompreensível] pelo trenzinho ... no trenzinho nois saía na nossa mão direita ... e sem trenzinho nois saía na esquerda ... na contramão ... até hoje saímos na contramão ... então beneficiados [trecho incompreensível] no trenzinho não ... mais fomos levando a vida ... fazê o quê? ... tiraram ... acharam que podiam tirar ... que não fazia falta ... o trenzinho deceu num dia de quarta-feira e estamos esperando até hoje (risos sarcásticos) ... não avisou ninguém não ... deceu ... quem pra voltá volto ... quem não voltô voltô a pé ... outro voltô de ônibus [na verdade talvez houvesse ônibus até Rio d'Ouro somente, o que era muito pouco provável] ... estou esperando o trem subir até hoje ... e aí ... terminei essa parte né ... do trem ... ele não volto e aí tinha passado o que ... passado nem sei quanto tempo ... que entrou ônibus ... apareceu aí uma [trecho incompreensível] ... santa amélia ... então nois saía daqui ... toma ônibus na estrada nova ... pra ir a queimados ... aí passemos a acostumar em queimados ... mais já tendo o trenzinho aqui nois não ia a queimados não né (risos) ... nossa linha era aqui na nossa mão [direção] né ... mais dipois tiraram o trenzinho passamos a conhecer queimados porque ... pro nosso comércio ...

As atividades sociais, os meios de transportes, a vida escolar, dentre tantas outras existentes faziam parte da luta dos lavradores em Santo Antônio pela terra. Os riquíssimos relatos nos ajudam a compreender as muitas dinâmicas do cotidiano desses camponeses. Numa região distante dos burburinhos urbanos, sem luz elétrica, cercada pela reserva florestal e cujo meio de transporte que os ligava ao ‘mundo do progresso’ era a locomotiva e seus vagões na EFRD, a vida social, tal como em Rio d’Ouro, acontecia nas ladainhas. As manifestações da religiosidade faziam parte da vida camponesa, como nos relatos dos narradores A, F e G, transcritos abaixo.

Narrador G:

– *Quem era o tirador de ladainha aqui?*

Narrador F:

– *Era eduardo américo ... falecido eduardo américo ...*

Narrador G:

– *Ele foi muito importante no bairro ...*

Narrador F:

– *Muito ... muito importante ... eduardo américo ... e depois elias meu irmão veio também e tirava ladainha ... elias foi bem depois ... mais o tirador de ladainha aqui era o eduardo américo ... eduardo américo era fora de série ...*

Narrador G:

– *Era no tempo da fatura né, porque o pessoal conta pra mim, nas ladainhas o pessoal comia era muita coisa ... fazia cada ... né?*

Narrador F:

– *Tinha mesa ... podia fazer a mesa ... nós tinha tudo da roça aqui ... né ... apanhava alguma coisa de fora porque ... sabe cumé que é né ... mais nós tinha pra cume ... pra dá ... pra vendê e ... (risos)*

Sobre os encontros para as ladainhas, o narrador A, que morava em Rio d’Ouro, mas que quando criança acompanhava a sua mãe e já adulto também ia à Santo Antônio para participar, complementa com o seguinte relato:

– *Pessoal que tinha sítio né ... é ... tinha sítio ... esse tal de ‘seu’ Lavino ... ele era um escuro forte ... mais ele que ajeitava a terra pro zoto ... teve uma época ... eu nem sei que que foi que ele fez ... e tinha um baile ali ... sei que fez esse baile ... ele fez uma promessa lá de oito ... oito ano ... é ... aí tinha a ladainha primeiro ... ele ... ela fala a ladainha pro pessoal ... chega ... vinha gente de ... de eliopis [refere-se a Heliópolis], areia branca ... [bairros do atual município de Belford Roxo] ... é ... ia tudo pra’li ... enchia a bessa ... aí olhava ... lá tinha uma fogueira grande na frente ... ali tinha de tudo ... batata assada, aipim ... tá vendo? ... melado de cana ...é tinha isso tudo ... e tinha mais uns bolo ... batata ... tinha muita coisa né? ... Fora as broa que ela fez ... a dona dele fazia de milho ... aí todo mundo comia ali ...*

Pesquisadora:

_ Então era uma festa, né?

Narrador A:

_ Era uma festa mermo ... era uma festa ... então ... e ... custou ... caba aquilo ali ... depois que ele mudou daí é que cabou Santo Antoin ...

Ao cotejar as mais diversas fontes, percebemos que, para a questão da ocupação da terra em Rio d'Ouro carece de aprofundamento uma vez que na bibliografia utilizada não há registros e informações sobre o lugar.

Partindo dos dados coletados dos narradores e cotejados com as escrituras e planta do Loteamento Parque Padre João de Maria, deduzimos que em Rio d'Ouro não houve conflitos de terras tal como se configurou em Santo Antônio.

A posse das terras abandonadas pelos sitiantes – em sua maioria militares – pelos moradores locais não apresentou de forma clara um conflito. Porém, concluímos que a posse dessas terras foi realizada por um grupo pequeno de pretensos ‘donos’ mediante a coerção velada.

Outro dado apontado nessa pesquisa diz respeito à Mario d'Almeida, empresário influente e que possuía terras em Rio d'Ouro e em Xerém, neste caso a Fazenda Penha-Caixaão, grilada legalmente, segundo as reportagens publicadas em jornais e no depoimento de José Pureza. O que nos chamou a atenção foi a reação violenta de Mário d'Almeida e mais tarde de sua viúva Carmem Murtinho empreendida contra os posseiros da Fazenda Penha-Caixaão, enquanto que para Rio d'Ouro a impressão que se teve foi de um aparente abandono.

Como dissemos, a ocupação das terras em Rio d'Ouro carece de um aprofundamento e de novas pesquisas.

Situação diferente é a que diz respeito à Santo Antônio. Embora haja diversos depoimentos, trabalhos e estudos acadêmicos realizados sobre os conflitos na luta pela terra nessa região, o que se vê nas bibliografias consultadas GRYNYPAN (1987); MEDEIROS (1989; 2015); PUREZA (1982); NOVICKI (1992); BARCELLOS (2008); RODRIGUES (2008) e FERNADES;MEDEIROS (2009), são investigações e depoimentos cujo foco se volta para Pedra Lisa, a partir da encampação de outros lugares, como é o caso de Santo Antônio.

A comparação das informações contidas nos autores com os relatos dos narradores traz nova luz ao estudo dos conflitos agrários na região entre os rios São Pedro e Santo Antônio. Sem dúvida, pode-se dizer que Santo Antônio manteve sua autonomia jurídica - sociedade civil Associação dos Lavradores de Santo Antônio – e nas formas de condução dos conflitos.

Esse estudo demonstrou que os conflitos ocorridos na região, como já referenciava Bráulio Rodrigues, datam do final dos anos de 1940, quando a Normandia vai intensificar a retomada de suas pretensas terras com ações violentas contra os lavradores e que constam em diversas publicações no período estudado.

Esses conflitos se intensificam com o assassinato de José Matias – entre 1950 até meados de 1951 – quando outro assassinato, o de João Tenório tido como grileiro pelos lavradores de Santo Antônio, ocorre nas imediações daquela região. Inclusive tal episódio é alvo de curiosidade do narrador G que pergunta sobre o assunto ao narrador F.

Pelas publicações nos jornais da época vimos diversos nomes publicados como sendo suspeitos daquele assassinato, dentre eles os nomes de alguns dirigentes da Associação de Santo Antônio.

Os autores, ao confrontar as informações sobre as disputas entre a FALERJ e a FLERJ, são unânimes em afirmar e concordar do fato que a FLERJ fora fundada para dar respaldo à política agrária de Roberto Silveira, então governador do estado do Rio de Janeiro, tendo a mesma exercido pressão junto ao campesinato através do Plano Agrário.

Nesse ponto, a nossa investigação alarga as fronteiras para as futuras pesquisas, uma vez que, mediante o relato do narrador F e do depoimento de Bráulio, ficou claro que a FLERJ vencera em Santo Antônio o embate contra a FALERJ.

A presença e as interferências de Aldegundes, provavelmente funcionário do estado, na Associação dos Lavradores de Santo Antônio, devem ter começado quando da criação da FLERJ, em julho de 1960, pois segundo Rodrigues (2008), os lavradores de Santo Antônio se recusaram a fazer parte da nova federação em lealdade à Pedra Lisa e a FALERJ, a quem Pedra Lisa era associada.

Possivelmente, essa fala de Bráulio era em relação aos componentes da diretoria da Associação de Santo Antônio que tinha como presidente o narrador F. Pela fala desse mesmo narrador, subentendemos que as interferências de Aldegundes se intensificaram quando do processo eleitoral para a escolha da diretoria para o ano de 1961 quando esse contou com o apoio de Pedro Guarino, emplacando José Muzy como presidente.

Esse fato se insere no argumento de Novicki (1992) e de Grynszpan (1987) de que o governador Roberto Silveira utilizou-se do “Plano de Ação Agrária”, cuja intenção era criar núcleos nessas áreas com a instalação de “escritório do Plano, subdelegacia que seriam ocupadas por oficiais reformados, consultório médico-odontológico, escola do Movimento Popular de Alfabetização, cooperativa, galpão para máquinas e implementos agrícolas e centro comunitário”. (ROCHA, 2003, P. 395), como instrumento estratégico para “atrair os “novos atores” para a órbita política do governador, capitalizar os possíveis dividendos eleitorais numa conjuntura de politização da questão agrária”. (NOVICKI, 1992, p.24).

Outra informação importante relacionada à disputa pelos lavradores de Santo Antônio é aquela ligada ao Padre Carvalho. Os autores pesquisados, em especial Grynszpan (1987), afirmam que mesmo após a morte de Roberto Silveira, Padre Carvalho continuará atuando junto aos lavradores fluminenses buscando cooptá-los para o projeto de reforma agrária ligado à Igreja Católica, via Círculos Operários e a sua Federação.

Para os estudos aqui empreendidos, deduzo que essa influência, que começou em 1960 e fincou raízes a partir do controle da diretoria da Associação em Santo Antônio em 1961, durou até o recrudescimento do regime militar instaurado no Brasil em 1964. Portanto, até por volta de 1968.

Outro dado que se confirma está relacionado à extinção da Estrada de Ferro Rio d’Ouro em 1970. Esse acontecimento está bem presente nas lembranças de todos os nossos narradores, pois a região não possuía outro meio de transporte eficaz devido a ausência de estradas que os liga-se à Nova Iguaçu e Queimados, fato que só ocorrerá oficialmente a partir de 1973.

Pelo depoimento do narrador F ficamos sabendo que os lavradores de Santo Antônio abriram à mão um caminho entre essa localidade e Aljezur objetivando o escoamento da produção agrícola para Queimados.

Ao finalizar essa análise sobre os movimentos sociais de luta pela terra, em nosso entendimento fica evidenciado que algumas ações contribuíram para que, diferentemente de Rio d’Ouro - em que defendemos ter ocorrido um ‘apagão’ da memória - em Santo Antônio, devido às pressões sofridas e a desarticulação dos camponeses, ocasionadas pela disputa entre as federações de lavradores, o que houve foi um silenciamento. Ou, como escreve

Geanfrancesco Guarnieri, numa metáfora da resistência ao governo civil-militar ditatorial brasileiro implantando em 1964, há ‘um grito parado no ar’¹³⁸.

Segundo Barcellos (2008, p. 16), citando Menezes (1992, 16),

quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem “projetos de esquecimentos”, coisas e eventos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum.

Pelas análises dos dados coletados nessa investigação e respondendo aos meus questionamentos sobre algumas lembranças e alguns ‘apagamentos’ em relação ao que ocorreu em Rio d’Ouro, bem como se ali teria havido um movimento social de luta pela terra tal como preceituam as teorias a respeito, deduzo que Rio d’Ouro perdeu as suas características rurais quando a sua população não mais dependia da lavoura e da criação de gado para sobreviver.

O fato de parte dela possuir vínculos empregatícios com a empresa de abastecimento de água e com a estrada de ferro, deu-lhe a sensação de segurança, podendo investir seu tempo em outras atividades que não as agropastoris ou, no máximo, essas atividades teriam o caráter de produção para o consumo familiar, diferentemente de Santo Antônio para quem significavam a própria sobrevivência – produção para o mercado, e a própria razão de viver – o habitus camponês.

Outro dado diz respeito ao acesso as moradias no Complexo do Reservatório. Pode-se pensar que talvez, os nossos narradores ou familiares seus até se tornarem funcionários da empresa responsável pelo Complexo, viviam nos sítios prestando alguma forma de serviço e residindo em algum pedaço de terra dos mesmos.

Quando havia a mudança do local de trabalho, nesse caso a ida para o Complexo, parece ter sido comum que cada funcionário recebesse uma casa para morar dentro desse Complexo, onde permanecia até o seu possível desligamento, como vimos em diversos relatos dos nossos narradores A e D.

Portanto, em tese, eles não ‘precisavam’ lutar pela posse da terra, pois havia entre eles a sensação de perenidade, de que nunca sairiam da empresa. Creio que com a chegada da administração do Complexo pela CEDAE em meados dos anos de 1970, essa situação se

¹³⁸ Guarnieri, Geanfrancesco; Sigfrido, Benedetto Martinenghi de. **Um grito parado no ar e Botequim ou Céu Sobre Chuva**. São Paulo: Monções, 1973.

modificou, sendo os antigos funcionários / moradores ‘incentivados’ a buscar moradia fora do Complexo. É quando alguns deles farão a aquisição de terrenos / casas na região.

Então, podemos dizer que os limites entre rural e urbano em Rio d’Ouro tornaram-se mais tênues, diferentemente de Santo Antônio, que até hoje guarda traços que o identificam como sendo uma área rural. Os seus moradores tem um envolvimento maior para com as atividades agropastoris.

Ademais, demonstramos que em Rio d’Ouro e Santo Antônio havia uma vida social muito ativa e movimentada para além das lutas pela terra, a qual é parte do *habitus* camponês. As ladainhas sempre seguidas de confraternização com farta alimentação, a vida escolar e social fizeram parte da vida dos lavradores e moradores da região.

Com relação à percepção da ‘saída’ do trenzinho, pelos depoimentos verificamos haver vários entendimentos, dando a entender que os moradores não tiveram dificuldades em dimensionar o que teria acontecido. Mas ao mesmo tempo, pode-se inferir que alguns tinham a clara noção do que a extinção do Ramal São Pedro da EFRD significava: estratégia para desarticular e estrangular os conflitos por terras na região, uma vez que, sem condições de escoamento da produção, esses lavradores teriam que se mudar para outros lugares para continuarem as suas atividades produtivas. Isso em plena ditadura civil-militar, onde os mesmos já se encontravam na mira dos órgãos de repressão.

E não somente isso. O fechamento da escola em Santo Antônio em 1972, não foi obra exclusiva da extinção do trem. Como bem deduziu o narrador F, o seu desaparecimento deveu-se às ações políticas que se concretizaram com a construção da EE Rio d’Ouro. Conforme Allofs (2014), Nova Iguaçu teve onze prefeitos no período de 1964 a 1975, demonstrando a instabilidade política que se abateu sobre o município e as diversas intervenções que sofreu dos governos militares.

As escolas até então existentes, estavam sob a responsabilidade da prefeitura (a de Santo Antônio, a do Km 56, a do Reservatório e a Sá Freire). Com a chegada da escola estadual, o controle efetivo do ensino passa para a esfera estadual, onde o governante era um interventor nomeado pelo regime militar.

No próximo capítulo conheceremos e analisaremos práticas escolares das Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio, seguindo no caminho para uma possível resposta à nossa problemática: é possível perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas

em Rio d'Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio?

Por fim, mediante o quadro até aqui esboçado, analisaremos a Educação do Campo como instrumento possível na construção da memória coletiva dos camponeses das regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio.

CAPÍTULO III - AS ESCOLAS MUNICIPAIS RIO D'OURO E SANTO ANTÔNIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO POSSÍVEL DA MEMÓRIA COLETIVA DOS CAMPONESES DE JAPERI

“É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente.”¹³⁹

Ao longo dos Capítulos I e II expus e analisei a questão dos movimentos sociais de luta pela terra em Japeri / RJ. Aqui abordarei a relação das Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio - localizadas na região - com esses movimentos através de suas práticas pedagógicas, objetivando responder a problemática dessa investigação: é possível perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas em Rio d'Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio?

E finalizando, analisaremos a Educação do Campo como instrumento possível na construção da memória coletiva dos camponeses das regiões de Rio d'Ouro e Santo Antônio.

3.1 - A escola como reprodutora das desigualdades sociais

Educação é um conceito complexo e que exige cuidados na sua formulação e análise. Segundo Paulo Freire a educação não se limita tão somente ao contexto escolar, indo além através do diálogo com as relações sociais que se estabelecem na sociedade.

Freire (1998, p. 29) acreditava numa prática educativo-crítica na qual as condições de verdadeira aprendizagem fazem com que os educandos se transformem ao longo do processo “em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado”, assumindo-se como “ser social e histórico, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

Gramsci, com sua visão crítica e histórica dos processos sociais, via a necessidade do proletariado ter uma escola que colocasse “diante dele todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade” (GRAMSCI, 1916; In: MONASTA, 2010, p. 66); uma escola que possibilitasse ter uma formação, de fazer-se

¹³⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 64.

homem, adquirindo critérios gerais que auxiliasse no desenvolvimento do caráter; ou seja, uma escola que contemplasse o ser humano como “um ser concreto, situado na e com a história, participando como sujeito das relações sociais nas quais se constitui enquanto humano-social” (ZEN, 2016, p.50).

Em seus estudos sobre Educação, Pierre Bourdieu mostra que a escola, longe de oferecer uma real igualdade de chances, contribui na reprodução e na legitimação da hierarquia social. A análise dos dados estatísticos de suas pesquisas no *Centre de Sociologie Européenne* (CSE) junto com seus colaboradores, evidenciou que a origem social do aluno é um fator de diferenciação no acesso aos estudos superiores. Outro fator destacado é o de que o êxito escolar está mais vinculado às diferenças culturais do que às das riquezas.

Jourdain e Naulin (2017, p.66-67), salientam que a escola, ao se recusar a “estabelecer um vínculo entre origem social dos alunos e seu nível de capital cultural, [...] reforça a seleção diferencial pela classe social” e completam argumentando que, “desejando avaliar todos os estudantes em pé de igualdade, a escola apreende as diferenças sociais como diferenças puramente escolares e transforma assim uma hierarquia social em classificação escolar”.

Portanto, como expõe Praxedes (2015, p. 21),

Para Bourdieu a educação se torna em elemento de diferenciação e hierarquização dos membros de uma sociedade, uma vez que possibilita a acumulação de uma quantidade de capital cultural que se combinará com a posse do capital econômico para possibilitar a ocupação de uma posição no espaço social.

Na busca pela construção da memória dos movimentos sociais de luta pela terra nas regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio e pela resposta à problemática da pesquisa - é possível perceber a presença da memória das lutas pela terra travadas em Rio d’Ouro e Santo Antônio nas práticas escolares das Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio? – conheceremos e analisaremos as ações pedagógicas dessas escolas municipais.

3.2 – As Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio e as práticas político-pedagógicas

Abaixo faremos uma exposição das informações colhidas no trabalho de campo nessas unidades escolares durante o ano letivo de 2018. Dentro do possível, realizamos visitas semanais às unidades escolares.

Pelo fato da EMRD atender aos anos finais do ensino fundamental, o contato com os docentes regentes de turma foi mais trabalhoso, exigindo readequação da agenda para encontrá-los na escola e conversar com eles. Somada a essa dificuldade, está outra ligada aos vários locais de trabalho desses professores somada ao horário dos ônibus. Isso faz com que eles tenham pouco disponível para uma conversa.

Com relação à EMSA, que atende ao primeiro segmento do ensino fundamental, o contato com os professores foi menos trabalhoso uma vez que estão na escola de segunda à sexta-feira cumprindo suas cargas horárias. O fato de ser uma escola pequena também facilitou o trabalho de campo, mesmo tendo os docentes uma rotina igual aos de Rio d'Ouro: vários locais de trabalho desses professores somada ao horário dos ônibus.

Porém, a diferença na dinâmica de cada escola nos traz um olhar mais acurado sobre as mesmas.

3.2.1 - Escola Municipal Rio d'Ouro

Rio d'Ouro possuiu três escolas, antes da atual municipalizada, conforme vimos ao longo dos relatos dos nossos narradores. Havia na década de 60 uma escola (possivelmente em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro) que atendia aos filhos dos funcionários da empresa responsável pelo Complexo de Reservatórios de Água; uma municipal – Vereador Sá Freire (da década de 1940) e uma escola estadual, inaugurada em 1975.

Com a chegada da E.E. Rio d'Ouro em 1975, as demais escolas, incluindo a de Santo Antônio, foram absorvidas por ela. Em 2012¹⁴⁰, após um processo acalorado em que a comunidade se dividiu em defesa da permanência do Estado ou da sua ida para a esfera municipal, a escola estadual foi municipalizada.

Porém, a sua municipalização causou alguns efeitos sobre a EMSA, que teve os 4º e 5º anos do ensino fundamental transferidos para a nova unidade, tendo a prefeitura inclusive, aventado a possibilidade de fechamento da escola em Santo Antônio, fato que mais uma vez mobilizou a comunidade em defesa de sua permanência, sendo aceita a proposta para que a

¹⁴⁰ Ofício SEEDUC/SUGEN Gab. Nº 097/2012 comunicando à Secretária Municipal de Educação de Japeri o andamento do processo de municipalização da referida unidade, bem como os acordos, dentre eles os que envolviam a parte financeira, cujos encargos seriam assumidos pela Secretaria Estadual do Rio de Janeiro.

mesma passasse a atender a Educação Infantil – Pré-Escolar e os 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, contrabalançando a perda daquelas turmas.

Houve impactos também em Rio d’Ouro, relacionados aos acordos políticos junto ao prefeito de Japeri, que criaram instabilidade e ocasionando a troca, por diversas vezes, de sua direção até se estabilizar em 2018 com a chegada de gestores sem ligação com a comunidade, mas com forte consciência sobre o papel da escola para além da educação.

A questão do envolvimento de interesses políticos e pessoais de servidores da prefeitura e que também eram moradores antigos e com vínculos familiares em Rio d’Ouro, serviu como combustível para desestabilizar a comunidade – que tinha suas preferências por A ou B e por conta disso tomou partido por A ou B – e, conseqüentemente, a própria escola.

Parece-me que a ausência de vínculo prévio das novas gestoras com a comunidade, acabou se mostrando eficaz para o cotidiano da escola e desenvolvimento de atividades que buscaram atrair essa mesma comunidade, mas com outros parâmetros, para a vida escolar. O efeito foi o ‘apagamento do foco de incêndio’ que atingiu a escola.

Com essa estabilidade, a EMRD pode seguir mirando o seu compromisso pedagógico. Infelizmente, por ser uma unidade escolar herdada do Estado, sua estrutura física é muito grande para atender a população local, fato que faz com que ela funcione somente no turno da manhã, permanecendo fechada no turno da tarde.

Outro efeito diz respeito à instabilidade política e econômica de Japeri que não dispõe de recursos suficientes para mantê-la tanto no número de pessoal de apoio necessário quanto de professores. As licenças e transferências desses profissionais não são regularizadas com a contratação / nomeação de novos docentes, comprometendo o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos e levando os pais e responsáveis à transferir seus filhos para as escolas em Queimados antes deles completarem o EF na EMRD. Isso fragiliza a unidade escolar, ameaçando-a de fechamento, que é a solução mais prática em termos econômicos.

Por ser uma localidade afastada do centro urbano e com um considerável movimento de mudança das famílias para outras regiões, a demanda pelas vagas oferecidas pela escola não atinge os “índices mínimos ideais” por turma, sendo as da EMRD pequenas em relação à média. Porém, isso não significa a ausência de crianças em idade escolar e que precisam estar frequentando uma escola.

Como já dissemos anteriormente, por ter sido uma escola estadual essa unidade escolar tem uma estrutura física considerada para o lugar como sendo grande (Fig. 5). Há sete

salas de aula, uma sala de vídeo, um ‘auditório’, secretaria, sala da direção e dos professores. Tem um refeitório e banheiros feminino e masculino de uso dos alunos e um para uso dos funcionários. É atendida por empresas de telefonia fixa e móvel. Nas dependências internas há um telefone público instalado.

Figura 6 – Fachada externa da EMRD



Figura 6 – Fachada externa da EMRD

Fonte: Prefeitura Municipal de Japeri. Disponível em: japeri.rj.gov.br. Acesso em 23 mar. 2018.

Há também um laboratório de informática que é pouco utilizado devido à ausência de um profissional que possa atender aos alunos, apesar dessa unidade contar com internet. Não possui sala de leitura, mas desenvolve o projeto de incentivo à leitura criado pela secretaria de educação de Japeri, que consiste num armário em determinadas salas que contem livros acessíveis aos alunos através dos professores. Parte do acervo é formada pelo PNLD.

Atualmente funciona somente com um turno, pela manhã, com turmas do ensino fundamental, uma de cada série: 4º ano e 5º anos dos anos iniciais e 6º, 7º, 8º e 9º anos do segundo segmento. Ela está localizada oficialmente na Rua João Mario nº 15, Jardim

Esperança – Japeri; porém, o endereço correto seria Rua Dulce Zilda nº 15, uma vez que a rua do endereço oficial fica a duas quadras da escola.

O Projeto Político Pedagógico / 2018¹⁴¹

De acordo com o seu PPP, a EMRD se propõe a “assumir uma postura democrática, a partir da participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos (direção, Orientação, professores, alunos, responsáveis, funcionários de apoio, etc.)”, entendendo que o “processo educativo deve estar associado à leitura de mundo dos educandos, objetivando a análise e mudança ou não dessa realidade por meio da construção de conhecimentos significativos na busca de uma sociedade mais justa, democrática e solidária”.

Ainda, segundo o PPP, “a preocupação da equipe está voltada para a construção sólida da aprendizagem de seus alunos e a interação com a comunidade, através de projetos que visam à construção da paz e a promoção do bem”, tendo como política “construir e manter relações de articulação com as famílias dos alunos e a comunidade local, visando garantir a participação desses sujeitos na gestão dos processos educativos desenvolvidos pela instituição”.

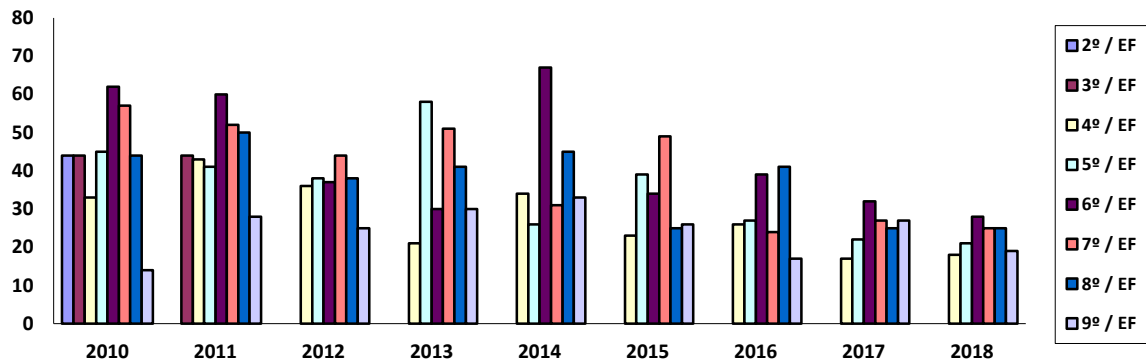
A EMRD compreende que o “Município de Japeri caracteriza-se como um território marcado por uma diversidade de povos e culturas”, revelando “formas e tempos próprios de organização e produção de saberes, conhecimentos, valores e culturas, que devem ser respeitadas e consideradas nas propostas pedagógicas, e nos currículos escolares para que assim a escola tenha significado e importância real na vida dos alunos”.

O alunado

A unidade atende aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AI/EF) – 4º e 5º ano, com alunos entre nove e onze anos, e Anos Finais / Ensino Fundamental (AF/EF) do 6º ao 9º ano, cuja faixa etária atendida se situa dos doze aos dezesseis anos. Dados do Censo Escolar/2018 apontam para 144 alunos matriculados, sendo: 47 nos anos iniciais / EF e 97 nos anos finais / EF, numa média de 24 alunos por turma. Há 02 alunos com necessidades educacionais especiais em uma turma dos anos finais e que contam com acompanhamento educacional especializado (Anexo C).

¹⁴¹ O PPP está previsto na LDB nº 9394/96 e se caracteriza como uma ferramenta valiosa na organização e no direcionamento do ano letivo de uma unidade escolar, orientando para uma construção coletiva que contemple as diversidades existentes no meio social. Deve ser flexível no sentido de incorporação de mudanças que ocorrem ao longo de sua trajetória.

Figura 7 – Gráfico de distribuição do número de matrículas por série entre os anos de 2010 a 2018/ EMRD



Fonte: Gráfico projetado pela pesquisadora com base nos dados do Censo Escolar Anual – QEduc

Os dados do gráfico acima expõem uma queda no número de matrículas a partir de 2014 tendendo a uma estabilização. Essa queda é motivo de preocupação, pois há em Rio d’Ouro crianças e adolescentes evadidos da escola como também seus responsáveis optaram por matriculá-los em escolas públicas e privadas em Queimados.

O corpo docente

Dos catorze docentes regentes de turma, um está gozando de licença-maternidade; dois são do sexo masculino e os demais do sexo feminino. Um deles é pesquisador sobre a história da região com bom conhecimento sobre a mesma e está há quatro anos na unidade escolar, embora tenha trabalhado por dez anos na EERD; os demais têm entre um a seis anos lotados na escola. Dentre os docentes há um morador de Rio d’Ouro (Anexo B).

Na média, são quatro anos e meio de permanência na escola, tempo que consideramos razoável para os docentes terem contato com a história do lugar.

A maioria trabalha em outras escolas e não residem em bairros próximos. Isso afeta a relação com a unidade escolar no sentido de ter tempo disponível para conhecer a sua história, conhecer a região onde ela se localiza, seus moradores. Um docente é morador de Rio d’Ouro.

Porém, mesmo diante dessas dificuldades, durante as entrevistas todos os docentes, incluindo a equipe gestora, manifestaram grande interesse em conhecer a história da região em que a escola está inserida.

Pelo fato da unidade escolar atender aos AF/EF, há pouco contato dos professores com os alunos e seus responsáveis, embora haja acolhimento destes quando necessário.

Os docentes regentes, em sua maioria tem nível de formação superior, alguns com pós-graduação *stricto e latu sensu*. Possuem, em média, doze anos de magistério e estão numa faixa etária entre 26 a 55 anos (Anexo B).

Considero esses dados importantes, pois denotam experiência na área em que atuam e por estarem na fase adulta, pode-se dizer que há um amadurecimento no trato com os alunos.

Dois docentes declararam terem feito formação para a Educação no Campo. Esse dado é fundamental para a proposta dessa pesquisa no que diz respeito ser a Educação do Campo um possível instrumento na construção da memória coletiva, uma vez que pode-se inferir que há uma propensão, tanto da secretaria de educação, quanto da escola e do seu corpo docente, em abraçar essa modalidade de ensino avançando na sua implantação e desenvolvimento na rede municipal.

A equipe gestora

Administrativamente, a equipe compõe-se de uma gestora geral e uma subgestora; uma orientadora pedagógica; uma orientadora educacional; um secretário e um agente administrativo, todos servidores concursados. Há funcionários terceirizados: 03 auxiliares de cozinha, um auxiliar de serviços gerais e um porteiro.

A equipe de gestores e orientadores tem, em média, 24 anos de magistério, sendo a média na unidade escolar de dois anos. Todas possuem Especialização e uma tem mestrado. Duas receberam formação em Educação do Campo (Anexo C).

Os recursos pedagógicos

A EMRD conta com um pátio ao redor da sua estrutura física. Há uma quadra cimentada sem cobertura. Embora tenha sala de informática equipada, seu uso é dificultado devido à ausência de funcionários para atender aos alunos. Por ser servida de rede de telefonia fixa e móvel, a sala seria mais um recurso para os professores, que contam com aparelho de televisão, projetor de imagem e computador.

Como recursos pedagógicos, ainda contam com lápis de cor, tintas guache, papéis, tesouras escolares, colas etc.

Não possui sala de leitura e os livros ficam guardados em um armário, sendo facultado aos professores usá-los e emprestá-los aos alunos. O acervo é composto, em sua maioria, por livros do PNLD.

Em termos de livros didáticos, os do PNLD – triênio 2016/2018 são específicos para a Educação do Campo e estavam sendo utilizados pelas turmas de 4º e 5º anos. São da Coleção Campo Aberto – Editora Global.

Os alunos dos anos finais / EF utilizam livros do PNLD – triênio 2017/2019 comuns às escolas urbanas, mesmo porque não há livros publicados específicos para a Educação do Campo nesse segmento.

O transporte escolar

A EMRD atende aos alunos das regiões de Santo Antônio, Rio d'Ouro, Olaria, Adrianópolis, Jardim Cachoeira e São Judas, bairros situados nos municípios de Japeri e Nova Iguaçu. A maioria do alunado reside em Rio d'Ouro próximo a escola.

Para os deslocamentos dos alunos há um ônibus escolar compartilhado com a Escola Municipal Santo Antônio, também situada na região. Esse transporte é vital para a vida da escola, pois o serviço de transportes públicos da região é precário e não atende alguns bairros onde moram muitos alunos.

Além da precariedade, há a questão dos preços das passagens consideradas caras para o nível de renda da região e as condições das estradas que ainda são de barro, dificultando a circulação de transportes motorizados quando a região é atingida pelas chuvas que tornam essas estradas intransitáveis. Em muitos momentos, tanto os transportes públicos quanto o escolar são interrompidos – algumas vezes por muitos dias – atingindo o cotidiano da escola.

Somam-se a isto os intervalos dos horários entre uma viagem e outra do transporte público, que pode chegar a cinquenta minutos, na linha Rio d'Ouro x Queimados – que atende aos alunos que moram em Rio d'Ouro e São Judas, ou até três horas, como é o caso da linha Jaceruba x Queimados – para os alunos que moram de Santo Antônio até Jaceruba, dificultando os deslocamentos entre a região e Queimados.

Há também a linha Jaceruba x Nova Iguaçu (intermunicipal), igualmente com intervalos longos e que atendem aos alunos que moram em Adrianópolis e Jardim Cachoeira. A linha Rio d'Ouro x Nova Iguaçu não permite o embarque gratuito dos alunos uma vez que se trata de uma linha municipal – Nova Iguaçu, e não há contrato firmado da prefeitura de

Japeri com as empresas de transporte público no sentido de atender aos alunos de sua rede de ensino de forma gratuita.

Devido à distância entre Rio d'Ouro e Santo Antônio com relação à Adrianópolis e Jardim Cachoeira, creio que o fato de haver alunos nessas duas localidades esteja conectado aos responsáveis já terem morado naquelas regiões e ainda terem familiares ali.

Outro dado importante é que se não houvesse o ônibus escolar, as reuniões com os responsáveis, as festas e comemorações na escola dificilmente aconteceriam.

O motorista é um funcionário terceirizado e por trabalhar em locais com muitas carências e estar em contato direto com os alunos, tem um bom relacionamento com eles, seus responsáveis e funcionários, principalmente da EMSA, onde fica o dia todo.

3.2.2 - Escola Municipal Santo Antônio

A primeira escola em Santo Antônio era uma iniciativa de alguém do bairro que cedeu o terreno para a instalação do prédio da escola, ficando a então prefeitura de Nova Iguaçu¹⁴² com responsabilidade de provê-la de professores. Ela funcionava num imóvel precário com turmas multisseriadas nos turnos da manhã e tarde e foi fechada no início da década de 1970 devido, dentre outras coisas, a extinção da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, que dificultou e até mesmo impossibilitou o acesso dos professores à região. Mas houve também uma disputa política (Anexo A).

Por volta de 1993, a prefeitura de Japeri, após mobilização dos moradores de Santo Antônio, alugou um espaço com o objetivo de estabelecer a atual Escola Municipal Santo Antônio. Legalmente, conforme consta no seu PPP, foi criada através da Lei 715/1999. Passou por obras de ampliação em 2014 (Fig. 7). Ela está situada na Estrada Engenheiro Pedreira, nº 9 – Santo Antônio / Japeri.

¹⁴² O município de Japeri pertencia à Nova Iguaçu de quem se emancipou em 30/06/1991 através de um plebiscito que votou por sua autonomia, confirmada pela lei n.º1.902, de 02/12/1991, sendo a sua instalação em 1º/01/1993.



Figura 8 – Fachada da externa da EMSA

Fonte: SEMED. Disponível em: semecjaperi.rj.gov.br. Acesso em mar. 2018.

Com a municipalização da EERD, essa escola esteve em vias de fechamento ou transformação em creche municipal. Esse fato provocou um movimento comunitário em defesa da sua permanência. A decisão tomada pela prefeitura de Japeri em conjunto com a comunidade, foi no sentido de essa escola não mais atender aos 4º e 5º anos do EF, sendo estes transferidos para a unidade municipalizada em Rio d’Ouro.

Outro efeito da municipalização da EERD e aplicação da legislação vigente sobre a EMSA foi a substituição de professores não concursados, mas com formação de professores (Normal), por docentes concursados e com formação superior. Isso causou um abalo na comunidade, pois aqueles professores eram moradores do lugar.

A direção também sofreu mudança. A primeira diretora e incentivadora da existência da escola - também moradora da região, e que esteve à frente por mais de 20 anos, foi afastada por questões de atendimento a legislação vigente que preceitua que os cargos diretivos devem ser ocupados por servidores com formação superior.

Hoje a EMSA possui quatro salas de aula climatizadas; sala da equipe gestora; dispensa para armazenamento da merenda e refeitório; dois banheiros – masculino e feminino - para os alunos - adaptados para atendimento à pessoa com necessidades especiais, e um para

os funcionários; sala de informática equipada que, por falta das redes de telefonia fixa e móvel e de funcionários habilitados, não é utilizada pelos alunos e um pátio coberto e com piso cimentado tendo alguns brinquedos de uso coletivo pelos alunos e que é utilizado para a realização de festas, exposições, reuniões de pais e responsáveis etc.

Diferentemente da EMRD, essa unidade escolar como já destacamos acima, não possui redes de telefonia fixa e móvel.

O Projeto Político-Pedagógico / 2018

Segundo consta na sua Apresentação, o PPP é “resultado de discussões e contribuições de toda a comunidade escolar”, sendo seu objetivo “buscar, ao educar, o conhecimento necessário à vida, a prática pedagógica eficaz, para que possamos atender aos educandos que chegam cheios de sonhos e veem na escola o local perfeito para atingir seus ideais”.

Como “Missão”, a escola assume a “formação da pessoa em seus aspectos intelectual, físico, social, moral e afetivo”. Seus objetivos visam promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, a educação para a liberdade (desenvolvimento de pensamento autônomo e de reflexão) e para a cidadania; valorização do educando como ser social.

Para a Educação Infantil a escola assume como objetivo “valorizar as ações de cooperação e solidariedade”. Para os AI/EF, a proposta é de propiciar ao aluno ações que façam-o “respeitar a diversidade nas relações sociais” e a “reconhecer as contribuições de diferentes grupos étnicos nas vivências socioculturais: brincadeiras, cantigas, festas, etc.”.

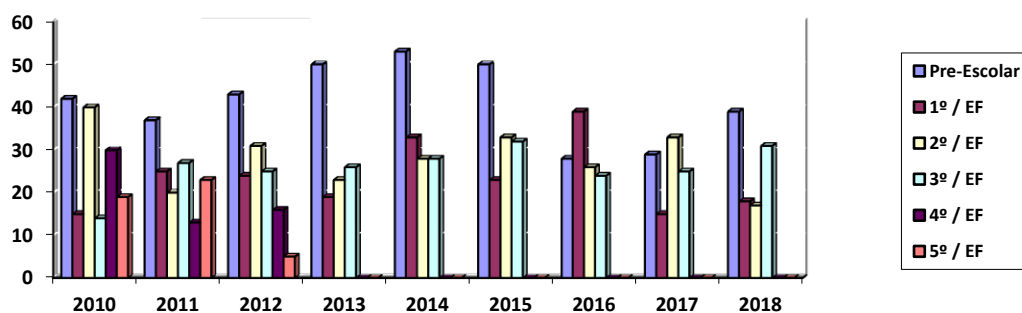
Em “Nossos Valores” o PPP cita o artigo 5º da Resolução CNE/CEB 1/2002 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que se refere à “proposta pedagógica que crie condições para a construção de identidades”.

O alunado

A unidade atende a Educação Infantil - Pré-Escolar (EI/PE), com alunos entre quatro e seis anos, e Anos Iniciais / Ensino Fundamental (AI/EF) do 1º ao 3º ano, cuja faixa etária atendida se situa dos seis aos nove anos. No ano de 2018 havia em torno de 95 alunos matriculados, sendo 30 da EI/PE e 65 dos AI/EF. Existiam duas turmas de PE; uma de 1º e uma de 2º anos, e duas de 3º ano dos AI/EF (Fig. 8). A escola atende aos alunos das regiões de Km 56, Santo Antônio, Rio d'Ouro, Olaria, Adrianópolis, Jardim Cachoeira e São Judas,

bairros situados nos municípios de Japeri e Nova Iguaçu, tendo o transporte escolar para a sua locomoção (Anexo C).

Figura 9 – Gráfico de distribuição do número de matrículas por série entre os anos de 2010 a 2018/ EMSA



Fonte: Gráfico projetado pela pesquisadora com base nos dados do Censo Escolar Anual – QEduc

As informações do gráfico demonstram que as matrículas referentes à Educação Infantil / Pré-Escolar tiveram uma queda a partir de 2014, voltando a subir em 2018 – talvez devido à crise econômica que fez com os responsáveis não tivessem recursos suficientes para arcar com os custos de uma escola particular em Queimados.

Pode-se inferir também, que há uma tendência de crescimento das matrículas nesse segmento, devido ao aumento populacional de crianças na faixa etária atendida por esse segmento.

Para o primeiro ano do Ensino Fundamental percebe-se que houve uma queda em 2017 e 2018, se comparado com 2016. É interessante porque, *a priori*, ele deveria acompanhar os números da Educação Infantil, já que a mesma pode ser considerada como uma ‘reserva’ para o primeiro ano; ou seja, o aluno do Pré-Escolar está evadindo da escola ou transferindo-se para outra – geralmente, em Queimados.

Com relação ao segundo, embora tenha havido uma queda no número de matrículas entre os anos de 2017 e 2018, se olharmos para os dados do primeiro ano, houve uma transferência desse alunado para aquela série. O terceiro ano merece uma atenção, pois aparentemente há um descompasso se olharmos o primeiro e o segundo ano como ‘reserva’ daquele. Ou seja, o que os dados demonstram é que está ocorrendo matrículas novas além da renovação das antigas. Não há, *a priori*, uma lógica plausível.

O corpo docente

Dos seis docentes regentes de turma, um está licenciado por motivos de saúde; um é do sexo masculino e os demais do sexo feminino. Dois deles são pesquisadores sobre a história da região com bom conhecimento sobre a mesma. Um deles está há um ano na unidade escolar e o outro há quatro; os demais têm entre um a quatro anos lotados na escola.

Na média, são dois anos e meio de permanência na escola, tempo que consideramos razoável para os docentes terem contato com a história do lugar.

Devido uma parte trabalhar em outras escolas e não residir em bairros próximos, a relação com a unidade escolar no sentido de ter tempo disponível para conhecer a sua história, conhecer a região onde ela se localiza, seus moradores, fica sensivelmente prejudicado.

Porém, mesmo diante dessas dificuldades, durante as entrevistas todos os docentes, incluindo a equipe gestora, manifestaram grande interesse em conhecer a história da região em que a escola está inserida.

Um fato que muito me chamou a atenção foi o de que todos os regentes de turma conhecem bem os seus alunos, de quais regiões eles são e quantos são por região. Segundo suas informações, a maioria dos alunos é oriunda de Rio d'Ouro e São Judas.

Os docentes regentes, em sua maioria tem nível de formação superior, alguns com pós-graduação *stricto e latu sensu*. Possuem, em média, vinte anos de magistério e estão numa faixa etária entre 36 a 55 anos (Anexo B).

Considero esses dados importantes, pois denotam experiência na área em que atuam e por estarem na fase adulta, pode-se dizer que há um amadurecimento no trato com os alunos.

Dois professores declaram ter realizado curso de formação em Educação do Campo. Como frisamos para a EMRD, esse dado é fundamental para a proposta dessa pesquisa no sentido de ser a Educação do Campo um possível instrumento na construção da memória coletiva, uma vez que pode-se inferir que há uma propensão, tanto da secretaria de educação, quanto da escola e do seu corpo docente, em abraçar essa modalidade de ensino avançando na sua implantação e desenvolvimento na rede municipal.

A equipe gestora

Administrativamente, a equipe compõe-se de uma gestora geral e uma subgestora; uma orientadora pedagógica; uma auxiliar de secretaria, dois dirigentes de turno e duas auxiliares de sala de leitura. Parte dessa equipe está em vias de se aposentar. Faz parte dessa

equipe a primeira diretora e incentivadora da existência da escola e que esteve à frente por mais de 20 anos.

As gestoras tem cinco anos na unidade escolar. Os demais membros da equipe estão na EMSA desde a sua fundação em 1993 (Anexo C).

Os recursos pedagógicos

A EMSA, por ser responsável pela Educação Infantil e pelas séries iniciais do 1º segmento do EF, conta com um pátio coberto que possui alguns aparelhos para a recreação dos alunos. Embora tenha sala de informática equipada, não é usada. A região em que a escola se situa não tem rede de telefonia fixa ou móvel, o que, ironicamente, inviabiliza o objetivo da sala de informática.

Os professores contam com aparelho de televisão, projetor de imagem e computador (sem o uso da internet). Como recursos pedagógicos, ainda contam com lápis de cor, tintas guache, papéis, tesouras escolares, colas etc.

Não possui sala de leitura, mas os livros são expostos, sob a supervisão de um professor agente de leitura, em determinados dias da semana numa mesa que fica no pátio e que os alunos podem levar para casa em forma de empréstimos. O acervo é composto, em sua maioria, por livros do PNLD.

Em termos de livros didáticos, os do PNLD – triênio 2016/2018 específicos para a Educação do Campo estavam sendo utilizados pelas turmas de 1, 2º e 3º anos. São da Coleção Campo Aberto – Editora Global.

O transporte escolar

Para os deslocamentos dos alunos e funcionários há um ônibus escolar compartilhado com a Escola Municipal Rio d'Ouro, também situada na região. Assim como acontece em Rio d'Ouro, esse transporte é vital para a vida da escola, pois o serviço de transportes públicos da região é precário e não atende a alguns bairros onde moram muitos alunos. Além da precariedade há a questão dos preços das passagens consideradas caras para o nível de renda da região.

Como em Rio d'Ouro - rota para se chegar até Santo Antônio - as estradas ainda são de barro, dificultando a circulação de transportes motorizados quando a região é atingida pelas chuvas que as torna intransitáveis. Em muitos momentos, tanto os transportes públicos

quanto o escolar são interrompidos – algumas vezes por muitos dias – atingindo o cotidiano das escolas, principalmente a EMSA, que tem suas aulas suspensas (Anexo A – Narradores B e C).

Outro dado importante é que se não houvesse o ônibus escolar, as reuniões com os responsáveis, as festas e comemorações nas escolas dificilmente aconteceriam. O motorista é um funcionário terceirizado e por trabalhar em locais com muitas carências e estar em contato direto com os alunos, em especial os da EMSA que tem faixa etária entre quatro e nove, tem um bom relacionamento com eles e seus responsáveis.

Como a EMSA fica distante da base onde os ônibus escolares estacionam aguardando os horários de entrada e saída dos alunos, o motorista fica o dia todo naquela unidade escolar. Tem um bom relacionamento com os funcionários da escola.

Diante de tudo o que até aqui foi exposto, cabe uma pergunta: as Escolas Municipais Rio d’Ouro e Santo Antônio tem sido instrumentos de resgate da memória dos movimentos sociais de luta pela terra, ocorridos entre os anos de 1940 e 1970 do século passado, em suas ações pedagógicas? Ou elas tem sido um instrumento de reprodução das desigualdades sociais que justamente aqueles movimentos buscavam minorar?

Entrelaçando as narrativas dos moradores com as entrevistas junto aos professores e tendo como pano de fundo os aportes teóricos de Gramsci, Freire e Bourdieu, analiso que os moradores ao utilizarem o silenciamento como forma de defesa ante a violência sofrida pelo Estado no pós-1964 – como é o caso de Santo Antônio, fez com que o *habitus* e o capital social dos movimentos sociais pré-1964 se esvanecessem no tempo cronológico ou pairassem em algum espaço de memória aguardando uma centelha para inflamar e vir à tona, *contaminando* a memória das gerações mais novas, como em “O gigante enterrado”, livro de Kazuo Ishiguro (2015)¹⁴³, que “narra a alegoria do esquecimento como recurso útil das sociedades modernas”.

No caso de Rio d’Ouro a nossa conclusão foi de que não ocorreram conflitos pela ocupação da terra – ao menos teoricamente no sentido que está sendo usado para Santo Antônio. Os espaços que anteriormente estavam sendo utilizados pelos laranjais e pelo gado

¹⁴³ ISHIGURO, Kazuo. O gigante enterrado. Tradução de Sonia Moreira. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

deram lugar ao mato sem significar, contudo, um abandono para aqueles que persistiram em viver nesse lugar.

Concluimos que os terrenos, abandonados sim, por seus antigos donos, passaram a constituir uma ‘reserva de valor’, espécie de indenização pelo abandono, que será ‘apropriada’ por um determinado grupo, forjando um sentimento de identidade aos que ficaram.

Pelas análises, deduzo que Rio d’Ouro perdeu as suas características rurais quando a sua população não mais dependia da lavoura e da criação de gado para sobreviver. O fato de uma parte dela possuir vínculos empregatícios com a empresa de abastecimento de água e com a estrada de ferro criou nela uma sensação de segurança e conforto, permitindo o *apagamento* da memória.

Porém, tanto em Rio d’Ouro como em Santo Antônio os diversos tipos de repressão a que foram expostos não lhes permitiu compartilhar as memórias. Sendo assim, ambas as escolas sofrem de uma ‘ausência fabricada’ da memória. E nesse contexto, as escolas seguiram na avalanche do ‘esquecimento’.

Como destacamos no capítulo II, o fechamento da escola em Santo Antônio em 1972, não foi obra exclusiva da extinção do trem. No relato do narrador F, o seu desaparecimento deveu-se às ações políticas que se concretizaram com a construção da EE Rio d’Ouro. Colabora com esse dado o fato de que Nova Iguaçu teve onze prefeitos no período de 1964 a 1975, demonstrando a instabilidade política que se abateu sobre o município e as diversas intervenções que sofreu dos governos militares.

As escolas até então existentes, estavam sob a responsabilidade da prefeitura (a de Santo Antônio, a do Km 56, a do Reservatório e a Sá Freire). Com a chegada da escola estadual, o controle efetivo do ensino passa para a esfera estadual, onde o governante era um interventor nomeado pelo regime militar.

Outro ponto importante sobre a percepção da memória com relação aos fatos ocorridos em 1940/1970 é o que diz respeito às mudanças ocorridas quando da municipalização. Santo Antônio ainda respira um pouco da memória daqueles tempos porque há em seu quadro de funcionários pessoas que fizeram parte daqueles acontecimentos e compartilham essas memórias.

Já Rio d’Ouro, que há muito se ‘desliga’ do seu passado, perdeu o ‘fio da meada’ com a transferência dos funcionários da EERD e com as disputas pela direção da escola que,

embora estivessem envolvidas pessoas antigas do lugar, estavam mais preocupadas com a questão política de ser gestor de uma unidade escolar do que com a memória que elas mesmas traziam do lugar.

Portanto, o *habitus* e o capital social não se tornaram heranças para as gerações futuras. É como se essas gerações tivessem nascido do nada, desprovidas de recursos da memória coletiva de um tempo passado para balizar de quem elas vieram e o que querem ser.

Desta forma, ficou fácil para o sistema escolar camuflado como agente agregador dos diferentes, cooptar os moradores (pais e alunos, em especial), aprisionar próprio corpo docente e legitimar a cultura das classes dominantes como cultura legítima.

Apesar dos PPP's apontarem como proposta pedagógica a criação de “condições para a construção de identidades” e para promoção do “desenvolvimento integral da pessoa humana”, educando-a para a cidadania, as próprias escolas não reconhecem os conhecimentos que seus alunos trazem da vivência cotidiana consigo mesmos, com os outros e com a natureza.

É necessário lembrar que se trata de uma região serpenteada pela Reserva Biológica do Tinguá e que - independentemente dos fatos pela luta da posse da terra terem ocorridos há mais de quarenta anos, principalmente em Santo Antônio ainda é uma região agropastoril, tendo famílias de seu alunado envolvidos nessas atividades.

Pelas observações no trabalho de campo, pude perceber um fosso entre as ações dos docentes e os conhecimentos dos alunos. Numa das minhas visitas à EMRD abordei um grupo de alunos do 8º ano /EF e fomos conversando sobre o que eles sabiam sobre a história da região. Eles foram respondendo que uma avó havia falado sobre o que eram aqueles tubos de ferro que se estendiam ao longo da estrada entre Adrianópolis e Jaceruba; outro aluno disse que seu pai explicou o que seriam as ‘casinhas’ com esses tubos dentro; outra pessoa falou sobre as ‘ruínas’ de algumas casas.

Pois bem. De conversa em conversa soubemos que seus parentes haviam falado sobre a existência do trenzinho, chamado carinhosamente de ‘Maria Fumaça’ porque ele soltava uma fumaça preta do carvão; sobre a água dos rios que correm naqueles tubos que foi um governante do Brasil que mandou construir num tempo muito distante; que as ‘ruínas’ eram casas abandonadas depois que o trenzinho foi embora.

Ou seja, eles têm a informação vinda de seus familiares. Falta à escola fazer a conexão dessas informações com saberes da escola.

De outra feita, um aluno de aproximadamente dez anos foi colocado de castigo pelo comportamento inadequado em sala de aula. A tarefa foi copiar um texto de uma página do livro. Puxei conversa com ele e sabendo que morava em Rio d'Ouro perguntei-lhe se gostava de passarinhos e se sabia identificar eles (como moradora de Rio d'Ouro, sei da ligação que a população tem com as aves). Esse aluno indisciplinado deu uma aula sobre os pássaros da região. Sabia nome, distinguia-os pelos seus cantos, conhecia as características de penugem, bico, voo, etc.

Como a caça e a venda das aves, embora proibida, sejam para alguns moradores um meio de sustento, esse aluno sabia os valores de mercado de cada espécie de passarinho.

E aí eu pergunto: o que nós professores e a escola temos feito com o conhecimento desses alunos? Acabamos nos fazendo de cegos, surdos e mudos num discurso de que eles não têm interesse em estudar, não aprendem nada. E os pais e alunos acreditam que é isso mesmo.

Tal situação encontra sua resposta em Bourdieu. Para ele,

O maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda da cultura familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena, [...] mas o reconhecimento, por parte dos membros da camada dominada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais [...] em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados". (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017, p. 75-76).

Tanto gestores quanto docentes se manifestaram no sentido de que entendem que a escola precisa de práticas pedagógicas voltadas à realidade do lugar em que está inserida e a dos alunos. Nesse sentido foram dados alguns passos: a preocupação e a disposição em conhecer e divulgar a história do lugar a partir das histórias de seus alunos contadas pelos seus alunos e familiares, bem como estreitar os laços com o meio acadêmico no sentido de compartilhar informações e história do lugar.

Outro passo importante, independente do viés e interesse, foi dado pela prefeitura de Japeri. Para o ano letivo de 2019, o governo municipal planeja criar um projeto objetivando que cada escola crie meios para construir a história do lugar em que ela está inserida.

Com relação à pessoa desta pesquisadora, abraçou-se o compromisso de retornar à unidade escolar com o propósito de levar, na linguagem acessível ao aluno atendido pela escola, a história do lugar, bem como compartilhar com o corpo docente os materiais escritos, iconográficos, fontes de pesquisas etc.

3.3 – A Educação do Campo como instrumento possível da memória coletiva dos camponeses de Japeri

É consenso entre aqueles que estudam o tema agrário que os povos camponeses¹⁴⁴ – presentes em suas mais variadas conformações de organização social - sofreram ao longo da história um tratamento de desprezo, humilhação e discriminação social. Desde tempos remotos, os demais membros da sociedade, que dependem da produção de alimentos e de outros insumos provenientes do campo – e em grande parte, dos povos camponeses, têm a visão de que os camponeses são os pobres ou os condenados da terra.

Carvalho (2012, p. 3) salienta que,

Os camponeses, na maior parte das regiões do mundo, têm sabido sobreviver a essas ações desagregadoras e discriminatórias que são estimuladas pela concepção de mundo capitalista e colonial. [...] No caso particular do Brasil, é necessário se ressaltar que, somado a essas ações contra os camponeses se deve considerar o preconceito cristalizado na subjetividade das classes dominantes pelos resquícios ativos da mentalidade escravista e racista (negro e índio), reforçada pelo desprezo dos trabalhadores manuais e pobres, subjetividade essa que construiu uma concepção de mundo e prática social dominantes de discriminação social dos camponeses que se espraiou ideologicamente como senso comum.

A Educação do Campo, construída coletivamente pelos movimentos sociais de luta pela terra, tem como proposta ser um caminho possível à educação dos povos camponeses contrapondo-se àquela desenvolvida ao longo da história brasileira, comprometida mais com o capital do que com a essência da educação: o homem como “sujeito de sua própria educação” e não como “objeto dela”. (FREIRE, 1979, p. 28).

Paulo Freire, que compreendia a educação como não limitada tão somente ao contexto escolar, mas indo além através do diálogo com as relações sociais que se estabelecem na sociedade, acreditava numa prática educativo-crítica na qual as condições de verdadeira aprendizagem fazem com que os educandos se transformem ao longo do processo “em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado”, assumindo-se como “ser social e histórico, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1998, p. 29).

¹⁴⁴Conforme Decreto Nº 7.352/2010, são consideradas populações do campo - os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural - e escola do campo - aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Como vimos no desenvolvimento dessa pesquisa, do ponto de vista gramsciano, os movimentos sociais de luta pela terra podem ser compreendidos como parte do *Estado Ampliado*, inserindo-se no que Gramsci chamou de *sociedade civil*, atuando como um aparelho privado de hegemonia.

O autor com sua visão crítica e histórica dos processos sociais, via a necessidade do proletariado ter uma escola que colocasse “diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade” (GRAMSCI, 1916; in: MONASTA, 2010, p. 66); uma escola que possibilitasse ter uma formação, de fazer-se homem, adquirindo critérios gerais que auxiliasse no desenvolvimento do caráter; ou seja, uma escola que contemplasse o ser humano como “um ser concreto, situado na e com a história, participando como sujeito das relações sociais nas quais se constitui enquanto humano-social” (ZEN& MELLO, 2016, p.50).

3.3.1 – Conhecendo a Educação do Campo

Antes de analisarmos a Educação do Campo como um possível instrumento da memória coletiva do campesinato em Japeri, intentarei esboçar os princípios que a norteiam e que serviram de base para propô-la como ferramenta.

A Educação do Campo, forjada nos e pelos movimentos sociais na luta pela terra, é a expressão pedagógica dos mesmos que “redefinem valores, saberes, culturas, identidades dos povos do campo. Não apenas educam seus militantes, mas toda a sociedade”. (ARROYO (2012); In: SOUZA, 2012, p. 11).

Conforme Santos (s.d., p. 9),

A conquista da educação do campo pelos movimentos sociais é um projeto em disputa pela hegemonia, e inscreve-se como um dos componentes indispensáveis de estratégias das forças políticas em luta pelo alargamento da democracia na sociedade brasileira, nos campos e cidades.

Embora não caiba uma conceituação engessada, podemos dizer que Educação do Campo, tal como gestada no I Encontro Nacional de das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado julho de 1997 e na I Conferência Nacional de Educação do Campo (1998) – que criou o Movimento Por Uma Educação Básica do Campo, pode ser compreendida como uma construção coletiva oriunda das “demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma

agrária” (FERNANDES, 2006; apud MOLINA, 2006, p. 28) e vinculada às questões sociais específicas à cultura e à luta do campo (FERNANDES, 1999), extrapolando os limites de uma escola do ABCdário desconectada da realidade do aluno e do seu território, seu espaço de vida.

Para Antunes-Rocha e Martins (2015, p. 26),

A educação camponesa deve, pelo trabalho humano, formar indivíduos não fragmentados na sua totalidade e que, dessa maneira, possam compreender as relações humanas tanto na sua diversidade cultural como nas desigualdades sociais, econômicas e políticas geradas pelo capital.

Sua pedagogia contempla os *territórios educativos* da Educação do Campo: o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC), essenciais ao associarem educação e trabalho nos espaços onde as pessoas produzem suas próprias existências. Segundo Antunes-Rocha e Martins (2012, p. 21), “em termos operacionais, o TE/TC significa que o tempo/espaço regular acontece um período na escola e outro no local de moradia e/ou trabalho dos estudantes”.

Para as autoras, é no encontro entre o território do campo e o território da escola “que poderemos ver as conflitualidades e os consensos, isto é, a dinâmica entre sujeitos, princípios, conceitos e práticas que se articulam no paradigma da Educação do Campo”. (Idem, p. 23).

Ainda, segundo essas autoras (2015, p. 35), “o conhecimento pela experiência deve ser reconhecido, pois a experiência é fonte de conhecimento”.

Sendo norteadas por esses princípios, a Educação do Campo é um espaço favorável para se pensar a respeito da necessidade das disciplinares se comunicarem entre si e consigo mesmas, seguindo um objetivo comum no contexto daquilo que é próprio da realidade campesina. Souza (2012, p. 24) explica que,

A Educação do Campo é um espaço propício para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica. [...] O campo é o lugar da pequena produção, do sem-terra, do posseiro, [...], dos arrendatários, dos meeiros [...]. Cada uma das atividades gera experiência e prática social diversificada, cuja identidade pode ser construída no espaço comunicativo do movimento social e na gestão coletiva da vida na escola.

Mas para que isso ocorra, continua a autora, é necessário que o profissional da educação tenha uma postura crítica em relação a sua prática pedagógica. Souza (Idem, ibidem) destaca que,

A *prática pedagógica* (destaque da autora) está sendo compreendida como dimensão da prática social, imbuída das características políticas e contraditórias da sociedade capitalista. [...] Uma prática pedagógica crítica necessita de um profissional que desafie sua própria formação, que exercita a tomada de posicionamento na escolha e na construção da sua concepção de educação. [...] Três atitudes são fundamentais para uma prática pedagógica crítica: saber observar rostos, gestos, traços culturais; saber ouvir e saber conhecer; inquietar-se com as características da realidade. [...] Conhecimento é muito mais do que busca ou transmissão de informações. [...] Conhecimento requer compromisso, planejamento, reflexão e indagação especialmente. Surge do encontro (estabelecimento de relações) entre saberes cientificamente reconhecidos e aqueles saberes do cotidiano, da experiência.

Portanto, na perspectiva da Educação Campo, o espaço formal da escola é apenas um ambiente de conhecimento que pode e deve ser compartilhado e integrado aos chamados espaços não formais. Souza (Idem, p. 62) que,

A Educação do Campo possui uma dimensão ampla, dentro da qual a escola é apenas uma delas. Outras dimensões são visualizadas nos grupos de estudos; grupos de educação de jovens e adultos; grupos de mulheres jovens no meio rural; associações e cooperativas de produção, dentre outras. [...] A escola não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas de produção e sistematização.

Por fim, pensar na Educação do Campo em sua ampla dimensão, é constatar que a “luta pela terra exige medidas complexas por parte dos governantes, uma vez que o acesso à terra vem imbuído da necessidade de postos de saúde, escolas, transporte, estradas etc.”. (Idem, p. 42).

3.3.2 – A Educação do Campo como instrumento possível da memória coletiva dos camponeses de Japeri

Como analisamos no Capítulo II - Rio d’Ouro e Santo Antônio: o lócus empírico da memória, o impacto causado pelas disputas, veladas ou não, pela posse da terra e pelo processo de repressão pós-64 - camuflado como no caso de Rio d’Ouro, e perfeitamente identificável, como foi em Santo Antônio - na memória pessoal e na memória coletiva dos moradores de ambas as localidades, deixou um rastro de *apagamento*. Em Rio d’Ouro como estratégia de sobrevivência e em Santo Antônio como recurso útil para a preservação da memória.

E analisando sobre esse *apagamento*, em resposta à problemática proposta pela pesquisa, concluímos que a percepção da presença da memória das lutas pela terra travadas

em Rio d'Ouro e Santo Antônio nas práticas pedagógicas no cotidiano das escolas objeto de estudo não pode ser percebida, num primeiro momento, na 'superfície' das mesmas, tendo em vista que os elementos envolvidos – corpos docente e discente - têm poucas informações sobre as mesmas.

O corpo docente - pela própria dinâmica da formação para o exercício da docência e pelas poucas informações e estudos sobre a história desses lugares - também têm muito pouco conhecimento sobre essas lutas.

Embora os familiares dos alunos façam referências sobre a região – havia muita plantação, o trezinho – praticamente, pelas informações colhidas dos relatos informais, aqueles 'ocultam' as lutas pela posse da terra na região ocorridas entre as décadas de 1940 e 1970, ocultamento esse já analisado, conforme dissemos, no Capítulo II.

Porém, como verificamos, esses rastros de *apagamento* não se sustentam diante dos relatos dos nossos narradores que atestam justamente o contrário. Mesmo que haja dificuldades decorrentes da ausência do conhecimento sobre os conflitos pela posse da terra em décadas passadas, entendo que é viável, oportuno e necessário o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a construção da memória coletiva de forma que, no futuro, elas passem a integrar as práticas pedagógicas dessas escolas.

Por isso, esse falso *apagamento*, diga-se de passagem, me estimula a refletir sobre a Educação do Campo como um possível instrumento na construção da memória coletiva desses lugares.

Tendo como seu fundamento a organização coletiva e concebendo a escola, enquanto espaço formal de conhecimento, como uma de suas dimensões, creio ser oportuno que as comunidades das regiões estudadas junto com a comunidade escolar e secretaria de educação de Japeri dialoguem no sentido de ampliar, uma vez que as EMRD e EMSA são classificadas como escolas rurais / do campo, as práticas pedagógicas em direção ao que preceitua a Educação do Campo, enquanto modalidade de ensino para as escolas do campo.

E uma das estratégias está na conversa e no compartilhamento dos saberes e memórias das gerações mais antigas desses lugares com as gerações mais novas no espaço formal da escola. Não necessariamente, pensar em projetos tal como a área educacional concebe, mas iniciar abrindo esses espaços, puro e simplesmente, para o simples sentar e ter 'um dedo de prosa' entre moradores antigos de Santo Antônio e Rio d'Ouro com os alunos dessas unidades escolares, muitos moradores esses avós e bisavós dos discentes.

Como salienta Bosi (2003, p. 15),

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano.

[...] Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

[...] A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

Embora discorde de Bosi (1994, p. 63) no sentido que ela usa a expressão “resta aos idosos”, pois entendo ser o ato de evocar o passado – no seu sentido mais primitivo - como sendo uma prerrogativa exclusiva dos idosos, compartilho com o ponto de vista da autora de os membros da sociedade que alcançaram a velhice (aqui usada no sentido de ter longos anos de vida) e que são tidos como ‘inativos’, ‘improdutivos’ no sentido econômico (embora não o sejam), são parte das nossas raízes e dos fundamentos sobre os quais as gerações mais novas se assentam. E nessa concepção, aqueles membros tem a função que lhes é própria e somente a eles pertence: a de evocar o passado.

Como defende Palmeiras (2009, p. 172, In: FERNANDES; MEDEIROS; PAULILLO; 2009), em seu estudo sobre a desmobilização e conflito na agroindústria pernambucana realizado em 1974,

Via de regra, só nos lembramos de refletir sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos. Os momentos menos espetaculares daquelas lutas tendem a ser esquecidos. A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente.

E continua,

Ora, os inconvenientes dessa abordagem são patentes. Em primeiro lugar, aceitamos um recorte dos fatos que não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos. A consequência disso é a exclusão da hierarquia dos objetos de conhecimento de toda uma larga faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras. O estudo dos momentos de “desmobilização”, além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos.

Nessa perspectiva, é que entendo ser importante e riquíssimo o contato de docentes e discentes das EMRD e EMSA com os moradores mais idosos e antigos dessa região. E tal

como aconteceu comigo no trabalho de campo, esses moradores querem e precisam falar. Colocar para nós o que foram e o que foi o lugar e, a partir daí, despertar nas futuras gerações, o olhar para a região que foi e que ainda é, estratégica para o desenvolvimento do País e que permanece alvo de disputas políticas e econômicas, vide a construção do Arco Metropolitano, a ameaça de venda da CEDAE e as recentes instalações de empresas transnacionais no entorno da Reserva Biológica do Tinguá.

Mas não somente isso. É necessário avançar num projeto político-institucional onde os profissionais da educação tenham condições efetivas (financeira via salários que lhes permitam dedicação exclusiva a uma unidade escolar; estímulos diversos para a formação continuada – financeira, licenças remuneradas para a dedicação à formação continuada; cargas horárias que lhes possibilitem desenvolver atividades para além da grade curricular oficial, como o contato com a população local que não seja somente nas tradicionais reuniões de ‘pais e mestres’ etc.).

Como frisamos na Introdução, a presente dissertação é de caráter quantitativo e se caracteriza como sendo de cunho participante, trabalhando metodologicamente dentro de uma perspectiva crítico-reflexiva. Sendo assim, creio que o estudo traz novas e inestimáveis interpretações que contribuirão no sentido de uma construção do conhecimento sobre a região, unindo produção, pesquisa e diálogo com as populações envolvidas na pesquisa.

Mas, avançando e entendendo as escolas municipais dessas regiões com um meio de aproximação e diálogo entre a produção e a pesquisa acadêmica oriunda da própria região e a produção construída no espaço escolar, bem como agente facilitador do encontro entre pesquisador e pesquisados, não há como deixar de convocar o meio acadêmico para atuar como mais um instrumento de diálogo e compartilhamento de saberes junto a essas comunidades.

Portanto, acredito na possibilidade da soma dos esforços dos vários elementos envolvidos na construção de uma concepção de Educação do Campo voltada para as regiões de Rio d’Ouro e Santo Antônio, educação essa que pode e de ser um instrumento de construção da memória coletiva (e das memórias coletivas, porque são diversas memórias, não somente por serem muitos narradores, mas, também, porque não há uma única memória) dos movimentos de luta pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo investigar a relação entre os movimentos sociais de luta pela terra, ocorridos entre os anos de 1940 e 1970, nas regiões de Rio d'Ouro e Santo Antonio, no município de Japeri / RJ e seus possíveis impactos sobre as ações pedagógicas das escolas municipais ali situadas, o desafio dessa investigação consistiu em captar a presença ou a ausência, os silenciamentos ou os registros de memórias das comunidades dessas regiões a respeito desses movimentos no fazer cotidiano das Escolas Municipais Rio d'Ouro e Santo Antônio.

As análises partiram da perspectiva de que os movimentos sociais são agentes do campo político das lutas pela terra, partindo da premissa de que os lavradores foram sujeitos de sua história, criando seus próprios caminhos de luta e ousando agir dentro de um campo hegemônico, disputando entre desiguais espaços para o seu projeto de uso e apropriação da terra.

Por isso, pode-se dizer que, a existência do movimento dos lavradores era um fato gravíssimo, uma quebra na relação de autoridade, confrontados diretamente com a classe dominante e seu projeto de mercantilização da terra.

Nesse contexto, a tomada de poder e a instituição de um governo civil-militar em 1964 e a sua subsequente “política” de tratamento de choque (muitas vezes aplicada em seu sentido literal) sobre os movimentos sociais de luta pela terra, atuaram como um freio poderoso que recolocou nos devidos trilhos os “vagões” descarrilados pelos fortes ventos reivindicatórios.

Para os lavradores de Japeri restou a *amnésia da memória coletiva*, como no caso de Rio d'Ouro, ou o silenciamento, como em Santo Antônio, como forma de sobrevivência, atitude esta que não lhes permitiu compartilhar com as gerações seguintes a herança de seu *habitus* e de seu capital social.

Por fim, o *apagamento* da memória coletiva desses lavradores, facilitou o caminho para uma escola reprodutora das desigualdades sociais. Creio que a Educação do Campo enquanto modalidade pode vir a ser um instrumento de construção da memória coletiva desses lugares, conforme demonstramos no capítulo III. Porém tal opção carece de estudos mais densos.

Os dados colhidos pela investigação mostraram-se importantes para os futuros estudos sobre os movimentos camponeses de luta pela terra, em especial Japeri, e de forma geral para o estado do Rio de Janeiro, trazendo novos elementos à produção de conhecimento já existente, tais como: a investida do governador Roberto Silveira; as disputas entre a FALERJ E FLERJ; as interferências da FLERJ nas Associações de Lavradores e a intensificação e avanço das propostas, após a morte de Roberto Silveira, dos Círculos Operários capitaneados por Padre Carvalho.

Devido ao tempo proposto para o mestrado ser curto, a pesquisa não pode avançar no sentido de elucidar e aprimorar, através das fontes orais, documentos oficiais e dos jornais, algumas questões, dentre elas a extinção da EFRD; as ações contraditórias de Mário d'Almeida em Rio d'Ouro - onde possuía um loteamento, e a Fazenda Penha-Caixaão, bem como avaliar se o fato da Associação de Lavradores em Santo Antônio estar sob o domínio da FLERJ e dos Círculos Operários quando da instauração do regime militar em 1964, afetou a 'memória' e, conseqüentemente, o 'desaparecimento' do *habitus* camponês e de seu capital social, no sentido dado por Bourdieu, causando danos à memória coletiva desses conflitos.

Portanto, ao encerrar essa dissertação, deixo como desafio aos pesquisadores, inclusive a mim mesma, desenvolver novas pesquisas na tentativa de ampliar o conhecimento sobre a região da Baixada Fluminense, objetivando trazer novas e inestimáveis interpretações que contribuirão no sentido de uma construção do conhecimento sobre a região, unindo produção, pesquisa e diálogo com as populações envolvidas na pesquisa, traçando um caminho possível para dinamizar uma participação mais interventora daqueles que vivem na Baixada Fluminense no tocante a fiscalização da coisa pública, bem como na construção de políticas públicas que possam abranger o conjunto de sua população, cumprindo a pesquisa a sua relevância social.

REFERÊNCIAS

1 FONTES ORAIS

Narrador A - Nasceu na década de 1930 em Rio d'Ouro, na subida da serra de Tinguá onde foram construídos os reservatórios de água no período imperial. Trabalhou na CEDAE.

Narrador B - Nasceu em Rio d'Ouro na década de 1960 e sua família chegou nessa localidade na década de 1950, depois da família ter morado em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro e do pai ter trabalhado numa carvoaria na serra de Adrianópolis, bairro vizinho a Rio d'Ouro. A família é originária de Miguel Pereira (RJ) onde nasceram seus outros irmãos. É professor da rede pública municipal de Japeri.

Narrador C - Como a maioria dos posseiros, veio de Itaperuna (RJ) para Santo Antônio com sua família, ainda menino, no final dos anos de 1950, onde o pai era lavrador. A família primeiramente morou num sítio em Aljezur, bairro vizinho a Santo Antônio, onde já morava uma irmã de seu pai. Depois se deslocaram para Santo Antônio, onde o pai foi trabalhar como caseiro em um sítio, que mais tarde foi adquirido pela família estando até hoje de posse dele.

Narrador D - Nasceu em Rio d'Ouro próximo ao desvio da EFRD que seguia em direção ao Complexo do Reservatório de Água e tem em torno de 60 anos. Morou durante anos nas casas do Complexo do Reservatório de Água.

Narrador E - Nasceu no Espírito Santo e depois a família mudou-se para a região de Vila de Santa Cruz, em Magé / RJ, onde trabalharam como colonos. Aos catorze anos vem para a capital do estado trabalhar na casa dos donos da fazenda em Macaé. Por volta de 1959, ele e o restante da família chegam a Santo Antônio, ocupando terras na antiga fazenda Limeira. Seus relatos foram informais.

Narrador F - Nasceu em São Fidélis. Já adulto e com família, mudou-se para Cambuci. Depois foi para Itaperuna, chegando a Santo Antônio em fins dos anos de 1950. Era lavrador. Exerceu influência entre os camponeses tornando-se, em 1960, presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio. Em 2001, aos 86 anos, concedeu uma entrevista ao Narrador G, aqui transcrita.

Narrador G - Veio de Silva Jardim com a família, onde atuou como educador nas fazendas, embora formalmente não seja habilitado. Estudou na Ordem franciscana Instituição Cristã Fioretti, ligada a Diocese de Nova Iguaçu, tendo sido instruído pelo Bispo Dom Adriano Hipólito. A mando deste, chega a Rio d'Ouro em junho de 1977. No ano seguinte vai para Santo Antônio com a tarefa de iniciar os Círculos Bíblicos e Celebração da Palavra, formando um grupo para a Catequese. É dele a gravação de uma entrevista concedida pelo Narrador F e transcrita nessa dissertação.

2 FONTES MANUSCRITAS DIGITALIZADAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Acervos Digitalizados. Registro Paroquial de Terras (1854/1857). Freguesias da Vila de Iguaçu. Santo Antonio de Jacotinga, Livro 36 – 1854 até 1857, fls. 55-56. Disponíveis em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3. Acesso em: 22 nov. 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Acervos Digitalizados. Registro Paroquial de Terras (1854/1857). Freguesias da Vila de Iguaçu. Iguaçu, Livro 35 - 1855 até 1859, fls. 31-32. Disponíveis em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3. Acesso em: 22 nov. 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Acervos Digitalizados. Registro Paroquial de Terras (1856/1857). Vila de Vassouras. Sacra Família de Tinguá, Livro 75 - 1856 até 1857, fls. 50-51. Disponíveis em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&PagFis=3919. Acesso em: 22 nov. 2017.

3 FONTES IMPRESSAS

Nova Iguaçu – Ótimas terras para grandes industrias, sítios, granjas e fazendas de criação. Anúncio. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Edição 16.150, 29/06/1947, p. 18. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1947_16150.pdf. Acesso em: 02 jul. 2018.

Donos de terras alheias. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, Edição 13.368, 23/12/1949, p. 1ª e 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1949_13368.pdf. Acesso em 02 jul. 2018.

Donos de terras alheias. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, Edição 13.415, 16/02/1950, p. 7 e 14. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1950_13415.pdf, Acesso em 02 jul. 2018.

Depois do Crime desapareceram os intrusos da Fazenda Santo Antonio. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, Edição 00040, 27/07/1951, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196&pesq=>. Acesso em: 03 out. 2018.

Dezenas de suspeitos em Nova Iguaçu. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Edição 17904, 1º/08/1951, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1951_17904.pdf. Acesso em: 02 jul. 2018.

Guerra aberta dos rebeldes da Rio Douro. Depois do assassinato de João Tenorio querem matar também o administrador das propriedades dos Guinle. **Jornal Diário da Noite**, Rio de

Janeiro, Edição 05148, 20/08/1951, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_03&pasta=ano%20195&pesq=. Acesso em: 02 jul. 2018.

O Governo patrocina o “grilo”. **Jornal Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, Edição 01.263, 30/07/1954, p. 1^a e 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1954_01263.pdf. Acesso em: 02 jul. 2018.

Centenas de lavradores ameaçados de morte. **Jornal A Noite**, Rio de Janeiro, Edição 15.354, 02/07/1956, p. 1^a e 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1956_15354.pdf, Acesso em 02 jul. 2018.

Com a ajuda dos operários os lavradores fluminenses preparam sua Conferência. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, ano I, nº 26, 21 a 27/08/1959, p. 5. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1959_00026.pdf. Acesso em 19 set. 2018.

MENDES, Jairo. Lavradores de Pedra Lisa. **Jornal Última Hora** (RJ), Rio de Janeiro, Edição 00528, 28/03/1961, p. 4, 2^o caderno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196>. Acesso em 03 out. 2018.

Atos. Exoneração. **Jornal Última Hora** (RJ), Rio de Janeiro, Edição 00595, 10/07/1961, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196>. Acesso em 03 out. 2018.

HILL, Maurício. Grileiros cruzam a fronteira do crime e decretam morte para líder camponês. Série de reportagens A revolta dos “Jecas-Tatus” (VI). **Jornal Última Hora** (RJ), Rio de Janeiro, Edição 00754, 13/01/1962, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=58776&Pesq=pedra%20lisa>. Acesso em: 03 out. 2018.

Padre Carvalho. **Jornal O Fluminense**, Edição 21980, 12/07/1964, p. 6, 3^o caderno. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_10&pasta=ano%20196&pesq=. Acesso em 03 out. 2018.

Criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. **Diocese de Nova Iguaçu**. Informativo, n. 1, set./ 1979, p. 9-10.

Camponeses ameaçados de morte. **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, ano XVI, nº 3.617, 05/12/1987, p. 1^a e 5.

4 BIBLIOGRAFIA

ALLOFS, Daniel Batista. **Onze prefeitos em onze anos: O Campo Político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)**, 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**, 2004. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Niterói / Rio de Janeiro, 2004.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5)

ANDRADE, Marcelo. C. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963), In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro), p. 73-85. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ARBAROTTI, Alexandro Elias. **Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades**, 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFSCar, São Carlos, SP.

ARQUIVO LINDOLPHO SILVA. Disponível em: www.ufrj.br/cpda/als. Acesso em: 4 mar. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: NEAD, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2)

ARROYO, Miguel Gonzalez. Apresentação, In: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAPTISTA, Maria Margarida Mascarenhas. **Habitus e ethos: tempo e espaço em exames de Português**. 2012. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação Análise e Intervenção em Educação) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7857>. Acesso em: 28 dez.2018.

BARROS, Luitgarde Cavalcanti. Luitgarde Cavalcanti Barros: depoimento sobre Tenório Cavalcanti. Entrevista concedida a Claudio Souza e Silva, In: BARROS, Luitgarde Cavalcanti. **Intratextos**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 1, pp. 1 – 19, 2010.

DOI: <https://doi.org/10.12957/intratextos.2010.1756>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/1756>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BASTOS, Gabriel Souza. **Conflitos de terra em Nova Iguaçu**: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. Disponível em: https://www.google.com/search?rlz=1C1GGRV_pt-PTBR798BR798&ei=90o1XPmCDMyCwgSS87_oCA&q=conflitos+de+terra+em+nova+igu+ua%C3%A7u+gabriel&oq=conflitos+de+terra+em+nova+igu+ua%C3%A7u+gabriel&gs_l=psy-ab.3..33i160l2.13454.25080..26103...0.0..1.576.9720.0j25j6j5j3j2.....0....1..gws-wiz.....0j0i71j0i67j0i131j0i131i67j0i3j0i22i30j33i22i29i30.8Qxq8_TG4AM#. Acesso em: 04 de jun.2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Uma invitación a la sociologia reflexiva** / Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005, p. 147-172.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciências Políticas** [online]. Brasília, n. 5, p. 194-216, jan./jul. 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRAGA, José Sérgio. **Roberto Silveira**: a pedra e o fogo. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 2003.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. In: **Educação e Pesquisa** [online]. São Paulo, v.36, n.1, p. 227-242, jan./abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União. Publicações. Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Escritura Pública Preliminar de Constituição da Sociedade denominada Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Ano LXVI, N. 176, Seção 1, 27 de julho de 1927, p. 16.504 – 16.508, Rio de Janeiro, DF.

BRASIL. Diário Oficial da União. Publicações. Companhia de Expansão Territorial. Ata da Oitava Assembléia Geral Ordinária realizada na sede social, em cinco de maio de mil novecentos e trinta e um. Ano LXX, N. 221, Seção 1, 19 de setembro de 1931, p. 14.879-14.880.

BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional da Produção Vegetal. Divisão de Terras e Colonização. Processo DTC 6370/49 – SC 49270/49. Ano LXXXIX, N. 81, Seção 1, dez de abril de mil novecentos e cinquenta, p. 5.291.

BRASIL. Diário Oficial da União. Publicações. Companhia Fazendas Reunidas Normândia. Relatório da Diretoria Referente ao Exercício de 1941. Ano LXXXI, N. 77, Seção 1, 02/04/1942, p. 5.429-5.430.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05 set.2016.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 05 de ago.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Guia PNLD Campo 2016 Educação no Campo - Ensino Fundamental Anos Iniciais. Brasília, 2015. Disponível em : <http://www.fnede.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/125-guias?download=9480:pnld-campo-2016-guia>. Acesso em 02 ago.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em 20 de abr.2017.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. acesso em: 20 de abr.2017.

BRASIL. IBGE. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, nº 5, ano 1952.

BRASIL. IBGE. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, nº 16, ano 1964/1965.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **Ocupação de terra e resistência em tempos de ditadura**: o caso da Fazenda São José da Boa Morte, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalho apresentado no XXXI Congresso ALAS – Uruguay 2017. Disponível em: http://alas2017.easyclanners.info/opc/tl/3747_ricardo_brito.pdf. Acesso em: 28 jan. 2019.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. (Orgs.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA : NEAD, 2006.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Disponível em: www.landaction.org/IMG/rtf/Os-limites-da-resistencia-social-camponesa.rtf. Acesso em: 02 mar. 2018.

CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Ernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64, In: **Estud. Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 2, 2007, p. 368-392.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Trombas: um ensaio revolucionário, In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro), p. 57-70.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 6.081 de 23 de junho de 1958. Declaração de utilidade pública para efeito de desapropriação e para fins da colonização agrícola, as terras de propriedade particular das antigas fazendas da Limeira e Santo Antônio do Mato situadas no 6º Distrito do Município de Nova Iguaçu.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na Primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FADEL, Simone. História ambiental e Baixada Fluminense: uma aproximação a partir da relação entre engenheiros, meio ambiente e saneamento, In: **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano 9, nº. 10, mai. 2010, p. 7-13.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57-77.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=4420>. Acesso em: 11 de nov. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de.; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FONTANA, Joseph. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru - SP: EDUSC, 1998.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. Tradução de Suely Bastos, In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, No.17, São Paulo, Jun. 1989, p. 19-48. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200003>.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança** / tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, vol. 1)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

GEIGER, Pedro Pinchas. Loteamento na Baixada da Guanabara, In: Estudos para a recuperação econômica da Baixada Fluminense, **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, nº 5, 1952, p. 95-110.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense, In: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XVI, nº 3, julho-setembro de 1954, p. 3-24.

GEIGER, Pedro Pinchas; Mesquita, Myriam Gomes Coelho. Estudos rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956, Apud: GRZYNSZPAN, Mario. Luta pela terra e identidades sociais, In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. V (suplemento), 255-272 julho 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400014&lng=en&nrm=iso&tlng=PT. Acesso em: 04 dez.2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa** / coordenado pela Universidade Aberta do Brasil –UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, MARIA AMELIA SANTORO. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRZYNSZPAN, Mario. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. 1987. 392f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro. v. 1,2. Disponível em: http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/conflitos_no_campo_no_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf Acesso em: 03 abr. 2017.

GRZYNSZPAN, Mario. (Coord.). **Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-1990)**. Rio de Janeiro: Seaf, 1990.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores, In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57-77.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense, In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro), p. 35-55.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti, In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.5, n.14, 1990, p.73-90. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_07.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

GRYNSZPAN, Mario. Luta pela terra e identidades sociais, In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. V (suplemento), 255-272 julho 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400014>. Acesso em: 04 dez.2017.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1987; Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva** / Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

IANNI, Otávio. A utopia camponesa, In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro), p. 135-144. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962), In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro), p. 271-297. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Direção de François Singly; tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

MACHADO, Rubens Mota. As transformações nas terras do Morgado de Marapicú: Um olhar sobre o caso das disputas na Fazenda do Sapê. **Anais do XVII Encontro de História**

da **Anpuh-Rio**, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471227167_ARQUIVO_RubensdaMotaMachado.pdf. Acesso em 20 mai. 2017.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Centro de memória: caminhos e descaminhos na produção da história da Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, a. 1, n. 01, p. 79-93, out./nov./dez. 2002.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas, In: **Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 4, n. 06, p. 7-16, abr. 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2018.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância camponesa: processos de socialização, In: In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 (História social do campesinato brasileiro), p. 113-134. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Proccampesinatovol2.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. Disponível em: http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/movimentos_sociais_rurais/Historia%20dos%20Movimentos%20Sociais%20no%20Campo.pdf. Acesso em 03 mar.2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil Contemporâneo, In: **Nômadias** (Col), nº. 20, 2004, p. 210-218. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/29-produccion-de-conocimiento-hegemonia-y-subalternidad-nomadas-20/430-as-novas-faces-do-rural-e-a-luta-por-terra-no-brasil-contemporaneo>. Acesso em: 03 mar.2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Enxadas e foices na luta pela terra. **Revista Rio Pesquisa, Memória**, Rio de Janeiro, a. 8, n. 33, p. 8-12, s/d. Disponível em: <http://www.faperj.br/downloads/memoria.pdf>. Acesso em 23 abr.2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. (coord.) **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório final. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. www.cevrio.org.br/projetosfaperj.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução de Suely Bastos, In: **Revista Lua Nova**, nº 17, São Paulo, jun. 1989, p. 49-66. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004. Acesso em: 05 de jul. 2017. 46 .

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: Alguns Escritos. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961), In: **Revista Tempo**, vol. 15, nº 29, p. 139 - 165. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/06.pdf>. Acesso em 03 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castanha; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castanha. Prefácio. In: CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes. (Orgs.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

MOLINA, Mônica Castanha; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/5252/3689>. Acesso em 03 de dez. 2017.

MONASTA, Antônio. **Antonio Gramsci** / tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**, 1. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural, In: **Contracampo**, PPGCOM/UFF, Niterói-RJ, n. 01, p. 93-102, 1997. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i01.364>.

MOTTA, Motta; ZARTH, Paulo. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. (História social do campesinato brasileiro). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>. Acesso em 23 dez. 2017.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Possesiros e Grileiros**. Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). Dissertação (Mestrado). RJ, Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Pós-Graduação em História UFF-

Unioeste, 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf>. Acessado em 10 abr. 2019.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300587321_ARQUIVO_TextoANPUH2011Melissa.pdf

NEVES, Delma Pessanha. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 (História social do campesinato brasileiro). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Proccampesinatovol2.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

NOGUEIRA, M. A. M.(Org.). **Baixada Fluminense: memória fotográfica**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES. Bernardo (et. al.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2009, p.171-200, vol.1.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Na beira da Estrada São Pedro: tempos da luta pela terra na Fazenda Normandia (1938-1990)**. 2000, 143f. Monografia de Conclusão de Curso, UFF, Niterói, RJ. Cópia cedida pela autora em 19 mar. 2018.

PEDROZA, Manoela da Silva. Táticas camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-1968); um exemplo de práticas da cultura popular rebelde. **Trajetos**. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, n. 4, P. 113-126, 2003. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19956/1/2003_art_mpedroza.pdf. Acesso em 04 jan. 2018.

PEDROZA, Manoela da Silva. Sanear, despejar, resistir. Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na baixada fluminense nas décadas de 1940 e 1960. **RURIS** - Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP, v. 4, n. 2, p. 105-135, setembro de 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/778/601>. Acesso em 04 jan. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. PUC/SP, São Paulo, v.2, p. 9-36, jun.2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>. Acesso em: 28 jul.2017.

PRAXEDES, Walter. **A educação reflexiva na teoria de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Edições Loyola, 2015. (Série caminhos da formação docente / coordenador Nelson Piletti). QEduc. Dados do Censo Escolar – 2016. São Paulo, 2017.

PUREZA, José. **Memória Camponesa**. Organizado por Eliane Cantarino O'Dwyer. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. “Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?”: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963), In: **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, no 56, p. 305-322, julho-dezembro, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000200005>.

ROCHA, André Santos da. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFF, Niterói. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp120367.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ROCHA, André Santos da. A representação “ideal” de um território: exemplificando a Baixada Fluminense, In: **Revista Pilares da História** - Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, ano 10, n. 11, p. 20-30, maio 2011.

ROCHA, André Santos da. Território como representação, In: **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 139-153, set./dez. 2013. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/787/515. Acesso em: 28 fev. 2018.

ROCHA, André Santos da. Dinâmicas econômicas, representações e agentes na apropriação do território – a Firjan e a Baixada Fluminense, RJ (Brasil), In: **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. SP, set. 2014, p. 3849-3870. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Andre%20Santos%20da%20Rocha.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

ROCHA, José Sérgio. **Roberto Silveira: a pedra e a fogo**. Niterói / RJ: Casa Jorge Editorial, 2003.

RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. Cachoeiras de Macacu no caminho do golpe, In: AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos (Orgs.). **Anais do II Fórum Discente do Mestrado em História do Brasil da UNIVERSO**, 2016. Disponível em: revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op... Acesso em: 28 dez. 2018.

SANTOS, Carla Xavier Dos. “Eu vos farei pescadores de homens”: os Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1932-1945), In: **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 91-106, 2010.

SANTOS, Clarisse Aparecida dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Revisitando a Educação do Campo**. Disponível em: www.gepec.ufscar.br/publicacoes/...do.../revisitando-a-educacao-do-campo.../file. Acesso em 15/11/2017.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente, **Revista NERA**, ano 8, No. 7, julho/dezembro de 2005, p. 1-21.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense** / Leonilde Sérvolo de Medeiros, organização, apresentação e notas. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ : EDUR, 2008.

SILVA, Osvaldo Heller da. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes; In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 93-115.

SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. A originalidade de uma historiografia sobre a questão agrária brasileira. **História Social**, n. 16, primeiro semestre, 2009, p. 239-244. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/244/230>. Acesso em: 06 jan. 2018.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acesso em 08 ago. 2016.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**, 2006, 313f. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, RJ.

SOUSA, Roberto Ribeiro. O conceito território no ensino da geografia: breves notas sobre abordagens negligenciadas, In: **Geografia em questão**, v.05, n. 02, 2012, p. 149-165. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/4974/5233. Acesso em : 25 mar.2018.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica, In: **Dimensões**. Revista de História da UFES, n. 7, 1998, p. 149-172. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2286/1782>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SOUTO, Adriana Branco Correia. Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e saneamento nos anos 10. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399304_ARQUIVO_AdrianaBranco.pdf. Acesso em 23 set.2017.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

SOUZA, MarluCIA Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense, In: **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano 4, nº. 6, abr.2006, p.17-25.

STRAUCH, Guilherme; MENDONÇA, Márcio Mattos de; ROSA, Maria Conceição. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista AgríCulturas**, v. 9, n. 2, p. 30, set.2012.

STRAUCH, Ney. Guia de excursão a Ribeirão das Lajes, In: BRASIL. IBGE. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, nº 8, 1955, p. 99-122.

TEIXEIRA, Marco Antonio. **Conflitos por terra em diferentes configurações**: um estudo de caso em Magé, RJ. Dissertação (mestrado), 162 f. – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.Disserta%C3%A7%C3%A3o.Marco-Antonio-Teixeira.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Formas de ação coletiva: reflexões a partir dos conflitos por terra em Magé, RJ, In: **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, v. 14, n. 30, 2015, p. 27-55. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n30p27>.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. In: MEDEIROS, Leonilde. (Coord.). **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório final. Rio de Janeiro, CEV-Rio, 2015a, p. 174-228. (www.cev-rio.org.br/projetosfaperj)

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde. (Coord.). **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório final. Rio de Janeiro, CEV-Rio, 2015 p. 100-172. (www.cev-rio.org.br/projetosfaperj)

TÔRRES, Gênese. (Org.). **Baixada Fluminense**: a construção de uma história: sociedade, economia, política. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

VAZ, Alexssandra Juliane. História do saneamento ambiental na Baixada Fluminense: lutas e ações, In: **Revista Pilares da História**, ano 9, nº. 10, mai. 2010, p. 47-51.

VIANA, Nildo. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. **Revista Movimentos Sociais**. Vol. 01, num. 01, jul./dez. 2016. Disponível em: redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/453. Acesso em : 03 set. 2017.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência, In: **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.52, supl.1, Brasília, 2014, p. SO26-SO43. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

ZEPEDA, Manuel Garza; OSORIO, Ever Sánchez. Reflexiones epistemológicas en torno al concepto movimientos sociales: negación y construcción cotidiana de un mundo outro. **Revista de Estudios Sociales**, No. 60, abril-junho de 2017, p. 12-24. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/res60.2017.01>. Acesso em 10 mar. 2017.

ANEXOS

Anexo A – Transcrição de Entrevistas

A1 - Narrador A	192
A2 - Narradores B e C	207
A3 - Narrador D	235
A4 – Narradores F e G	243

Anexo B – Formação Docente

B1 - Escola Municipal Rio d'Ouro	251
B2 - Escola Municipal Santo Antônio	251

Anexo C – Quadro Estatístico Geral

C1 - Escola Municipal Rio d'Ouro	252
C2 - Escola Municipal Santo Antônio.....	253

ANEXO A – Transcrição de Entrevistas

A1 - Narrador A¹⁴⁵

Entrevista realizada na tarde do verão de dez de dezembro de 2018 em minha residência em Rio d'Ouro, Japeri/RJ, acompanhada de um lanche com cafezinho amigo. Nela o narrador relata sobre sua vida pessoal; faz uma descrição preciosa ao longo do seu relato sobre o Complexo do Reservatório de Água de Rio d'Ouro construído a partir de 1876 na Serra de Tinguá pelo Governo de D. Pedro II, com o objetivo de abastecer a Côrte no Rio de Janeiro. Ele descreve não somente os reservatórios, os pavilhões, a forma de captação e distribuição de água, o serviço de manutenção, a linha férrea do ramal São Pedro da EFRD que ia até o Complexo levando funcionários, equipamentos e materiais, como também a vida cotidiana no Complexo onde havia residências e escola para os funcionários e suas famílias, da solidariedade entre eles. Fala sobre o seu trabalho no Complexo do Reservatório e na escolinha existente nele. Também relata a existência de outras escolas nessa região. Menciona sobre o ramal São Pedro – atual bairro de Jaceruba, da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, a sua importância para a região e o grande impacto que a extinção dessa ramal causou aos lugares por onde passava. Narra também sobre os moradores, sobre a vida social e da solidariedade das pessoas em Rio d'Ouro.

O **narrador A** nasceu na década de 1930 em Rio d'Ouro, na subida da serra de Tinguá onde foram construídos os reservatórios de água no período colonial. Seu pai era funcionário da empresa responsável pela administração e conservação desses reservatórios e tinha direito a ocupar uma residência no complexo que dista, aproximadamente, três quilômetros do centro de Rio d'Ouro.

O mesmo sempre morou nesse bairro onde também constituiu sua família. Teve uma vida muito difícil que se complicou com o falecimento de sua mãe quando tinha oito anos de idade, indo morar com outra família em Jaceruba que não lhe tratava bem.

Diferentemente de um de seus irmãos, que sob os cuidados de uma outra família foi matriculado em uma escola da região, a família que ficou com o nosso narrador A dificultou sua ida para uma escola, pois a prioridade era trabalhar para ajudar no sustento dessa família. Anos mais tarde, mesmo trabalhando numa das escolas da região como merendeiro, não lhe foi dada a oportunidade de estudar. Já adulto e com família constituída, foi alfabetizado pelo narrador B. Por conta disso e somada à outros fatores, tem dificuldades em ler e escrever.

Trabalhou sem carteira assinada na empresa que cuidava dos reservatórios sendo incorporado com carteira assinada, quando a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE passou a administrar os reservatórios, por volta de 1975.

¹⁴⁵ Esclarecemos que na tentativa de preservar, dentro do possível, as identidades de todos os narradores, optamos por utilizar o termo Narrador sucedido por uma letra maiúscula em ordem alfabética, bem como pronomes e palavras no masculino, independente do gênero dos mesmos. E entendendo que o objeto proposto por esta dissertação – Movimentos Sociais de Luta pela Terra em Japeri – carece de mais fontes orais e por considerar ser de suma importância as informações contidas nos relatos, mesmo que as mesmas muitas vezes fugissem ao presente estudo, a opção foi de utilizá-las ao máximo, incluindo-as nos textos transcritos ora anexados para que possam ser consultados por outros pesquisadores e motivadores para futuras investigações.

Os seus muitos relatos sobre o Complexo do Reservatório de Água demonstra a importância que o mesmo tem para a vida dos moradores das regiões onde eles foram construídos a partir de 1876 e que estão em atividade até aos dias de hoje – Jaceruba, Santo Antônio, Rio d'Ouro e Jardim Cachoeira. Eles pertencem à rede de abastecimento de água da CEDAE e o sustento de muitas famílias da região vem deles pelo fato de muitos dos seus empregados terem fixado residência nela.

Pesquisadora: Data de hoje - dia dez do dez [outubro] de dois mil e dezoito, Rio Douro, Japeri, Rio de Janeiro, Brasil. Nós vamos bater um papo com o Narrador A, que é nosso vizinho, sobre um pouquinho da lembrança dele desse lugar chamado Rio D'ouro, Santo Antônio, dessa região que a gente está estudando. Então, já estamos gravando. [O senhor] está aqui há quanto tempo? Como é que [o senhor] chegou aqui ... nesse lugar? Nasceu aqui? Pode falar um pouquinho do senhor? Pode falar porque já tá gravando ...

Narrador A: Pode falar ... né ... eu por exemplo morei lá dentro da represa ... num é? lá dentro da represa mermo ... pra lá ... asque ... as ... asque não conhece não ... mais seu valdi [referindo-se ao meu pai] deve conhecê ...

Pesquisadora: Eu fui lá no reservatório, onde tem a estação.

Narrador A: Tem o revatório ...

Pesquisadora: Tem os dois tanques ... eu fui lá.

Narrador A: Tem... tem... tem os dois revatório ... não é isso? ... tem uma pataforma cá em baixi ... grande ... que era onde os trem parava ... tem ali ... ainda tá em pé lá ... e ... e tem a represa do Rio Douro... subindo aquela escada ... e sobe aquela escada alta ... e vai lá dentro da represa ... é lá tem as máquinas que governa a água ... tudo direitinho ... né? ... que vem água pra cá ... os guarda vai lá, faz manobra naquilo ... né?

Pesquisadora: É onde ... é o aqueduto que eles falam?

Narrador A: É ... justamente ... é ... é de lá que vem água ... é ... aí que aquela água vem pelo rio ... que rio antigamente era limpo hoje não é mais ... né? ... acabô ... nós que limpava aquilo né ... então hoje ... hoje tem aquela água só que vem da ... da serra ... justamente que vem pro pavilhão ... na revatório ali ... né ...

Pesquisadora: Isso, é o prédio ... aquele logo da frente quando a gente entra...

Narrador A: Isso ... isso ... e a sobra d'agua quando ... só quando tem sobra os guarda tira né ... é que solta água um pouquinho pra ... pro rio ...

Pesquisadora: Aí vem aqui pro rio?

Narrador A: Vem aqui pro rio ... é ... tem isso, e lá tem ... onde era o colégio ...

Pesquisadora: Então o senhor morou lá na ... lá na represa?

Narrador A: Eu morei ... morei lá dentro da represa mermo ...

Pesquisadora: Lá tinha casas, não é isso?

Narrador A: Lá tinha ... naquela época tinha ...

Pesquisadora: Eu quando fui lá em 2012, 2013[na verdade, estive visitando a represa em 2011, ano em que cheguei em Rio d'Ouro], eu encontrei uma casa só. Só tinha uma casa.

Narrador A: Só ... uma casa só ...

Pesquisadora: Mas vi que ... que havia ali perto da estação, subindo, umas ruínas.

Narrador A: Tem ...

Pesquisadora: Ali havia casa pro pessoal que trabalhava na represa ? Como é que era?

Narrador A: É porque descendo aquela escada ... naquela estação ... tinha uma casa uma casa grande que era do chefão ... do chefe de represa ... morava lá né ... naquela casa ... lá era casa só pra chefe ... cada um que ... que ... que ia pra li pra represa ... aveis morria outros ...

entrava outros ... né ... mais é ... tava lá a casa em pé né ... que agora desmancharam ... não sei se foi ibamba [IBAMA] que desmanchou ... não sei ... mais era o casarão do chefe ... era ali ... aí dali vinha pra pataforma ... tem uma água que corre lá do revatório ... uma ... uma caixinhazinha assim ... tá vendo? é ... tem cá em baixo já chegando tinha ... tinha umas máquinas antigas esqueci o nome dela ... naquele tempo tinha umas máquinas grandes ... funcionava né ... depois foi acabando a máquina que tinha assim ... de frente da estação mermo ... tinha uma ... tinha uma carpentaria de fazer ... serrar talba ... grande que tinha também ... né? ... então quem trabalhava lá ... até nessa ... pra serrar lá ... era um ... era um senhor com o nome de zé machado ... trabalhava lá ... não é? é que trabalhava lá ... a ... agora o chefão da represa ... é como se diz ... tinha só um que eu não conheci ... os outros ... um meu pai falava muito nele ... antonio ranheta ... esse eu não cheguei a conhecer ... desde que eu comecei viver em lá como gente ... eu conheci mermo é 'seu' ... 'seu' ... é alberto costa ... foi o que morreu do gato danado.

Pesquisadora: Morreu do gato (risos)?

Narrador A: É ...

Pesquisadora: Estória do gato que arranhou ele e acabou passando a doença pra ele ...

Narrador A: (risos) É isso aí que foi que eu me ... eu me alembro ... como chefe que tava lá ...

Pesquisadora: (risos) Ficou na lembrança, né?

Narrador A: É ... e a mulher dele que chama dona sufia que era professora ...

Pesquisadora: Ah ... Dona Sofia era professora?

Narrador A: Era ela que era uma professora aqui em baixo ...

Pesquisadora: Aqui em baixo que o senhor fala, era aonde?

Narrador A: Deu aula ali aonde tem um muro cercado de frente da estação ... tinha ali um colégio ... um ar ... tipo um armazém ... depois que fizeram um colégio ali ...

Pesquisadora: Que ... que acho que é o tal do ... da Escola Municipal Sá Freire ...

Narrador A: Acho que é ...

Pesquisadora: Que eu acho que é, que ela era da prefeitura de ... de Nova Iguaçu ...

Narrador A: Acho que é isso mermo ... depois passou pra esse tal armazém que eu falo em cima ... a aula ... a escola já passou pra lá ... pro lado do morro ... ali tinha ...

Pesquisadora: Antes era o armazém cá em baixo ?

Narrador A: Isso ... depois foi pro morro ... é depois foi pro morro ... o dono do armazém que formou aquilo ... chamava epídio matoso ... ele era de miguel couto ... ele que formou é aquilo lá ... a dona dele chamava dona sara ... as filhas que eu esqueci o nome ... depois da represa dechovê ... da represa tem ... tem lá dentro da represa ... pra lá de onde morou bené ... nós fizemos aquela casa grande pro bené ... né? dali pra cima tinha diversas represa que a gente trabalhava ... parece que tem ... três eu sei que a lá do canto ... a última ... é limeira ...

Pesquisadora: Tem um túnel que vem água do Santo Antônio, não é isso?

Narrador A: Tem o tuni ... tem o tuni ... o tuni já está aqui na represa do rio douro já ... né?

Pesquisadora: Isso, mas ele pega lá em Santo Antônio ...

Narrador A: Mais pega aqui e sai lá em santo antoin ... o tuni sai pra santo antoin ... que é aquela canaleta dágua que corre aquela água toda né? ... é por ali ... e depois dali tem ... tem uma parte pra cima ... que era ozina ... também ... tinha luz não ... tinha luz lá ... a ... a luz lá era tocada a água ...

Pesquisadora: A ... a própria ... o próprio reservatório ... a represa ... o pessoal da represa tinha uma usina?

Narrador A: É ... justamente ... a usina ficou ali muitos anos ali né? muito tempo ... depois que botaram luz aí foi que acabô ela lá ...

Pesquisadora: Ela foi desativada ...

Narrador: É ... foi ... então ... mais tem que ver essas casas ali na beira do rio ... eu não cabe de contar ... na beira do rio também tem uma casa que era do ... empregado que morava né? é ... morô lá ... o primeiro foi alcino machado ... é ... criou duas filhas lá ... na beira do rio ... mais acho que desmanchou essa casa também ... é ... então ... ali morou alcino machado ... morou um trajaninho que era meu primo ... morou ali também ... já morreu também ... morou ali ... depois pra cá ... tem ... tinha a escola ... que era da mariazinha ...

Pesquisadora: Essa escola que era da Mariazinha, ela era lá na ...

Narrador A: Na represa ... tem ... tem na rua assim ... tem uma escadazinha que sobe ... então ... lá é que eu ficava lá e que eu cozinhava pra crianças ...

Pesquisadora: Ah é? O senhor ... no caso o senhor nasceu em Rio D'Ouro ou veio pra cá pequeno?

Narrador A: Eu vim pra qui já grandinho ... vim pra cá com 8 anos ... da represa pra cá ... pra cá ... rio douro.

Pesquisadora: Ah ... tá.. E aí ... é ... é essa escola da ... da Mariazinha, que a gente fala né? Ela parece que foi bem marcante, né? O pessoal lembra muito dela ... É ... é ... é ela na verdade ... o senhor tem ideia ... assim ... o senhor consegue se lembrar de uma coisa ... tipo assim ... em que momento ela ... ela passou a existir? Ou assim ... quando o senhor vai ser o cozinheiro, né? Merendeiro?

Narrador A: É ... que antigamente ... era casa de funcionário ... era um tio meu que morava lá chamado trajano aí depois entrou um ... cedae ... formou aquele colégio ...

Pesquisadora: Mas aí é a ... quando essa ... a CEDAE chega, é que chega também esse escolinha lá?

Narrador A: É, foi por conta dela ... da cedae ...

Pesquisadora: Por conta da cedae ... Mas ela era da CEDAE ou ela era tipo ... tipo assim ... um convênio?

Narrador A: Não ... acho ... acho que da ... da cedae ... ela não era ... ela já era professora né ... mais passou a dar aula lá ... é ... arrumaram pra ela dá aula lá né ... então ela deu uma aula a muito tempo lá ... é ... formou aquilo lá ... era uma casa ... formaram um varandão grande ... é ... a casa era um colégio ... e o varandão era pra fazer comida ... botá para as crianças comer nas mesa ... tinha aquelas mesa grandes ...

Pesquisadora: O senhor tinha mais ou menos quantos anos? E o senhor foi pra lá como merendeiro?

Narrador A: Ah ... dechovê ... nem sei bem certo a data certa ... se foi em se... foi em setenta ... eu sei que setenta acabou o trem aqui ... cabou o trem ... (fala desolada) ... é .. ih ... Mariazinha vinha ... vinha lá represa num ... de charrete ... uma vez eu trazia outra vez outro trazia ... botava o cavalozinho naquela charrete ... e vinha até rio douro ... aqui ela panhava ... acho que panhava o trem ... tempo do trem ainda ... pegava o trem ... no outro dia ela vinha ... depois que entrou a cedae ... aí já meioro ... já entrou uma caminhoneta que ia buscá ela em queimados ...

Pesquisadora: Olha ...

Narrador A: Tá vendo? e levava depois lá ... então ... mais no ... naquele tempo tinha uma escola ... tinha dona sofia ... era um troli ...

Pesquisadora: A dona Sofia chegou a dar aula na escolinha lá?

Narrador A: Chegou ...

Pesquisadora: Lá em cima?

Narrador A: Chegô ...

Pesquisadora: Olha, ela foi antes da Mariazinha?

Narrador A: Ela foi ... não ... ela foi ante ... (pequena pausa para pensar) ... é ... ela foi ante da mariazinha ... foi uma primeira professora que teve na represa ... que dava aula aqui ... foi ela ... era ela ... aí ela dava aula ... aí tinha um trolzinho ... e vinha uma mula né ... A mula ia do lado ... pá ... pá ... pá ... pá (imitando o cavalgar da mula) e ela dona sufia dentro ... até as crianças que morava lá ...

Pesquisadora: (risos)

Narrador A: (risos) Trazia com ela também né ... na ... naquela charrete ... trazia ...

Pesquisadora: Imagina ... uma festa ...

Narrador A: É ... é ... o burro vinha só do lado acompanhando o trolzinho ...quando ia pra subir ... colocava o ... o burro em troli e subia que pra ... era muita subida né? aí o cavalo ... o burro já ia subindo um ... pra represa ...chegava lá ... um tirava ele do troli ... botava pra pastá né ... no outro dia panhava novamente pra buscá ela ... é .. isso fez muito lá ... e tinha e passou aquele colégio ... depois não sei o que que houve que cabô ... aí tinha uma funcionária ... esposa de funcionário ... quela fazia merenda pra crianças ... e eu era empregado já lá né ... aí seu Danilo que era nosso chefe lá ... ele falou assim [ao narrador A] - a cedae agora não ... não tá aceitando mais ninguém pa pagar assim pa cozinha não ... como ele acha que eu era empregado lá ... me colocô no lugar dela ... é ... aí falou assim [ao narrador A] - você fica ... aí eu falê ... eu não gosto de cozinhá muito ... mais se é pa quebrar o galho das crianças eu vou ... aí teve duas menina falou assim - ah eu não vou comer bolo do [refere-se ao narrador A] ... igual não ... é que [refere-se ao narrador A] não sabe cozinhá ... é ...

Pesquisadora: (risos)

Narrador A: Aí a mãe dela me ensinou ... dessas mininas ... me ensinaram comé que fazia o bolin ... eu fui tudo bem ... eu falei é ... tudo bem ... eu tô olhando elas - senhô sabe fazer bolin? ... eu não sei não ... aí quando ela passou pra mim ... eu fiz os bolinhos ... as tal meninas que disse que não ia comer ...

Pesquisadora: Foram as primeiras (risos) ...

Narrador A: Chegou em casa falou assim - minha mãe ... o [referindo-se ao narrador A] faz bolo melhô de que a senhora ...

Pesquisadora: (risos)

Narrador A: Ué porque? Ah ... porque eu disse que não ia comê ... mais ele ... ele faz ... aí as filhas do paúra ... [digo alguns nomes aos quais o narrador A responde afirmativamente; inclusive, algumas são hoje professoras nas escolas das regiões] é ... e as filhas do bené chegava lá de manhã cedo ... morava lá dentro da mata... chegava assim - seu [referindo-se ao narrador A] ...

Pesquisadora: Gente ... morava mais lá pra cima?

Narrador A: Mais lá pra cima ... ainda tem a casa lá dentro da mata ainda tem ... morava pra lá ... foi formada [no sentido de construída] a casa e nasceu os filhos quaies tudo lá ... então ... as crianças ... quando eu fazia um bolinho lá pra eles ... tinha uma professora que não cumia certa comida ... chamava dona Irene ... eu falei – dona irene ... não se for sopa seu [referindo-se ao narrador A] ... eu aceito ... hoje é sopa? eu - não é ... hoje não é sopa não ... hoje vai ser café com leite e bolinho que eu vou fazer ... ela disse - isso ainda dá pra mim comer ... aí ela comia aquilo ... eu fazia uma pursão de bolinho né ... depois ali ... eu botava um açúcar ... uma canela naqueles bolinho todo ... e botava nas mesa ... né ... quando tava nas mesas ... eu digo - mariazinha podi chamar os aluno ... era muita criança né ... é ... fazia aquele panelão grande de café com leite ... botava pra eles ... só tinha uma coisa lá que eu fazia que eles não cumia ... é ... é o ... o kibi ... é o kibi ... elas não gostava não ...

Pesquisadora: Não?

Narrador A: Não ... agora se fosse fazer bolin com carne ... elas comia né ... mais puro não comia não ... mariazinha [dizia] ... não pode ... não pode botá fora ... não pode botá não ... vamo cumê... vamo cume ... as crianças ia comê o que uma coisa ruim né ... botava num prato ... deixava lá ... é então ... arroz doce eles gostava né ... eles perguntava ... qualé a comida hoje seu [referindo-se ao narrador A] ... a merenda ... digo - hoje é arroz doce ... oh ... que bom ... é gostoso ... aí ficava todo alegre né ... aí fazia bolin ... então dona Irene quaise não comia ... tinha comida que ela não comia, eu chamava ela lá na cozinha, falava - dona irene eu não posso falá lá no meio do povo porque isso foi um ... foi um pedacinho de peixe que eu truce ... mais não tinha espinha não ... naquela época chamava ele de.. de tainha outro de bacalhau ... é, aí eu dismanchava aquilo ... tirava o sal bem ... levava e fazia com batata pra ela ... eu ... ela chegava - mais seu [referindo-se ao narrador A] ... o senhor com tanto carinho comigo ... eu digo - ué ... a senhora vai ficá com fome até chegá em queimado? Não ... aí eu fazia ... ela comia ... como que ela gostava ...

Pesquisadora: É ..

Narrador A: É ... ela morreu já coitada ... era uma puf ... uma donazinha muito delicada pra conversar com a gente né ... e aquilo ali vei ... não tinha nem ... nem gurita ali em baixo ... era no tempo do Estado né ... não existia isso, tão ... só tinha o troli mermo pra descer ... pega a professora e ... dispois que a cedae vei ... pegô os Estado ... aí foi que ela botô uma pursão de coisa ali dentro ...

Pesquisadora: Foi ... foi cercando, foi?

Narrador A: Isso ... eu mermo trabalhei na ... na cedae 20 ano ... no Estado 10 ...

Pesquisadora: Quando o senhor foi pro Estado, essa função que o senhor passou a exercer ... de merendeiro?

Narrador A: Isso ... e eu tomava ... eu era guarda naquela porteira lá em cima ... aquela porteira que tem ali né? ... então... trabalhei nela ... trabalhei nessa aqui que tem na ... aqui fora ... na entrada também trabalhei muito ali ... dispois dali que eu fui pra represa ... trabalhei muito e ... ali eu ... como se diz ... cá pra baixo também da ... da porteira ... tinha uma casa também ...

Pesquisadora: Ela ainda tem até hoje aqui ... aqui em baixo ?

Narrador A: Não tem não. ... já aqui em baixo ... perto dessas casas que você tá falando ... nois morava mais pra cá quaeis perto do campo de bola ... é ... morava ali ... quando minha mãe morreu ... morreu ali ... eu tava com oito ano de idade ... quando ela morreu ... tava com 8 ano de idade ... aí ... daí fui morá lá em Jaceruba ... meu pai era empregado na represa ... não podia cuzinhá pra gente né ... e botô nois, botô dois lá pra Jaceruba ... eu fui pra lá ... ah ... mais quando eu vi que a coisa tava feia ... eu disci de rio abaixo ... até Rio douro ... é ... sufri ... prucu ... pricurando um tal papagaio que sumia pro mato ... eu tinha que dá conta daquele papagaio ... eu saía em jejum sem café ... mais ia pra dentro daquela mata ... eu ia procurá aquele papagaio ... aveis achava ... aveis não achava ... aí eu cheguei na pedra assim ... quando eu cismava eu discansava ... grande que tinha no rio ... aí disci pra baixo numa pedra que tem assim ... pra baixo dessa pedra ... eu descí ali pra baixo ainda me alembro - tinha uma água correndo assim ... botei meus pé dentro da água ... água correndo pelos pé ... eu falei assim ... inda me alembro ... falei assim - meu deus ... o senhô não pode me dá uma dereção pra mim ... como é que eu vou sair daqui ... não quero fica mais aqui ... aí conversei com deus ali ... eu acho que ele até atendeu ... aí eu garrei ... disci di rio abaixo ... disci ... quando cheguei assim cá em baixo ... falei - ué aquilo ali é a estação do trem ... aí cheguei ... vi um cara todo de gravata lá ... eu digo - agente ... o que que cê que meu filho? ... ah eu queria que hora tem o trem aqui ... ah o trem desceu tem 10 minutos ... o senhô mora aonde? ... moro em nova iguaçu - morava em rio douro - é ... aí disse - ah ... trem só vai subi a noite ... só desce amanhã

... eu digo - mais eu vou pra parada 59 ... que eu tenho um colega ali que me conhece ... eu durmo na casa dele ... amanhã eu pego o trem - mais mintira ... marchei a pé de Jaceruba até rio douro.

Pesquisadora: Jaceruba era final, né?

Narrador A: É era final ...

Pesquisadora: Que na época era São Pedro né?

Narrador A: Era São Pedro ... é ... agora que trocam o nome, né?

Pesquisadora: É trocaram.

Narrador A: É ... no tempo era São Pedro ...

Pesquisadora: Aí o senhor de lá ... o senhor veio à pé?

Narrador A: Vim a pé ... só uma trilhazinha ... era mais o lugar pro trem passar só ...

mais tinha um lado que tinha uns sitiozinho ... de pessoal que morava ... tinha chakra de laranja né ... aí eu passava por ali ... mais ti ... mermo ... mermo a linha do trem ...

Pesquisadora: Isso é mais ou menos em 50 e ... e alguma coisa?

Narrador A: Devia ser em 50 mais ou menos ... é ... porque em 70 acabou o trem aqui ... então, deve ser em 50 ... tinha uns pessoal que morava nuns sitiozinho ... tinha os chefe do ... da ... da estrada de ferro testando linha... capinando ... endireitando ... botando durmente mais novo ... pro trem passar ...

Pesquisadora: Pessoal que fazia manutenção.

Narrador A: Isso ... justamente ... tinha a turma pra conservar, né ... aí vinha por ali abaixo ... até Santo Antoin ... aí quando eu cheguei em Santo Antoin encontrei uma dona puxando uma criancinha num braço ... eu olhei e falei assim - acho que eu tô em Santo Antoin ... minha mãe trazia gente pra ladainha aqui ... pra rezar ... e tinha chalé aí ...

Pesquisadora: Esse chalé ainda tem hoje? [Eu não sabia que a construção por onde passa a adutora vindo de Jaceruba que fica na beira da estrada em Santo Antônio e que era para abastecimento do trem era chamada pelos moradores de chalé]

Narrador A: Ainda tem lá ... até hoje na ... na entrada que vai pro colégio ali [referindo-se à Escola Municipal Santo Antônio] ... pode ver que tem um chalé lá em pé ... de tijolo vermelho ... tá lá ... tem o tubo por dentro ... é ainda tem lá ... que não demacharam não ... aí eu vim por ali perguntei a dona se ... se vai pra onde ... eu moro em rio rouro ... aí ela disse - ih... rio douro é muito longe ... mais naquele tempo se podia vir sem medo, né ...

Pesquisadora: (risos) A gente fica assim imaginando ...

Narrador A: Pudia encontrar um tatu passando no meio do caminho ... outro bichu ... né? aí quando eu cheguei em casa nem sabia ... meu pai tinha arrumado uma ... uma dona de Jaceruba também é ... morava com ela ... aí ela foi e falô assim - cê já veio embora? ... eu digo - eu já ... ué ... porque? ... era meia estorada pra conversar né? ... eu digo - ah ... não deu pra mim ficar lá não dona Maria ... cadê meu pai? ... - ah ... teu pai tá lá na casa da irmã dele ali em cima ... - ah ... então vou esperar ... - tu vai almoçar? jantar ? ... - eu não ... vou tomá banho primeiro ... aí tomei banho ... ela arrumou um cumida ... ela fez um ... um ... uma batida lá não sei de que ... quiabo com jiló e ... como que eu comi ... como que eu gostei ...

Pesquisadora: (risos) Também tava faminto, né?

Narrador A: Com fome né? ... é ... então opa ... então ... ela ... ela fazia um angu muito do bom ... tanto faz um angu doce como um angu de sal ... ela fazia muito bem ... é ... aí garrei falei assim ... quando papai chegou falou - ué ... cê tá aí? cê veio com quem? ... eu digo - vim sozinho ... disci por essa estrada a fora aí de trem ... cheguei aqui ... aí quando foi no outro dia meu pai foi trabalhar na represa ... ele perguntou assim ... ele chamava meu pai de quince ... - quince ... meu filho chegou aí? ... ah ... chegou ... chegou numa base de quaeis nove hora ontem ... mais ele.. - dá pra mim busca ele? ... - não ... ele falou que não que ir mais não pra

lá ... ele não vai mais não ... aí eu não fui né ... fui pra lá não ... não mi botou na escola ... eu fiquei lá ... só... só tinha trabalho ... escola não ... agora ... meu irmão que tava na casa de outro ... quele [aquele] aprendeu lê ... aquele aprendeu a lê bem ... mas eu nem escola botava ... o que num podia conversar com criança nenhuma que ele achava ruim ... é ... e a dona dele é ... era ... é prima e madrinha minha ... ela que me batizou ... então ... mais ela era estourada pra conversar ... né? eu falei - não vou ficar mais aí não ... aí eu saí ... não sei comeque eles arrumaram pra arrumar outro ... sei que eu saí fora ... vim pra rio douro ... peguei ... vivia por aí assim ... rumava um biscatezinho aqui outro biscate ali ... ia vivendo a minha vida né? ... até eu me forma mais né?

Pesquisadora: Crescer mais, né? Formar um juvenzinho.

Narrador A: Aí ainda me ... tinha o tempo do trem ... tinha um ... tinha um butiquim do ... no ponto do trem assim ... né ... butiquim grande ... tinha um clube aí de frente da ... da loja de ferrage ... embaixo onde tem uma casa ... ali era ... ali ... e o pessoal ficava lá no baile ... aveis eu dançava ... aveis não dançava ficava conversando ... aí tinha ainda ... tem o varejo velho que tem ali na estação ... não se se você já viu? ... eu trato de clube ... porque era um barraco que tinha de sapé ... redonda aqui assim ... fez ... fizeram uma série de baile ... assim de 15 em 15 dias ... de 8 em 8 dias ...

Pesquisadora: Aí tinha essa casa ... essa casa, esse espaço que vocês se.. se divertiam, é digamos assim ...

Narrador A: É ... é ... ali era um armazém ... ali era um armazém grande que tinha ... é ... então naquele tempo era uma armazém que tinha ali ... é todo mundo que chegava tinha ... tinha um ... tinha um barraco de sapé que era o baile em cima né ... carnaval ... essas coisa assim ... todo mundo ia pra ali pra dança ... e gastava cá ... naquele butiquim cá em baixo ...

Pesquisadora: (risos)

Narrador A: É ... é ... era muita coisa mermo ...

Pesquisadora: E ... o senhor se lembra quanto tempo o senhor ficou na ... na escolinha da represa? O senhor acabou se aposentando por ela?

Narrador A: Não ... eu me aposentei pelo ... pelo Estado e a cedae eu trabalhava lá mais por conta da ... da represa ...

Pesquisadora: Ah ... o senhor era o funcionário Bombril com mil e uma utilidades ... (risos)

Narrador A: Justamente ... é ... (risos)

Pesquisadora: Aí uma dessas mil e uma utilidade ... uma é ser o merendeiro ... que por sinal, pelo que o pessoal fala, dizem que exerceu muito bem ... que tem gente que anda saudoso até hoje dos macarrões ... (risos)

Narrador A: Isso ... isso ... porque depois a cedae não queria mais a ... não queria ajuda da merendeira mais ali ...

Pesquisadora: Ah sim ... porque era custo pra ela ... tinha que pagar, né?

Narrador A: É, é ai não pagava, então,

Pesquisadora: Aí acabou usando o senhor pra ... pra fazer ... um pagamento só pra fazer várias coisas.

Narrador A: É justamente ... aí me botô pra cuzinhá pra crianças ...

Pesquisadora: Isso ... isso ... mas o senhor permaneceu cozinhando ali ... o senhor tem mais ou menos ideia de quanto tempo?

Narrador A: Não ... eu ali ... deixa eu vê ... (para para pensar) ... quando eu fui pra li eu já era empregado na represa ...

Pesquisadora: Isso ... o senhor já trabalhava lá na questão da água ... nas manutenções.

Narrador A: Justamente ... é ... já trabalhava lá ...

Pesquisadora: Aí quando a CEDAE chegou, cortando ... cortando o custo, essa senhora acabou saindo ...

Narrador A: Cabou ... não quis mais pagá mais ela ... pagava umas hora extra ... é justamente ... é aí eu fiquei ali até acabá aquela escola ...

Pesquisadora: E o senhor se lembra mais ou menos quando é que ela acaba?

Narrador A: Não me alembro não ... quem sabe a data certa que terminou aquilo é mariazinha ...

Pesquisadora: É só dona Mariazinha, né?

Narrador A: É ... mariazinha sabe ...

Pesquisadora: Além da dona Mariazinha, ainda tinha uma outra professora?

Narrador A: Tinha ... tinha uma tal de dona irene que dava aula com ela lá ...

Pesquisadora: Ah ... dava aula com a Mariazinha?

Narrador A: Junto com ela ...

Pesquisadora: Ah, mas as turmas ... era uma turma só ou tinha mais turmas?

Narrador A: Não ... aquelas crianças mais atrasada ficava com dona irene ... e os mais adiantado ficava com mariazinha ...

Pesquisadora: Mas o espaço não tinha divisão, tipo assim ... do espaço você fica numa sala, e eu fico em outra?

Narrador A: É um espaço grande lá ...

Pesquisadora: Dava um jeitinho de dividir ... Mariazinha ficava num cantinho e a Irene no outro.

Narrador A: É justamente ...

Pesquisadora: Olha ... e aí no caso, não tinha nem divisão de classe, né?

Narrador A: Não tinha não ...

Pesquisadora: Tinha que dar conta praticamente de todo mundo ...

Narrador A: Isso ... é ... meus filhos tudo estudou ali ... foi, meus filho, mercede, a irmã de mercede, o irmão, tudo estudou ali ...

Pesquisadora: Tudo estudou lá ...

Pesquisadora: A escola da CEDAE ... ela não era uma escola... é assim ...

Narrador A: Resistada não ...

Pesquisadora: Registrada e nem é ... nem aberta à população ...

Narrador A: Não ... só quase tinha mermo funcionário ... mais lá depois que cabou não entrou mais nada não ...

Pesquisadora: Lá não entrou, mas aqui ... aqui em Rio d'Ouro?

Narrador A: Ah ... aqui em rio douro ... aqui embaixo tinha ...

Pesquisadora: Tinha outra escola ... mas essa escola funcionou junto ... praticamente lá funcionava e aqui também é?

Narrador A: É aqui também ...

Pesquisadora: Era ... era essa que a gente fala que ... que era no morrinho ou era uma outra?

Narrador A: Tinha outra embaixi ... que era da estação ... sabe da estação onde que é ... não sabe?

Pesquisadora: Sim ...

Narrador A: Intão ... aonde que tem aquele muro ali ... tinha um ... uma ... uma coisa que era butiquim ... depois passou a sê colegi ... depois dali não sei o que que houve ... passou lá pro morro ... lá em cima ...

Pesquisadora: Eu fico imaginando na época, época que ... que era mato ... era lugar bem é.. retirado, como é hoje, né? Um pouquinho precário porque contava com o trem, eu não sei se já nessa época já tinha ônibus ...

Narrador A: Não ... naquela época não ... só teve onbus quando cabou o trem ...

Pesquisadora: E assim mesmo, linha restrita, horário restrito também.

Narrador A: É ... só tinha um onbusinho aqui ... queimado ... botaram ... aí depois que foi aumentando mais um pouquinho ... abriram aquela estrada ali por vilas grande ... que aquilo ali era mato, né?

Pesquisadora: Aí quer dizer o senhor praticamente não... não teve a oportunidade de ir a escola? [O narrador B, anos mais tarde, alfabetizou-o]

Narrador A: Não ...

Pesquisadora: Mesmo ... mesmo sendo merendeiro ... não teve oportunidade de sentar pra aprender a ler e escrever ...

Narrador A: Isso ...

Pesquisadora: Até o senhor pode aprender, ter aprendido, mas não foi na escola.

Narrador A: Não fui na escola ...

Pesquisadora: O senhor tinha mais irmãos?

Narrador A: Tinha ... esse que morreu aqui ... você não conheceu não ... tinha [refere-se nominalmente ao outro irmão] que é o mais velho ... foi tudo nascido lá dentro da represa ... tinha [refere-se nominalmente à outro irmão] ... depois de [outro irmão] era eu ... depois de mim era [refere-se nominalmente à mais um irmão] ... nois na ... nasceram tudo lá dentro da represa ...é só [refere-se nominalmente à outro irmão] parece que nasceu aqui em rio douro.

Pesquisadora: Aqui em Rio d'Ouro, aqui embaixo.

Narrador A: É ... é aqui embaixo ... onde nois tava morando ... mais lá na represa eu ... um que já morreu ... também ... foi tudo criado lá em cima ... nascido lá na represa ...

Pesquisadora: E eles tiveram oportunidade também de estudar ou não?

Narrador A: Não deram não ... não deram não ...

Pesquisadora: Também né ... assim ... a vida de vocês era ... era trabalhar, né?

Narrador A: É ... trabalho só ...

Pesquisadora: A partir do momento que já podia ir caminhar ... já podia fazer as coisas ... aí não tiveram a oportunidade da escolarização.

Narrador A: É ...

Pesquisadora: Isso, ... é assim ... Santo Antônio nesse momento ... é quem era mais movimentado? Quem assim o senhor acha que era ... que tinha uma mais ... mais gente circulando?

Narrador A: Ah... naquela época tinha mais gente mermo era santo antoin ... tinha um tal de 'seu' lavino ... morou ... morava ali onde é o colégio ... parece ali assim (com o olhar pensativo) ... ele arrumou terra pra todo mundo plantá ...

Pesquisadora: Ah ... 'seu' Lavinio?

Narrador A: É 'seu' lavino ...A mulher ... parece que chamava dona belina ... é um nome assim ... ele que arrumô terra pra todo mundo plantar ali dentro ...

Pesquisadora: Ali dentro o senhor diz é da ... da estrada pra ... seguindo ... quem vai pra Santa Amélia?

Narrador A: Isso ... por ali tudo ...

Pesquisadora: Que pra cima é a ... são as terras da represa, né?

Narrador A: É descendo ali por santa amélia ... é ... tinha muita casa na bera do rio ... pessoal que tinha sítio né ... é ... tinha sítio ... esse tal de 'seu' lavino ... ele era um escuro forte ... mais ele que ajeitava a terra pro zoto ... teve uma época ... eu nem sei que que foi que ele fez ... e tinha um baile ali ... sei que fez esse baile ... ele fez uma promessa lá de oito ... oito ano ... é ... aí tinha a ladainha primeiro ... ele ... ela fala a ladainha pro pessoal ... chega ... vinha gente de ... de eliopis [refere-se a Heliópolis], areia branca ... [bairros do atual município de Belford

Roxo] ... ia tudo pra li ... enchia a bessa ... aí olhava ... lá tinha uma fogueira grande na frente ... ali tinha de tudo ... batata assada, aipim ... tá vendo? ... melado de cana é ... tinha isso tudo ... e tinha mais uns bolo ... batata ... tinha muita coisa né? ... fora as broa que ela fez ... a dona dele fazia de milho ... aí todo mundo comia ali ...

Pesquisadora: Então era uma festa, né?

Narrador A: Era uma festa mermo ... era uma festa ... então ... e ... custou ... caba aquilo ali ... depois que ele mudou daí é que cabou santo antoin ... santo antoin agora não tá conforme era né? ... tá apagado ...

Pesquisadora: A impressão, pelo que o senhor tá falando ... Santo Antônio teve um ... teve um bom movimento, né?

Narrador A: Bom movimento ... tinha...

Pesquisadora: E aí dali saía esse pessoal ... é ... eles é ... plantavam e faziam ... a saída dos produtos pelo trem, ali em Santo Antônio?

Narrador A: Fazia ... carregava as coisas de feira ... carregava tudo num abagageiro do trem ... tinha um abagageiro só pra carregá isso ... é ... é pessoal que ia fazer feira dia de domingo ...

Pesquisadora: Isso ... é, eu me lembro das feiras de Miguel Couto ...

Narrador A: Então ... miguel couto ... areia branca ... belfor roxo ... tudo naquele abagageiro ... e carregava ... aquele trem carregava tudo pra fazer feira né ... quando trazia aquela caixa tudo de novo pra poder botar as coisas pra ... pra domingo de novo botá ...

Pesquisadora: Isso. Assim em relação a ... a ... entre Rio d'Ouro e Santo Antônio, Santo Antônio foi mais plantador do que Rio d'Ouro? Rio d'Ouro teve essa questão também de ... de sair produtos pras feiras?

Narrador A: Não, santo antoin foi mais por cima de rio douro de prantá ... de plantação é ...

Pesquisadora: E Rio d'Ouro assim ... basicamente ... vivia então em função da ... da represa da CEDAE?

Narrador A: Na represa só tinha aqui em rio douro mermo ... só tinha essas casinha velha que tem aí ...ue é ali ... em ... não sei se cê sabe onde mora o vidigal?

Pesquisadora: Não ... vai ... vai me falando que lugar é ...

Narrador A: Não tem ... não tem o açougue? ... do lado assim não tem duas casa, velha ...

Pesquisadora: Tem, perto da dona Juraci.

Narrador A: Justamente ... ali que mora o vidigal e pra frente ... já é casa antiga ... oh ... pra dizer a verdade ... eu soquei muito arroz nessas casa ... soquei muito arroz com uma filha do tal do seu mazico chamada ... madalena ... então ... esse arroz era tudo plantado em santo antoin ...

Pesquisadora: Arroz plantado em Santo Antônio?

Narrador A: Santo antoin dá ... deu muito arroz ali ... trazia saca e mais saca ... chega em casa tinha ... tinhu ... tinhu ... um salão ali ... a sala ... seu ... seu mazico batia o arroz em borduada com o pau ... pá ... pá ... pá ... depois que caba ficava tudo solto ... aí que ia pro pilão ... aí que a gente ia socava tudo no pilão ...

Pesquisadora: Olha pra tirar a ...

Narrador A: Aquela palha né ... é ... limpava ...

Pesquisadora: E aí vendia pra quem esse arroz ?

Narrador A: Esse arroz quase ... acho que não vendia não ... eles usavam ... mais não comprava nada fora não ... tudo é da roça ...

Pesquisadora: Ah.. então vinha de Santo Antônio, que produzia ...

Narrador A: Era produzia mermo ... tinha ...

Pesquisadora: E acabava chegando aqui em Rio d'Ouro através de Santo Antônio.

Narrador A: É ...

Pesquisadora: Agora é ... é assim... dona Mercedes me falou que aqui, né, aqui nessa região é ... tinha ... era uma região de fazendas ...

Narrador A: Tinha ...

Pesquisadora: A gente não vê a ... a casa grande ...

Narrador A: É ... não vê que cabô ... só tem mato ...

Pesquisadora: É? Onde ficava isso, essa casa principal?

Narrador A: Que ver ... vou explicar ... tinha fazenda e tinha casa de funcionário perto da fazenda né ... mais naquele tempo era fazenda mermo que tinha ali ... quem morava ali ... é um pessoal antigo ... o nome dele é ernesto santo ... ali tinha vacaria, fazia queijo, a dona dele ... a minha mãe levava nois lá pra ver ladainha ... na ... naquele tempo era um padre antigo que todo mundo falando talvez muita gente conheceu ... padre João ... e falava, aquele era antigo da ... da daqui ... é o padre Antoin ... ele que padre João ... que dizer ... dispois dele é que cabô ... ele era até um alemão ... tão ... então ... as ladainha ... missa ... tudo era nessa fazenda ... que não tinha igreja ...

Pesquisadora: Essa fazenda ... onde ficava?

Narrador A: Que ver ... vou dizer já ... num tem ... num tem a gurita? ... do lado da gurita ...

Pesquisadora: Aqui na entrada da reserva?

Narrador A: Aqui ... aqui é ... é ... é depois vem subindo ... vem subindo ... até aquelas casa que eles fizeram de vinida ali ... fica do lado assim ... daqueles capuerão que tem ... é ali que é a fazenda ...

Pesquisadora: Não tem nem mais resquícios dela? Nada?

Narrador A: Não ... pode encontrar lá é algum tijolo antigo ... pedra né ...

Pesquisadora: É porque ... é assim ... a gente olhando hoje, a gente não tem ... bom ... pelo menos eu não tenho noção de que existiu aqui fazenda. A ideia que eu tenho é que possa ter existido, mas essa área daqui é ... seria então uma área de plantação ... de criação de gado ...

Narrador A: Isso ...

Pesquisadora: E no loteamento também ... assim ... eu não consigo visualizar se também ali houve algum ... algum sítio maior que produzisse mais algum ... alguma coisa ... assim ... é ... eu não consigo visualizar no tempo, né ... de haver existido ...

Narrador A: Me alembro não, me alembro de ter umas casinhas ... pouca ... depois foi aumentando né ... umas casinhas a mais ... hoje não ... hoje tá cheio de casa lá ... quando beto cavalo foi pra li ... quase não tinha casa ... só o armazenzinho de butiquim dele ... depois que veio aumentando casa pra qui ... casa pra li ... mais não tinha grandes casa não ...

Pesquisadora: Então, aí ... assim ... a impressão que eu tenho então, que até esse ... esse momento, essa área daqui, pelo menos daqui de cima né, é ... seria talvez plantação, muito pouca gente ...

Narrador A: Muito poca gente ...

Pesquisadora: Morando ...

Narrador A: É aqui morô ali mermo em rio douro ... quaias não tinha sítio ... ali onde mora o orlando ... ali tinha ... tinha era um sítio ... tinha cavalo ... carneiro ... num é? ... vaca acho que não tinha não ... era cavalo e carneiro ... camarada só tinha esses bichos ... mais morava lá perto de madureira ... vinha pra cá ... e anda a cavalo ...

Pesquisadora: Não morava aqui ...

Narrador A: É isso ... ali só tinha isso mermo ... dispois ele vendeu ... aí foi que ele vendeu esse terreno que meu pai comprô ... ali de frente ... tinha cinco lotes ... aí ele foi e falô assim ... aí oh 'seu' vergilio ... acho que você não conheceu não ... pai da mariazinha ... [não é a professora Mariazinha]

Pesquisadora: Não, não conheci ...

Narrador A: Não ... já ouviu falar?

Pesquisadora: Já, já ...

Narrador A: Então ... ele garrou e falou assim... 'seu' vergílio ...

Pesquisadora: Aí ... ele é que tinha alguns lotes aqui. E aí ... nesse ... esse caminho pra Queimados é ... também devia ser um ... uma trilhazinha ...

Narrador A: Não tinha estrada não ...

Pesquisadora: E ao longo disso aí ... tinha plantação? Dessa ... dessa estrada até lá?

Narrador A: Pra lá tinha era chakra de laranja ... muita chakra de laranja ... depois que passa ali ... que ver ... santo antoin ... não sei se você conhece ali uma ... um tipo ... um clubzinho que tem numa subidazinha ... em antes da ponte ...

Pesquisadora: Indo pra Queimados?

Narrador A: Não ... já indo pra quem vai pra santa amélia ...

Pesquisadora: Santa Amélia eu quase não conheço.

Narrador A: Não conhece né?

Pesquisadora: É eu quase não conheço.

Narrador A: Que ali tem santa amélia, tem aljezur

Pesquisadora: Tem o Laranjal ...

Narrador A: Laranjal ...

Pesquisadora: Aí ... pra li tudo tinha plantação de laranja?

Narrador A: Ali tudo era laranja ... é que santo antoin mermo tinha um laranjal naquele morro grande ... ih.. que vê ... cê conhece aquela russa de santo antoin?

Pesquisadora: Eu já ouvi falar ... Santo Antônio eu quase não ...

Narrador A: É ... é ... ela anda muito aqui dia de domingo né ... de ônibus também ela anda aí ... então ... é pra lá da casa dela ... que ela mora ... é que tinha essa chakra de laranja grande ... o dono dali chamava seu Pascal ... o dono da chakra ... e nos capinava o pé de laranja pra ele né ... eu capinei muito pé de laranja lá ... era aquela chakra grande ... pegava cá do ... do ... da baixada ... ia até na virada do morro ...

Pesquisadora: Na virada do morro que o senhor fala ... já indo pra Santa Amélia?

Narrador A: Já indo pra Santa Amélia ... é ... aí ... na ocasião de panhá ... de panhá laranja, tinha um caminhão com ... com as caixa pra levar laranja dali ... era muita gente ... era muita gente apanhá laranja ... pra encher aquelas caixa né ... depois botá no caminhão e levava ...

Pesquisadora: Então ... o senhor falou do .. aí.. esqueci agora o nome dele ... que foi que ... que digamos assim .. doou né ... terras lá em Santo Antônio ...

Narrador A: Ah ... Lavino ...

Pesquisadora: É nesse momento então ... veio assim gente de fora também que acabou ganhando esses terrenos e ficando por aqui ...

Narrador A: Não ... só ele mermo que na ocasião que ele tava aí ... ele que espalhou essas terras ... essas terras pra cada um né ... [que] queria plantá ... ele falou ... bom se quer plantá eu ... eu arrumo ...

Pesquisadora: Mas aí o pessoal que ... que acabou ... acabou doando pra eles ... o senhor se lembra se tinha gente de fora ou basicamente era o pessoal que morava por aqui mesmo?

Narrador A: Aí eu não se se ele panhou aquilo é ... é quanto do inca ... (refere-se ao INCRA) ... também não sei ...tinha o inca também ... é porque o inca que deu muito sítio aí por dentro dessa mata ... é até ... até a pedreira ... tudo ali era sítio ...

Pesquisadora: Onde é a pedreira que o senhor fala?

Narrador A: Pedreira era onde você falou que tem aquela aquele apertadinho perto da estrada da polícia ... [Estrada da Polícia, atual RJ-113]

Pesquisadora: Ah ... corte ... corte de pedra ... [Limeira]

Narrador A: Isso ... é ... corte de pedra ...

Pesquisadora: É do INCRA ...

Narrador A: Isso ... ali pra dentro da mata do governo eles panhô sítio ... casa pra todo mundo ...

Pesquisadora: Ali ainda não é Limeira?

Narrador A: Ali ainda não é limeira ... limeira é ... é quando sai de santo antoin ... faz aquela curva grande ali ... a linha ... na rua não tem a soqueira de bambuzinho no morro?

Pesquisadora: Isso ...

Narrador A: Então ... ali que é limeira ...

Pesquisadora: Que tinha um tanque lá também da ... da CEDAE, né?

Narrador A: Tinha ... tinha ...

Pesquisadora: É porque ... assim ... Limeira ... pela documentação ... é ... do Governo do Estado no final dos anos 50, quase chegando anos 60, ele... é ... desapropriou. Eu não sei se é esse período então que esse senhor vai ... vai doar essas terras aí ...

Narrador A: Deve ser ... porque tinha um ... eu sabia até o nome do cara que distribuiu terra li ... acho que já morreu também ... eu esqueci o nome dele ... era um gordusinho ... ele morava em miguel couto parece ...

Pesquisadora: Aí parece que Santo Antônio esvaziou um pouco, né?

Narrador A: É por que santo antônio da ... da mata ... aí ... tinha laranja ... banana ... então fazia tipo uma feira aqui em rio douro ... vendia muito né? ... é ... e aqui até mataram ele e o filho dele lá em miguel couto ... que faz que tinha plantação lá ... ele falou que foi o cara matadô lá e ia matar o filho dele parece ... coisa assim ... aí ele foi e falou assim ... não você me mata que meu filho nos morre nos dois junto ... o cara acabou com os dois ... matou os dois ... nome dele acho que chamava gurino ... é ... lá ele tem muita laranja ... chuchu ...

Pesquisadora: Hum ...

Narrador A: Tão ... nois ia buscar moerão pela floresta que eles cortava pra vender ... e a florestal num ... num deixava ... [refere-se a Guarda Florestal do IBDF]

Pesquisadora: A florestal que o senhor diz é ... é seria o governo, né?

Narrador A: É pelo governo ... recolhia ...

Pesquisadora: Seria IBAMA hoje ... vamos dizer ...

Narrador A: Isso ... é hoje ... é o ibamba ... aí guardava aqueles moerão todinho ... naquele posto que tem ali ... aqui em rio douro de frente da estação ... da padaria ... não tem uma casa escondida ali?

Pesquisadora: Lá atrás ...

Narrador A: É onde morava o jarrão ...

Pesquisadora: Que vai pra estrada da represa ...

Narrador A: Da represa ... passando a porteira logo que você entrou ... aqui na porteira tem uma casa do lado ... tão ... mais pra qui é policial jarrão que ele carrega arma ... que toma do caçador ... guardava ali machado ... pra não cortá pau no mato ... eles tomava palmito ... é também ... cortava muito né? ... então eles tomava machado ... aveis palmito né ...é que nos cortemos muito palmito lá ... mais não pra gente ... era pro chefão lá embaixo ... mês de natal ... a gente cortava muito palmito pro chefão lá embaixo ... a gente aveis panhava uns dois pra trazer pra casa né ... mais não podia carregar muito peso que é lá do alto da mata ... da serra ... é lá do alto ... tem muito chuchu ... muito isso ... aí já viu ... a gente carregava ... mais pro mermo chefe ... nois não ... é ... que panhava algum escondidinho ... mais cada um trazia uma dúzia de palmito ... mais uma dúzia de palmito pesa a bessa ... tão ... tão ... a gente botava mais dois em cima assim ... quando chegava cá dizia assim ... esses dois aqui é meu hem ... eu

tirava e levava pra casa ... só assim ... mais essa época agora que eu não sei ... época de natal todo mundo panha palmito pra vender ... é ibdf ia pra lá pra segurar ... agora ibamba não ... ibamba não é de entrá no mato não ... igual ibdf não ... pessoal panha ...

Pesquisadora: O IBDF entrava ... o pessoal era mais raçudo ...

Narrador A: Ah ... o ibdf é ... entrava lá na mata e tomava arma de caçador ... lá dentro panhava as arma toda ...

Pesquisadora: É que o IBDF é da década de 60 e 80 ... a gente vai chamar de período da ditadura, né? Então uma boa parte eram militares ... militares treinados pra ir pra mata, né? Nesse momento do IBDF, boa parte de quem trabalhava pertencia as Forças Armadas, em especial do Exército.

Narrador A: É ...

Pesquisadora: Então eles tinha o treinamento de mata ... eram mais raçudos pra entrar na mata. Hoje o pessoal já é mais ... mais delicado, digamos assim, pra ir pra mata ... e eles foram treinado pra irem armados, né?

Narrador A: Isso justamente ... mais eles entrava lá no alto da serra atrás de caçador ...

Pesquisadora: Isso. E por falar nisso, o senhor me lembrou um negócio que o senhor comentou ... que tinha o pessoal da Marinha que fazia o mapeamento ... que tinha um pessoal da Marinha ... não sei se Marinha ... sei que é Forças Armadas ... mas eu entendi que era da Marinha que tinha até um espaço ... uma casa mesmo ... que eles ficavam. Depois ... é ... foram embora. Não mais voltaram e faziam o mapeamento ... tinham mapas do lugar ...

Narrador A: Não era não ... era o Exército, não?

Pesquisadora: Era o Exército?

Narrador A: Devia de ser o Exército ... o Exército que tinha esse negócios ... devia de ser o Exército ...

Pesquisadora: Já vou liberar o senhor que já tá ... escureceu ... vou ter que levar o senhor lá na sua casa pro senhor não se perder no caminho ... (risos) ... mas é isso aí. Obrigada. Não vou mais incomodar o senhor. Vou deixar o senhor descansar.

Narrador A: Não ... quando precisar de mais alguma coisa ... aveis a gente ... aveis a gente não acabô de explicar tudo né ... aveis fica alguma coisinha ...

Pesquisadora: Não.. não é pra explicar não. É bate papo mesmo, pra gente trazer um pouquinho das lembranças ... pra gente deixar um pouquinho dessas lembranças pras gerações futuras ... pra ver se elas ... elas se incentivam a ter um olhar com mais carinho o lugar. É querer cuidar do lugar, não ver lugar como um lugar que é lixo, para não tratar como lixo, é o nosso lugar .

Narrador A: É o nosso lugar ...

Pesquisadora: É.. é o lugar que o senhor passou praticamente a vida inteira, passou por muitas lutas, foi muito alegre, mas também teve muitos momentos que não foram legais.

Narrador A: Isso ...

Pesquisadora: Então, é respeitar isso. E a gente tem que cuidar bem do lugar pra que ele continue ... a memória do senhor permaneça ... a memória da Mariazinha permaneça ... a memória de tantos outros que já passaram aí ... que cuidaram do lugar dentro do possível.

Narrador A: Justamente ...

Pesquisadora: Que deixaram pra nós o lugar, pra gente cuidar hoje, né?

Narrador A: É ... justamente ... é...

Pesquisadora: Já vão dar seis horas, eu ocupei demais o senhor essa tarde, muito obrigada.

Narrador A: Ainda que brigar comigo?

Pesquisadora: Quando quiser, o senhor sabe que é, estamos ai, né? Pra gente tomar um cafezinho, bater um papo ...

Narrador A: Oh.. nos tamo aí ...

Pesquisadora: E agora eu vou fazer, vou digitar, vou transformar sua fala em texto, as nossas falas em texto e aí eu vou gravar a sua fala num cdzindo pro senhor guardar lá e deixar pro netinho piquinininho que é muito espertinho ... por sinal muito inteligente aquele menino ... aí, obrigada por tudo viu ...

Narrador A: Ainda que brigar comigo ...

Pesquisadora: Deus abençoe ... ainda tá brincando ... (risos)

Narrador A: A gente tem que brincar ...

-X-X-X-X-X-

A2 - Narradores B e C

Entrevista realizada na manhã muito chuvosa de dezenove de novembro de 2018 em minha residência em Rio d'Ouro, Japeri/RJ, acompanhada de um lanche com cafezinho amigo. Nela os narradores relatam sobre suas vidas pessoais; fazem uma descrição preciosa ao longo dos seus relatos sobre as escolas em Rio d'Ouro, em especial a Escola Municipal Santo Antônio, na qual os narradores sempre estiveram envolvidos desde os movimentos junto à população para a sua abertura no início da década de 1990. Falam sobre as dificuldades de uma escola situada em área rural: acesso a essa escola devido principalmente às condições das estradas, e dos obstáculos que os alunos encontravam para acessá-la – desde os impedimentos dos responsáveis, da ausência de documentos pessoais e dos locais distantes e dos caminhos precários para se chega à escola - e de como os narradores unidos aos moradores lutaram junto às autoridades, para vencê-las. Também relatam a existência de outras escolas nessa região. O narrador C expõe informações valiosas para os pesquisadores do tema 'movimentos sociais de luta pela terra' sobre as ocupações de terra em Santo Antônio e sobre a associação de lavradores e seus personagens entre os anos de 1950 e 1970 – com destaque para as atuações de Florentino, Bráulio Rodrigues, José Muzi e Aldegundes; comenta sobre o escoamento da produção agrícola via trens da Estrada de Ferro Rio d'Ouro e de como a extinção do ramal São Pedro afetou a economia e, por conseguinte, a vida das pessoas na região, inclusive ocasionando o fechamento da escola. Esse narrador explica ainda como foi à posse de terras nas franjas da Serra de Tinguá nos idos dos anos de 1960 e do processo de desocupação pelo Governo Federal através da atuação do IBDF. Os narradores mencionam sobre os moradores, sobre a vida social e da solidariedade das pessoas em Santo Antônio.

Os **narradores B e C** estiveram compartilhando juntos as suas memórias. Ambos tem pouco mais de 60 anos. O **narrador B** nasceu em Rio d'Ouro na década de 1960 e sua família chegou nessa localidade na década de 1950, depois da família ter morado em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro e do pai ter trabalhado numa carvoaria na serra de Adrianópolis, bairro vizinho a Rio d'Ouro. A família é originária de Miguel Pereira (RJ) onde nasceram seus outros irmãos. O pai era tropeiro, vindo anos depois a trabalhar na CEDAE. Trabalhou, no início da década de 1970, como auxiliar de professor na escola que havia em Santo Antônio e depois do seu fechamento em 1972, foi para a escola municipal existente em Rio d'Ouro. Se habilitou anos depois como professor das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Muito ativo politicamente, participou das ações que culminaram na construção da escola estadual em Rio d'Ouro nos anos de 1970. Incentivou a construção da Escola Municipal Santo Antônio quando da emancipação de Japeri na década de 1990, onde exerceu a direção por mais de vinte anos. Participou do movimento que culminou na municipalização da escola estadual em 2012.

O **narrador C** veio de Itaperuna (RJ) para Santo Antônio com sua família, ainda menino, no final dos anos de 1950, onde o pai era lavrador. A família primeiramente morou num sítio em Aljezur, bairro vizinho a Santo Antônio, onde já morava uma irmã de seu pai. Depois se deslocaram para Santo Antônio, onde o pai foi trabalhar como caseiro em um sítio, que mais tarde foi adquirido pela família estando até hoje de posse dele. Anos depois, um irmão de seu pai ofereceu-lhes sociedade na criação de boi. O pai, lavrador, teve atuação destacada junto a Associação dos Lavradores de Santo Antônio. O nosso narrador C participou e testemunhou as lutas travadas pela posse da terra ocorridas nessa região ao longo dos anos de 1960 até 1987, quando os últimos posseiros foram expulsos da antiga Fazenda Limeira sendo transferidos para Papucaia. Muito ativo politicamente, foi candidato a vereador pela região e, junto com o narrador B, participou intensamente em todos os movimentos relativos as escolas em Santo Antônio e Rio d'Ouro.

Pesquisadora: Nós estamos aqui, na manhã muito chuvosa do dia 19 de novembro de 2018 na minha residência, em Rio d'Ouro, Japeri / RJ. Vamos conversar com os narradores B e C, moradores bem antigos do nosso lugar e eles vão compartilhar conosco um pouquinho da história de Rio d'Ouro e Santo Antônio. Então, já estamos gravando. A minha pesquisa é o que? Eu tô fazendo mestrado na Rural e a minha pesquisa sobre educação do campo e estou aproveitando para fazer então uma junção de educação do campo com a história desse ... desses dois lugares, e a gente vai passar pelas escolas, que as escolas são importantes na vida do lugar, e também sobre um pouquinho da história de como começa, digamos assim, a ocupação num determinado tempo do lugar, mais especificamente década de 40 a década de 70, onde a gente já tem alguns dados pra Pedra Lisa, nos temos um depoimento do Bráulio Pedroso [a pesquisadora confundiu o sobrenome de Bráulio Rodrigues]. Não sei se chegaram, assim ..., a ouvir, a conhecer, que houve um movimento de ocupação das terras nesse lugar, e o Bráulio tá muito ligado a Pedra Lisa.

Narrador C: É ...

Pesquisadora: Mas a gente também descobriu, pelo próprio depoimento dele, que houve uma associação de lavrador de Santo Antônio.

Narrador C: Teve ...

Pesquisadora: E pelos ... as conversas que a gente já teve com outras pessoas, a gente percebe que há uma diferença entre ocupar Santo Antônio e ocupar é ... Rio d'Ouro. Parece que Rio d'Ouro foi uma ocupação ... digamos assim ... de.. de compras ... de trocas de terra, um pouquinho diferente do vai acontecer em Santo Antônio nesse momento. E aí nós ficamos sabendo que o narrador C tem um ... uma história bem longa aqui no lugar.(risos)

Narrador C: Lá em Santo Antônio ...

Pesquisadora: E.. o narrador B ... a gente conhece da escola, mas aí ficamos sabendo que ... que vocês lutaram pra que a escola em Santo Antônio, que anteriormente havia existido e depois ...

Narrador C: É ...

Pesquisadora: Já na década de 90 como Japeri, vocês vão assim lutar pra que seja construída uma escola municipal ...

Narrador B: Isso ...

Pesquisadora: De Japeri, no lugar e as outras lutas que a gente foi vivenciando ao longo da nossa chegada aqui em 2011. Então ... assim ... a gente começa o nosso papo ... vocês querendo falar um pouquinho da vida de vocês; como é que vocês chegaram aqui, são daqui, nasceram ou não? Como é que a família, se não nasceu, ... como é que a família chegou aqui nesse lugar, em que momento? Que ... que data mais ou menos, não precisa datas, mas assim que ano ... alguma coisa pra gente se situar no espaço e ... um pouquinho ... falar um pouquinho da vida de vocês ... falar da própria escolas, né ... fiquem à vontade ... podem ir falando ...

Narrador B: Eu ... eu começo assim ... com a chegada da ... da minha família pra aqui pra Rio d'Ouro ... eles moravam ... mamãe morava ... eles moravam em.. Madureira ... e vieram ... na verdade vieram pra serra de Adrianópolis e depois vieram para cá porque papai veio trabalhar na CEDAE ... nós nascemos aqui ... quer dizer ... no tempo é .. quase mais ou menos uns 70 anos ... eu é .. eu ... nós [refere-se nominalmente à outros dois irmãos] já nascemos aqui no Rio d'Ouro ... então mais ou menos é ... é uns 65 ... uns 60 ...

Pesquisadora: Na década de 60 ... então aí vocês nascem ... a família já está aqui ...

Narrador B: Já estava aqui ...

Pesquisadora: Já tem alguns irmãos ... já ...

Narrador B: Já tinha ... isso ... aí tínhamos ... éramos seis ... e ... tinha três mais velhos ... aí depois que eles vieram pra cá ... que aí a gente nasceu aqui no Rio d'Ouro ...

Pesquisadora: Nasceram mais três aqui. Um dos seus irmãos teve comentado comigo ... parece que seu pai quando veio pra cá ... ele vai para ... tipo ... para uma carvoaria ... né ... pra uma empresa que tirava madeira e fazia ...

Narrador B: Isso ... ele fazia parte da ... de uma tropa de ... que vinha de ... que vinha de.. da ... Serra de ... Miguel Pereira ...

Pesquisadora: Olha ... de Miguel Pereira?

Narrador B: Miguel Pereira

Pesquisadora: Olha ... ele era um tropeiro?

Narrador B: Ele era tropeiro ... é ...

Pesquisadora: Que coisa bacana. Muito difícil a vida, né?

[O narrador B emociona-se e seus olhos lacrimejam e faz-se uma pausa no diálogo]

Pesquisadora: Olha só ... vou deixar bem à vontade, porque eu sei que nossas memórias são coisas muito boas, tem coisas também que não são nada boas ... então eu deixar vocês à vontade ... no momento você se sentir ... vamos parar ... fiquem à vontade tá ... pra parar ...

Narrador B: Não ... é que ...

Pesquisadora: O que dá pra falar ou não. Porque as emoções que vem ...

Narrador C: É ...

Narrador B: É ... vem sim ...

Pesquisadora: E também as coisas boas fazem parte da nossa vida, né? Então eu ... eu particularmente gosto muito ... sempre gostei muito de lembranças ... mas vocês fiquem à vontade. Então assim ... vocês fiquem à vontade pra chorar ... pra falar ... pra não falar, tá ... pra parar ... porque a gente ... a gente respeita. Eu acho que o mais importante são as pessoas ... não é a minha pesquisa ... a pesquisa é legal ...

Narrador B: Sim ...

Pesquisadora: Mas, mais importante são as pessoas ...

Narrador B: Não ... mais é muito bom lembrar ... é que às vezes gente...

Pesquisadora: Isso ... oh, aqui tem cafezinho tá ... fique à vontade ...

Narrador B: Então ... então ele fazia parte desse ... dessa ...

Pesquisadora: Tropa ...

Narrador B: Tropa ... que seguiam ... e eles traziam nessa ... nesse caminhar ... eles ... eles faziam carvão que eram ... e eram transportados no ... no ... nesses trens ... nos trens de cargueiro ...

Pesquisadora: Olha ...trens que vinham aqui ...

Narrador B: Aí vinha assim nos trens né ... eles transportavam ... e na verdade quando ele veio pra Adrianópolis ... aí depois que ele foi pra ... pra lá ... e depois que ele veio pra CEDAE ...

Pesquisadora: Aí quer dizer se encantou pelo lugar ...

Narrador B: Isso ... se encantou ...

Pesquisadora: Mas, aí então ... [chegada de minha irmã que cumprimenta a todos; voz do meu pai ao fundo]

Narrador B: Então ... aí ... nós nascemos aqui né ... e aí fomos é ... vivendo ... depois nós é ... era assim ... foi uma luta bem grande ... ele foi trabalhar lá na CEDAE ... papai ... e ... a gente ... era muita dificuldade pra mamãe porque morava num lugar quando veio pra cá muito difícil né ...

Pesquisadora: Muito difícil ...

Narrador B: É .. mas a gente era feliz ... muito feliz na família.

Pesquisadora: Com todas a dificuldades ...

Narrador B: É ... com todas as dificuldades a gente era muito feliz ... e desde o primeiro [se refere ao irmão mais velho que foi diretor de uma das escolas de Rio d'Ouro] ... a gente queria ser professor ...

Pesquisadora: É mesmo?

Narrador B: Nós todos ... (risos) todos nós somos ... acabamos assim ... optamos ... o primeiro ... o meu irmão que faleceu [citação nominal suprida] ... na verdade foi um acidente aqui no Rio d'Ouro mesmo ... você soube?

Pesquisadora: É ... comentam ...

Narrador B: Ele já dava aula na escola Vereador Sá Freire ... onde eu trabalhei também ...

Pesquisadora: Também trabalhou na Sá Freire?

Narrador B: Também trabalhei na Sá Freire ... foi ... e primeiro nós trabalhamos em Santo Antônio ...

Pesquisadora: Isso, tô sabendo que tinha uma escolinha lá ...

Narrador B: Tinha uma escola do município de Nova Iguaçu ... ainda era ... isso ... ainda era município de Nova Iguaçu ...

Pesquisadora: Isso .. ela era municipal?

Narrador B: Era municipal ... era escola municipal ... era lá onde é a igreja agora, né? [dirige a pergunta ao narrador C]

Narrador C: É ...

Narrador B: E [citação nominal] que é meu irmão deu aula lá ... [citação nominal] referindo-meu outro irmão ... dava aula aqui no Rio d'Ouro e ... [citação nominal] meu irmão ... dava aula lá ... então ele teve ... eles concederam um tempo à ele pra ele se formar ... que ele naquele tempo não precisava se formar ... depois eles iam né ... bastante tempo ... e aí um tempo pra ele se formar eu fiquei trabalhando lá no lugar dele ... eu tinha mais ou menos uns 15 anos ... aí já ia lá pro Santo Antônio ... junto com uma professora que vinha de Niterói ...

Pesquisadora: Gente ... de Niterói ...

Narrador B: Chegava aqui ... aí tinha pouco tempo que tinha terminado o trem ... ainda peguei essa época do trenzinho ...

Pesquisadora: Ainda pegou um pedacinho ...

Narrador B: É ... muito ... muito bom ... era muito importante eu acho ...

Pesquisadora: E ... a gente vê que era ...

Narrador B: Foi muito importante ... então eu ia com ela ... a gente ia à pé porque não tinha estrada ... era pela a linha que a gente ia ...

Pesquisadora: Era muito sacrifício né ...

Narrador B: Muito sacrifício ... sim ... mas tudo a gente fazendo tudo muito feliz com muito amor ...

Pesquisadora: Com muito carinho. E tinha bastante ... assim ... a gente fala bastante ... assim ... tinha um o número bom para o lugar de alunos na escola lá?

Narrador B: Tinha ... tinha né [dirigindo-se ao narrador C] ... tinha ... é ... tinha sim ...

Narrador C: Porque vinha de ... vem de 56 ...

Narrador B: É porque na verdade a única escola ali ... era ali no Santo Antonio ... tinha uma em Jaceruba ... isso ... e tinha a da represa ... mas na represa era mais pros funcionários ... os filhos dos funcionários da CEDAE ... essa escola lá do Estado ... lá na represa ... e essa... da ... tinha uma em Jaceruba também ... que era do Estado e tinha uma ... essa em Santo Antonio ... só que quando acabou o trem aí depois eles terminaram com a escola também ... porque viemos todo mundo pra Sá Freire ... que era ...

Pesquisadora: Pra ficar próximo a casa né ...

Narrador B: Próximo é ... então ... e aconteceu ... aconteceram assim algumas coisas ... tinha alguns problemas daqui até lá ... e era nós dois que íamos né ... e assim era preocupação pro município de Nova Iguaçu ... a gente caminhar até lá todo dia ... muito sacrifício ... e eles trouxeram ... nos trouxeram para cá ... pra Rio d'Ouro ... aí ficou na Vereador Sá Freire funcionando Rio d'Ouro e Santo Antônio porque aqui ... era nessa época ... era uma sala só ... ali tinha primeira série ... que era assim ... primeira série ... segunda série ... terceira ... quarta ... então ... tinha aqui no Rio d'Ouro também era uma sala só ... e esse ... várias séries juntas ...

Pesquisadora: É o que a gente chama de multisseriada ...

Narrador B: Isso aí ...

Pesquisadora: Juntava a galera toda ...

Narrador B: Naquele tempo era ...

Pesquisadora: E tinha que dá conta dessas diferenças ... do conhecimento deles ... de aprendizagem ...

Narrador B: Era ... era ... todo mundo e nessas escolas ... é a da represa também né ... ela também era assim multisseriada ... a do Rio D'Ouro que era a Vereador Sá Freire ... depois de um certo tempo também eles resolveram ... porque resolveram a construir nesse tempo a escola ...

Pesquisadora: A estadual ...

Narrador B: É nesse tempo também eu ... quase sempre eu tava envolvida ... assim ... as vezes nem por querer ... porque acontecia da gente tá trabalhando na escola e acabava se envolvendo ... é ... as vezes aparecia alguns políticos e na época queria construir e viram ... viam assim o sacrifício ... o lugar que já era assim bem grande ... já bastante crianças e precisava de uma escola maior ... então com isso ... foi até o José Haddad ... naquela época

Pesquisadora: Ah ... sim ... Haddad ...

Narrador B: É que ... que veio pra cá pra fazer a escola do Rio d'Ouro ...

Pesquisadora: Foi quem adotou o projeto pra..

Narrador B: Isso ... pra construir a escola ...

Pesquisadora: Pra fazer ele andar e construir a escola ...

Narrador B: Na época nós pensávamos que seria uma escola da prefeitura porque aí nessa época [eu] já era funcionário da prefeitura ... então nós pensávamos numa escola da prefeitura mas eles resolveram fazer uma escola do Estado ... e nisso o que aconteceu ... todas as escolas por perto fecharam pra que todos os alunos viessem pra cá porque a escola ficou muito grande ... era uma escola grande ... muito boa ...

Pesquisadora: É uma escola grande ...

Narrador B: Até hoje ... e aquela estrutura é estrutura de quando foi feita ... então em 74 nós viemos todo mundo pra lá ... aí parou ...

Pesquisadora: Ali na verdade ... ela então vai absorver as escolas que havia para funcionar então nesse espaço [que] agora passa ser do Estado ...

Narrador B: Isso ... isso mesmo ... então aí termina Santo Antônio ... a escola da Represa ... e a Vereador Sá Freire ... então pegamos todas as papeladas de alunos e fomos ...

Pesquisadora: Trazem pra cá ...

Narrador B: Isso ... aí os funcionários também no primeiro momento ...

Pesquisadora: Também vieram todos?

Narrador B: Viemos todo mundo pra cá ... aí depois houve o concurso do Estado ...

Pesquisadora: Aí cada um foi se realocando ...

Narrador B: É ... aí cada um foi ... isso ... isso mesmo ... o pessoal da prefeitura de Nova Iguaçu foram pra prefeitura procurar outras escolas e o pessoal do Estado veio ... nós como éramos da Vereador Sá Freire ... morava ... não tinha ônibus pra Nova Iguaçu ...

Pesquisadora: É ... o pessoal fala isso ... que ... era difícil ...

Narrador B: Isso ... não tinha condição ... e a escola mais próxima era Vila de Cava ... mas assim mesmo não tinha condição de chegar em Vila de Cava ... então o que eles resolveram ... o pessoal da prefeitura pedir ao Estado que a gente continuasse pelo menos por um tempo ...

até que houvesse uma situação pra gente ... então isso foi em 74 que gente veio e começou a trabalhar no Rio d'Ouro ... 74 né que a escola foi inaugurada ... nós passamos ...

Pesquisadora: É ... ela nos documentos ... ela nasce oficialmente em 75 ... mas você sabe que os trâmites acontecem bem antes ...

Narrador B: Acontece antes disso ... isso mesmo ... foram acontecendo assim antes ...

Pesquisadora: Pelo Diário Oficial ela é como nascida em 1975.

Narrador B: É isso ... por que na verdade ... 74 a gente começa a mudança ...

Pesquisadora: Então ela começou a ser construída em 72 ... 73 ...por aí ... começa essa movimentação pra construí-la?

Narrador B: Eu não tô bem lembrado a data ... eu não tô lembrando data ... porque eles levaram um tempinho ... porque a escola ... muito grande ... aquela época a escola bem grande e pra se conseguir verba também ... pra conseguir ... na verdade também seu Vergílio é ... ele era ...

Pesquisadora: Seu Virgílio?

Narrador B: Isso ... é naquela época também ele ...

Pesquisadora: É um nome bem presente ...

Narrador B: Bem presente sim ... ele também ajudou que ele tinha conhecimento com os políticos também e levava a gente ... eu era muito ... trabalhei muitos anos com o seu Vergílio ... e então a gente ajudava né ... nessa ... nesses projetos que começava ... ajudava ... começava a pedir ... eu comecei muito cedo nessa ... assim sendo ... pra assim buscar uma melhoria pra cá porque eu não tinha vontade de ir embora daqui né ... e muita dificuldade a gente teve pra sair daqui pra estudar ... né ... eu ... eu me formei à noite ... eu estudava à noite porque é ... é papai assim ... cada um no seu tempo porque ele não podia pagar pra todo mundo ... e ali tinha o Manoel Pereira [escola privada em Queimados] que o carro da CEDAE levava os alunos [os filhos do chefe do Reservatório em Rio d'Ouro] pro Manoel Pereira ... e ali ele fazia um esforço pra cada ano ... então como [citação do nome de um irmão] era mais velho que eu ... aí ele estudava e eu fui trabalhar no lugar dele pra ele poder estudar e depois eu fui estudar à noite ... que aí eu já trabalhava aqui no Rio d'Ouro e fui estudar à noite ... mas não tinha ônibus também pra vir embora ... a gente pegava ... eu pegava sete horas pra descer daqui no ônibus de quatro e meia [da manhã] ... passava mais ou menos aqui ... e pra estudar aí eu ia pra casa de uma colega e à noite saía dez horas [da escola onde estudava] ... eu dormia na casa dessa colega e vinha no outro dia no ônibus de seis horas da manhã pra trabalhar ... às vezes não ia nem em casa ... que a gente trabalhava o dia todo ... às vezes eu não ia em casa ver papai e mamãe e ficava ... soltava na escola ... eu chegava aqui seis e meia mais ou menos ... às vezes dava uma carreirinha em casa via eles ... mas às vezes geralmente saltava na escola e ficava ali ... então foi ... e a ... uma obra assim muito boa ... ajudou muito ... mas com isso as ... as escolas da prefeitura que tinha ... nós tinha mais acesso á ... aos prefeitos ...

Pesquisadora: Isso ...

Narrador B: As autoridades ... como vou te falar um ... a ...a supervisão ... a pessoa vir ...

Pesquisadora: É ... assim o acesso era mais próximo ... a prefeitura é mais próxima ...

Narrador B: Era mais próximo ... a prefeitura é mais próxima do que o Estado ... até que você chegue a alguém ... mas aqui não ... não tinha vereadores que conheciam a localidade ...

se interessavam ... as pessoas muito antiga ... amiga do pessoal todo ... então sempre estavam dispostas a ajudar e a gente tava mais perto desse povo para ajudar a gente ... então ... assim que ... que aconteceu ... e aí foram trinta anos pra depois ... que surgiu esse ... essa nova ... essa oportunidade da gente ficar mais perto ... de poder ajudar mais ... então foram 30 anos quando terminou a escola de Santo Antônio para começar essa em 93 que na verdade ...

Pesquisadora: Essa praticamente vem junto com o município né?

Narrador B: É isso ... vem junto porque ela também começa assim 92 ... na verdade em 91 que a gente começou a trabalhar pra emancipação ... e aí depois 92 aconteceu a emancipação em 93 ... a ... assim a preparação pra eleição do primeiro prefeito e nisso tudo a gente foi trabalhando ... pedindo que precisava de uma escola lá porque na verdade crianças vinham ... eu trabalhei muito tempo ... dei muita aula pras crianças de Jace[ruba] ... de Quilômetro 56 ... tinha o Gabriel que saía ... morava na mata ... saía de madrugada tudo escuro para vir para o Rio d'Ouro ... vinha à pé entendeu? ... na ... no papel assim da inauguração de Santo Antônio tem a história do Gabriel guardada ...

Pesquisadora: Ah ... você vai me emprestar ...

Narrador B: Ah ... empresto ... empresto ... tem história dos alunos ... quando foi criada a escola e quanto assim benefícios é ... é assim teve ... aconteceu né ... porque ele saía de lá de madrugada ... então depois foi ser aluno de Santo Antônio né ... era mais pertinho e depois a construção de lá foi assim um motivo que a gente teve porque era bastante aluno de Santo Antônio ... de Quilômetro 56 ... de Jaceruba ... então quando começou a escola só de Jaceruba eu acho que era uns 64 alunos ... e depois do 56 ... depois a gente conseguiu ônibus né ... foi uma van antes dos ônibus ... o prefeito já mandava uma van pra apanhar essas crianças e levar ... quer dizer as coisas foram ficando mais ... com mais facilidade ... que depois também eles tiraram as linhas né ... aí já tinha um ônibus ... era um espaço grande mas sempre com uma ... mais uma facilidade né ... e a gente como moradores do local ... professores ... ele também sempre gostou muito lá de Santo Antônio ... daqui ... e a gente sempre procurou lutar pelo bem-estar ... por bem-estar pra procurar ônibus ... botar mais ônibus e horários ... mais pra... pra gente ter uma facilidade maior pro ... pro nosso ... a ... a comunidade ... os filhos nossos né e assim foi e eles também tiveram ... a minha [refere-se a sua filha] também teve ainda dificuldade mas as coisas foram amenizando mais um pouco né ...

Pesquisadora: Isso ... amenizar ... é ...

Narrador B: E graças a Deus eu acho que foi assim um sonho que virou realidade a escola lá sabe ... foi um sonho muito grande pra gente e aqui também porque teve muitos alunos também que passaram por aqui ... hoje é ... é ... são avô do ... dos alunos que a gente tem lá ... eu já tenho neto deles ... assim são gerações que aqui eu dei aula e hoje ainda ... ainda tão por aqui ... netos ... ainda tão lá ainda né ... então eu acho que é assim ... eu acho muito gratificante ...

Pesquisadora: É porque eu vejo assim ... a gente é ... não visualiza justamente essas dificuldades ... conforme você falou desse aluno ... é ... é ... os alunos há uma parte deles ainda ... mais lá ... lá atrás no tempo ... eles não estão morando na beira estrada ...

Narrador B: É ... não morava não ...

Pesquisadora: Pra chegar na beira da estrada eles já passavam por ... saíram né ... de um bom pedaço lá de dentro das matas ... dos sítios né ... pra chegar nessa área onde talvez passe ...

Narrador B: Alguma condução ...

Pesquisadora: Um carro ... uma carroça ...

Narrador B: Uma carona ...

Pesquisadora: Um ... um ônibus né ... e aí também tem as condições das estradas ... isso aí eu ... eu já peguei ... que foram momentos que tinha muita lama né? Como é que vocês faziam naquela época?

Narrador B: Nossa mãe né ... [dirigindo-se ao narrador C]

Narrador C: E a ponte ... e a ponte caindo ... que o ônibus não passava ... ele não deixa passar com medo da ponte caí com as crianças dentro ... aí tinha que soltar ...

Narrador B: É ... não podia ... a gente levava eles ...

Narrador C: É ... dava a mão pra atravessar tudo na ponte ...

Pesquisadora: É ... atravessar?

Narrador B: Todas as ... as ... as cento e poucas crianças ... porque é assim ... a gente ... a preocupação ... que não queria que ficasse sem aula e perder o ano e a ... e eles não vinham consertar ...

Narrador C: A ponte tava condenada ...

Narrador B: Tava difícil ... ela ... a ponte tava condenada porque na verdade não era a estrutura da ponte ... era um poste que tinha na beirada ... na cabeceira da ponte e esse poste caiu ... com a ... a água né ... que a água batia ... a cachoeira ...

Narrador C: E tirava as pedras ...

Narrador B: É ... a cachoeira encheu muito né ... enchia muito ... e batia ali ...

Narrador C: Mas tava tirando também a encosta das pedras que tem ... a água tava levando ...

Narrador B: E o poste caiu ... com essa ... quando ... quando caiu o poste a cabeceira ficou ... ficou todo mundo preocupado como que passaria ali naquela ponte ... por conta do ... achando que era ... então gente foi procurar engenheiros né?

Narrador C: É ...

Narrador B: A gente andou muito em prol de que fosse ...

Narrador C: Vieram e fizeram um serviço muito bom ... tá lá até hoje ... muito bem feito ...

Narrador B: Não tinha ônibus ... o ônibus não passava ... ele ia até ali ... ali ... aquele pontinho que entra pra ...

Pesquisadora: Pra reserva ... pra reserva na ... na rua Teófilo Cunha né? [na verdade é a rua Teófilo aberta pelos lavradores quando a EFRD parou de funcionar]

Narrador C: É ...

Narrador B: Ele ficava ali ... naquela entrada pra reserva e a gente atravessava com as crianças ... então vinha mães ... a comunidade sempre foi muito boa também ... sabe ... sempre ajudou ... sempre participou para que as coisa acontecessem ... a gente depende ... dependia e depende pras coisas acontecerem da comunidade né ... e lá era muito envolvido ... assim as ... a comunidade Rio d'Ouro ... que na verdade eu tinha cento e poucas alunos de Rio d'Ouro que ... como nós fomos pra lá ... as mães foram e matricularam as crianças lá queriam que

estudasse lá ... [o Governo do Estado já havia iniciado o fechamento das turmas dos primeiros anos do ensino fundamental da E.E. Rio d'Ouro, segmento atendido pela E.M. Santo Antônio]

Narrador C: Não podia ficar aqui ...

Narrador B: É ... aí eles queriam que fosse pra lá ... pra escola lá e graças a Deus é assim ... a gente aí nesse período ... houve muita luta não é ...

Pesquisadora: Muita luta ...

Narrador B: Cris ... então a gente tinha muita luta ... mas assim ... uma luta de sucesso ... de vitória ... porque ali a gente ...

Pesquisadora: Com todos os prós e contras né ...

Narrador B: É ... meu cônjuge me botava naquela moto ...

Narrador C: A escolinha quando começou também era um quartim ... não era escola não ... era uns quartim igual uma sauna ... aí começou por aquele quartim ... depois que o Carlos Moraes que ...

Pesquisadora: Aí veio e fez aquela obra ...

Narrador B: Foi ... a obra ... a obra foi Barcelos ...

Narrador C: Foi Barcelos ...

Narrador B: Foi ele ... foi ... pegou aquele pedaço que na verdade seria uma obra na ... na Igreja ...

Narrador C: É..

Narrador B: Seria lá na igreja mas aí [referência ao narrador C] ... ali com conhecimento com o Doutor ...

Narrador C: É ... Oto ...

Narrador B: Dr. Oto advogado ... que morava ali nos fundos da escola ...

Pesquisadora: Ah ... sim ...

Narrador B: E ele ... aquele pedaço ali ele tinha construído pra fazer uma escola particular não foi [dirigindo-se ao narrador C]?

Narrador C: É ... e um montão de salinhas ...

Narrador B: É ele fez umas salinhas ... pequenininhas ... mas ele fez umas salinhas ... então o [referência ao narrador C] conversou com eles ... aí ele ... um tempo depois a prefeitura veio alugou ali ...

Narrador C: É ... o Barcelo veio ... alugô ...

Narrador B: Aí ... depois veio ...

Pesquisadora: Visitar essa escola que era ... essa escola lá de Santo Antônio ... é ... é essa ... a municipal ... Japeri ... ela começa ... não ... começa ali onde é hoje ...

Narrador C: Começa ali ...

Narrador B: Começa ali mesmo ...

Narrador C: Só que ali ... só que ali era uns quartim de telha ... dessa telha aqui ... uma coisa bem humilde ...

Pesquisadora: Coisa simples ... básica ...

Narrador B: Foi ... nós trabalhamos ... o que ... uns quatro anos ali ...

Narrador C: Aí o prefeito ... ele ganhou ... aí falou assim ... agora eu vou procurá professora ... vou procurar não sei ... pra começar a escola ...

Narrador B: Isso aí foi quando do começo ...

Narrador C: Aí procurou as professora e procurou [referindo-se ao narrador B] aqui ... aí chegou lá falou assim - você vai ser meu primeiro diretor ... aí botou ele ali ...

Pesquisadora: Isso ...

Narrador B: É a gente não ... eu ... eu não aceitaria ...

Narrador C: Sem ele saber levou o nome de todo mundo ... recolheu os nomes ...

Narrador B: É porque é assim ... eu no ... não queria aceitar porque ... mas é aquilo ... Deus que ... que escolhe ... que capacita ...

Pesquisadora: É isso aí ... é isso aí ...

Narrador B: Né ... porque eu não me sentia com capacidade de dirigir ... de ... não é? mas Deus capacita a gente ... e graças a Deus né ...

Pesquisadora: Foi um trabalho ... fruto aí ...

Narrador C: Não foi fácil não ...

Narrador B: A luta ... sempre o ... o começar é ... é luta e dificuldade ...

Pesquisadora: Ainda mais num lugar que ...

Narrador B: No lugar que a gente ...

Pesquisadora: No todo já é dificuldade ...

Narrador C: E os ônibus garrava aí por esses ...

Narrador B: É ... aí você perguntou pelo ônibus ...

Narrador C: Por esses São Judas ... por esses lugar aí ...

Narrador B: A gente ficava agarrada na estrada ...

Narrador C: Eu tinha que acordar cinco horas da manhã [referência ao narrador B] ligar a moto ... muntava em cima vamos buscar as mães ...

Narrador B: Vamos buscar as mães ... avisar ...

Narrador C: Que hoje não tem aula que o ônibus garrou ...

Pesquisadora: E saía avisando de casa em casa?

Narrador C: Não era fácil não ...

Narrador B: De casa em casa é ...

Pesquisadora: Isso é importante deixar registrado ... que a gente acha que aqui tem telefone ... todo mundo tem telefone ...

Narrador C: Não ... casa em casa ...

Pesquisadora: Todo mundo tem internet ... passa o zap ... mas eu tô falando de outros tempos ...

Narrador B: Isso ... outros tempos ...

Pesquisadora: E que é ainda hoje ...

Narrador B: Ainda hoje acontece ...

Pesquisadora: Ainda temos essas dificuldades ...

Narrador C: Tinha que ir de casa em casa ...

Narrador B: É ... lá em Santo Antônio acontece ...

Pesquisadora: Aí saía [referência ao narrador C] e [referência ao narrador B] na motinha ...

Narrador C: Na moto ...

Narrador B: Pra fazer a matrícula também ...

Narrador C: Ia de moto ...

Narrador B: Ia de moto porque no começo a gente tinha que procurar as crianças ... muitos pais ...

Narrador C: Aqui na ... na reta da ... aqui na curva que ... que chama curva do carrapato ... ali ônibus não passava não ... ali era um atoleiro ... o ônibus ia ... quando vê sumia ... garrava ... tinha que tá trazendo ... trabalhava na ... na prefeitura de Nova Iguaçu ... eu juntava caminhão de ... de ... de entulho pra jogar pro ônibus passar ... era uma coisa ... era um terror ...isso aqui era um terror ... essas estrada ...

Narrador B: Era muito triste aquele pedaço ali da ... da curva ...

Narrador C: Foi quando [referência ao narrador B] pediu pra endireitar a ponte ... que o engenheiro chegou aqui e falou - vou olhar por essa região ... aí que ele começou melhorar a estrada ... hoje tá bom assim ...

Narrador B: É ... melhorou muito ...

Pesquisadora: Mas assim ... essas dificuldades ... que poderiam fazer todo mundo desistir ... inclusive os próprios alunos né ...

Narrador B: Isso é ... e lá na ponte a gente começou assim pedindo ... ligando ... a gente começou pedindo ... ligando ... entrando em contato ... passando e-mail ...

Narrador C: Os engenheiro então ajudou muito ...

Narrador B: Então eles eram da ...

Narrador C: DER ...

Narrador B: Do DER ... então eles chegaram lá ... a gente mandava e-mail ... fazia tudo porque tava difícil alguém resolver aquela situação e a gente ... aí gente [refere-se ao narrador C] montava também na moto ... me botava na garupa e a gente ia ... eles tinham uma ...

Narrador C: Em Vila de Cava ... [eram os canteiros da obra do Arco Metropolitano]

Narrador B: Não ... a ... ali em Santa Rita [refere-se ao narrador C] que você me levava ... pra pedir a eles pra eles mandarem a máquina para trabalhar ... só que a máquina ... eles iam encontrar Santo Antônio lá do outro lado ... por aqui eles usavam só para passar alguns caminhões ... mas o caminho deles não era aqui ... eles entravam na Teófilo Cunha pra sair lá ... então ele disse que não podiam ... não podiam de jeito nenhum dispor uma máquina ... que parece que era quanto ... 500 reais por ...

Narrador C: Por dia ... acho ...

Pesquisadora: Aluguel ...

Narrador B: Por dia ... por dia o aluguel da máquina ... então eles não podiam ... não tinham como ... porque eles é ... é ... mas no final ... no final eles ... acho que escutaram ... tanto a minha lágrima ... o desespero por causa dos alunos ...

Pesquisadora: Isso ... viram as dificuldade desses alunos ...

Narrador B: E eles vieram ... trabalharam muito ... foi a época que eles consertaram ... eles mandaram ... nós fomos lá para Santa Rita onde tinha ... era ali que a gente ia ... eu falava com os engenheiro né ... aí a gente fez isso é muito tempo ... então foi muito tempo para que alguém ouvisse e viesse prestar socorro à gente ... enquanto isso a gente passava ... as mães iam com a gente também pra ajudar passar porque aquela ponte daquela altura nós tínhamos crianças de 4 anos ... eles pediram que fechasse a escola ...

Pesquisadora: Ali é ... que é bem..

Narrador C: Ali é alto ...

Narrador B: Eles não queriam ... a ... a ... assim ... a própria secretaria não queria ...

Pesquisadora: Claro ... os riscos ...

Narrador B: Muito ... muito ...

Narrador C: Pessoal não tinha problema ... ainda passava dentro do rio ... não tinha as pontes não ... [agora refere-se aos problemas das pontes nos rios Rio d'Ouro e Santo Antônio na década de 1980]

Pesquisadora: Aí descia ...

Narrador C: nem essa aqui nem aquela lá ...

Narrador B: É ... passava pelo rio ... aí teve uma época ... o exército colocou ...

Narrador C: Aí veio ... aí veio um ... um candidato a prefeito chamado Aloísio Gama ... aí ele foi lá em casa - eu quero você ser candidato aqui nessa região ... 1988 né ... em troca eu vou te dar as duas pontes ... se ... eu vou ganhar mesmo ... aí ele naquele jeito né ... otimista ... aí eu fui candidato aqui ... na urna aqui tinha 100 votos ... aí eu tive 90 ...

Pesquisadora: Que é aqui na ... na igreja ...

Narrador C: É ... tinha 100 votos ... eu tive 90 e ele teve 93 ... teve até três votos mais do que eu ... ainda brincou comigo – pó ... não sou de lá e tive mais voto que você ... aí eu comecei andar aqui nessa área aqui pedindo voto ... pedindo voto ele falou para mim – oh ... se eu ganhar eu vou te dar as duas pontes ... que o ônibus ficava parado aqui e lá em Santo Antônio ficava parado do lado de lá ... aí o pessoal atravessava dentro da água e pegava o ônibus do outro lado ... [barulho do som do carro vendendo legumes]

Pesquisadora: Meu Deus ... que dificuldade né ...

Narrador C: Aí um dia ele foi fazer ... eu trouxe ele aqui pra conhecer a região ... quando chegou lá no Santo Antônio o carro dele garrou dentro do rio ...

Pesquisadora: Que beleza ... (risos)

Narrador C: Parou ... parou dentro da água ... ele de terno ... palito ... gravata ... ele olhando a água vindo querendo entrar ... ele falou - meu Deus como é que eu vou fazer? ... não podia nem saltar ... ele de terno ... eu falei - caramba ... foi até bom acontecer isso né... aí veio um rapaz ... endireitou com ele dentro ... ele pegou o carro e saiu ... aí ele ganhou ... ganhou [as eleições para prefeito de Nova Iguaçu]... com três meses ele chegou com a ponte em cima do caminhão ... aí montou ela ... era pré-montada ... aí montou aqui e montou lá ...

Pesquisadora: Que são ... assim ... aqui em Rio d'Ouro eu vejo que ela foi posta praticamente em cima da estrutura da estrada de ferro ...

Narrador C: Da estrada de ferro ...

Narrador B: É ... existe ...

Narrador C: Construída muito boa ... muito bem feita ...

Narrador B: É uma estrutura muito boa ...

Pesquisadora: Gente ... são cento ... mais de cento e quarenta anos ...

Narrador B: A estrutura é muito boa ...

Narrador C: Igual os tubos de água também ... tá com uma estrutura muito boa ...

Narrador B: Uma estrutura muito boa porque quando tava esses problemas que tinha ... tinha abalado a estrutura ... vieram três engenheiros ... veio um de Japeri ... um de Nova Iguaçu e um dos próprios engenheiros do DER do Estado e não constatou nada de ... na estrutura ...

Pesquisadora: Ela tava firme e forte ...

Narrador B: É ... aí eles fizeram ...

Narrador C: Fizeram um serviço muito bom ...

Narrador B: Fizeram também ... aí o DER veio ... quando ele chegou aqui era abril ... aí eles falaram pra gente ... aí foram lá na escola ... depois foram lá ver a estrutura ... a gente foi junto e eles falaram assim - é abril ... a gente vai voltar com o papai Noel ... quer dizer ... só voltaria no natal ... se voltasse ... mas graça a Deus ... Deus ouviu nossas preces e eles começaram logo uma obra e fizeram uma gaiola de pedra ... cimento ... ali no rio ...

Narrador C: E da escolinha ... e da escolinha do Santo Antônio ... esqueceu de falar que nasceu ... que saiu a [o narrador cita o nome de uma ex-aluna que hoje é professora] que ...

Narrador B: Ah ... a gente vai chegar lá ainda ... e então aí o que aconteceu ... eles fizeram essa estrutura e a ponte voltou a funcionar [por volta de 2013 / 2014] ... aí fizeram lá aquela gaiola de pedra ... ficaram trabalhando lá muito anos ...

Narrador C: Tá lá até hoje ... foi até bom acontecer com a ponte porque aí o engenheiro olhou pela estrada também ...

Pesquisadora: É ... também ...

Narrador B: É ... e ali eles viram também como tava ...

Narrador C: Viu as dificuldades ...

Pesquisadora: Fazendo o possível para amenizar as dificuldades ...

Narrador B: Isso ... amenizar ... um recapeamento que não é tudo ainda que a gente precisa né ... eu ainda quero ver o asfalto aqui ...

Narrador C: Melhorou muito .. melhorou muito ... isso era horrível ...

Narrador B: É ... mas melhorou muito ...

Pesquisadora: Eu cheguei em 2011 ... cheguei na época que estava ...

Narrador B: Cristina ... eu chorava muito nessa estrada porque ...

Pesquisadora: Ela tinha muito barro ...

Narrador B: É ... tinha

Narrador C: O ônibus levava uma hora pra ...

Pesquisadora: Aí o ônibus não ia pra lá ...

Narrador B: Não ia ... Cristina ...

Pesquisadora: Eu me lembro que vocês ...

Narrador B: Eu tenho foto travessando ... de lama até o ônibus ... chegava ali com as crianças e ponto ...

Narrador C: Tem foto com as crianças passando na ponte ...

Narrador B: É ... eles também ... tem algumas coisas que de repente até interessa pra você ...

Pesquisadora: Ah ... essas fotos com certeza ... sabe que eu sou uma pidona né ...

Narrador C: Tem muito ... ele guarda tudo ...

Pesquisadora: É porque pra gente é importante ... porque 'seu' [se referindo ao narrador C] a ... as pessoas que estão distante e eu não digo nem tão distante geograficamente ... mas a gente

acaba não conseguindo ver justamente isso que vocês estão falando ... essas dificuldades pra coisas estarem lá ... que é muito fácil chegar lá e dizer assim - o trabalho tá uma porcaria ... mas eu não tô sabendo e não tô vendo que ... mesmo no meu conceito que está uma porcaria ... isso no meu conceito ... que a gente chega logo com esse olhar ... [sem perceber que] esse trabalho envolveu muitas coisas ... muitas dificuldades foram ... tiveram que ser jogadas por terra pra que aquele trabalho estivesse lá ...

Narrador C: Exatamente ...

Pesquisadora: Então é muito fácil a gente chegar com o nosso olhar né ... sem perceber ... e como a gente vai perceber isso? Primeiro com a nossa sensibilidade ... então é muito fácil você chegar assim dizer - bom a pessoa tá ... mas onde ... de onde é que isso tudo veio ... então isso é muito importante ... essa ... esses percalços que vocês passaram e passam ainda ...

Narrador B: E passa ainda né ...

Pesquisadora: De certa forma ... pra que essas crianças ... então aí vão chegar as crias né ... que conseguiram chegar às universidades ...

Narrador B: Isso ...

Pesquisadora: Já que a gente olha pra esse lugar aqui como lugar que parece que a gente não vai sair ... não vai acontecer ... mais aí ... quer dizer que teve alunos que foram ... além galgaram outros espaços ...

Narrador B: Muito longe ... teve alunos que são professores lá agora ...

Pesquisadora: Olha ... que coisa linda ...

Narrador B: Fizeram ... a maioria deles ... assim ... a primeira turma de 93 que nós começamos ... a maioria deles fizeram faculdade ... se formaram ... e dessa primeira turma também alguns professores lá ... e minha filha que tá lá em Paris ... fez uma prova pra Sorbonne ... e passou e fez mestrado lá ... é até o Extra [refere-se ao Jornal Extra] fez uma homenagem [reportagem] muito linda com ela ... então ... é ... foram muitas dificuldades também que eles tiveram para cursar uma universidade ... a maioria deles do primeiro que ... é a turma tem [citação de nomes de alguns ex-alunos] ... essa turma a maioria era do Rio d'Ouro ...

Pesquisadora: Seus vinte e poucos ... trinta anos ...

Narrador B: Isso mesmo ... mas todos eles cursaram uma universidade com as dificuldades de professores, assim [citação do nome um ex-alunos] ... igual ele tava falando ... ela fazia faculdade em Niterói ...

Pesquisadora: Lá na UFF?

Narrador B: Isso ... mas já se formou ... trabalha com a gente ... ainda trabalha né ... não está todo dia mas trabalha lá junto com a gente ... então eu acho que assim ... é ... tanto a escola do Rio d'Ouro quanto a escola de lá ... eu acho que foi um grande marco né?

Pesquisadora: Pras pessoas ...

Narrador B: Pra comunidade ... pra pessoas ... porque as dificuldades de sair daqui pra ir pra Queimados ... era um ônibus de manhã e outro ônibus de tarde ... nós não tínhamos o ônibus pra Nova Iguaçu ... aí se o ônibus quebrava ... todo santo dia a gente tinha que andar a pé ...

Narrador C: Não tinha esse ônibus de Rio Douro todo também não ... só ...

Narrador B: A gente tinha que andar a pé ... não tinha o último ônibus ...

Narrador C: Só tinha um ônibus Jaceruba x Queimados ...

Narrador B: O ônibus era oito horas ... não tinha Rio d'Ouro ... era só de Jaceruba ... ele passava ... era três ônibus, né [dirigindo-se ao narrador C]?

Narrador C: Três ou quatro ...

Narrador B: É ... o de manhã depois um outro ...

Narrador C: Meio dia ...

Narrador B: E depois da tarde e o que saía de lá oito horas [da noite] e não tinha mais ...

Pesquisadora: Oito horas? E a noite pra poder trazer ...

Narrador B: É ... aí tudo com muita dificuldade ... quer dizer ... não tá tão bom ... mas a gente ... eu já vi o telefone ...

Narrador C: Melhorou muito ...

Narrador B: Já vi a luz elétrica coisa que eu não precisava ...

Pesquisadora: Não tinha ...

Narrador B: Não tinha noção que ia ver porque ...

Narrador C: Quando eu cheguei não tinha nem poste ...

Narrador B: É ... era muita luta né ...

Pesquisadora: Uma lamparina ... lampião ...

Narrador B: Lampião ... o ferro pra passar roupa ... era um tempo feliz ... eu era feliz ... hoje a gente vê ... eu sou feliz ... mas antes a gente tinha uma ...

Narrador C: Ferro de passar roupa era a carvão ...

Narrador B: A gente tinha uma liberdade de ir e vir sem medo ... sem preocupações ... a gente andava isso aí tudo ... ir a pé daqui pra Queimados ... daqui pra Austin ... eu ia de bicicleta pra Austin com aquele grupo ... então era tempo de tranquilidade né ... que a gente viveu ...

Pesquisadora: É ... os riscos existiam mas praticamente sabia quais eram ... hoje a gente não sabe mais o que pode acontecer ...

Narrador B: É verdade ... isso mesmo ...

Pesquisadora: O povo ficou um pouco paralisado nesse lugar ...

Narrador C: Santo Antônio... Rio d'Ouro era lugar pequeno, Santo Antônio era maior ...

Pesquisadora: Pois é 'seu' [dirigindo-se ao narrador C] ... conta aí um pouquinho ... vamos deixar [referindo-se ao narrador B] ... descansar um pouco ... vamos falar um pouquinho ...

Narrador C: Porque ... porque não sei a época não ... foi que época que invadiram a mata ... o meu pai ele chamava [citando o nome do pai, personagem importante na luta pela terra em Santo Antônio que junto com o narrador F, fez parte da diretoria da associação de lavradores na década de 1960] ... ele era analfabeto mas era muito ativo ...

Pesquisadora: Isso ...

Narrador C: É ... ele gostava de fazer as coisas ... tudo era com ele ... queria tomar a frente de tudo ... aí um dia ele falou para mim - vai lá em Engenheiro Pedreira compra dez foice pra mim ... aí eu fui lá ... comprei ... aí ele falou assim – oh ... nós vamos invadir a mata ... que ele era meio comunista e tinha ...

Pesquisadora: A mata é depois do ...

Narrador C: A mata do lado de lá ...

Pesquisadora: Do lado de lá ...

Narrador C: Aí tinha ... tinha um moço chamado Aldegundes que veio de Nova Iguaçu e tinham Zé Magrinho também que era a mesma coisa ... Aí tinha os guarda aqui ... tinha Vergílio ... Dudus ... Pedro Guarda que tomava conta da mata ...

Pesquisadora: Que era do ... do IB ... IBDF que chamava na época ...

Narrador C: IBDF ... é IBDF ... aí eles ... ele comprou ali porque aquela ficava aqui jogado ali ... mas não podia entrar que era uma reserva né ... [falando sobre as terras do lado direito e do lado esquerdo [estas em direção à Serra de Tinguá]]

Pesquisadora: Isso ... uma reserva ... sempre foi ...

Narrador C: Sempre foi ... foi até errado aquilo ... pode cortar isso? [percebe-se que o narrador não se sente seguro para falar sobre esse assunto]

Pesquisadora: Não ... se a gente pegar essas terras do Brasil sempre foi dificuldade desde a nossa formação ... veio o português e faz o que com a terra? ... na verdade ele toma do índio né ... ele chega - bom eu sou o dono ... mas já tinha gente aqui ... não houve uma negociação ... foi - não é tudo é meu ...

Narrador C: Aí foi assim ... aí consegui ... vou falar mas ...

Narrador B: O pessoal morava ali foram pra lá ... fizeram casa? ... porque hoje em dia não tem mais nada lá ...

Pesquisadora: Porque ao longo do tempo por ser uma reserva ...

Narrador B: Como que ele veio pra Santo Antônio ... como que seu pai veio pra lá Santo Antônio ...

Narrador C: A gente veio lá de Itaperuna ...

Pesquisadora: Ah ... vocês vieram de Itaperuna ...

Narrador C: Itaperuna ...

Pesquisadora: Que época mais ou menos?

Narrador C: 1961 ... 10 anos ...

Pesquisadora: Ah ... tá ... vocês lá eram lavradores também? ... como que era?

Narrador C: Aí ele chegou ... lá era lavrador ... aqui ele veio pra ... veio sem nada também ... aí ele veio ... ele não tinha lugar para ficar ... aí nós vamos ficar no sítio em Conde de Aljezur ... aí ele chegou lá ...

Pesquisadora: Porque ele já veio com a família?

Narrador C: Aí veio com a família ... que ele já tinha irmã dele aqui ... aí ele veio com a família ... só que ele ia ficar lá no sítio chamado ... lá no Conde de Aljezur ... aí chegou lá ... a gente era seis irmão ... não eram quatro ... deixa eu ver veio eu, [cita o nome de três irmãos] ... quatro ... aí a gente foi pra ficar num sítio lá mas o dono do sítio falou – ah não ... você tem muito filho ... vai chupar minha laranja toda ... vai acabar com isso acabar com aquilo ...

Pesquisadora: Misericórdia ... era laranjal?

Narrador C: Era laranjal ... aí vão acabar ... aí ele voltou ... foi pra Santo Antônio ... chegou lá um moço chamado Geraldo tinha um sítio ... aí falou - ah [cita o nome do pai] fica aqui de caseiro aqui para mim ... aí ele foi ... ele ficou de caseiro ... lá tinha peru ... pato ... tinha uma granja ... aí tomou conta ... aí foi ficando ... ficando e seu Geraldo uma pessoa muito boa ...

morava em Botafogo ... muito boa ... falou pra ele ... aí ele foi trabalhando ... muito trabalhador né ... fazia feira ... aí vendia uma coisa vendia outra ...

Narrador B: E também fazia ... ele fazia caixão né?

Narrador C: Fazia ... aí pegou ... foi juntando dinheirinho ... juntando daqui juntando dali ... guardando ... e todo mundo ajudando ... meus irmãos trabalhando também ... ajudando ... aí um dia o moço falou - [cita o nome do pai] vou vender o sítio ... aí ele falou - quanto você quer? ... não lembro bem não ... eu sei dizer que ele comprou ... ele comprou o sítio ... compro ... levou no cartório direitinho passou documento direitinho ... mais no sítio lá depois do ... ali no sítio todo mundo qualquer coisinha procurava ele [cita o nome do pai] ... tudo ele fazia ...

Pesquisadora: E esse sítio ficava mais ou menos ali ...

Narrador C: Ali em frente à escola ...

Pesquisadora: Ah ... aquele pedaço que hoje é um curral?

Narrador C: Não ... do curral pra lá ...

Pesquisadora: Do curral pra baixo?

Narrador C: É ... é pra lá ... é um sítio muito bom ...

Narrador B: É assim ... lá do lado da igreja ... é assim ... a cerca ali é junto com a igreja ... começa ali depois do curral ...

Pesquisadora: Ah ... isso ... junto com a igreja ...

Narrador B: É ... Até na igreja ...

Narrador C: Ele ajudava as pessoas e tudo ... ele deu o terreno que era a escola era dele também ... [refere-se a antiga escola em Santo Antônio]

Narrador B: Era dele também na época ...

Narrador C: Aí quando acabou a escola ... ele deu pra fazê a Igreja Católica ... aí dentro da do meu quarto que eu dormia era cheio de talba e daquele pano de forrar o cachão ... aquele náilon azul ... azul ... que podia fazer o caixão em casa e podia também velar a pessoa em casa ... não tinha lugar de ...

Narrador B: Aquele tempo era assim mesmo ...

Narrador C: Morria e deixava ali ... e ele fazia o caixão ... e ele ... morria [alguém] ... corria lá - [cita o nome do pai] morreu fulano ... ele ia lá com ...

Pesquisadora: É ... ele mesmo?

Narrador C: Ele ia lá com um pedaço de linha ... media o tamanho da pessoa ... puxava lá puxava cá e me levava ... eu ia danado ... gostava muito de jogar bola ... eu era doido por futebol e as vezes tava na hora de eu jogar ... ele - vamos lá ... vamos lá e puxava aquilo e fazia e midia ... ali tinha aquele pacote de prego grandão em casa ... cerrava as talba ... forrava ali e vão borá ... vão borá ... vou ... aí ele chegava na casa da pessoa ... ele chegava com caixão pronto na carroça ... chegava ... aí ele era meio assim meio afobado né - todo mundo já viu o difunto? ... então vamo bota ... vamos bota aqui dentro ... quem vai mais ver que depois que pregar aqueles pregão assim pregava cabou ... aí ele metia o martelo ... a carroça já tava lá ... ele falava - Engenheiro Pedreira ... o cemitério era Engenheiro Pedreira ...

Pesquisadora: Ah ... ia pra Engenheiro Pedreira?

Narrador C: Já botava ali e aquele pessoal ia tudo atrás ... andava duas ... três horas ... não tinha condução...

Pesquisadora: Olha ...

Narrador B: É ... não é fácil não ...

Narrador C: Aí as pessoas que estava doente procurava ele pra dar injeção ... pra levar no médico ...

Narrador B: Sempre tinha algum lugar que tinha que ter alguém né ...

Pesquisadora: Isso ... ele era o prefeito é ... é ... paralelo ... (risos)

Narrador B: É ... sempre tinha alguém no lugar pra fazer alguma coisa pra ajudar ...

Pesquisadora: Pra poder tomar a frente ... fazer as coisas acontecerem ...

Narrador C: Ele gostava mesmo ... ele gostava ... aí tinha ... tinha ... aí veio um irmão dele lá de Itaperuna – [cita o nome do pai] aqui tem muito pasto ... eu vou trazer uns boi e vou te dar de sócio comigo ... aí deu ele umas cinco vaquinhas ... com mais de 10 anos tinha mais de 50 ... aquilo ficou lotado de boi ... e ele não vendia o leite ... de manhã cedo ele fazia aquela fila no curral e dava o leite ... aí ele abriu um açouguinto também ... ele matava o boi dava uma banda pra quem não podia comprar ... a outra ele vendia ... era muito bom ...

Narrador B: Em Rio d'Ouro também tinha ['seu' Condino], ele também foi professor em casa ... também ajudou muito ... ele também teve um ... um ... que ali era ele era o professor ... ali tinha ... tinha na casa dele ... tinha uma ... uma sala ...

Narrador C: Datilografia né?

Narrador B: É ... tinha na época...

Pesquisadora: É mesmo?

Narrador B: Tinha datilografia né ... que era naquele tempo ... e ele dava aula mesmo ... muita ... pessoas aprenderam ali com ele ...

Pesquisadora: Aprenderam ali ...

Narrador B: É que no início é ... era ... as dificuldades pra se chegar numa escola ... as vezes tinha escola mas as crianças trabalhavam muito na roça ... e as vezes o pai ... Cristina ... não queria colocar a criança na escola porque tirava ele dali ... da lida ...

Pesquisadora: Do ganha pão ...

Narrador B: Isso aí ... e ali nos até em 93 nos encontramos ainda essa dificuldade ... foi quando melhorou ... melhorou um pouco ... eu acho que foi ... quando começou esse bolsa família ... você acredita? ... porque nesse período ...

Pesquisadora: Aí forçou ir pra escola ...

Narrador B: Forçou ir pra escola ... porquê para eles receber a criança tinha que tá frequentando as aulas ... aí era mais fácil de você botar criança dentro da escola ... porque eles iam e matriculavam ... a gente ia em casa ... falava da necessidade da criança e ... outra coisa ... muita criança sem ... sem certidão ... a gente fazia mutirão ...

Pesquisadora: E aí escola que dava um jeitinho ...

Narrador B: Isso ... primeiro você matriculava ...

Pesquisadora: Regularizar essa situação deles ...

Narrador B: Primeiro você matriculava ... eu primeiro não podia ... nunca pode ... não podia se a criança não tinha a certidão ... não podia se matricular ... mas a gente sempre conseguia matricular essa criança pra ela começar a estudar ... era tudo grande né ... lá na naquela turma que a gente foi né ... era uma ... cinco ou seis crianças dentro de casa ... [dirige a

conversa para o narrador C] ... que a gente chegava eles ficavam tudo ... nem falava com gente ... viviam mesmo lá dentro daquela mata ... e ... e aí chegava lá ... ninguém tinha certidão ... ninguém era registrada ... mas ele lá ... a Prefeitura ... eles conseguiram ... a secretaria de educação ... gente conversou e eles deixaram que eles viessem pra depois a gente fazer um mutirão ... pro pessoal vir aqui ... eles vinham naquela época ... a gente conseguiu viesse pra fazer a ... o registro das crianças ... muito naquela época não tinha papel nenhum ... como era pai que ... que era um responsável ... foi muito isso ... foi umas das dificuldades em 93 ... a gente ainda tinha ... hoje não tem mais ... graças a Deus ... mas a gente encontrou muita essa dificuldade para poder matricular ... pra eles virem a escola matricular os alunos ... as crianças não sabiam ler e escrever ... já grandão né ... tanto que eu comecei com a turma é ... é os alunos bem grande assim ... já eram assim e não sabiam ler ... então a gente começou ... depois a gente pode fazer um amparo né ... que naquela época podiam amparar ... porque eles conseguiram ... era criança inteligente é ... eram crianças inteligente e conseguimos fazer esse amparo né ... pra eles poderem porquê eram grandes e tavam em casa ... e os pais tinham medo de tirar lá de dentro ... não tinha quem levasse ... e outra coisa ... eles trabalhava ... levantavam cedinho iam pra roça plantar milho ... banana ... então faziam plantação pros pais depois saírem pra feira em Queimados ... Engenheiro Pedreira ... então era muita dificuldade pra que a gente conseguisse trazer eles pra escola ... e a ... a distância que eles moravam não era ali ... igual você falou ...

Pesquisadora: Isso ... na beira da estrada.

Narrador B: Ali na beira da estrada ... que já era difícil pra chegar no Rio D'Ouro né? ... mas era mais lá ... pra dentro era mata ...

Pesquisadora: É ali pro lado de Limeira?

Narrador C: Reta da limeira ...

Narrador B: Quilômetro 56 até Jaceruba ... tinha muito disso ... gente encontrou muita assim ... pra cá nem tanto ... mas pra aquele pedaço lá até Jaceruba bastante casa ...

Pesquisadora: E aí também a importância da ... da escola ter essa sensibilidade ... não tem documento não estuda. Não, não tem documento, vem. Então quer dizer e mais um fazer da escola.

Narrador B: Isso é.. a importância da escola na ... nesses lugares ...

Pesquisadora: Nesses lugares de.. dificuldades, né?

Narrador B: É sim ... eu achava o ... o Cristina ... eu achava muito importante ... é assim ... a ... a gente teve também que lutar bastante pra ... pra poder que saísse a escola ... porque na época a gente disse que tinha muito aluno 200 alunos ...

Pesquisadora: E tinha, né? (risos)

Narrador B: E tinha... depois foram aparecendo ...

Pesquisadora: Escondido, espalhado ...

Narrador B: Mas na época ... pra sensibilizar ... a gente tinha que ir ...

Pesquisadora: Isso são as estratégias ...

Narrador B: Tinha que ter é ... é tinha que ter as estratégias ... e ... e graças a Deus ... na época ele prometeu a gente ... se ele ganhasse ele iria construir ... e foi uma pessoa de palavra ...

Narrador C: Construiu ...

Narrador B: Que quando ganhou ... a primeira coisa que ele veio foi mandar o secretário de obra e o secretário de educação ... pra vir aqui ver os espaços ...

Narrador C: Luiz Monerá ...

Narrador B: Iniciar ... então eu acho que foi sim ... a escola é ... é uma ... assim um marco bem grande ...

Pesquisadora: De marco ... de ... de importância ... quer dizer que nesses lugares ... isso tá pautado, tem pesquisas e tudo mais, mas uma vez fica claro que a escola dentro do ... do lugar que ela está, ela tem uma importância que vai além de ensinar a ler e a escrever ...

Narrador B: Isso ... isso mesmo ...

Narrador C: É verdade ...

Pesquisadora: A escola na verdade, é a porta de acesso dessas pessoas; a própria prefeitura, ao próprio Estado. Daí a responsabilidade enquanto trabalhadores da escola, da educação, de ter essa sensibilidade que muitas vezes a gente, volto a falar, a gente...: ah, não é possível que não tenha uma certidão ... Ainda mais a gente que trabalha cá, trabalha lá, e não para pra ver o lugar, pra sentir né ...

Narrador B: Isso é verdade ...

Pesquisadora: Vocês que trabalham muito perto, muito próximo do aluno; então, quer dizer, praticamente vocês são da família de cada aluno, vocês fazem parte da família ...

Narrador B: Ah ... faz ... e eles da vida da gente ...

Pesquisadora: Isso. Mas há uma parte dos colégios, pelas próprias coisa da vida, que aqui o ritmo é diferente: você vem determinado dia da semana, você chega já... Vive em função do ônibus, né: opa, tá no horário aí corre pra pegar o ônibus. Então você não vê lugar, você só sabe assim ... aquele aluno tem dificuldade, ah esse aluno tem dificuldade ... mas aí a gente não tem sensibilidade ...

Narrador B: Isso ... isso mesmo ... vai conhecer a história do aluno ... história de vida ... como ver dentro de casa ... as vezes sem ... e uma grande coisa também ... a merenda escolar faz diferença ... faz diferença porque essas crianças chegavam praticamente assim ... sem comer ... no ... no início era assim ... quando ... quando nós iniciamos ... já tinham ... já havia merenda mas como tava no início ... assim ... era ... era merenda fria ... é assim um café ... um biscoito ... mas como eles chegavam e se alimentavam mesmo com aquele café de manhã ... aquele biscoito ... eles tinham outro ânimo pra ... pra estudar e ... e com a comida ... nossa mãe ... eles ... a maioria frequentava e eram assíduos ... era pra comer ... às vezes era a única alimentação deles ...

Pesquisadora: Que ele teria né ... e mesmo porque se eles saem lá de dentro da mata, mesmo que eles saíssem de ... já com o café tomado, até chegar na escola já estava com fome de novo ...

Narrador C: Já tava com fome ...

Pesquisadora: E uma outra coisa é que ... assim ... eu estive conversando com o motorista do transporte escolar e aí a gente percebe, mais uma vez, a importância também desse do ônibus.

Narrador B: Do ônibus foi ... foi muito importante ...

Pesquisadora: Até mesmo ele falou que os pais quando tem reunião ... então, quer dizer, foge daquilo que tá na lei do transporte escolar, mas nesse lugar ele é fundamental pra deslocar os pais ...

Narrador B: daquilo que ... os pais ... porque eles precisam participar ...

Pesquisadora: Tanto em reunião quanto festinha ...

Narrador B: Eles precisam estar presente na vida do ... da escola ... porque eles precisam estar presentes na vida das crianças também ... no dia a dia na escola ... então: ah eu não fui porque é hoje não tenho dinheiro pra passagem ...

Pesquisadora: Isso, que não tem ônibus de onde ele mora pra cá, não tem ônibus ...

Narrador B: Tem que ir a pé que não tem ônibus ... não tem ... não tem ... então com essa ... essa facilidade de ... mas tudo luta do ônibus ... poder ir lá buscar ... mas tudo assim ... uma luta de você conseguir é ... é como ... como que eu vou falar? ... é chegar as pessoas e as pessoas sentirem ... entenderem ... te escutarem e entender ... ver um pouco a importância do que você tá pedindo ... de você tá perto ... com escola perto ... sendo da prefeitura ... aí a gente tendo acesso ... isso sensibiliza ... você conseguindo chegar a ... perto ... eu sempre achei assim ... se eu conseguisse falar com as pessoas ... eu conseguia as coisas ... porque na verdade fica mais fácil você olhando olho no olho ...

Pesquisadora: Isso ... isso... olho no olho. Está aí uma outra coisa importante a gente acabou de falar: nós temos uma legislação; a legislação diz que isso aqui não pode, isso aqui pode, mas a escola no seu dia a dia é que sabe o que pode e o que não pode, o que deve ser feito pra aquela criança ser assistida, para aquela família ser assistida, para um lugar ser assistido e nem sempre tá lá de acordo. Nós não estamos falando de ... é ... é ilegalidade; nós estamos falando de uma realidade que legislação não dá conta, mesmo porque é feita por quem tá em outro ... em outro espaço ...

Narrador B: Isso ...

Pesquisadora: Se você não leva isso, isso não muda ...

Narrador B: Não muda ... é verdade

Pesquisadora: Porque aí eu vou continuar achando lá na secretaria que transporte escolar é só pra aquela hora ...

Narrador B: Pra carregar o aluno ...

Pesquisadora: E assim é ... só pra levar o aluno. E aqueles ... tem gente que vem ali passando mal ... não tem dinheiro ... a gente vai correndo riscos, né?

Narrador B: E precisa correr ...

Pesquisadora: Porque pro lugar ele é importante ...

Narrador B: Pra ajudar é ... e com isso ... eu acho que a escola do Campo elas ajudam muito também ...

Pesquisadora: Então ... ela vai ... ela vai muito além ...

Narrador B: Vai além do que ...

Pesquisadora: Do que a escola urbana ...

Narrador B: Isso ... isso mesmo ... um olhar ... um jeitinho próprio ... por isso ...

Pesquisadora: O jeitinho ... um olhar próprio, justamente pra dar ... se na urbana a gente já tem essas questões ... você imagine a do campo, onde as pessoas estão mais é ... é isoladas.

Então ela ... ela funciona na verdade como o próprio órgão público. Ela já é um órgão público, mas ela funciona, eu sempre falei isso aqui, em Rio D'Ouro ... a ... a escola ... ela é a própria ... a própria prefeitura, o próprio Estado na época, porque é o poder público que está ali ... para além da escola ... é muito importante ...

Narrador B: Além da escola é ... verdade sim ... é ... e lá essa ... sendo essa escola lá passou a ser do campo ... isso também ajudou mais a gente também não é ...

Pesquisadora: Isso, isso que você tem, digamos assim, regalias entre aspas, que a legislação pra educação do campo ... possibilita uma melhor ... assim ... um espaço pra você dialogar, negociar ...

Narrador B: É ... é isso mesmo ... é isso ...

Pesquisadora: Pois é [dirigindo-se ao narrador C] ... você falou do Aldegundes ...

Narrador C: Seu Aldegundes ... muito importante na história de Santo Antônio ...

Pesquisadora: Seu Aldegundes, isso ... Dá pra você falar um pouquinho dele? O Bráulio faz referência a esse Aldegundes, ele fala assim: Aldegundes vai até Santo Antônio e se aproveita, segundo a visão dele, da associação lá existente ...

Narrador C: Foi ... associação ... lá tinha ... lá tinha médico Dr. Taurides ... lá tinha médico e tinha charrete pra socorrer as pessoas ...

Pesquisadora: Essa associação ... ela era de quem ... ou era assim ... de lavradores ... era do bairro?

Narrador C: Não ... era do bairro mesmo ... é essa associação de lavradores do bairro ... bairro Santo Antônio ...

Pesquisadora: E aí ela era assim ... ela era pai e mãe das pessoas ...

Narrador C: Era ... dr. Tauridis foi muito bom ...

Pesquisadora: Além de cuidar da terra ... da produção ...

Narrador C: É ... o dr. Aldegundes ... ele chegou pra lá e movimentou o local ... Ah fulano você faz isso ... esse aqui faz isso ... cada um no seu lugar ... e o lugar cresceu também com a ajuda dele ...

Pesquisadora: Em função também disso ... eu ouvindo as pessoas ... a impressão que eu tenho é que Santo Antônio foi muito maior que do que Rio d'Ouro ... de movimentação ...

Narrador C: Foi ... foi ...

Pesquisadora: De riqueza ... também que vendia a produção ...

Narrador C: Foi justamente por causa dessa invasão dentro da mata ...

Pesquisadora: Aí houve uma repressão ... digamos assim ...

Narrador C: Os caras ficaram 20 anos ... os caras ficaram 20 anos lá dentro da mata ... tinha muita casa ... e a produção ... muita coisa...

Pesquisadora: Muita gente morando lá?

Narrador C: E eles respeitavam também ... que eles não cortavam as árvores ... era só aonde tinha a baixada ... onde tinha vale pra plantar ... aonde tinha mata ninguém mexia ...

Pesquisadora: Eles não mexiam ...

Narrador C: Beirando o rio era tudo ... tudo direitinho ...

Pesquisadora: Quer dizer na medida do possível havia uma ordem ...

Narrador C: É ... havia uma ordem ...

Pesquisadora: Uma ordem ... uma preservação ... não é uma coisa desordenada ...

Narrador C: Não ... não ... era uma coisa direitinha ... só que foi atingindo muito ... foram pegando de um aqui ... tinha um sítio ... aí outro ali ... outro ali ... quando vê tava chegando ... se deixasse ia chegar que tava encostando na represa ...

Pesquisadora: Lá em Santo Antônio, no túnel?

Narrador C: Santo Antônio ... isso ... o último é ... o último sitio já tava encostando na represa ... aí o IBDF falou – opa ... agora não ... também não fizeram covardia com o pessoal não ... eles pegaram o pessoal ... deram sítio lá em Papucaia ...

Pesquisadora: Ah.. o pessoal vai pra Papucaia ... quer dizer ... quem quer ...

Narrador C: O caminhão do IBDF vinha ... botava a mudança e tinha terra lá ... não fez covardia com ninguém ... tirou de um lugar e levou pro outro ...

Pesquisadora: Quem quis foi pra Papucaia ...

Narrador C: Mas ainda ficou uns cinco lá em 56 ... uns cinco sitio resistiram lá ... o Ibama ... também o IBDF foi deixando ...

Narrador C: Bráulio ... me desculpa ... o Bráulio é vivo?

Pesquisadora: O Bráulio, ele estava vivo a uns quatro meses atrás, eu não tenho notícias se ele faleceu ...

Narrador C: Mas deve tá com uns noventa e poucos anos ...

Pesquisadora: Eu acho que 94. A última vez que eu soube dele estava bem ... não soube se ele estava dodói ...

Narrador C: Ele era muito ativo também ... coitado ... não era fácil não ...

Pesquisadora: Ele foi bem ativo ... pela história ...

Narrador C: Ele falou do Aldegundes?

Pesquisadora: Fala na página ... depois eu te dou ... vou pegar o livrinho mais tarde que agora eu tô usando ele, mas eu empresto ... dou enfim. Mas ele fala do Aldegundes; ele fala do Aldegundes como.. é.. vem pra cá ... que teve um determinado momento entre 58 e 60 que há uma disputa por esses é ... lavradores ... uma disputa política, que eles tinham a FALERJ, que ela era a federação dos agricultores do Estado do Rio de Janeiro e que Pedra Lisa, pelo o que eu percebo, que ela encabeçava esse movimento.

Narrador C: Encabeçava ...

Pesquisadora: O Estado do Rio inteiro e aqui também, pra lutar, veio muitas pessoas dessas regiões lá do norte do Estado e depois vai ter essa passagem do golpe, digamos assim ... do Governo mandando ... deslocando daqui pra lá ... então essa região mais a região norte do Estado, encerrando ali no noroeste acho, foram muito importante nesse momento que a gente está estudando: em torno de 40 e eu limitei 70, mas a gente tem 80 que vocês já falaram algumas coisa ... de 80 até 90, mas felizmente por uma questão de estudo, não dá pra apurar tudo, nós delimitamos até 70, que é justamente a saída do trem e a gente acha que saída do trem foi ... foi assim um desastre para o lugar ...

Narrador B: Foi ... foi sim ...

Pesquisadora: Porque a ideia que gente tem ... a gente tem já relatos ... que matou a produção ...

Narrador B: Matou sim ... matou a produção ...

Pesquisadora: É ... eu me lembro lá em Miguel Couto ... o cargueiro e a feirinha ... os produtos daqui ...

Narrador B: É.. é passava lá ... e a feirinha ...

Narrador C: E a feirinha ...

Narrador B: E daqui também ia pra lá ... tinha os trem cargueiro que era pra levar ...

Narrador C: É ... levava tudo mesmo ...

Narrador B: Levava tudo pra lá ... foi nessa época não é que ... que é..

Pesquisadora: Parece que ... eu te falei há uma diferença de ocupação aí Santo Antônio ... as pessoas que estão lá ... seu pai no sítio ... aí você fala ... do outro ... da outra pessoa que tinha ... onde é a escola ... que ali era um sítio não é isso?

Narrador C: Oto ... tinha ... ali era ... ali era praticamente uma quadrazinha que nos fundos que tinha um capitão ... que era o sítio do Capitão Augusto ...

Pesquisadora: Capitão Augusto ...

Narrador C: É ele tinha um sítio ali ...

Pesquisadora: Ah, aí em indo assim ... Santo Antônio pra dentro ... assim ... em direção a Santa Amélia ...

Narrador C: Ah ... Santa Amélia ... ali tinha ... tinha uma pessoa também que ajudou muito meu pai chamado José Muzi ...

Pesquisadora: José Muzi ...

Narrador C: Ajudou muito o local ... também tinha o Eduardo Américo ... uma família tradicional também ... tinha nossa parteira dona Isaura ...

Pesquisadora: Eita ... eu também nasci de parteira ...

Narrador C: Que lá não tinha negócio de médico não ...

Pesquisadora: Um narrador fez a menção de ter um Lavinho ...

Narrador C: ‘Seu’ Lavinho ... Lavino ...

Pesquisadora: É porque me disseram que essa pessoa teria assim ... ajudado a distribuir terras ...

Narrador C: É ... porque esse sítio que tinha ali atrás da escola era dele ... Aí beirando a onde tem a escola ... onde tem o barzinho do meu primo ... a onde mora a [professora] ... aquilo ali era uma sobra de terra ... a cerca dele passava beirando ... aí o pessoal fez aquele ... tipo um lotizinho ... foi ocupando ali ... mas nada assim que ele doasse ... eu achei até que foi uma invasãozinha porque a cerca era aqui ... só que eu não podia botar na frente do sítio né? ... aí também não ligou ... deixou o pessoal fazer ...

Pesquisadora: Isso ... aí foram ocupando ...

Narrador C: É ... atrás da escola que era o sítio ... é porque ali tinha uma bica ... tinha uma bica aqui na ... ali perto da escola ... a água descia por ali ...tinha a valinha ... a valinha ia direto ... saía lá na cachoeira ... aí daquela valinha pra cá ... mas falaram em Pedro Guarino não?

Pesquisadora: Em Pedro Guarino assim eu não cheguei a ouvir ...

Narrador C: Ele era também ... ele participava ... muito ativo na associação ... Zé Muzi falaram ... né? José Muzi ... aí o Lavino... ‘seu’ Lavino foi essa situação ... esse sítio ... essa sobra o pessoal ... é uma beiradinha ...

Pesquisadora: Aí foi ocupando e ficou hoje a calçada ...

Narrador B: Isso mesmo e hoje é ... ali em frente do advogado também ... dr. ...

Narrador C: Dr. Quintanilha ... é delegado ... é aquele espaço ...

Narrador B: Quintanilha é o delegado ... é ali na frente também ... aquele espaço foi como se fosse a calçada ...

Narrador B: E como é ... você ... chegou a pegar esse tempo de embarque dessas mercadorias no trenzinho ... ou não? [pergunta ao narrador C]

Narrador C: Peguei ... peguei o pessoal colocava na estaçãozinha de Santo Antônio ... eles colocava os caixotes de banana tudo ali ... aí o trenzinho parava ali ... ficava quaias uma hora enchendo ... banana ... aipim ... laranja ... tinha muita laranja também ...

Pesquisadora: E assim ... a associação era quem administrava isso ou cada um chegava com o seu ...

Narrador C: Não ... aí já era ...era não ... cada um tinha seu sítio e ... cada um tinha seu sítio botava ali ... a associação ela cuidava mais da saúde ... do pessoal ...

Pesquisadora: Digamos assim ... mais da parte social ... assistência social ... então os agricultores tinham a liberdade de plantar e colher e vender e ganhar o seu dinheirinho ...

Narrador C: Isso ... cada um tinha o seu ... plantava ...

Pesquisadora: Plantar e colher e vender e ganhar o seu dinheirinho

Narrador C: Discia ... o trem discia cheio ... o cargueiro ... aí saltava tudo na feira de Areia Branca ...

Pesquisadora: É mesmo? O Bráulio fala sobre a feira ...

Narrador C: Feira de Areia Branca ... Jacarezinho ... Belford Roxo ... Vicente de Carvalho ...

Pesquisadora: É isso que eu percebo ... Rio d'Ouro não era plantador ...

Narrador B: Não ... não era não ...

Narrador C: Não ... Rio D'ouro não ... plantador era Santo Antônio ... era 56 ... Pedra Lisa ... Estrada da Polícia ...

Pesquisadora: E Rio d'Ouro afinal de contas é ... tinha o que aqui então?

Narrador C: Rio D'ouro ... aqui nesse lotiamento que você vê aí hoje ... eu conheci ele com três casa ... só três casinha ... se eu não me engano ... de morador ...

Narrador B: É ... não é tinha produção ... o 'seu' Teteu ... aqui em Rio d'Ouro era mais gado ... Rio D'ouro Rio d'Ouro era mais ... era mais gado ... leite ... queijo ... é ... ali tinha um pessoal do ... do ...

Narrador B: Isso ... Kaka ... papai também ... papai teve ... o gado de papai ficava lá ...

Narrador C: 'Seu Tavinho' ... Tavinho ... Paúra também ...

Narrador B: E ali eles tinham ... e eles produziam ...

Pesquisadora: Tinha um curral?

Narrador B: Tinha um curral e produziam leite ... queijo ... era dali deles ... eu me lembro que era junto com seu Joaquinho pai do pai do Kaka ...

Narrador C: Tinha o Reis também ...

Narrador B: É e era mais com eles ... era mais gado ...

Narrador C: Santo Antonio já era mais ... já era banana ... era ...

Pesquisadora: A terra era mais rica ... Pois é ... esses loteamentos aqui ... Como ... vocês se lembram como é que eles vão surgir ... como é que vai ser demarcado pra virar um lotiamento ... vocês foram comunicados: oh, aqui vai ser loteamento?

Narrador B: Não ...

Narrador C: Não ... foi não ... na verdade eu não sei nem como surgiu isso aí ...

Narrador B: Até o dia que ... que surgiu ... assim ... Jardim Esperança vai ser asfaltado aí que a gente se ligou ... Jardim Esperança é Rio d'Ouro ...

Narrador C: A gente tava em Engenheiro Pedreira ...

Narrador B: A gente tava em Engenheiro Pedreira porque até ... na verdade é lotiamento mas não sei tinha nome ... claro a gente sabia igual você tá pensando ... mas tinha nome pra abrir ...

Pesquisadora: É o Padre João de Maria.

Narrador B: Isso ... seria esse lotiamento aqui ...

Pesquisadora: Esse aqui e o outro do Pelicano ... que também não sei se é todo o lotiamento ...

Narrador C: É

Narrador B: É ... mas a gente ... isso mesmo ... Boa Esperança também ...

Narrador C: Mas teve o corretor ... teve o corretor ... não teve?... 'seu' Teteu que era o corretor ...

Narrador B: É ... eu acho que era 'seu' Teteu ...

Narrador C: É ... acho que ele vendia lote sim ... e a maioria também foi invadido ...

Pesquisadora: Aí [tenho] um pedaço da planta do lotiamento que o 'seu' Pelicano tenha comprado da Normandia ...

Narrador B: Porque a minha escritura lá ... ela fala bastante da Normandia ... é assim ... fala sobre aquele pedaço nosso ali ... como que ... eu acho que como que surgiu ... acho que tá na escritura ...

Pesquisadora: Eu tenho a escritura do nosso ... a única menção que ele faz aqui é que todos os lotes seriam na época de propriedades do espólio do Mário de Almeida ou seus sucessores ... situados no Parque Padre João de Maria ...

Narrador B: Eu acho que é a de papai que fala alguma coisa da Normandia ...

Pesquisadora: A gente resgata a história do próprio lugar, a importância dele. E aí vem a questão: por que uma área tão produtora veio assim ... tão de repente a gente vê um lugar que praticamente ficou esquecido? O que que aconteceu? As pessoas foram embora depois que o trezinho foi embora?

Narrador C: Eu até acho que foi sim ...

Pesquisadora: Você acha que uma parte dos produtores acabaram ...

Narrador C: Foram embora ...

Pesquisadora: Indo embora ... ficaram sem ter como escoar a sua produção ... ficou muito mais difícil

Narrador C: É verdade ... é foi ...

Pesquisadora: Aí acabou indo procurar outras regiões que pudessem ...

Narrador C: Outras região ... é o trezinho era muito importante pra toda a região ...

Pesquisadora: Muito né? E a gente percebe isso ... a importância do trenzinho ...

Narrador C: Eles mandava um cargueiro só pra escoar a mercadoria ... tinha cargueiro para isso ...

Pesquisadora: Gente ... vinha só pra isso ... pra levar a produção ... além do trem ter as suas viagens de passageiros ... vinha um só pra ...?

Narrador C: Tinha vagão ... tinha dois ... três vagão ... tinha estação que ficava meia hora ... quarenta minutos ... até uma hora colocando caixa pra dentro ... caixa de impim ... laranja ... banana ...

Pesquisadora: Gente ... aí eu fico imaginando isso na mente ... aquele alvoroço das pessoas ...

Narrador C: Cada um pra ... saltava ... saltava em Miguel Couto ... um 'cado de mercadoria em Areia Branca ... virava e baldiava em Jacarezinho ...

Pesquisadora: E as mercadorias saíam desses lugares ... da mata ... pra ferrovia ...

Narrador C: Vinha de carroça ... vinha na carroça ... no lombo do burro ...

Pesquisadora: No lombo do boi ... carroça de boi ... o pessoal chegava ... então ali era o agito ... era muito agitado ...

Narrador C: Eu mesmo arei muito terra é ... botava junta de boi ... botava o arado ... metia o sarrafo ...

Pesquisadora: O seu pai plantava o quê?

Narrador C: Meu pai plantava muita banana ... aipim ... coco ... laranja ... e eu já tinha o nosso próprio arado ... botava o boi ...

Pesquisadora: Então vocês eram considerados classe média, né?

Narrador C: Não ... mas era ... mas servia todo mundo ...

Pesquisadora: Esses meninos eram ricos, ricos no lugar, né?

Narrador C: Era nada ... o pessoal ia ... o pessoal também fazia ... vendia aí ... e arava ...

Pesquisadora: Então vocês trabalhavam assim ... como comunidade ... na verdade era a associação que ... que funcionava emprestando as ferramentas ...

Narrador C: Era um ajudando o outro ... funcionava tudo

Pesquisadora: 'Seu' Valdir falou de um laranjal que tinha é ...

Narrador C: Na reta da Limeira ...

Pesquisadora: Não ... na reta da Limeira não ... que ia de Santo Antônio pra Santa Amélia ... num morro

Narrador C: É tinha um laranjal lá ... laranjal é lá ... mas sele falou o nome de alguém? ... tem o laranjal ... o tempo do laranjal ainda era o Zé Muzi ...

Pesquisadora: Falou do clube de dança ... falou assim ... tinha o clube de dança ...

Narrador B: É que a gente se encontrava ... é isso mesmo ... e a olaria também que tinha ali do lado da igreja ... é ... ali tinha uma olaria que produzia bastante ... era o pessoal da dona Mariquinha ... ali no Reis era uma olaria ... o terrenozinho até na igreja ...

Pesquisadora: Ele falou que trabalhou lá ... que era muito grande ... tinha muito ... muito pé de laranja ... que eles limpavam.

Narrador B: 'Seu' Valdir daqui? ... É um amor ... Ah é uma graça ... eu amo 'seu' Valdir ...

(risos) ... eu dava aula a noite pra ele ... ‘seu Artur’ ... eles aprenderam pouquinho coisa mas aprenderam ... ler um pouquinho ... assinar o nome não sabiam ... Cristina ... a gente conseguiu ajudar alguma coisa?

Pesquisadora: Com certeza muita coisa ...

Narrador C: História boa ...

Pesquisadora: Porque o que que acontece ... a gente olha assim o lugar ... a gente não dá nada por ele ...

Narrador B: É ... conhecer a história ...

Pesquisadora: Agora você vê ... como é que uma ... porque eles iam dar tanto valor pra um lugar cheio de mato?

Narrador C: Tinha alguma coisa ...

Pesquisadora: Tinha sim. Então, essa é a única ferrovia até agora que eu pesquisei ... é a única dentro do Brasil que foi única construída ... ela foi construída pra construir os reservatórios trazendo tanto o pessoal quanto o material ... ela não foi construída pra carregar café, gado pros portos ... ela foi feita exclusivamente pra construir os reservatórios de água ...

Narrador B: Pra abastecer

Pesquisadora: Abastecer a Quinta da Boa Vista ... e outra coisa que Dom Pedro I vai fazer ... ele vai comprar as fazendas que estão em torno das nascentes pra proteger as nascentes ...então a gente vê que a região é importante ...

Narrador B: Importantíssima e ninguém sabe ... o Judas perdeu a bota (risos)

Narrador C: É ... ninguém sabe ... (risos)

Pesquisadora: E aí a gente pergunta pra garotada hoje ... ah isso aqui é o fim do mundo ... cheio de mato ... tem nada não ... aí quando a gente começa a bisbilhotar história ... estudar o lugar ... tipo assim ... olha gente ... vamos cuidar com carinho porque é um lugar ...

Narrador C: Era uma alegria só essa ferrovia ...

Narrador B: E eu fico feliz também um pouquinho ... conversar mais coisas ... é uma história ... é muito importante resgatar ... obrigada de você ... desse bate papo que foi uma uma coisa muito boa pra mim ...

Narrador C: Tem ... tem muita ... dá vontade de ficar o dia todo ...

-X-X-X-X-X-

A3 - Narrador D

Entrevista realizada na tarde do verão de vinte e seis de outubro de 2018 em minha residência em Rio d’Ouro, Japeri/RJ, acompanhada de um lanche com cafezinho amigo. Nela o narrador, junto com outro irmão, relata sobre sua vida pessoal; comenta sobre os proprietários das fazendas existentes em Rio d’Ouro. Menciona sobre as escolas nessa região. Relata sobre a ação violenta dos guardas do IBDF contra as pessoas que ocupavam a faixa de terra situada entre os limites da reserva florestal de Tinguá e a EFRD e que se estendia de Rio d’Ouro até Limeira. Essa ação culminou com a expulsão dos lavradores e o envio deles para Papucaia. Narra também sobre os moradores, sobre a vida social e da solidariedade das pessoas em Rio d’Ouro.

O **narrador D** tem em torno de 60 anos e nasceu em Rio d'Ouro próximo ao desvio da EFRD que seguia em direção ao Complexo do Reservatório de Água. Seu pai, cuja família veio da localidade conhecida como Terras Frias no alto da serra de Tinguá em direção à Conrado, sustentava a família prestando serviço nos diversos sítios aqui existentes, principalmente na derrubada e venda de lenha à metro para as olarias que ficavam próximas a região. Mais tarde ele conseguiu uma vaga para trabalhar na CEDAE. Como era de praxe, a família recebeu uma moradia e passou a residir no Complexo do Reservatório. Lembra e narra um episódio ocorrido quando tinha oito anos e que o marcou profundamente: a ação violenta dos guardas florestais do IBDF no episódio de expulsão dos lavradores que viviam nas franjas da reserva de Tinguá.

Pesquisadora: Hoje nós vamos conversar com o narrador D que se encontra acompanhado de um irmão. Eu gostaria de dizer pra vocês que eu vou gravar porque não vai dar pra anotar tudo ... então nós vamos gravar, mas aí a gente faz uma transcrição, que a gente chama, que é passar a nossa fala pra forma escrita e vou pedir pra vocês me autorizarem o uso das informações. Então vamos lá e ... olha só ... a questão não é - ah se eu errar, lembra ... não lembrar ... é a gente poder trazer um pouquinho das lembranças desse lugar. De onde vocês vieram? São daqui, não são?

Narrador D: Meu nome é [cita seu nome] ... tá gravando?

Pesquisadora: Está ...

Narradora D: Meu nome é [cita mais uma vez seu nome] ... fui nascida no Rio D'ouro ... e aqui era Município de Nova Iguaçu ... eu morei num sítio ... chamava do seu Cabrito ... eu me lembro como criança ... esse sítio era ... hoje é a Serra Verde, que é onde tem uma fábrica de batata frita ...

Pesquisadora: Lá no finalzinho de quem vai pra ... pra represa, né?

Narradora D: Isso ... depois que eu ... papai saiu desse sítio e foi morar no 'seu' Sargento Armando ...que esse sítio hoje vem a ser o Vale do Sol ... ali [tinha] uma casa linda ... era uma casa de assoalho de madeira ... né ... que antigamente usava nas casas ... assoalho alto que solto por baixo ... que eu corria pra me esconder quando fazia arte ... (risos)

Pesquisadora: É criança, né? (risos)

Narradora D: Adorava ficar no sótão escondidinha e ... ali era uma mina d'água muito boa ... tudo lá era lindo ... aqui era perfeito ... e a casa que era as casinhas de pau a pique né ... as pessoas ...

Pesquisadora: Como pessoas humildes, né?

Narradora D: Isso ... era muito humilde ... eu me lembro também de ter uma casinha que era dos camponeses ... antigamente existia essas pessoas ... hoje têm os sem terra lá embaixo que invade os terrenos né ... aqui também tinha naquele tempo as pessoas que não tinha moradia ...aí pegava um pedacinho de terra pra fazer suas casas ...

Pesquisadora: Aqui em Rio d'Ouro?

Narradora D: É ... foram dentro da ... repartição que hoje é do IBAMA ...

Pesquisadora: Ah ... que a gente chama hoje da reserva?

Narradora D: Da reserva. Aí ... coitadinho ... fizeram casas ... muita casa ... tinha muito morador ... fazer suas plantaçozinha de impim ... criava seus porcos ... galinha ... aí veio o tal do ibdf que era o guarda ... e a guarda municí ... é guarda municipal não ... era guarda florestal ... eles vieram com mandato de ...

Pesquisadora: Tirar as pessoas ...

Narradora D: Isso ... e eles relutaram pra não sair ... porque não tinha pra ... pra onde ir ... aí eles vieram e demoliram tudo ... botaram todo mundo pra correr ... tiro ... eu me lembro disso ... eles saindo chorando ... largando suas coisinhas ...

Pesquisadora: Você se lembra mais ou menos em que ... que época ... mais ou menos ... assim ... década de 70 ... de 80?

Narradora D: Ah ... é ... eu tinha uns oito anos nessa época ...eu nasci em 1957 ... mais isso foi bem pra cá ... já devia tá com uns oito anos ... eu me lembro deles ... fazendo uma desapropriação de terra ... aí ... inclusive uma dessas senhoras era mãe da Nadi do seu perereca ... dona ... eu não lembro dela ...da mãe dela ... ficaram muitas pessoas ... precisou de abrigo ... de muita ajuda porque eles ficaram sem nada ... a Nadi ... todo esses moraram nessas terrinha ... era daqui a Jaceruba do lado de lá ... onde hoje é ... tem esse encanamento da Petrobrás ... então ... ali era as casinha deles ...

Pesquisadora: Aí as pessoas foram assim ocupando essa faixa ... do lado direito da estrada ...

Narradora D: Isso ... da estrada ... que nessa época ainda não passava a tubulação da Petrobrás ... aí eles tiraram ... aí fecharam tudo ... aí ninguém entrava ... ninguém pra ir na represa ... tinha duas entradas ... tinha dois guarda ... um guardinha cá em baixo ... uma guarita ... ali perto do ... jarrão ... onde jarrão moro ... pra entrá ali você ... já tinha que deixá o documento ... tinha que se identificar ... lá em cima tinha uma outra guarda ... deixava seu carro ... no reservatório ... se você foi de bicicleta tinha que largar ... seu carrinho tinha que largar lá e seguir a pé ... aí se identificava a onde você ia ... eles ficava te aguardando a tua volta ... e era muito bom né ... porque você sabia que era um lugar restrito ... a nossa água né? ... que nos bebemos ... e ali é bem guardada e hoje nós não sabemos ... que o povo entra pra lá né?

Pesquisadora: Isso ...

Narradora D: Eu não sei como hoje ... eu fico pensando ... não sei como não tiveram uma triste ideia ...né? ... tomar banho eu sei que toma ... [preocupação da narradora sobre a ameaça de algum tipo de atentado no Complexo do Reservatório]

Pesquisadora: É ... mas faz alguma coisa com aquela água, né?

Narradora D: É sim... que lá tinha ... por isso que guardava bem a nossa água ... tinha aquele controle de pessoa ... e com cuidado ... mais deveria pensar nisso hoje ... não é? ... deveria pensar que aí acabou né? ... aí o que que eu posso te falar do Rio D'ouros? ... aqui eu conheci um moço chamado seu Elias que veio de Petrópolis ... fez amizade com meu pai ...e arrumou de fazer uma casinha aqui na beira do rio ... e foi cercando ... plantando ... tinha muita plantação boa ali ...

Pesquisadora: Mais aqui perto da dessa casa aqui da frente?

Narradora D: Isso ... dali pra lá ... tudo era dele ... onde é do Valentininho hoje ... aí plantava impim ... plantou aquelas mangueiras ... ali tinha muita fruta ... e ele vendia ... vivia disso ... tendeu? ... ele vendia do que ele plantava ... ele vivia do que ele plantava ... criou os filhinho dele ali ...

Pesquisadora: Hum ...

Narradora D: Isso ... agora é a parte das parteira ... dona Floripe ... mãe do seu Zé Maria aqui, avó ... do Uiliam ... não morria nenhuma criança né? ... perfeito ... por isso que eu te falo ... hoje as crianças nasce bebê no hospital ... problema ... morre a ... as parteiras não deixava se perder uma criança ...

Pesquisadora: E eu também sou; também nasci de parteira, eu e Regina [refiro-me à minha irmã].

Narradora D: Quando tava doente ... ela [refere-se a sua avó paterna] fazia remédio com banha de galinha ... é que curava as crianças com banha de galinha ...

Narradora D: Aqui tinha um brejal ... tu alcançou o brejal?

Pesquisadora: Eu cheguei em 2011 ...

Narradora D: Tinha o campo do brejal ...

Pesquisadora: É? O campo do brejal era aonde?

Narradora D: É aqui onde tem essas casinhas ... onde mora a tua irmã ...

Pesquisadora: Ali era o campo do brejal?

Narradora D: Era o campo ...

Pesquisadora: Por que era brejo mesmo?

Narradora D: Não ... não era ... eles botaram esse apelido de brejo ... mais ali não era brejo ... [pela geografia do lugar, possivelmente, em algum momento ele foi um alagadiço] ... era um ... ali é alto ... ali é onde é a ... tem a casa ... tinha a casa da Fioca né ... que hoje é a padaria do Kaka ... e ali pra trás tudo era campo ... as crianças jogava bola ... minhas mininas jogô bola ali ... aí vamos ... eu quando criança ainda não cheguei alcançar ... mais ali da onde eu moro ... até lá no Beto ... era uma lavoura de arroz ... era plantação de arroz ... então ... ali pra lá tudo era lavoura ... ali era uma fazenda [refere-se à área do loteamento Jardim Esperança] ... os fazendeiro aqui ... é assim ... eles vinham reformado de alguma coisa né? ... era tudo sargento ...

...

Pesquisadora: Hum ... militares.

Narradora D: Militares ... então era o único que tinha um pouquinho de dinheiro entendeu ...o resto era tudo ... eles aí ... tinha tudo empregado ... eles trocava terra ...por boi ...

Pesquisadora: Ah, eles tinham a terra ...

Narradora D: É ... trocava ... eles fazia assim ... troca ... eles trocava o boi por terra ou terra por boi ... aquele que queria o boi ... fazia a troca ...

Pesquisadora: Dava a terra pra ele ... levava o boi ... e ele também ...

Narradora D: Em troca ...

Pesquisadora: Por aquele boi ele dava um pedaço de terra ...

Narradora D: Dava um pedaço de terra ... e assim eles foram ficando fazendeiro ...

Pesquisadora: Isso ...

Narradora D: Meu pai trabalhava assim ... tadinho ... meu pai cortava lenha ... isso aqui ... dali do é ... 'seu' João Figueira ... tu sabe onde é 'seu' João Figueira não é? ... ali depois do Beto ... não tem aonde termina o asfalto? ... tô falando aqui ... a principal ... tem a rua né ... termina o asfalto aí começa a estrada de chão ... indo pra queimados ... dali pra lá tudo era laranja ... era laranjal ... esse laranjal ia até na granja ...

Pesquisadora: Ali era um laranjal?

Narradora D: Do lado de baixo tudo era laranja ... pé de laranja ...

Pesquisadora: E a granja era onde que você fala?

Narradora D: A granja é antes ... é antes de chegar na linha ... não tem a casinha no alto? ... na voltinha tem aquelas casa no alto ... ali era uma granja de galinha ... papai trabalhava cortando lenha de metro ...

Pesquisadora: Ah ... como é que é isso gente?

Narradora D: É cortar ... tirar os pauzinho ... aí você vai medindo metro ... e vai de metro em metro e vai arrumando ... é ... tanto faz assim como assim ... você tem que medir ... ele juntava essas lenha pra olaria ... aí eles vinham buscar ... tendeu? ... as linhazinha ... aí ele

trabalhava assim tadinho ... aí de um dia pro outro ... aí veio a companhia da Citi ... um moço chamado seu Norico que rumou pra ele ...

Pesquisadora: Que que é companhia da Citi?

Narradora D: A Citi foi que passou pra cedae, era a companhia de água ...

Pesquisadora: Ah ... ela chamava companhia da Citi ...

Narradora D: Meu pai entrou pela Citi e trabalhou mais ou menos uns oito meses na Citi lá em Belford Roxo ... Inhaúma ... ele ia até Belford Roxo ... Belford Roxo pegava outra condução pra Inhaúma ... aí passou pra cedae ... quando ele veio pra cedae ... ele teve o direito a uma casa ... todos os funcionários ganhava uma casinha lá ... tendeu ... aí nós fomos morar na represa ... aí lá na represa a gente estudemo ... tinha escola só até a quarta série né?

Pesquisadora: É essa da que a gente fala da Mariazinha ?

Narradora D: Mariazinha ... isso ... que [referindo-se ao narrador A] fazia os lanchinhos ... (risos) ... leitizinho com biscoito bolinho ... a comidinha dele era boaela vinha num jipinho ... o falecido Tavinho que esposo da Fioca ... ele ia num jipinho buscá em queimados ... era o motorista da cedae ... depois passou pro Paulinho, depois de muitos anos quando Tavinho veio a morrer né? ... então o que mais eu posso te falar ... ele buscava ela e ‘seu’ Danilo que era o chefe ...

Pesquisadora: Isso. ‘Seu’ Danilo não ficava aí?

Narradora D: Não ... só quando ele queria as vez ficar 2 ... 3 dias né? ... depois ele ia embora ... depois teve um senhor chamado seu Arakak ... ele era um Japonês ... isso ... me lembro desse Arakak ... ele era encarregado ... veio como encarregado ... o chefe era ‘seu’ Danilo ... mais lá tudo era fechadinho ... a gente não tinha acesso assim ... a movimentação de pessoas indo e vindo tá ... tinha uma equipe boa que eles faziam assim ... eles trabalhava no socorro ... ia pro Guandu ... todas as cabeceiras ... por exemplo Belford Roxo ... Jaceruba ... Rio D'ouro ... trabalhar pra fazer limpeza nos reservatórios ... manutenção ... eles iam pra Inhaúma ... tinha também o Juramento que é no Irajá ... meu pai trabalhou muito no Juramento ... falava de lá ... e eles iam a Tinguá ... eles vinham pro Rio D'ouro ... aquilo tudo era limpinho ... limpava o reservatório ... tirava cada bichinho desse tamanho ... hoje não tudo ... pena mesmo ... o meu pai ... ele varia né ... é trecho que se fala ... então ... nós tamo falando da represa ... aí tinha a usina ... tinha uma casa lá na reta da Limeira que era do ‘seu’ Bené ... né? ... que nós fomos criados com as meninas dele a dona Albertina que era a esposa dele ... gente excelente tá ... morava lá ... tudo era vizinho ... assim ... mais vizinho daqui até na ponte ... da ponte prá lá ... casinha bem longe ... tinha minha madrinha chamava Arlete e meu padrinho Alcides também morava lá ... quem mais morava? ... dona Tides a mãe do Joca né ... que tinha a Rute o ‘seu’ Aristidi que era pai dele ... também é gente boa ... são tudo que morou lá ... família ... tem os reservatórios ... isso ... é aqueles tanque ... então meu pai varria né ... trecho ... as ruas eram tudo limpinha ... um dia vinha varrendo ... outro dia capinando ... outro dia campina ... outro dia varrendo ... e revezava com o ‘seu’ Bené ... ‘seu’ Bené tinha um trecho ... meu pai tinha outro ... ‘seu’ Noronha aí tinha outro ... aí depois meu pai foi trabalhar ... também ajudou na usina ... que era gerador de água ... que era a nossa luz ... é nossa luz era de lá ... trabalhou na guarita ... às vezes ele cobria falta de alguém tomando conta ... e é isso ... então ... nós tamo falando da represa ... aí tinha a usina ... tinha uma casa lá na reta da Limeira que era do ‘seu’ Bené, né? ... que nós fomos criados com as meninas dele ...

Pesquisadora: E todo mundo morava lá? Lá dentro da represa, é isso?

Narradora D: Morava lá ... tudo era vizinho ... assim ... mais vizinho daqui até na ponte da ponte da ponte prá lá ... casinha bem longe ... tinha minha madrinha chamava Arlete ... e meu

padrinho Alcides também morava lá ... quem mais morava? ... dona Tide ... a mãe do Joca ... que tinha a Rute ... o seu Aristidi que era pai dele ... também é gente boa ... são tudo que morou lá ... família ... trabalhava no pavilhão ...

Pesquisadora: Pavilhão é onde é o reservatório mesmo? Que chama de tanque? Então os tanques ... eles são o pavilhão ...

Narradora D: Tem os reservatórios ... isso ... é aqueles tanque ... então meu pai varria trecho ... as ruas eram tudo limpinha ... um dia vinha varrendo ... outro dia capinando ... outro dia campina ... outro dia varrendo ... e revezava com o 'seu' Bené ... 'seu' Bené tinha um trecho ... meu pai tinha outro ... 'seu' Noronha tinha outro ... aí depois meu pai foi trabalhar ... também ajudou na usina que era gerador de água ... que era a nossa luz ... é ... nossa luz era de lá né ... tinha a luz e ... que mais que eu posso te fala? ... naquele tempo foi tempo bom sim ...

Pesquisadora: É ... vamos lá na escolinha ... aí estudava lá ... quem estudava lá? Vocês tem lembrança da escolinha?

Narradora D: Olha ... eram poucas criança ... era mais aqui da localidade ... tinha pouco ... a vizinhança era pequena né [se dirigindo ao irmão]? ... eu me lembro de quem ... era você que ia ... a gente correndo atrás do jipe era eu e ... a gente ia correndo atrás ...

Pesquisadora: É ... Eu soube que jipe levava os menorzinhos ... dava carona né?

Narradora D: Isso ... dava carona ia atrás ...

Pesquisadora: E quando chegava a Maria Fumaça vocês ainda chegaram a pegar ela?

Narradora D: Não porque a Maria Fumaça ... quando a gente tava estudando lá já não tinha mais ...

Pesquisadora: Isso ... e vocês ficaram nessa escolinha até o quarto ano, mais ou menos até?

Narradora D: Não ... eu estudei pouco ... eu acho que dos oito até uns onze anos ...

Pesquisadora: Aí saiu já praticamente alfabetizada ...

Narradora D: Foi isso aí ...

Pesquisadora: E depois vocês foram pra outra escolinha ou não? Aí teve que parar mesmo?

Narradora D: Não eu me lembro de ter estudado aqui na escola Sá Freire ... que era ali na estação ... eu estudei nessa escola também ... mas um pouco antes ... eu devia ter uns sete pra oito anos antes de ir para lá ... antes da gente ...

Pesquisadora: Então essa escolinha ela ... tá junto ... ao mesmo tempo que a da CEDAE?

Narradora D: Quase o mesmo tempo que era da cedae ... eu estudei com a falecida Marlene ... que ela foi atropelada né ... aí a escola acabou ... ficou muito ruim sem ela ali né? ... o povo não aceitou muito a situação não ...

Pesquisadora: É ... assim ... houve um impacto muito grande ...

Narradora D: Foi ... foi ... teve uma das minina que teve a perna quebrada ... tava junto quando o carro pegou a outra ... quebrou a perna ... e foi um baque muito ruim ... aí juntaram todos aqueles materiais trouxe pra a escola ...

Pesquisadora: Aí já tava a escola estadual Rio D'Ouro.

Narradora D: Aí já fez como montaram a escola aqui ... eu não sei nem como chegou esse documento aqui ... porque aqui foi montada a 40 anos atrás ... por aí né ...

Pesquisadora: Rio D'Ouro ... em tese ... ela veio ... ela é de 1975.

Narradora D: E ela veio de alguma prefeitura ... a Prefeitura de Nova Iguaçu que deve ter entregue aqui ... foi Estado ... ah foi Estado ... ela veio pro Estado é ... a escola era do Estado ...

Pesquisadora: É porque eu tenho impressão de que a Sá Freire que era do município de Nova Iguaçu ...

Narradora D: De Nova Iguaçu ... isso ...

Pesquisadora: Com a chegada da Escola Estadual parece que ela incorpora ... aí ela traz todo ... a documentação pra que Rio D'ouro seja então a escola que vai guardar esses documentos né? E ... e você se lembra ... vocês lembram de alguma coisa da construção da escola de Rio do D'Ouro ... essa aqui ... estadual?

Narradora D: Eu lembro ... lembro minha irmã ... deixou ... que deixou marca na minha irmã [cita o nome da irmã] ... brincando na noite correndo de piqui ... aí tinha muito material ... muito vergalhão ... foi ela correndo ... o vergalhão pegou na perna dela passou de lado pro outro ... [O irmão intervém - Ih ... aquilo deu uma confusão ...deu até policia ... pensaram que deram tiro na perna dela ... ih ...] foi ... ela se machucou, isso foi aí ... foi parar no hospital ... ela sempre arrumando um problema e ... não vi mas eu ouvi um comentário muito grande que foi encontrado um crânio né? ... que acharam até que poderia ser possível ter um cemitério aqui ... pesquisaram ... foram procurar fundamento ... aí não achou que teve ...

Pesquisadora: Foi passado ... então poderia ser que nessa região ... pode ter sido uma desova ... poderia ter sido o costume de se enterrar no quintal mesmo ...

Narradora D: O costume de ... isso ... interrar no quintal ... pode ser a fazenda velha ... a fazenda velha começa aqui do 'seu' Valdir né?

Pesquisadora: Pois é que fazenda velha é essa que o pessoal fala?

Narradora D: Fazenda velha que eles falam ... que aqui na época ... que aqui teve escravo ... eles comenta que a entrada da ... dos colono era ali aonde tem aquelas palmeiras ... não tem umas palmeiras?

Pesquisadora: Ali perto da entrada da pra CEDAE, é por ali?

Narradora D: Da CEDAE ... isso porque foi encontrado algo na represa ... tá lá até hoje né ... era aonde eles botavam os escravos ... e tem o socadô de café ... lá tem o pilão feito na própria pedra ...

Pesquisadora: Pedra?

Narradora D: Isso ... então ... eu cresci ouvindo falar que aqui teve escravo ... meu pai levou a gente pra ver ... o escravo ... que foi habitado aqui ... por isso que eles falam fazenda velha ...

Pesquisadora: E aí a sede dela ... quer dizer a casa principal dela ficava aqui?

Narradora D: Aqui na frente ... na entrada ... aqui dentro dessa mata ... aqui tem até alicerce até hoje ... não tem a casa onde moro o 'seu' Barcelo?

Pesquisadora: Sim ... lá na entrada da guarita que a gente fala ... ou você quer dizer que é quase em frente o Vinil?

Narradora D: Então ... pra lá ... isso aí ... deve ser ali mesmo que tem uma área bonita ... isso ali é a Fazenda Velha ... isso vai ate lá em cima ... tem o tanque ... ali é ...

Pesquisadora: E lá para Santo Antônio? Nessa época vocês tinham essas saídas ... vocês iam lá em fim ...

Narradora D: Era lavoura ... tinha muita laranja ... era só mato e ... e muita laranja ... muito laranjal ... daqui ao 56 ... a gente ia pegar lenha ... tinha muita laranja ...

Pesquisadora: É mesmo? O laranjal ficava mais ou menos assim ... dali até 56 ... quer dizer pra Jaceruba ...

Narradora D: Pra Jaceruba tudo era plantação ... a gente ia até no corte de pedra ... tudo de laranja ...

Pesquisadora: Aí tinha o ... o dono ... assim vários donos ...

Narradora D: Isso tinha vários donos ... cada um tinha seus pedaços ... suas areazinhas plantada de laranja ...

Pesquisadora: Ah, então os donos na verdade ... eles eram era mais negociante do que donos ...

Narradora D: Ele levava no trem pra poder vender lá em Belford Roxo ... nas caixas ... eu gostava ir pra lá pra poder pegar lenha ... e a gente ficava debaixo do pé de laranja ... (risos)

Pesquisadora: Olha só ...

Narradora D: Papai comprava de saco ... lá em casa era muita fartura graças a Deus ... que assim ... podia andar de pé no chão e não ter uma roupa decente ... mas se você entrasse na cozinha era saco de arroz ... era saco de tudo ... saco de milho pra criação ... as réstias de alho pendurado ... porco era muito ... era quatro ... cinco ... galinha mais 50 ... papai botava tudo na banha ... naquelas lata ... não tinha geladeira né ... e fritava aquelas carninhas todinha ... tirava e botava tudo naquelas lata de 20 ... e era uma comida saudável ... meu pai comprava banha de côco ...

Pesquisadora: Isso ... eu também cheguei a comer na minha infância ...

Narradora D: Não é? ... era comida boa ... por isso que as pessoas estão ... a gente gostava muito de andar de bota ... meu pai comprava umas bota que vinha aqui ... falava que era bota sete léguas né? ... a gente andava com aquelas bota toda hora ... e ia embora ... todo mundo andava assim ... os homens ... a arma deles era facão na cinta ... e o povo era tão feliz e muito unido ...

Pesquisadora: É ... Tinha mais união naquele momento?

Narradora D: Desde piquinininha a gente trabalhava ... papai dizia _criança vai lá hoje passar roupa das crianças de Fioca ... mas não é pensando em dinheiro ... quando chegava no fim do ano minha avó ia comprar roupa ... pano ... ela comprava 50 metros de chita ...

Pesquisadora: Aí saía todo mundo igualzinho ...

Narradora D: Nossa ... par de vaso ... (risos) ... a semana santa minha vó guardava muito (risos) ... assim por exemplo ... ela falava _ gente ô trabalha depois ... vamos respeitar ... porque o respeito é muito bom ... hoje em dia ninguém respeita nada ... olha ... na sexta feira a gente não varria a casa ... não lavava roupa ... não fazia nada ... se reunir a família ... ficava a conversar ... e a ceia ... e comia a canjica ... nesse dia era santo né ... aí ali em Santo Antônio ... deixa eu te contar de Santo Antônio ... Santo Antônio tinha Dona Tereza ... que ali na descida assim ... que ainda tem ainda aquela coisa ali ...

Pesquisadora: Ah ... uma loja ... tá fechado o lugar que tem duas portas ...

Narradora D: Isso ... fechado ... ali era boa também tinha muita coisa ... ali tinha muito comercio ... Santo Antônio foi Santo Antônio ... hoje em dia Santo Antônio acabô ...

Pesquisadora: Era bem agitado?

Narradora D: Era muito ... e era chakra pra tudo quanto é lado ...

Pesquisadora: Chácara? É mesmo?

Narradora D: Tinha chakra ... tinha lugar que fazia baile ... no Noeci era armazém ... era comércio de um lado ... ali no Noeci ... do lado de cá ... era armazém ... ali era tudo comércio ... comércio bom ...

Pesquisadora: E o tal do campo? Fica lá pra trás?

Narradora D: É ... eu levei muito minhas criança nesse campinho ... que jogava bola ... minina tinha jogo de menina ... indo pela Escola de Santo Antônio que vai sair em Santa Amélia ... aquele ali tudo era sítio só tinha homem do dinheiro ...

Pesquisadora: Aqui tem [loteamento] ... seria Parque Padre João de Maria ... depois virou Professor João de Maria. Esse seu João ... acho que foi 'seu' Valdir que me falou ... parece que ele era um padre alemão ...

Narradora D: Não é o padre que foi Santo Antônio não? ... que aqui tinha um padre ... eu me lembro quando criança ... que aqui tinha um padre que foi a Jaceruba ... mais deixa eu te contar ... eles botaram o padre ... faz isso não grava não ... desliga aí que eu vou falar agora é bobagem ...

Pesquisadora: Nada é bobagem ...

Narradora D: O padre ... eles tinham tirado a estrada de ferro ... então era um sol de 40 grau ... mês de janeiro ... queriam fazer uma missa lá em cima e ninguém levou o padre ... eles fez o padre andar daqui até lá ... debaixo de sol ... e ele praguejou o lugar ... (risos)

Pesquisadora: Espaguejou?

Narradora D: Aí ficou ... quando acontecia alguma coisa ... aí eles falavam ... é praga do padre ...

-X-X-X-X-

A4 - Narrador F e Narrador G

Transcrição da entrevista concedida pelo narrador F, ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio / Nova Iguaçu (atual Japeri) no ano de 1960, ao narrador G - morador de Santo Antônio desde 1978 - em 18 de janeiro de 2001. Gravação gentilmente cedida a mim pelo narrador G em 18 de março de 2019, transcrita em 25 de abril de 2019.

O narrador G veio de Silva Jardim com a família. Ali atuou como educador nas fazendas, embora formalmente não seja habilitado. Estudou na Ordem franciscana Instituição Cristã Fioretti, ligada a Diocese de Nova Iguaçu, tendo sido instruído pelo Bispo Dom Adriano Hipólito. A mando deste, chega a Rio d'Ouro em junho de 1977 acompanhado por mais dois freis com a missão de auxiliar o pároco de Japeri, responsável por atender a comunidade católica existente nesse lugar. No ano seguinte vai para Santo Antônio com a tarefa de iniciar os Círculos Bíblicos e Celebração da Palavra, formando um grupo para a Catequese. Ajuda nas atividades de coleta para a arrecadação de fundos com o objetivo de construir a capela dedicada à Santo Antônio, obra iniciada em 1979 e concluída em meados de 1980¹⁴⁶. É um entusiasta no que diz respeito a memória e a preservação da história do lugar, tendo escrito vários textos com informações importantes sobre a região, dentre elas essa entrevista que realizou em 2001 com o ex-presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio de 1961 e ora nos franqueia a publicação através dessa dissertação.

O narrador F tinha 86 anos na época da entrevista. Ele nasceu em São Fidélis. Já adulto e com família, mudou-se para Cambuci. Depois foi para Itaperuna, chegando em Santo Antônio em fins dos anos de 1950. Era lavrador. Exerceu influência entre os camponeses tornando-se, em 1960, presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio.

Nessa condição, participou do II Congresso Fluminense de Lavradores, realizado nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 1960 no Ginásio Caio Martins em Niterói, cuja convocação foi realizada por José Iceira – ex-presidente da Associação dos Lavradores de Japeri, presidente da Federação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) ligada ao governador

¹⁴⁶ Segundo o narrador C, seu pai comprara o terreno onde a escola de Santo Antônio ficava (provavelmente, essa escola foi erguida 1959 / 1960). Após o seu fechamento, em 1972, o terreno foi doado para a construção dessa capela.

Roberto Silveira, fundada em julho daquele ano. Essa convocação realizada por Icreia expunha as disputas internas no movimento campesino fluminense, bem como a forte atuação de Roberto Silveira junto ao campesinato no estado. Na verdade, esperava-se que tal convocação seria feita pela Federação dos Agricultores e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).

Narrador G: Santo Antônio dia dezoito ... Santo Antônio dia dezoito de janeiro de dois mil e um - quinta-feira. Entrevista com o senhor.... [citação do nome do narrador F]. ‘Seu’ [citação do nome do narrador F], o senhor nasceu aonde?

Narrador F: Eu nasci São Fidélis ...

Narrador G: O senhor veio de São Fidélis pra cá... Há quanto tempo que o senhor está aqui?

Narrador F: Eu vim de São Fidélis pra Cambuci ... de Cambuci foi que eu vim pra Itaperuna ... certo? ... ia morar no Cambuci ... e vim pra Itaperuna ... e di Itaperuna eu vim pra qui ...

Narrador G: O senhor chegou aqui e começou a trabalhar em quê?

Narrador F: Agricultura ... arrendei aquele terreno ali do incra e ali vivo até hoje ... sem arrebrantar a conta ... foi arrendado do incra ...

Narrador G: O que o senhor conta pra gente daquele tempo? Existia associação aqui na ... em Santo Antônio?

Narrador F: Existias ... foi associação de lavrador ... onde que eu fui presidente a um ano... né ... associação de lavrador ... nois tinha uma companherada...

Narrador G: Certo...

Narrador F: Boa ... tudo que ... que fosse possíveis eles fazia ... nossa companherada ... então hoje não temos ... nois querendo fechar uma coisa, um trator ... não temos aquela companherada ... chegou a esse ponto ... (voz desolada) mas isso aqui era bom .. né todo esse pessoal antigo que nois tinha era reunido entendeu? (exalta a voz) ... falei vamos levantar aquilo ali... ajuntava tudo e levantava... aparecia todo mundo ...

Narrador G: O senhor abriu essa estrada aqui Teófilo?

Narrador F: Fizemos a estrada Teófilo com enxadão ... [trecho incompreensível] essa estrada foi no enxadão aí ... eu ... falecido Teófilo ... o nome dele ficou na história ... Florentino ... Eduardo Pereira ... cumpadre Arvino ... eu era presidente ... esses era meus fiscais ...

Narrador G: Esses aí ... né ...

Narrador F: É ... esses quatro homens ... eu não fazia nada dentro da presidência sem esses quatro homens ... nada saía sem eles ...

Narrador G: E o livro? O livro da ... de ata ficava com quem?

Narrador F: Comigo ... o livro de ata teve na minha mão um ano ... o nome dele era assim é ... estatuto da terra (riso maroto de quem sabe o significado de estatuto da terra naqueles anos) ...

Narrador G: Hum... e esse livro está aonde?

Narrador F: Hoje eu não posso dizer onde ele tá quando eu venci o meu tempo [referindo-se ao término do seu mandato como presidente da associação]... entrou a outra sociedade de lavrador ... entrou a família muzy e pedro guarino ... o falecido ... alde ... aldegundes vieram fazer o presidente em meu lugar ... eu venci [referindo-se ao término do seu mandato como presidente da associação] ... daí ficou na mão deies ... nessa mão deies aí a política caiu [se refere ao golpe militar ocorrido no dia 1º de abril de 1964] ... dipois vieram recolher o livro [não sabemos a quem seria, pois o narrador não cita nome, mas presumimos que fossem pessoas ligadas aos órgãos de repressão do novo regime instaurado] ... daí estava na mão do capitão guerra aqui [esse capitão Guerra era o subdelegado que dirigia o Núcleo

Agrário em Pedra Lisa] ... capitão guerra vende o sítio [era comum pessoas ligadas as Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública - policiais, delegados, bem como advogados e políticos terem sítios tanto em Rio d'Ouro como em Santo Antônio, situação esta muito característica dos projetos de loteamentos da época] ... vai pra Brasília ... deixou o livro aí não sei com quem ... depois de um certo tempo eu soube que ele estava com o Bráulio ... Bráulio foi presidente da Pedra Lisa ...

Narrador G: Pedra Lisa...

Narrador F: Eu era presidente aqui ... ele era na Pedra Lisa ... e depois eu vi o Bráulio umas duas vezes ou três depois não vi mais ... até que tava com Bráulio eu soube ... aí não sei mais ... não sei do livro ...

Narrador G: E o senhor foi alguma vez no Palácio do Ingá ... aí?

Narrador F: Fomos ... no tempo de Roberto Silveira... foi o presidente ... é ... presidente não ... foi ... governador ... quando fez um comércio em Paracangai [não conseguimos identificar que lugar seria] e veio aqui [trecho incompreensível] com o ônibus pra buscar o nosso pessoal [trecho incompreensível] da agricultura ... pra o ... o teatro Paracangai ... e nós fomos lá ... tudo na festa falar com ele lá ... eu levei a minha família ... Eduardo Pereira levou a dele ... esse Eduardo... Eduardo Américo levou a dele, um bocado de gente ... foi falar com ele lá ...

Narrador G: Isso foi antes da revolução de 64 né?

Narrador F: Ah ... foi...

Narrador G: O senhor acha o que ... que destruiu aqui mais o bairro? Foi a revolução de 64 ou a ... a saída do trenzinho [refere-se a EFRD]?

Narrador F: Ah ... quem acabou isso aqui foi a saída do trenzinho ... a saída ... a ... quando tinha o trenzinho ... isso aqui nós não ficava com nada sem vender nada ... nada ... nada ... eu tinha sua aipinzada você vendia de manhã até a noite... você ... ficava cheio de gente pra comprar aipim ... pra comprar e vender ... era mulher ... era criança ... todo mundo vinha comprar ... laranja ... não ficava nada sem vender.

Narrador G: Quer dizer ... era um local que tinha muita produção, né? Escorrimento [escoamento] de mercadoria também, né? Essa mercadoria ia até Maria das Graças, né?

Narrador F: Não ... nós trabalhava nessa feira ... aqui nessa linha [refere-se a EFRD] daqui a Vieira Fazenda ... Vieira Fazenda ... Vieira Fazenda ... Vieira Fazenda essa era Jacarezinho né...

Narrador G: Jacarezinho.

Narrador F: Daqui lá ... quem trabalhava lá era o Lúcio, o gari [provavelmente seja Pedro Guarino] trabalhava dali até ... até Miguel Couto tinha feira ... daqui lá uns ficava em Miguel Couto ... outro Areia Branca, outro ficava Vila de Cava ... outro ficava Agostinho do Porto ... outro ficava Pavuna ... outro ficava São João de Mirim, tudo tinha feira ... então todo mundo ficava espalhado e o Lúcio ficava em Vieira Fazenda ... ficava nada era uma coisa forte ... isso aqui é ... a estação do trenzinho era ali ... onde é o ponto de ônibus ... é nessa parte de lá (ao fundo ouve-se barulho que parece ser utensílio de cozinha) ... quando encostava o cargueiro aos sábados ... quando nós tinha menos tinha cento e cinquenta ... duzentos volume pra botar dentro do trenzinho ... os sacos né ... ia tudo de lá aqui [a impressão que temos e que o narrador vê claramente em sua mente essa movimentação toda] ... encostava o trenzinho ... levava ali dentro ... embarcava aquilo tudo ... de noite ... de manhã cedo (riso) domingo ... tava todo mundo nas feiras ... quando chegava de tarde acabava a feira vinha juntando aquilo tudo ... uma maravilha ... em vista de hoje ... eu fico ... não tem ninguém ... (fala desolada)

Narrador G: É... E sobre o colégio [refere-se à antiga escola em Santo Antônio]? O Senhor lembra do colégio quando existia lá no local da igreja [depois que a escola foi fechada em

1972, construíram no lugar uma Igreja Católica] ... era um colégio. O senhor lembra desse tempo? E por que esse colégio acabou?

Narrador F: Olha ... acabou assim ... deve ser política ... meus filhos chegaram aqui estudaram no 56 [refere-se ao quilômetro da EFRD onde havia a Parada Saudade] ... estudaram na escola no 56 ... escola no 56 ... uns tempos depois foi que abriu uma escola aqui ... aí depois aqui abriu a escola aqui ... aí ficaram [sobre os filhos] ... ninguém estudou mais pra fora .. não é isso? ... foi política ... o negócio foi política ... não lembro depois de ... [trecho incompreensível] [possivelmente, o fechamento das escolas do 56, Santo Antônio, no Reservatório da CEDAE e Vereador Sá Freire e a construção da Escola Estadual Rio d'Ouro absorvendo todos os alunos das demais tenha sido uma política deliberada na tentativa de reprimir e extinguir os movimentos de luta pela na região. Entre os anos de 1964 a 1977, Nova Iguaçu teve onze prefeitos nomeados e interventores].

Narrador G: Foi política de Nova Iguaçu, né? E sobre a Companhia Normandia, que o pessoal fala muito que é posse ... e essas terras aqui pertencia a Companhia Normandia ... vieram aqui marcar terreno mas aí vocês se organizaram e não deixou ... Como é que foi essa história?

Narrador F: Não ... essa história ... a história ... isso aqui ... aquele livro [refere-se a ata da associação] teve assim ... tinha assim um trecho de três ... comprador ... normandi ... [trecho incompreensível] e Expansão ... que dizer uma comprou e não pagou ... a outra apanhou ... a outra não pagou ... a outra apanhou e depois ... assim a revelia o estatuto da terra [como chamavam a Ata da Associação] dizia que isso era de ... o ... (longa pausa)

Narrador G: Conde de Aljezur ...

Narrador F: É ... de conde de aljezu ... essas terra ... o nome dele era conde de aljezu ... isso era daqui em pau de taboa [provavelmente seja a região conhecida como Cangote do Porco, vizinha a Santo Antônio] ... conde de aljezu ... e .. é que o livro dizia ... aquele livro ... isso aí ... isso passado para o estado no tempo de iputeca [trecho incompreensível] ... eu não li não ... [refere-se a um de seus filhos] é que lia pra mim ... naquele tempo eu li um bucadinho ... hoje ao vou dizer que sabia ... os garoto me ensinaram dessas coisas ... mas então (barulho de louças) ... esse conde de aljezu vendeu pro estado nu tempo de iputeca [na verdade, o Conde de Aljezur vendeu ao Governo Imperial, em 1876, a área entre os rios Rio d'Ouro e Santo Antônio na margem direita da EFRD em direção a Serra de Tinguá para a construção do sistema de abastecimento de água da Corte] ... vendeu em iputeca ... foi iputecado ... no tempo de iputeca ... sem herdeiro ... o herdeiro era uma filha que ele criou [na verdade, era a esposa do Conde de Aljezur, Ana Carolina de Saldanha da Gama] ... então indenizou ela com cem mu reis ... [deve estar se referindo a venda das terras que Condessa fez ao Conde Modesto Leal, que teria pago cento e setenta e cinco mil contos de réis] ...

Narrador G: Ah ... O livro?

Narrador F: O livro ... terminou essa fala ... ficou nisto ... aí eu saí da minha presidência ... nunca mais vi o livro ... nunca mais vi o livro ... até aí eu sei alguma coisa do livro né ... essa é minha palestra né ...

Narrador G: Quem mais batalhava com o senhor ... dos mais importantes ... daquela época? Era o... bráulio, né?

Narrador F: Não (com voz firme parecendo não ter gostado sobre a insinuação de que o Bráulio batalhava junto com ele) ... o bráulio era pedra lisa ... ele era presidente de pedra lisa ... pedra lisa tinha a sociedade deis e nois tinha a nossa aqui separada ... mais nois se ... se combinava ... se unia ... o que eles queria lá nois queria aqui ... se eles dependesse da gente vinha aqui ... se nois dependia nois tava lá ... mais tinha ... uma esforçava a outra ... a outra

esforçava a outra ... unida com a gente ... então ... era um tempo bão ... uma companherada ... uma coisa ... fora de série ... benza-deus ... boa mesmo ...

Narrador G: O pessoal fala que aqui tinha barbeiro, armazém, né?

Narrador F: Não ... aqui já teve ... já teve ... armazém ... nenhum de nois comprava prá fora ... comerciante fazia questan de vender pra gente ... inclusive o falecido seu luiz morreu ... é aquele que fez armazém de porta de aço ... mais os filho dele tão aí em areia branca ... itamar ... inamar e edimar ... pode contar (latidos de cahorros ao fundo) ... o pessoal tinha questan de vender pra gente e mandar a compra na casa da gente ... o falecido mandava ... itamar ... inamar e edimar ... a gente não precisava daquilo ... mais ele tinha aquele prazer ... e nois também por causa de ser conhecido de itaperuna ... nois lá foi puxador de enxada [essa fala do narrador confirma os dados de outras pesquisas e depoimento de Bráulio, de que a região recebeu muita gente do norte e do noroeste do estado do rio de janeiro] ... tal ... tal ... tal ... aqui passamos na mesma forma de trabalho mais a consideração era a mesma ... então nois concordava com ele ... mandava pra lá ... fazia a nota [devia ser uma lista com os produtos que eles compravam] ... entregava a eles ... e eles mandava pra gente ... e a gente na lavoura (risos) ... mais a vida era boa ... boa mesmo né ... (fala com ares de saudades daquele tempo)

Narrador G: Qual é a produção? Ela ... a produção que mais se expandia naquela época... era a laranja, o café ... qual o produto?

Narrador F: Nosso maior produto aqui ... desde que eu cheguei prá qui ... foi café e aipinho ... esse era o nosso produto ... naquele tempo ... café não ... banana e aipinho ... café não tinha não ... eu plantei uns pé de café mais ele morreu ... mais ipinho e banana nois já plantô tudo e é até hoje ... o ipinho e banana ... é o certo ...

Narrador G: Até que diminuiu os feirantes, né?

Narrador F: Não... hoje não tem feirante ... mais no domingo ... mas eduardo ... aqui do rio santo antônio ao 56 decia os feristas ... era dezesseis ... dezoito ... vinte carroça todo domingo ... lado de cá vinha sodré ... vinha guarino ... vinha elias meu irmão [a vinda de parentes para a região parece ter sido muito comum] ... vinha aqueles minino ... irmão do adir ... vinha uns mininos irmão desse olegário ... eu sei que ... nois forma dezoito ... vinte ... vinte e duas carroças ... quando vinha pra cá todo domingo ... plantando aí aipinho ... banana ... [trecho incompreensível] ... laranja ... quiabo ... tinha jiló ... [trecho incompreensível] ... era muita coisa ...

Narrador G: E naquela época o senhor ainda arrumava um tempinho pra jogar, né? Disseram pra mim que o senhor era um jogador bom ...

Narrador F: Eu bati bola até com sessenta e cinco anos aqui ... parei ... de jogar bola quando jogava ... joguei contra ... contra três filhos meus ... eu e esse cumpadre Delfino ... era meu cumpanhero ...

Narrador G: E qual era a posição?

Narrador F: Nois era defesa ... ele era direita e eu era esquerda ...

Narrador G: E sobre esse tal de Tenório que atacava aqui? O que que o senhor conta pra gente?

Narrador F: (o narrador faz uma longa pausa até responder possivelmente por ser um assunto espinhoso) Pois é ... aquele tal de Tenório ... hoje ... essa é uma parte meio inflamada ... se eu for contar inflama alguém aqui ... [significa que alguém envolvido no episódio ocorrido em 1951 ainda vivia no lugar] ...

Narrador G: Ainda tem gente aí, né?

Narrador F: tem boi na corda ... o que aconteceu com o Tenório tem boi na corda [significa que alguém envolvido no episódio ocorrido em 1951 ainda vivia no lugar] ...

Narrador G: Mas esse Tenório não é aquele de Caxias não, né?

Narrador F: Era colega dele ... ele era tenório ... então ... ele morava lá em jaceruba e os boi dele já vinha comendo isso tudo aqui ... então o pessoal queria eles ... se ele liberava ... tem tenório capa preta ...

Narrador G: É... mas não tinha o conselho ... o curral de conselho?

Narrador F: No curral de conseio nois fizemos aqui na minha casa ... na minha presidência ... porque nois do ... fizemos naquele largo ali que era beirando a igreja dali ... pedimos a madeira ao dudus que ele era chefe da guarda ... ele disse ... cê chega depois das quatro da tarde e apanha madeira ali ... nois fizemos [trecho incompreensível] ... fizemos o curral do conseio ... o boi era do ‘seu’ ari ... ‘seu’ ari felício ... então ele estava meio [trecho incompreensível] ... ficamos prendendo ... vinte e oito cabeças ... fizemos o curral do conseio e prendendo vinte e oito cabeças ... aí mandamo chamar ele ... ele veio ... apanhou uns dois cumpanhero lá ... viu roupa de polícia neles ... mais quando chegou em baixo e soube que tinha vinte e oito homens em volta do currá o polícia não veio não ... porque só vinha a roupa do polícia mais o polícia ... é ... ele imagino que ia enganar o povo ... mais ele não veio ... aí ‘seu’ ari veio sozinho ... ela já conhecia nois ... conhecia muito o florentino ... aí ele chegou não quis entrar no meio do pessoal né ... aí juntei o pessoal - vamos entrar aí e vamos ficar dispois ... quem não tinha nada pra falar dele não né ... aí eu falei com florentino – você mais cumpadre arvino leva ‘seu’ ari dentro do currá pra vê se ele conhece se o gado é dele ... entra com ele dentro do currá ... aí ele entrou dentro do currá e revistô que o gado era dele ... dipois saiu e falou – ‘seu’ [citando o nome do narrador] como a gente vai [trecho incompreensível]? ... se o boi é do senhor ... o senhor leva ... paga o prejuízo e leva ... ah ... tal ... tal ... tal ... aí pra encurtar o assunto ... quando os cumpanhero disse – oh ... nois vamos fazer uma parada com o senhor ... leva seus boi ... o senhor não vai pagar nada a ninguém por esse prejuízo ... o senhor só vai assinar no livro de ata aqui que o seu gado nunca mais volta ... ele disse – assino ... ele assinou no livro de ata no mesmo dia e passou a ser sócio da sociedade junto com nois ... até quando ... até quando acabou a sociedade ele ficou com nois ... nunca mais boi do ‘seu’ ari voltou aqui ... não tivemos mais prejuízo com boi ... e ele tinha boi ... ‘seu’ abílio [trecho incompreensível] ... rei [reis] do rio douro tinha boi ... o pai dessa menina aqui tinha boi ... acabou o prejuízo ... agora quando deu prejuízo ... agora o bicho pegou ... pegou na questan [trecho incompreensível] ... nois tamo nessa audiência agora dia ... vinte e quatro de ... fevereiro [fala incompreensível] ... quer dizer

Narrador G: Nós não pode ter nada ...

Narrador F: Nois não podemos plantar um pé de milho ... cê planta ... tem cinco fio de arame o boi chega lá e arrebenta aquilo tudo ... tem seis ele arrebenta também ...

Narrador G: Tem que ter uma associação forte aqui, né? [significa que ainda em 2001 o problema de invasão do gado nas áreas de plantação persistia]

Narrador F: Não ... se tivesse uma associação forte como nois tivemos ... acabamos sem briga ... sem briga ... não tive briga pra nois tirar o gado daqui da rosa ... né ... e fiquemos tudo amigo ... tudo amigo ... ninguém escorou o outro ... ninguém bateu ... ninguém não ... ninguém [trecho incompreensível] na cadeia ... acabou ali ... [trecho incompreensível] ... não é como hoje ...

Narrador G: O pessoal era muito unido né, naquela época ...

Narrador F: É unido ... e dipois fio ... era tudo pessoas de ... de idade ... não tinha garotão naquele nosso meio não ... era tudo home de família ... tudo tinha sua família ... sua lavoura ... tinha sua propriedade ... era home de cumprimento ... não é isso ... então graças a deus [trecho incompreensível] ... bem mesmo ...

Narrador G: Quem era o tirador de ladainha aqui?

Narrador F: Era eduardo américo ... falecido eduardo américo ...

Narrador G: Ele foi muito importante no bairro ...

Narrador F: Muito ... muito importante ... eduardo américo ... e depois elias meu irmão veio também e tirava ladainha ... elias foi bem depois ... mais o tirador de ladainha aqui era o eduardo américo ... eduardo américo era fora de série ...

Narrador G: Era no tempo da fartura né, porque o pessoal conta pra mim, nas ladainhas o pessoal comia era muita coisa ... fazia cada ... né?

Narrador F: Tinha mesa ... podia fazer a mesa ... nois tinha tudo da roça aqui ... né ... apanhava alguma coisa de fora porque ... sabe cumé que é né ... mais nois tinha pra cume ... pra dá ... pra vendê e ... (risos)

Narrador G: O senhor criou seus filhos tudo aqui?

Narrador F: Meus filhos veio para qui tudo de menor ... essa [refere-se a uma de suas filhas] que veio pra qui com dezoito anos ... já ... é a mais velha ... [refere-se a outro filho] é meu caçula ... veio cum dois anos e meio pra três de nascido ... cagava nos panos né ... [trecho incompreensível] é madrinha dele ... isso aí ... um montão de filhos ... tudo nascido ... criou aqui ... casei cinco ... e nessa casa que tá aí com cerveja ... chope [trecho incompreensível] ... que dizer ... eu hoje to com oitenta e seis anos pra oitenta e sete mais ... graças ao senhor Jesus ... agradeço muito Jesus ... o que ganhei ... o que fiz ... até essa presente hora ainda faço ... agora não ... agora fiquei ruim da perna ... [trecho incompreensível] ... mais to rolando ... to rolando aí ... to fazendo força ... graças a deus fico muito satisfeito ... satisfeito ... e gosto desse lugarzinho aqui ... acostumei ... gosto daqui ...

Narrador G: Esse lugar é bom ... Quem é que fazia caixão aqui? Quando morria alguém ... assim ... tinha alguém que fazia caixão? Quem era?

Narrador F: Quem fazia caixão aqui mesmo ... (pausa para pensar) ... florentino ... é ... quem fazia caixão era florentino ... (pausa para pensar) ... qual é o outro ... florentino ... florentino sempre teve o serrote dele ... carapina [carpinteiro, marceneiro] ... tal ... tal ... tal ... ele era meio carapina ... era ele mesmo ...

Narrador G: [Narrador G cita o nome do narrador F], vamo lembrar um pouco da associação né, do livro ...

Narrador F: O livro ... eu hoje não tenho a certeza de dizer em consciência ... lado que ele está ... você procura o brau que o brau vai dar [trecho incompreensível] daquele livro ... aquele livro tá por aí né ... porque um tempo que não vejo o brau ... seria muito importante ... achar aquele livro né ... porque aquele livro é o estatuto dessa terra ... é ... ele teve na minha mão ... e é muito importante o livro ... hoje não posso dizer certo ... num acompanhei a saída dele ... venci minha época e me separei ... me desliguei daquilo né ... hoje sei de alguma coisa ... me lembro e sei (pensando) ... não posso te dizer não ...

Narrador G: Mais a comissão ... a comissão ... a comissão daquela época ... [trecho incompreensível] ... o senhor pagava direitinho ...

Narrador F: Ah ... sobre o trem né ... bom sobre o trem ... eles tiraram o trenzinho ... a gente ficou sem explicação porque era um ... queu fiquei conhecido na linha ... meu nome em todas estação (fala seu nome) ... aquela minuta ... chegava no depósito pesava aquilo tudo ... se fosse cem volume ... duzentos ... fosse trezentos ... pesava aquilo tudo e pagava aquilo tudo ... pagava lá na [trecho incompreensível] ... tanto o dinheiro entrava ... então se o trenzinho saiu ... puxaram o trenzinho ... não foi pelo feirante não ... porque o feirante passava pela balança ... passou pela balança você tem que pagar ... tem ou não tem? ... então ... então não foi pelos feirante ... é porque (pausa para pensar e falar) houve ali um meio que ... a produção sumia entre eis ... a gente pagava ... até que ... até hoje nois não somos beneficiados ... [trecho incompreensível] pelo trenzinho ... no trenzinho nois saía na nossa mão direita ... e sem trenzinho nois saía na esquerda ... na contramão ... até hoje saímos na contramão ... então

beneficiados [trecho incompreensível] no trenzinho não ... mais fomos levando a vida ... fazê o quê? ... tiraram ... acharam que podiam tirar ... que não fazia falta ... o trenzinho deceu num dia de quarta-feira e estamos esperando até hoje (risos sarcásticos) ... não avisou ninguém não ... deceu ... quem pra voltá volto ... quem não voltô voltô a pé ... outro volto de ônibus [na verdade talvez houvesse ônibus até Rio d'Ouro somente] ... estou esperando o trem subir até hoje ... e aí ... terminei essa parte né ... do trem ... ele não volto e aí tinha passado o que ... passado nem sei quanto tempo ... que entrou ônibus ... apareceu aí uma [trecho incompreensível] ... santa amélia ... então nois saía daqui ... toma ônibus na estrada nova ... pra ir a queimados ... aí passemos a acostumar em queimados ... mais já tendo o trenzinho aqui nois não ia a queimados não né (risos) ... nossa linha era aqui na nossa mão [direção] né ... mais dipois tiraram o trenzinho passamos a conhecer queimados porque ... pro nosso comércio ...

Narrador G: O senhor consegue localizar a fazenda velha? Diz que tem uma panela quebrada ... não sei que lá ... veia ...

Narrador F: Não ... fazenda veia é aqui na cova dos índios ... falecido eduardo américo tinha um sítio lá ... na cova dos índios ... falecido florentino tinha uma banda da panela ... ele cozinhava inhame pros porco ali ... era uma banda da panela ... a banda da panela cabia uns dois sacos de milho [trecho incompreensível] (risadas) ... é ... do tempo dos escravos ... mais era aquilo ... minhas perna nem dá mais para caminhar ... mais não é longe não ...

Narrador G: Então, terminamos a entrevista, né. Obrigado [cita o nome do narrador F], né. Que Deus dê muitos anos de vida ao senhor, saúde. Mas o senhor vai colaborar muito conosco porque é isso que nós precisamos: ter dados pra poder ver o que podemos melhorar pra que nosso bairro volte a ser o que era ...

Narrador F: Aí ... alguma coisa queu lembrar com detalhes ... quando for preciso a gene fala...

ANEXO B – Formação Docente

B1 - Escola Municipal Rio d'Ouro

ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE JAPERI														
ESCOLA MUNICIPAL RIO D'OURO Municipal e Rural Anos Iniciais / EF e Anos Finais /EF PROVA BRASIL Rio d'Ouro														
DOCENTES														
NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE														
FORMAÇÃO DE PROFESSORES (NORMAL)		PEDAGOGIA		LICENCIATURAS		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		EDUCAÇÃO DO CAMPO		
		TURNOS	AI/EF ¹	AF / EF ²	AI/EF ¹	AF / EF ²	AI/EF ¹	AF / EF ²	AI/EF ¹	AF / EF ²	AI/EF ¹	AF / EF ²	AI/EF ¹	AF / EF ²
1º	02	04	--	01	02	07	01	06	--	01	--	--	--	05
2º	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL	06		01		09		07		01		-----		05	

- 1- Anos Iniciais/Ensino Fundamental 2- Anos Finais/Ensino Fundamental 3- Marcar um X em cada opção de segmento em que atua/turno, bem como cada nível de formação. Ex.: se cursou o Normal, Pedagogia, Licenciaturas – marcar X em cada uma.

B2 - Escola Municipal Santo Antônio

ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE JAPERI														
ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO Municipal e Rural Pré-Escolar / EI (PE/EI) e Anos iniciais / EF (AI/EF) Santo Antônio														
DOCENTES														
NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE														
FORMAÇÃO DE PROFESSORES (NORMAL)		PEDAGOGIA		LICENCIATURAS		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		EDUCAÇÃO DO CAMPO		
		TURNOS	PE ¹	AI / EF ²	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF
1º	---	02	---	03	---	01	---	02	---	01	---	---	---	01
2º	01	01	---	---	01	01	01	01	---	---	---	---	---	01
TOTAL	01	03		03	01	02	01	03		01				02

- 1- Pré-Escola 2- Anos Iniciais/Ensino Fundamental 3- Marcar um X em cada opção de segmento em que atua/turno, bem como cada nível de formação. Ex.: se cursou o Normal, Pedagogia, Licenciaturas – marcar X em cada uma.

ANEXO C – Quadro Estatístico Geral

C1 - Escola Municipal Rio d'Ouro

ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE JAPERI														
ESCOLA MUNICIPAL RIO D'OURO Municipal e Rural Anos iniciais (EF) e Anos finais (EF) Prova Brasil														
DISCENTES														
TURNOS	Nº DE TURMAS		Nº DE ALUNOS MATRICULADOS		Nº DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS		INTERVALO DE IDADES DOS ALUNOS							
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS						
1º	02	04	45	105	--	02	[9-11]	[12-16]						
2º	---	---	---	---	---	---	---	---						
TOTAL	02	04	45	105	--	02	---	---						
TOTAL GERAL	06		150		02		[9-16]							
DOCENTES REGENTES DE TURMA														
TURNOS	QUANTITATIVO DE DOCENTES		TEMPO DE MAGISTÉRIO		TEMPO NA U.E.		INTERVALO DE IDADES DOS PROFESSORES							
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS						
1º	04	10	Média-07	Média - 17	Média – 2,5	Média - 04	[26-45]	[26-55]						
2º	---	---	---	---	---	---	---	---						
TOTAL	04	10	-----	-----	-----	-----	-----	-----						
TOTAL GERAL	14		12		4,5		[26-55]							
NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE														
FORMAÇÃO DE PROFESSORES (NORMAL)			PEDAGOGIA		LICENCIATURAS		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	AI	AF	AI	AF	AI	AF	AI	AF	AI	AF	AI	AF	AI	AF
1º	02	04	---	01	02	07	01	06	---	01	---	---	---	05
2º	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	02	04	---	01	02	07	01	06	---	01	---	---	---	05
TOTAL GERAL	06		01		09		07		01		---		05	
GESTÃO														
	QUANTITATIVO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	TEMPO NA U.E. (Ano)	NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE										
				FORMAÇÃO DE PROFESSORES (NORMAL)	PEDAGOGIA	LICENCIATURAS	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	EDUCAÇÃO DO CAMPO				
GERAL	01	24	01	X	X	--	X	--	--	X				
SUB	01	22	01	X	--	X	X	--	--	X				
COORD	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---				
SUPERV	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---				
OP ¹	01	26	03	X	X	X	X	X	--	--				
OE ²	01	32	03	X	X	X	X	--	--	--				
TOTAL	04	Média- 20	Média- 02	04	03	03	04	01	--	--				

(1)OP – Orientador Pedagógico

(2)OE – Orientador Educacional

ANEXO C – Quadro Estatístico Geral

C2 - Escola Municipal Santo Antônio

ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE JAPERI														
ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO Municipal e Rural Pré-Escolar / EI (PE/EI) e Anos Iniciais / EF (AI/EF) Santo Antônio														
DISCENTES														
TURNOS	Nº DE TURMAS		Nº DE ALUNOS MATRICULADOS		Nº DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS		INTERVALO DE IDADES DOS ALUNOS							
	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF						
1º	01	02	24	31	----	----	[04-06]	[07-11]						
2º	01	02	16	42	----	----	----	----						
TOTAL	02	04	40	73	----	----	----	----						
TOTAL GERAL	06		103		-----		[04-11]							
DOCENTES REGENTES DE TURMA														
TURNOS	QUANTITATIVO DE DOCENTES		TEMPO DE MAGISTÉRIO		TEMPO NA U.E.		INTERVALO DE IDADES DOS PROFESSORES							
	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF	PRÉ-ESCOLA / EI	ANOS INICIAIS / EF						
1º	01	02	---	---	Média -	Média -	---	---						
2º	01	02	---	---	Média -	Média -	---	---						
TOTAL	02	04	-----	-----	-----	-----	-----	-----						
TOTAL GERAL	06		Média - 20		Média - 2,5		Média - [36-55]							
NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE														
FORMAÇÃO DE PROFESSORES (NORMAL)			PEDAGOGIA		LICENCIATURAS		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO		EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF	PE	AI / EF
1º	---	02	--	03	---	01	---	02	---	01	---	---	---	01
2º	01	01	---	---	01	01	01	01	---	---	---	---	---	01
TOTAL	01	03	---	03	01	02	01	03	---	01	---	---	---	02
TOTAL GERAL	04		03		03		04		01		-----		02	
GESTÃO														
	QUANTITATIVO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	TEMPO NA U.E. (Anos)	NÍVEL DE FORMAÇÃO DOCENTE										
				FORMAÇÃO DE PROFESSORES	PEDAGOGIA	LICENCIATURAS	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	EDUCAÇÃO DO CAMPO				
GERAL	01	21	05	X	---	X	X	X	X	----	----	----	X	
SUB	01	40	04	X	X	X	X	X	----	----	----	----	----	
COORD	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	
SUPERV	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	
OP ¹	01	35	04	X	X	X	X	X	----	----	----	----	----	
OE ²	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	
TOTAL	03	Média - 32	04	03	02	03	03	03	01	----	----	----	01	

(1)OP – Orientador Pedagógico

(2) OE – Orientador Educacional